



Carla da Cunha Duarte Francisco

**O que pode o encontro entre
o feminismo e o marxismo?
A exploração das mulheres na reprodução
do capital e suas resistências**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-graduação em Filosofia do
Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rodrigo Guimarães Nunes

Rio de Janeiro
Dezembro de 2016



Carla da Cunha Duarte Francisco

**O que pode o encontro entre
o feminismo e o marxismo?
A exploração das mulheres na reprodução
do capital e suas resistências**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Rodrigo Guimarães Nunes

Orientador
Departamento de Filosofia - PUC-Rio

Prof. Paulo César Duque-Estrada

Departamento de Filosofia - PUC-Rio

Profª. Tatiana Roque

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Profª. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Carla da Cunha Duarte Francisco

Graduou-se em Comunicação Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduou-se na Especialização em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2013.

Ficha Catalográfica

Francisco, Carla da Cunha Duarte

O que pode o encontro entre o feminismo e o marxismo? : a exploração das mulheres na reprodução do capital e suas resistências / Carla da Cunha Duarte Francisco ; orientador: Rodrigo Guimarães Nunes. – 2016.

184 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Reprodução social. 3. Capitalismo. 4. Feminismo. 5. Marxismo. I. Nunes, Rodrigo Guimarães. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

*Às duas Rosas do meu mundo,
por me ensinarem sobre a força de insistir na vida com amor.*

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao querido orientador, Rodrigo Nunes, uma das pessoas mais generosas com o conhecimento que já passaram pela minha vida. Obrigada por incentivar a construção de meu próprio caminho no mestrado, acolhendo a mudança de meu tema de pesquisa com tanto entusiasmo e confiança.

Aos professores com quem tive a oportunidade de aprender um pouco mais sobre esse universo da filosofia, antes um pouco assustador, Déborah Danowski, Edgar Lyra, Maurício Rocha, Paulo César Duque-Estrada e Pedro Duarte. Em especial, à professora Tatiana Roque, por ser uma das referências mais importantes que tive a alegria de encontrar no universo tão masculino da filosofia política.

Ao Thiago que promoveu, quando necessário, o ritual de exorcismo do Exu Tranca-Tese. Saiu!

Aos amigos que de tantas formas me ajudaram a encontrar caminhos e muitos afetos na filosofia, Ádamo, Carlos, Maikel, Miriam, PH, Pedro e Rafael.

Aos amigos de toda vida sem os quais nada teria sentido, Bárbara, Elissa, Mariana, Marília, Patty, Paulo (e tantos outros que se preocuparam, perdoaram meus sumiços e que vão comemorar comigo essa conclusão).

À Alyne, por ser chão sempre que preciso e alegria o resto do tempo.

Ao Ronaldo, por ser um amigo tão quase feminino.

À nova família que adotei seis anos atrás, pela acolhida tão carinhosa e torcida. À família que escolho ter sempre perto de mim: Eliane, Alessandro, Bernardo e Kamila. À minha mãe, por ter permanecido sempre. Ao meu pai, por ter voltado. Ao meu irmão, por estar à frente, mas sempre ao lado. A alegria de compartilhar a vida com eles ajudou a criar cada linha desse trabalho.

Às minhas avós, pelo amor sem fim, mas também pela força que nos fez, a todos de quem elas cuidaram, chegar até aqui.

Ao Zé. Por atravessar comigo a vida, respeitando meus ritmos, acolhendo minhas dúvidas e sorrindo a cada recomeço.

Resumo

da Cunha Duarte Francisco, Carla; Nunes, Rodrigo. **O que pode o encontro entre feminismo e marxismo? A exploração das mulheres na reprodução do capital e suas resistências**. Rio de Janeiro, 2016. 184 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação pretende debater o encontro entre feminismo e marxismo, a partir da análise central da Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico, que tomou forma na década de 1970. A atual relevância da produção teórica e atividade política dessas feministas se dá na medida em que contribui para uma crítica da situação das mulheres no contexto de sua inserção no sistema capitalista, ou seja, das relações que se estabelecem entre elas e o capital. Segundo as autoras cujos trabalhos serão fundamentais para esta dissertação, no capitalismo, a posição social da mulher está atrelada, em boa medida, a sua exploração invisibilizada na esfera da reprodução social – aquela que engloba tudo que é necessário à reprodução da classe trabalhadora em sua condição de dependência e subordinação – da qual o modo de produção capitalista é dependente. Essas análises se desenvolveram à luz dos debates sobre a exploração do trabalho doméstico e sexual das mulheres no interior da família e perderam sua força desde a chamada “virada neoliberal”. A partir da década de 80, a agenda feminista se concentraria cada vez mais em pautas liberais, refletindo uma política individualista e abandonando, em boa medida, os debates em torno dos efeitos que a reorganização mundial da reprodução social, nesse período, impunha sobre os corpos e as subjetividades femininas. Acreditamos que, sem atentar para essas questões, arrisca-se a manter um feminismo que cuide sempre de sintomas, entendendo-os como a raiz dos problemas.

Palavras-chave

Reprodução social; capitalismo; feminismo; marxismo.

Abstract

da Cunha Duarte Francisco Francisco, Carla; Nunes, Rodrigo (Advisor). **What can the encounter among feminism and marxism do? The female exploitation in the reproduction of capital and its resistances.** Rio de Janeiro, 2016. 184 p. MSc. Dissertation – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation intend to discuss the encounter among feminism and Marxism, based on the main analysis of the International Campaign Wages for Housework, which took shape in the 1970s. The current relevance of the theoretical production and political activity of these feminists is given as it contributes for a critique of the women situation in the context of their incorporation in the capitalist system, that is, of the relations established between them and capital. According to the authors whose work will be fundamental to this dissertation, in capitalism, women's social position is, to a large extent, tied to their invisible exploitation in the sphere of social reproduction – that which encompasses all that is necessary for the reproduction of the working class in conditions of dependence and subordination – on which the capitalist mode of production is dependent. These analyzes have developed in the light of the debates about the exploitation of women's domestic and sexual work within the family and have lost their strength since neoliberal politics has taken place. From the 1980s, the feminist agenda would increasingly focus on liberal patterns, reflecting an individualistic political view, and largely abandoning debates about the effects of the worldwide reorganization of social reproduction on the female bodies and subjectivities. We believe that, without looking at these issues, we risk maintaining a feminism that always takes care of symptoms, understanding them as the root of problems.

Keywords

Social reproduction; capitalism; feminism; Marxism.

Sumário

1. Introdução	11
2. <i>Women's Liberation Movement</i>: as múltiplas perspectivas feministas nas décadas de 60 e 70 e a relação com a teoria marxista	20
2.1. <i>Women's Liberation Movement: a breve história do movimento descentralizado que nasceu da politização das experiências pessoais</i>	22
2.2. <i>As perspectivas feministas no interior do Women's Liberation Movement.....</i>	30
2.3. <i>A raiz da opressão feminina como fundamento: patriarcado transhistórico e sua relação com o capitalismo</i>	38
2.4. <i>Notas críticas sobre Women's Liberation Movement.....</i>	53
3. <i>Wages for Housework</i> e a inseparabilidade entre produção capitalista e reprodução social	57
3.1. <i>Entre as bruxas e nós: o nascimento do capitalismo e a transformação da mulher em máquina reprodutiva.....</i>	61
3.1.1. <i>No entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo: a falsa separação entre produção e reprodução social e a divisão sexual do trabalho no contexto da acumulação primitiva de capital</i>	62
3.1.2. <i>Entre o público e o privado: a consolidação da teoria e da prática liberal e a complexa relação com o feminismo</i>	77
3.2. <i>Wages for Housework, relação com o operariado e as reações no interior do Women's Liberation Movement.....</i>	82
3.2.1. <i>Influência do operariado e a noção de autonomia</i>	85
3.2.2. <i>O planejamento capitalista diante das lutas de assalariados e não-assalariados no contexto de 1929.....</i>	93
3.2.3. <i>Principais posições defendidas e a rejeição pelo movimento feminista.....</i>	101
4. Será o trabalho reprodutivo realmente produtivo?.....	116
4.1. <i>A valorização do valor em O Capital: alguns conceitos centrais da obra marxiana</i>	118
4.2. <i>As leis universais de desenvolvimento do capitalismo e suas categorias sex-blind e o desenvolvimento assimétrico do campo da reprodução social na obra marxiana</i>	127
4.3. <i>Uma revisão da teoria do valor marxista à luz da exploração reprodutiva das mulheres</i>	137
4.3.1. <i>O regime de assalariamento direto e indireto</i>	139
4.3.2. <i>O cálculo do valor da força de trabalho e a extração de mais-valor do trabalho reprodutivo.....</i>	143
4.4. <i>A reordenação da reprodução social na virada neoliberal.....</i>	149
5. Conclusão.....	157
6. Referências bibliográficas	166
7. Anexos	173

Lista de Anexos

Documento 1 – Brochura com perguntas e respostas sobre Wages for Housework	173
Documento 2 – Panfleto "Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor"	179
Documento 3 – Matéria sobre Wages for Housework na Revista Life	181
Documento 4 – Convite para reunião e passeata em Nova Iorque	182
Documento 5 – Panfleto direcionado aos Governos	183

1

Introdução

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito da história*

O único programa realista para a equidade entre os sexos é um para a não exploração de ambos.

Leopoldina Fortunati, *Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital*

Em um tempo que faz da “crise” uma de suas marcas mais perenes, as vidas de homens e mulheres parecem descansar sobre um terreno cada vez mais infértil, que coloca à prova as capacidades de resistência, ou mais precisamente, de insistir na existência, daquela que aqui chamamos de classe trabalhadora. A reprodução social, e podemos incluir a ecológica também, tem sido diretamente comprometida pelos desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, que têm se tornado cada vez mais constantes nas últimas três décadas, desde a chamada virada capitalista neoliberal. Nesse contexto de instabilidade, para assegurar a acumulação crescente de capital tem se tornado imperativa, mais uma vez, a expansão dos contornos globais da exploração capitalista. Esta tem se dado às custas, não apenas, mas em grande medida, de fortes golpes a tudo que, em contextos anteriores, havia constituído as bases da reprodução social. Cortes de investimentos estatais na garantia de serviços básicos (como saúde, educação, habitação, transporte, etc.), bem como a destruição de modos reprodutivos autônomos naquelas regiões em que eles ainda sobrevivem em nome de sua apropriação pelo capital, são algumas das estratégias impostas em diversos países.

A boa parte desses que são destituídos do que antes assegurava sua capacidade reprodutiva (e, aqui, encontram-se também os cada vez mais numerosos desempregados ou trabalhadores vulneráveis), só resta se contrapor à imposição da precariedade e da dependência como modos de vida, gerando antagonismos crescentes a esse sistema. Nesse sentido, conflitos de grandes

proporções se multiplicaram em diversas partes do mundo em oposição à prescrição dessas políticas-econômicas e tudo que elas implicavam, produzindo como resposta por parte dos Estados uma onda de dura repressão.¹ Se a situação é grave de maneira geral, alguns grupos são ainda mais prejudicados nesse cenário, como é o caso das mulheres.

Nesse contexto, em que cresce a incompreensão quanto às formas que a exploração capitalista passa a assumir – ganhando, cada vez mais, contornos autoritários, violentos e discriminatórios –, reassumem um lugar relevante no campo da teoria crítica as tentativas de resgatar as obras marxianas, promovendo sua releitura como ferramenta política, sobretudo naqueles pontos em que ela se destaca das análises puramente econômicas e produz exames mais aprofundados das relações sociais capitalistas. Da mesma forma, investimentos também são empreendidos para combiná-las às produções teóricas do feminismo.²

Por trás do discurso progressista com o qual se insiste em narrar a história das mulheres desde os anos 80, observamos diariamente os efeitos devastadores que as estratégias capitalistas adotadas globalmente desde então exercem sobre elas, não deixando dúvidas de que há um descompasso entre o que se fala sobre o desenvolvimento e o que ele realmente representa. Nesse sentido, torna-se urgente produzir diagnósticos de uma realidade em que os problemas enfrentados por elas sejam tomados em relação direta com a lógica da acumulação capitalista. Para isso, é possível, como nos propomos nesta dissertação, resgatar as primeiras incursões dedicadas a *sistematizar* essa relação entre marxismo e feminismo, que se deram no contexto da intensa atividade política despertada pelo *Women's Liberation Movement*.³

Ainda no século XIX, Karl Marx apontava que a constituição e sustentação do capitalismo dependiam da subordinação da reprodução social à produção capitalista e sua organização social do trabalho baseada no salário – fazendo da classe trabalhadora uma massa de despossuídos “forçada” a se reproduzir enquanto força de trabalho, ou seja, a “vender-se” ao capitalista na medida em que

¹ Sobre isso, ver DE ANGELIS, 2012, p. xii.

² Uma relação de trabalhos recentes que intentam promover a intersecção entre feminismo e marxismo foi feita por BROWN, 2012, p. 3.

³ Do final dos anos 60 até a metade da década de 70, como falaremos no primeiro capítulo, uma intensa mobilização feminista ganhou corpo em inúmeros países do mundo, colocando em questão uma série de “verdades” sobre as mulheres e seus papéis sociais. Esse movimento em toda sua heterogeneidade ficou amplamente conhecido como *Women's Liberation Movement*.

não lhe restava outra alternativa reprodutiva, a não ser a carência absoluta. Se sua tese era clara ao afirmar que o meio de produção mais indispensável ao capital era o trabalhador, sem cuja produção e reprodução diária seu desenvolvimento não seria possível, ela não explicitava que eram precisamente os corpos femininos que desempenhavam essa dupla função – gerar e cuidar. Corpos sobre os quais se impunham condições de subdesenvolvimento, ou seja, de coerção social, miséria econômica e outras formas que coagiam à aceitação desse papel.

Essa crítica só seria formulada de forma estruturada por pensadoras e ativistas feministas – destacadamente, Silvia Federici, Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Leopoldina Fortunati –, segundo as quais as leis de desenvolvimento do capital, conforme a formulação marxiana, seriam indiferentes à divisão sexual da sociedade, apontando para alguns limites dessas teorias. Em 1972, estas feministas, junto a muitas outras, lançariam a Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico [*Wages for Housework*], por meio da qual exigiam remuneração pelo trabalho que as mulheres exerciam em casa – aquele que nem mesmo se considerava trabalho, mas sim um “ato de amor” ou a realização da própria “natureza” feminina – e buscavam explicitar a invisibilidade da exploração da reprodução social no capitalismo e seus efeitos sobre a subordinação dos corpos e das subjetividades femininas.

Diante do desafio de pensar a posição social da mulher na contemporaneidade, esta dissertação se propõe a recuperar o trabalho dessas autoras e a reconstituir suas principais formulações (propostas políticas e críticas à teoria marxista) e suas referências teóricas, bem como o quadro em que se inseriam no contexto das lutas globais da classe trabalhadora e os desdobramentos de sua teoria e prática. Ao eleger como eixo central deste trabalho as lutas pela remuneração do trabalho doméstico, pode parecer, no entanto, que nosso esforço para pensar o presente se tornaria, em boa medida, um empenho anacrônico. Sabemos que, à primeira vista, esse tema, já um tanto “fora de moda” dá a impressão de que fazemos um trabalho histórico sem muita relação com os problemas mais urgentes que as mulheres enfrentam hoje. É por isso que pretendemos, ao longo deste trabalho, e buscando contrariar as conclusões de um olhar mais apressado, justamente apontar caminhos para o estabelecimento de

laços potentes entre o passado e o presente, mas, sobretudo, agir “contra o tempo, e com isso, no tempo e, esperamos, em favor de um tempo vindouro”⁴.

O primeiro passo para “provar” a validade desse resgate vem dos próprios números, que apenas refletem, em linhas gerais, a situação que as mulheres experimentam mundo afora. Apesar de, nos anos 60 e 70, as lutas feministas terem impulsionado a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, entre 1995 e 2015 as chances de ingresso feminino foram quase 27% inferiores às dos homens.⁵ Elas têm maior probabilidade de sofrerem com o desemprego, o que é demonstrado pela taxa global de 6,2%, comparada à de 5,5% para os homens.⁶ Na Europa e na América do Norte, essas desigualdades diminuíram devido, em grande parte, à desaceleração econômica de setores com maior presença masculina e ao aumento das taxas de emprego das mulheres casadas – que entraram definitivamente no mercado de trabalho, sobretudo nos últimos dez anos, como forma de compensar as perdas na renda familiar causadas pelo desemprego dos homens.

Apesar disso, segundo a ONU Mulheres,⁷ em 2013, nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres de todos os principais grupos raciais e étnicos ganhavam menos que os homens do mesmo grupo e ainda menos que os homens brancos. O salário médio das hispânicas foi 91,1% daquele dos hispânicos, mas 61,2% dos conquistados por homens brancos. No caso das mulheres negras, sua remuneração média representou 68,6% da de homens brancos e 91,3% da de homens negros. Na maioria dos países, as mulheres ganham em média apenas 60 a 75% dos salários dos homens e são as que mais trabalham em empregos vulneráveis (aqueles desprotegidos pela legislação trabalhista ou que se realizam em condições degradantes e mesmo de risco), mal pagos ou subvalorizados. Desde 2013, 49,1% das trabalhadoras do mundo estavam em emprego vulnerável, em comparação com 46,9% dos homens – discrepância que apresenta índices gritantes como 80,9% e 74,4% no sul da Ásia, ou 85,5% contra 70,5% na África Subsaariana.

⁴ NIETZSCHE, 2003, p. 7

⁵ Globalmente, não houve, segundo o relatório, mudanças relevantes nessa disparidade no período pesquisado, à exceção dos países europeus onde a taxa teve relativa melhora e no sul e no leste da Ásia, onde esse hiato cresceu ainda mais no período (OIT, 2016).

⁶ Quase no mundo todo, as taxas masculinas são inferiores às femininas, com as maiores disparidades no norte da África e nos países árabes (Ibidem).

⁷ UN WOMEN, 2013.

Se analisamos as estatísticas apenas desde o ponto de vista da Europa e dos Estados Unidos, o cenário que encontramos pode parecer indicar um quadro em avanço, como se vê no caso da redução das desigualdades nas taxas de empregos e desemprego de homens e mulheres. No entanto, isso ignoraria, no mínimo, a observação das desigualdades às quais estão sujeitas as mulheres pertencentes a grupos raciais e étnicos no interior desses mesmos países, como também mostravam esses indicadores. A esses dados buscaremos, então, somar outros acerca das mulheres em situação mais vulnerável no capitalismo global, que permitam formar um mapa mais complexo de suas realidades.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação⁸ indica que 79% das mulheres nos países menos desenvolvidos têm na agricultura sua principal fonte de subsistência. Em média, as mulheres representam 43% da força de trabalho empregada nesse setor nos países em desenvolvimento e cerca de dois terços dos 600 milhões de pecuaristas pobres do mundo. Elas tendem a ser empregadas em atividades de trabalho intensivo, geralmente ganham salários mais baixos que os homens, e são mais propensas a pagamentos condicionados por resultados. Ainda de acordo com a pesquisa, em certas localidades da África, muitas mulheres não são pagas em dinheiro, mas com parte da produção, por exemplo. Na África Subsaariana, 75% dos 250 milhões de toneladas cultivadas estão em pequenas propriedades; destas, 75% são plantadas e colhidas manualmente, sendo 90% desse trabalho feito por mulheres. Elas têm acesso reduzido a sementes, fertilizantes e tecnologias, muito em razão do privilégio aos homens no que tange à concessão de financiamento.

Apesar da expressiva participação feminina na agricultura, há enormes disparidades no que tange à propriedade das terras em todas as regiões. As mulheres representam menos de 5% de todos os donos de terra nos países do norte de África e da Ásia Ocidental (para os quais há dados disponíveis). Em nenhuma das regiões em desenvolvimento, no entanto, esse índice ultrapassa 20% na média (com alguns países apresentando taxas entre 25 e 30%, como Chile, Equador, Panamá, Botswana e Cabo Verde). Além disso, suas terras são geralmente menores, de qualidade inferior e com direitos menos garantidos do que os detidos pelos homens. Diante desse quadro, pode-se inferir que as mulheres são duramente

⁸ FAO, 2016.

afetadas quando, face aos processos de expansão capitalista, as terras das quais dependem para garantir sua sobrevivência e de suas famílias e comunidades são colocadas em risco em nome de sua apropriação comercial.⁹

Outro aspecto que se mostra relevante é o fato de que, seja nas áreas rurais ou urbanas, apesar do registro de ligeiras melhorias nas décadas recentes, em praticamente todos os países, os homens têm mais tempo para se dedicar ao lazer diariamente que as mulheres. Conforme dados da OIT, é uma realidade global que elas continuam trabalhando menos horas em empregos remunerados, ao mesmo tempo em que fazem a grande maioria do trabalho doméstico e do cuidado em casa. Em média, elas realizam pelo menos duas vezes e meia mais trabalho dessa natureza de forma não-remunerada que os homens.¹⁰ Essas disparidades, que incluem em certas regiões o tempo gasto na obtenção de água e combustível, são intensificadas em contextos de crise econômica, degradação ambiental, desastres naturais e infraestrutura e serviços inadequados.

Não apenas o trabalho reprodutivo que é feito no interior da família ou do âmbito doméstico, mas outras formas ou setores do trabalho reprodutivo feminino, sobretudo em países menos desenvolvidos, se tornaram peças fundamentais da reorganização do modo de produção capitalista global – seja na forma da exportação de mão-de-obra reproduzida em certos países para outros (imigração), seja a intensificação do comércio de serviços sexuais, a exploração das capacidades generativas das mulheres (como as chamadas barrigas de aluguel), ou a exportação de esposas – todos esses são fenômenos sobre os quais falaremos mais na parte final desse trabalho. Desde essas situações que descrevemos aqui, buscamos apenas reforçar a importância de rejeitar “soluções” que se orientem pela crença no progressismo capitalista, colocadas com frequência no meio acadêmico, na política representativa, nas análises econômicas, nas recomendações de organismos internacionais e mesmo na militância feminista marcada por uma perspectiva liberal.

Nesse encontro entre feminismo e marxismo, intentaremos delinear perguntas e, quem sabe, apontar alguns caminhos para a reflexão sobre os múltiplos problemas enfrentados pelas mulheres atualmente, assumindo como

⁹ A OIT faz uma estimativa de que os mesmos ganhos na qualidade de vida das crianças (em termos de nutrição e saúde) possibilitados por um aumento de 10 dólares na renda feminina, exigiriam um incremento onze vezes maior nos ganhos dos homens (OIT, 2016).

¹⁰ Ibidem.

incontornável que, para isso, nossas análises devam se dar a partir do exame da inserção feminina nas relações capitalistas, tanto no que tange à compreensão das formas de sua exploração, quanto, acima de tudo, no que diz respeito a seu potencial de insurgência e resistência. Assim, essa dissertação pretende contribuir para a construção de uma história, hoje um tanto invisibilizada, das batalhas e conquistas que as mulheres têm sido capazes de efetuar – não só nas áreas urbanas, mas também no campo; não apenas em países mais ricos, mas, sobretudo, nos periféricos; não simplesmente no âmbito da produção socialmente organizada, mas também na esfera reprodutiva – e que, acreditamos, compõem um panorama fundamental para a análise da história do feminismo (já que, por vezes, não são debatidas e incluídas no escopo do que entendemos como feminismo), bem como da luta de classes, em sua dupla expressão: por um lado, produtora de antagonismos e, por outro, de modos de vida baseados na autonomia reprodutiva. Segundo Mariarosa Dalla Costa e Selma James:

Este não é um chamado em nome da igualdade de homens e mulheres na construção de aviões, mas trata-se apenas de supor que a diferença entre as duas histórias não só determina as diferenças nas formas reais de luta, mas também traz finalmente à luz o que tem sido invisível durante tanto tempo: as diferentes formas que as lutas das mulheres assumiram no passado.¹¹

Para dar conta da tarefa a que nos propomos, no primeiro capítulo, fizemos um exame do amplo movimento feminista que, nas décadas de 60 e 70, mobilizando milhares de mulheres ao redor do mundo, concentrou investimentos políticos diversos na ideia da “liberação feminina”. Apresentamos as principais perspectivas segundo as quais a “questão da mulher” seria pensada e os caminhos que ela apontaria – dentre elas, sobretudo, os feminismos radical e socialista. Entre as principais contribuições dos primeiros anos do movimento feminista às formulações de *Wages for Housework*, destacamos a desmistificação da “natureza” feminina e as qualidades a ela associadas, bem como a problematização da famosa frase “o pessoal é político”, pela qual são até hoje lembradas. Entre os inúmeros aspectos debatidos nesse período, dedicamos atenção especial a apropriações feministas da teoria marxista e à forma como a relação entre patriarcado e capitalismo foi abordada. O desenvolvimento dessas ideias teve

¹¹ DALLA COSTA e JAMES, 1972, p. 31.

consequências diretas sobre a compreensão da “raiz” dos problemas enfrentados pelas mulheres e, portanto, das estratégias de intervenção política adotadas por essas feministas, consistindo nos principais pontos de ruptura a partir dos quais as autoras que apresentaremos nos capítulos seguintes construiriam suas teorias e práticas.

Wages for Housework ocupou literalmente o centro dessa dissertação. No segundo capítulo, tentamos explicitar as principais ideias que davam sentido à escolha pela exigência de salários em remuneração pelo trabalho doméstico – naquela época, uma demanda preterida pelo movimento feminista, em benefício, por exemplo, da entrada das mulheres no mercado de trabalho. A maior parte desse capítulo, no entanto, é dedicada, em primeiro lugar, à releitura do processo de acumulação primitiva de capital empreendida por Silvia Federici, que apontaria para a separação entre os âmbitos da produção e da reprodução social e a desvalorização deste último no surgimento do sistema capitalista – que acarretou, ao mesmo tempo, a subordinação das mulheres ao trabalho reprodutivo (doméstico e sexual) não-remunerado; em segundo, ao contexto das lutas de classe nas décadas que antecederam o surgimento deste movimento, especialmente aquelas que seriam importantes referências para *Wages for Housework*; e, por fim, à exposição, em linhas gerais, do quadro teórico do marxismo autonomista italiano, que as influenciaria diretamente. Assim, buscamos mostrar como a demanda por salários indica um horizonte de rejeição ao próprio trabalho, que não se separa das noções de autonomia reprodutiva e composição de classe. No fim das contas, trata-se, para essas autoras, da construção de novas relações sociais não mais direcionadas à valorização do capital, mas sim à não-exploração, em que a reprodução social seja verdadeiramente um processo coletivo e autônomo.

O último capítulo é dedicado a uma imersão nas críticas que elas propuseram ao pensamento marxista, “por dentro” da própria teoria do valor. Buscamos mostrar como a apreciação de Marx acerca da esfera da reprodução social – apesar de reconhecer a dependência que o modo de produção capitalista tem da geração e manutenção daquele que é seu mais importante meio de produção, a força de trabalho – foi profundamente limitada. Em suas obras, só o âmbito da produção socialmente organizada, aquela destinada ao mercado, seria compreendido como produtivo e, por isso, gerador de valor. As autoras sobre as quais aqui escrevemos confrontaram essa leitura expondo uma enorme carga de

trabalho feminino, tornado naturalizado, invisibilizado e não-pago, que é, por isso, indispensável ao capitalismo. Ao final desse capítulo, indicamos em linhas gerais as reordenações da esfera da reprodução social diante de um novo planejamento capitalista, amparado na aplicação de medidas neoliberais, que reduziriam amplamente os custos reprodutivos em âmbito global, a partir de meados da década de 70. Isso a que também se chamou de “virada neoliberal”, que se deu em resposta aos ciclos de lutas da classe trabalhadora desse período, bem como tudo que ela implicou, foi uma das principais razões da desmobilização do movimento feminista como um movimento de massas autônomo nessa mesma época.

Esperamos que, ao fim desta trajetória, sejamos capazes de, não apenas oferecer um quadro claro das proposições teóricas e práticas dessas feministas e do contexto histórico, econômico, político e teórico que as influenciaria, mas, acima de tudo, indicar como essas formulações podem ser úteis às reflexões sobre o presente. Confiamos que há, ainda, inúmeras razões para promover o encontro entre marxismo e feminismo, não em nome de uma nova interpretação do mundo, mas sim como um modo de transformá-lo, para emprestar as palavras de Marx e Engels.

2

Women's Liberation Movement: as múltiplas perspectivas feministas nas décadas de 60 e 70 e a relação com a teoria marxista

É assustador. É muito excitante. É criar história [*history*], ou melhor, história delas [*herstory*]. E, de toda forma, você não pode escapar.

Robin Morgan, *Sisterhood is Powerful*¹²

Se Simone De Beauvoir havia diagnosticado, em 1949, o feminismo como uma “querela [...] mais ou menos encerrada”¹³, menos de duas décadas foram suficientes para que um pulsante movimento liberacionista viesse contradizer seu diagnóstico e questionar os principais papéis atribuídos às mulheres, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos do pós-guerra. Desde meados dos anos 40, frente à tarefa de reconstruir os Estados Nacionais, o recentramento das funções sociais da mulher no interior da família¹⁴, revalorizando sua existência como esposa, mãe, dona de casa e consumidora e seu trabalho reprodutivo não-remunerado – a procriação e o cuidado da família em geral –, constituiu uma das principais bases materiais e simbólicas da renovação social e econômica do capitalismo.

O movimento, em que a “liberação feminina” se tornou um mote amplo, a partir do qual uma multiplicidade de pautas, críticas, atividades e referências passaram a ser mobilizadas e produzidas, abriu espaço para que o lugar da mulher na sociedade moderna fosse criticado a partir de diferentes pontos de vista. Neste primeiro capítulo, apresentaremos algumas das múltiplas perspectivas do feminismo desse período: radical, socialista e, mais brevemente, liberal. Buscaremos demonstrar suas principais influências, formulações teóricas e posturas práticas. Neste trajeto, formularemos algumas críticas a essas abordagens, em especial em suas apropriações da teoria marxista.

¹² Todas as traduções de citações nesta dissertação são de nossa autoria, salvo quando indicado.

¹³ BEAUVOIR, 1970, p. xix. Tradução de Sérgio Milliet.

¹⁴ Durante o período de guerra, com muitos homens compondo os exércitos nacionais, mulheres de diferentes classes sociais foram levadas a ocupar postos de trabalho, antes destinados aos homens. Com o fim dos conflitos e o retorno dos combatentes, esses empregos foram novamente direcionados a eles. Sobre isso, ver: FEDERICI, 2012.

Nosso objetivo final é que este capítulo construa as bases para a apresentação, na seção seguinte, da perspectiva daquelas que foram responsáveis pela construção de *Wages for Housework* [Salários pelo Trabalho Doméstico] – considerada uma das mais “duradouras e visíveis campanhas”¹⁵ do movimento feminista desse período e cuja produção teórica e prática é o interesse central desta dissertação. Antes, portanto, de apresentar mais detalhadamente a abordagem feminista e sua leitura marxista à qual nos alinhamos, caberá a análise da história desse movimento que, contrariando o suposto pessimismo de Beauvoir no início de *O segundo sexo*, surgiu nos últimos anos da década de 1960 e chegou a ser considerado “o mais importante movimento social”¹⁶ da década seguinte. Abordaremos, não apenas aquilo sobre o que as autoras ligadas a *Wages for Housework* foram duramente críticas, mas também o seu enorme legado positivo. O *Women’s Liberation Movement* [Movimento pela Liberação das Mulheres]¹⁷ foi, como pretendemos demonstrar, o solo no qual puderam se fortalecer distintas concepções feministas, inclusive a que, aqui, consideramos a mais potente para as reflexões políticas contemporâneas.

¹⁵ HOMANS, 2008, introdução.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ *Women’s Liberation Movement* foi a denominação que assumiu a grande mobilização feminista das décadas de 60 e 70 que, como mostraremos, se distribuiu por inúmeros países, gerou debates em torno de múltiplas questões, que seriam abordadas conforme perspectivas heterogêneas, e englobaria organizações e personagens diversas. Portanto, neste capítulo, “movimento feminista” e “Women’s Liberation Movement” serão usados como sinônimos.

2.1

***Women's Liberation Movement*: a breve história do movimento descentralizado que nasceu da politização das experiências pessoais**

Fazia ainda pouco tempo desde que a expressão “women’s liberation” passara a ser empregada para designar o movimento feminista, quando, em 1970, uma das primeiras coletâneas, contendo artigos e documentos de referência desses primeiros anos, foi publicada. Em *Sisterhood is Powerful*, a feminista e organizadora do livro, Robin Morgan, afirmava que havia grupos ou células de mulheres em todas as grandes cidades dos Estados Unidos – sem contar numerosos registros em cidades médias e pequenas. Apenas em Nova Iorque existiam mais de 200 grupos naquele ano.

Os primeiros grupos do *Women's Liberation Movement* começaram a se formar, na Inglaterra e nos Estados Unidos, por volta de 1967.¹⁸ Em poucos anos, o movimento já estava presente em todas as democracias liberais do mundo capitalista avançado, à exceção de três.¹⁹ Havia, ainda, formações que se identificavam ao movimento em diversos outros países, como África do Sul, Japão e Afeganistão.²⁰ Segundo Carol Hanisch, fundadora do New York Radical Women, um dos primeiros e mais ativos grupos do movimento nos Estados Unidos:

Mesmo apenas com mimeógrafo e copiadoras – ao invés de internet – ideias se espalhavam como fogo selvagem por todo o país e ao redor do mundo em boletins, *position papers*, jornais e cartas, por meio do boca-a-boca, conferências, e organizações progressistas.²¹

Largamente construído por mulheres que compunham outras lutas de liberação, como os movimentos negro, pelos direitos civis, anti-guerra e anticolonial, o movimento *hippie* nos Estados Unidos e o movimento estudantil na Europa, bem como na esquerda em geral,²² o *Women's Liberation Movement*

¹⁸ Sobre a história deste movimento, cf. ECHOLS, 2009; HANISCH, 2001; MITCHELL, 1971.

¹⁹ Os três países nos quais não haviam se formado grupos até aquele momento eram Islândia, Áustria e Suíça, que seriam sociedades mais tradicionais e hierárquicas em comparação com o resto da Europa. (MITCHELL, 1971, p. 11).

²⁰ Ibidem; MORGAN, 1970, p. xxv.

²¹ HANISCH, 2001.

²² MORGAN, 1970; FREEMAN, 1971; MITCHELL, 1971; MIES, 1986; CROW, 2000; HANISCH, 2001; ECHOLS, 2009; e BRITISH LIBRARY. Uma referência importante usada nesta dissertação foi o projeto desenvolvido pela British Library, “Sisterhood and After”, que compilou

nasceu, não apenas, mas em grande parte desse “algo de contagioso em demandar liberdade”²³, para usar as palavras de Robin Morgan. Extraiu suas forças do mesmo cenário de insatisfação e revolta no qual proliferaram esses movimentos²⁴, mas também de sua insuficiência para integrar plenamente questões concernentes à vida das mulheres. Mobilizadas a lutar pela construção de uma nova sociedade que substituiria a “Velha Ordem”, as mulheres não podiam mais evitar a pergunta: “Nova Ordem de quem?”²⁵.

A psicanalista inglesa Juliet Mitchell afirma que o problema da subordinação feminina teria sido reconhecido por todos os grandes pensadores socialistas do século XIX, destacando o ativismo do filósofo Charles Fourier. No entanto, na metade do século XX, se mostraria, quando tanto, um aspecto secundário. Ela atribui o “abandono” do tema em grande parte à fraqueza de sua abordagem nos clássicos socialistas – sobretudo o caráter moral e utópico do enfoque que lhe foi dado, resultando, nas palavras da autora, que “[a]té esse ponto, a liberação das mulheres permanece um *ideal normativo*, um anexo da teoria socialista, não está estruturalmente *integrado* a ela”²⁶. Um exemplo é a passagem de Fourier citada por Karl Marx em *A Sagrada Família*, na qual o pensador francês afirma que “O grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação geral”²⁷, sem, no entanto, aprofundar a análise das raízes dos problemas femininos ou das condições dessa emancipação.

Um cenário particular, que merece ser destacado, foi aquele da União Soviética, durante e após a revolução de 1917, na qual a participação feminina foi

em um website (<http://www.bl.uk/sisterhood>), um arquivo de história oral sobre o *Women's Liberation Movement* na Inglaterra.

²³ MORGAN, 1970, p. xx.

²⁴ Aqui, nos referimos, por um lado, ao que ficou amplamente conhecido como “nova esquerda” e sua grande influência nos Estados Unidos e em boa parte da Europa, que colocou na pauta do dia problemas historicamente acessórios para a esquerda tradicional, como debates sobre gênero, raça, homossexualidade, drogas, entre outras questões. Segundo o teórico marxista, Harry Cleaver, o termo “nova esquerda” englobaria um espectro muito amplo e nebuloso de personagens, grupos e propostas teóricas, que se proliferaram a partir dos anos 60, fortemente marcados pela “rejeição da política partidária da velha esquerda, mas também o conjunto de sua teoria marxista” (CLEAVER, 1993). Por outro lado, na Itália, destacamos a relevância do operaísmo, que promoveu uma revisão em relação às leituras mais ortodoxas do marxismo, com efeitos concretos sobre a teoria e prática políticas produzidas pelo feminismo – no próximo capítulo, nos dedicaremos a explorar a relação entre o operaísmo e a perspectiva feminista que será nosso principal objeto de análise nesta dissertação.

²⁵ Idem.

²⁶ MITCHELL, 1971, p. 81, grifo nosso.

²⁷ Ibidem, p. 77.

expressiva.²⁸ O primeiro Estado socialista do mundo assumiria inúmeros compromissos com a promoção da igualdade entre os sexos, engendrando uma verdadeira revolução sexual: leis foram sancionadas tornando o divórcio gratuito e automático para ambos os parceiros, permitindo o aborto e descriminalizando a homossexualidade. As medidas resultaram em casamentos desfeitos e declínio rápido e acentuado na taxa de natalidade, ocasionando, na prática, entraves ao desenvolvimento econômico baseado na industrialização acelerada, para a qual o crescimento populacional era fundamental. Na década de 30, Joseph Stalin reverteria a maioria das leis, inaugurando, então, um período de conservadorismo e restauração.²⁹

Na década de 1960, entretanto, a rejeição da questão feminina, mas também a superficialidade com que em grande parte tinha sido examinada, seria confrontada por inúmeras mulheres (sobretudo, como falamos, nos países ocidentais capitalistas), que, do interior desses novos movimentos, passaram a colocar em debate a divisão de papéis na atividade política, a violência física, sexual e moral sofrida por elas, a feminização do trabalho doméstico, o caráter propriamente produtivo das atividades reprodutivas, a imposição social de padrões de beleza e comportamento, as oportunidades no mercado de trabalho, a desigualdade salarial, entre muitas outras. Conforme Hanisch, em sua maioria, essas questões eram entendidas nestes ambientes como problemas de foro privado – entre um homem e uma mulher –, e implicavam a culpabilização desta última por sua própria opressão. A saída era apresentada, assim, sob essa mesma perspectiva individualizante: a liberação das mulheres dependeria de que elas assumissem “mais responsabilidade por suas vidas”³⁰. Quanto aos problemas que extrapolavam as condições de resolução pela iniciativa individual – como aqueles que permeavam o universo do trabalho –, compreendia-se, muitas vezes, que seu tratamento se daria como parte de um processo revolucionário mais amplo ou do avanço tecnológico mundial.

²⁸ Feministas, cujos trabalhos são importantes marcos da associação entre feminismo e marxismo, foram ativas nesse período, como Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai.

²⁹ Juliet Mitchell cita, por exemplo, o jornal oficial do Comissariado de Justiça de 1939: “O Estado não pode existir sem a família. O casamento é um valor positivo para o Estado Socialista Soviético somente se os parceiros veem nele uma união duradoura. O assim chamado amor livre é uma invenção burguesa e não tem nada em comum com os princípios de conduta de um cidadão soviético. Além disso, o casamento só alcança seu valor integral para o Estado se houver prole e os consortes experimentarem a maior felicidade advinda da paternidade” (Ibidem, p. 121).

³⁰ HANISCH, 2006.

Se, por um lado, esses espaços revolucionários foram marcados, nesse período, pela inevitabilidade de encarar os problemas que as mulheres começavam a se colocar sobre suas vidas dentro e fora dos movimentos, por outro, neles foram testemunhados grandes esforços para desqualificá-los ou, na melhor das hipóteses, circunscrevê-los no seio das teorias e práticas existentes. O tratamento que lhes foi dado enquanto aspectos acessórios era justificado seja por sua suposta irrelevância política ou pela urgência no endereçamento de outras questões mais prementes; seja porque eram simplificados ou reduzidos para que, à força, fossem comportados pelas “grandes” questões revolucionárias, em geral, aquelas que concernia à liberação do trabalhador homem.

Os pleitos particularmente femininos, portanto, não encontravam eco mesmo entre aqueles a quem se denominava como “esquerda radical”.³¹ Mas não apenas suas demandas eram preteridas, como elas mesmas ocupavam papéis secundários ou subalternizados, servindo em geral como assessoras dos homens, a quem eram confiadas as funções mais estratégicas e com maior visibilidade. A escritora e ativista Lydia Sargent, editora de *Women and revolution: the unhappy marriage of marxism and feminism*, discorre sobre como, nos movimentos sociais dos Estados Unidos da década de 1960, às mulheres eram delegadas, a maior parte do tempo, atividades auxiliares. Elas preenchiam os mesmos papéis dentro e fora do movimento: responsáveis por tudo aquilo que precisava ser feito, mas que desinteressava aos homens. Assim, se ocupavam:

[...] limpando e decorando escritórios, cozinhando jantares do movimento, [...] dirigindo ativistas para manifestações, digitando cartas e panfletos, atendendo telefones e deitando ao lado de seus amantes do movimento e maridos à noite, com medo de fazer a pergunta silenciosa: ‘É só isso? [*Is this all?*]’.³²

Em suma: faziam um pouco de tudo, mas nada de política. Foi, portanto, em grande parte, a falta de ressonância das vozes femininas no interior desses movimentos e grupos que levou um grande número de mulheres a se organizar de forma independente. O que resultou dessa rejeição em associar-se às parcelas da

³¹ Juliet Mitchell, em 1971, fez uma distinção acerca dessa experiência no interior da esquerda masculina em diferentes países, afirmando que esta situação que narramos seria o caso, sobretudo, nos Estados Unidos e na França. Em países como Inglaterra e Holanda e, principalmente, nas nações escandinavas, a posição das mulheres seria mais respeitada. Ainda assim, apesar de um ambiente menos brutal à atuação feminista nesses países, seus problemas teriam sido tratados com apelo ao “paternalismo”, ou mesmo à “mistificação” (MITCHELL, 1971, p. 84).

³² SARGENT, 1981, p. xii.

esquerda masculina e dominante (parlamentar ou extraparlamentar) não foi um movimento de organização centralizada, hierarquizado e de orientação política rígida, a exemplo de outras expressões políticas da época, mas, antes, uma ampla rede de reflexão, cooperação e mobilização entre mulheres, organizadas em grupos autônomos entre si, com pautas e formas de atuação particulares, capazes de estabelecer laços de forma contingencial. Segundo Robin Morgan:

Esse não é um movimento ao qual alguém se afilia. Não há estruturas rígidas ou cartões de associação. O *Women's Liberation Movement* existe onde três ou quatro amigas ou vizinhas decidem se encontrar regularmente para um café e para conversar sobre suas vidas pessoais. Também existe nas celas das mulheres nas prisões, nas filas do “welfare”, no supermercado, na fábrica, no convento, na fazenda, na enfermaria da maternidade, na esquina da rua, na casa das mulheres idosas, na cozinha, no escritório, na cama. Existe na sua mente e nas ideias políticas e pessoais que você pode contribuir para mudar, dar forma e ajudar a desenvolver.³³

A descrição acima evidencia, ainda, como os espaços que passaram a circunscrever o campo da organização e ação políticas femininas eram, majoritariamente, aqueles nos quais se estabeleciam as relações mais cotidianas da vida. Isso significa que, daquele momento em diante, aquilo que se passava no âmbito do que, até então, se considerava como “vida privada” começa a ser compreendido pelas mulheres como “digno” de ocupar o debate público e alimentar a atividade política. Uma das marcas indeléveis do movimento pela liberação das mulheres foi seu foco na construção da política a partir de experiências pessoais concretas.

À medida em que reconheciam que as angústias e violências às quais estavam submetidas – ou seja, que os problemas de natureza psíquica, sexual e material que enfrentavam – eram compartilhadas por inúmeras outras, as mulheres tomavam “consciência”³⁴ da socialização destas questões e, portanto, da

³³ MORGAN, 1970, p. xxxvi.

³⁴ Uma das mais importantes ferramentas utilizadas nos grupos de liberação feminina desde o final da década de 1960 era a prática de conscientização [*consciousness raising*], que tinha como finalidade justamente produzir a tomada de consciência pelas mulheres em relação à dominação masculina da sociedade e a sua posição de subordinação social (política e econômica), sexual e emocional. A técnica explorava as vivências pessoais, em tópicos como maternidade, emprego e trabalho doméstico, e buscava entender e descrever, a partir dessas experiências, a opressão feminina na sociedade moderna. A ideia da prática era, também, expandir esse processo para fora dos grupos fechados – promovendo ações de conscientização coletivas, que desafiassem o *status quo* acerca do que significava ser mulher. É neste sentido que a canadense Shulamith Firestone afirmou que o primeiro passo para uma revolução feminista seria “uma cuidadosa observação conjunta para sensibilizar outra vez uma consciência fraturada” (FIRESTONE, 1970, p. 90). A

necessidade de tratá-las como objeto de uma luta coletiva e não individual. É neste sentido que a feminista e socióloga, Maria Mies, afirma que “as mulheres descobriram que seu problema aparentemente pessoal singular era o problema de todas as mulheres, de fato, um problema social e político”.³⁵

Amplia-se, assim, o próprio campo do político, no qual questões, antes encobertas pela ideia de privacidade, ganham consistência política e visibilidade pública. Não é coincidência que um dos motes do movimento era “O pessoal é político” – frase que, inicialmente, deu nome a um artigo de Carol Hanisch, em 1970,³⁶ e tornou-se uma das mais importantes afirmações feministas – cumprindo, ainda hoje, um importante papel ao deslocar certos discursos e atitudes de seus lugares comuns.

Esse teria sido o primeiro movimento radical a não apenas basear sua política, como criá-la, a partir daquilo que se passava na vida pessoal e íntima – sobretudo no seio da família nuclear, à qual, antes, todos os acessos desde fora estavam vedados. Mies afirma, neste sentido, que: “Quando o slogan ‘o pessoal é político’ foi cunhado, foi quebrado o tabu em torno da ‘sagrada família’ e de seu sanctum sanctorum: o quarto e as experiências sexuais das mulheres”.³⁷

Uma significativa contribuição a essa formulação foi o livro de Kate Millet, *Sexual Politics*, de 1969, no qual a autora busca entrelaçar o comportamento sexual individual a uma política propriamente ancorada na divisão entre os sexos, mostrando como o “sexo” seria uma “categoria com implicações políticas”³⁸. Segundo a autora, o sucesso desse intento dependeria da noção de

tática refletia o desejo de que cada grupo se tornasse, não uma associação política no sentido mais tradicional do termo (como um sindicato ou um partido), mas, antes, um foco de aprendizado e agitação política, com o potencial de gerar um amplo processo de mobilização. Uma das principais críticas que recebiam era que estes seriam apenas grupos terapêuticos, sem conteúdo verdadeiramente político. Carol Hanisch, uma das primeiras entusiastas da ideia, afirma que havia, sim, grupos que abandonavam rapidamente a perspectiva política e se enclausuravam em uma prática que se limitava à troca de experiências. Ao mesmo tempo, a autora se dizia ultrajada com a assunção sexista de que as mulheres precisariam de terapia. Ela afirma, neste sentido, que não se trata de “curar” as mulheres, mas sim a sociedade patriarcal (HANISCH, 1970). Sobre esse assunto, ver também SARACHILD, 1973.

³⁵ MIES, 1986, p. 7.

³⁶ O artigo “The Personal is Political” foi publicado no livro *Notes from the Second Year: Women’s Liberation*, organizado por Shulamith Firestone e Anne Koedt. Em uma introdução escrita quase quatro décadas mais tarde, Carol Hanisch afirma que o título – que tornou-se um dos mais importantes motes do *Women’s Liberation Movement* e cuja formulação é, ainda hoje, uma das mais significativas conquistas do movimento – não foi escolhido por ela, mas, sim, pelas duas editoras da coletânea.

³⁷ MIES, op. cit., p. 7.

³⁸ MILLET, 2000, p. 24.

política que se adota. No seu caso, política seriam métodos ou táticas envolvidos no gerenciamento de um estado, um governo ou um sistema, que se expressam em “relacionamentos de poder estruturados, arranjos por meio dos quais um grupo de pessoas é controlado por outro”.³⁹ Esse sistema que se buscava manter recebe o nome de patriarcado e seus efeitos concretos seriam justamente relações de dominação de um sexo sobre o outro, visíveis desde o âmbito mais íntimo das vidas dos indivíduos.

Foi esse aspecto distintivo – a politização de aspectos até então compreendidos como privados – que fez com que o movimento, apesar de inicialmente formado por mulheres engajadas em organizações políticas de esquerda, passasse a atrair rapidamente a atenção de mulheres “comuns”. Parte significativa do contingente que se juntava aos grupos ou que iniciava grupos próprios não tinha histórico de lutas políticas ou no campo do trabalho. Eram donas de casa, mães, estudantes e trabalhadoras de diferentes setores. Neste contexto, tornou-se uma das principais preocupações no interior do movimento a criação de meios para acolher e dar voz a essas mulheres de diferentes classes sociais, graus de escolaridade, idades, raças, orientações sexuais e etc., confrontando as críticas que o caracterizavam como um “clube” de mulheres brancas de classe média e a própria opressão (de classe ou de outra natureza) no interior desses grupos, entre suas participantes.⁴⁰

Além de mobilizar uma certa inventividade para lidar com essas diferenças, as liberacionistas se apoiavam, sobretudo, naquilo que compreendiam ser os aspectos comuns de toda existência feminina, como maneira de superar essa diversidade e as desigualdades que ela produzia. Em geral, eram invocados com esse objetivo as funções sociais femininas – mãe, esposa, dona de casa e consumidora – e a consequente subordinação social, política e econômica que implicavam. Segundo Morgan:

³⁹ MILLET, 2000, p. 23.

⁴⁰ Segundo Robin Morgan, apesar dos discursos pautados nas ideias de igualdade, equidade e sororidade, as condições materiais de vida de cada mulher – que garantiam um certo nível educacional ou outro – influíam diretamente na possibilidade de fala dentro do movimento. O *Women's Liberation Movement* teria sido, na opinião da autora, o primeiro movimento radical a efetivamente lidar com essas questões, de um ponto de visto tanto concreto quanto teórico. Foram, por exemplo, experimentados mecanismos para mediar as falas em reuniões, de forma a garantir que a opinião daquelas mais escolarizadas ou politizadas não calassem ou determinassem as demais (MORGAN, 1970, p. xxvii).

É o primeiro movimento que tem o potencial de atravessar todas as barreiras de classe, raça, idade, econômicas e geográficas – já que as mulheres em todos os grupos devem desempenhar essencialmente o mesmo papel, embora com diferentes cenários e figurinos: o múltiplo papel de esposa, mãe, objeto sexual, produtora de bebês, ‘estatísticas de renda suplementar’, companheira, educadora, anfitriã, etc.⁴¹

A forma como eram abordados tais aspectos e a maneira de enfrentar os problemas que acarretavam, entretanto, diferiam entre as distintas tendências no interior do movimento. Apesar de não proceder a partir de um programa político único e de um quadro teórico particular, como mencionamos anteriormente – na verdade, teoria e prática se constituíram simultaneamente desde o início⁴² – havia certamente, no interior de um movimento plural e multifacetado como o *Women's Liberation Movement*, fortes disputas entre as perspectivas que o compunham. Dependendo do país ou do período que se observa, é possível destacar as abordagens que exerciam maior influência. Ainda assim, mesmo havendo independência e diversidade entre as organizações, muitas compartilhavam demandas definidas nacionalmente em grandes conferências.⁴³

⁴¹ Ibidem, xviii.

⁴² Vê-se isso claramente pela intensa produção intelectual das ativistas do *Women's Liberation Movement* já nos primeiros anos do movimento, a partir da qual é possível notar os diálogos e embates que estabeleciam entre si. As publicações tinham não apenas a forma da produção acadêmica (em muitos casos, eram teses de doutorado que foram direcionadas a criar as bases para o movimento que surgia), mas também relatos pessoais, não raro publicados em coletâneas junto a artigos e documentos de fundação e funcionamento dos grupos feministas.

⁴³ Entre 1970 e 1978, sete exigências foram acordadas na Inglaterra: igualdade de pagamento; igualdade de educação e oportunidades; creches 24 horas; contraceptivos gratuitos e abortos “sob demanda”; independência legal e financeira para as mulheres; direito à autodefinição da sexualidade e término da discriminação contra lésbicas; e fim da violência ou coerção sexual e de todas as leis, assunções e instituições que perpetuam a dominação masculina e a agressão de homens contra mulheres. CFB-LONDON, 1973.

2.2

As perspectivas feministas no interior do *Women's Liberation Movement*

Segundo Alice Echols, nos primeiros anos de mobilização, os últimos da década de 60, a tendência socialista foi a mais influente no movimento.⁴⁴ A partir de 1970, entretanto, o que passou a ser conhecido como feminismo radical já havia se tornado predominante, afirmando-se como a “força mais vital e imaginativa”⁴⁵ em seu interior. Barbara A. Crow, organizadora da coletânea *Radical Feminism*, explica que o livro restringiu-se ao período 1967-1975, por tratarem-se dos anos de atividade mais intensa do feminismo radical nos Estados Unidos⁴⁶ – apesar de afirmar que, até o ano de publicação (2000), ainda existiam grupos ativos no país. Ao longo do livro, “feminismo radical” e “Women's Liberation Movement” são usados como sinônimos.⁴⁷

A ativista norte-americana Selma James, uma influente voz do movimento na Inglaterra, onde vivia, o apresentaria em termos de uma divisão entre mulheres de duas principais perspectivas: “feministas” e “políticas”.⁴⁸ As primeiras, mais

⁴⁴ Em *Wages for Housework in the Decade of Women's Liberation* (2008), Elizabeth Homans afirma que na Inglaterra o movimento teve uma orientação socialista mais forte e cita como uma das possíveis razões a influência das lutas que mulheres da classe trabalhadora travaram nos anos 60. A jornalista e feminista inglesa Mary Stott confirmou essa posição mencionando a influência do ativismo dos sindicatos no país (BRITISH LIBRARY). Uma evidência disso é o fato de que um dos grandes nomes do feminismo inglês nesse período é Juliet Mitchell, psicanalista e feminista alinhada à perspectiva socialista, como mostraremos em breve. Também na Itália, a importância do feminismo socialista foi destacada (BECCALLI, 1994). Em boa parte, atribuímos a hipótese à força da esquerda italiana, sobretudo o Partido Comunista Italiano (PCI) e o operário, sobre o qual discutiremos mais longamente no próximo capítulo, e suas experiências teóricas e práticas, orientadas por importantes releituras da obra marxista.

⁴⁵ ECHOLS, 2009, p. 3.

⁴⁶ Ver também ECHOLS, 2009, p. 3.

⁴⁷ Na introdução, Crow faz referência ao livro *Theory in its Feminist Travels: Conversations in U.S. Women's Movements*, no qual Katie King afirmaria que não é incomum que diferentes movimentos sociais, bem como suas denominações, se sobreponham em certos momentos, explicando como isso ocorreu, por exemplo, com “radical feminist”, “radical women”, “women's liberation” e “Women's Liberation Movement”.

⁴⁸ Cabe ressaltar, de antemão, a impossibilidade de claramente traçar essas linhas entre diferentes “correntes” do feminismo (radical, socialista, marxista, liberal, etc.), já que, por um lado, as organizações criadas nesse período não necessariamente definiam de forma estrita suas orientações segundo essas denominações e, por outro, as feministas, nem sempre associadas a um desses grupos, também não se autodeclaravam, necessariamente, como pertencentes a uma ou outra vertente. É por isso que preferimos falar em distintas perspectivas ou abordagens – o que permite considerar seus limites de forma mais flexível e as intersecções entre mais de uma perspectiva em uma mesma autora ou, até mesmo, discordâncias quanto à orientação de uma autora entre aqueles que a estudaram. Algumas ativistas entendem como improdutivas distinções mais estritas, propondo outras formas de distinguir os posicionamentos adotados nessa época, como Jo Freeman, que aplicaria essa classificação mais genérica entre políticas e feministas (FREEMAN, 1971), que,

identificadas às ideias radicais, abordavam os problemas decorrentes da opressão e subordinação feminina a partir de uma perspectiva que os atribuía à existência do sistema patriarcal, ou seja, sistema de dominação masculina, enquanto o primeiro sistema de poder existente. Ele antecederia historicamente e teria contribuído para a formação e sustentação do sistema político-econômico em que vivemos hoje, o capitalismo. Neste sentido, a luta das mulheres contra sua situação de opressão e as instituições que a reforçam e reproduzem seria a luta mais fundamental de nossa sociedade. Aquela capaz de, ao menos em potencial, contribuir para a superação dos demais sistemas de poder, como os baseados em distinções de classe ou raça.

Apesar de reconhecerem que a situação das mulheres não se restringia ao momento histórico inaugurado pelo capitalismo – na maioria das vezes, concordando com a assunção de que o sistema patriarcal foi o primeiro sistema de poder existente –, as segundas assumiam um horizonte de luta que apontava para uma revolução socialista, com ampla participação feminina, que destituiria as forças capitalistas. Esse seria, em última instância, um golpe simultâneo ao capitalismo e ao patriarcado. Adotavam um referencial teórico marxista, que se atualizava em ações concretas, não apenas, mas em boa parte, nos espaços de disputa política mais tradicionais – como os partidos, os sindicatos de trabalhadores, etc.

Sua denominação como “políticas” vinha da adoção de uma perspectiva alinhada a um vocabulário e um repertório de ações já mais ou menos consolidados pela esquerda masculina – atribuindo um peso importante a temáticas como ingresso no mundo do trabalho e as condições de seu exercício. Em um artigo chamado “O que é o feminismo socialista”, Barbara Ehrenreich afirmou que “É possível juntar marxismo e feminismo e chamar a soma de feminismo socialista”.⁴⁹ Como veremos mais a frente, há inúmeras formas de promover essa união, que resultarão em leituras das obras marxistas e, conseqüentemente, efeitos concretos bastante diferentes.

Selma James resgata um debate fundamental acerca das noções de “casta” e “classe”, envolvendo essas duas abordagens do feminismo liberacionista, que desempenham um papel fundamental em sua autodeterminação de grupo. A

em nossa opinião, tem uma conotação muito semelhante à da díade radical-socialista. Para nós, as expressões parecem válidas, desde que com as ressalvas acima mencionadas, na medida em que as próprias feministas as adotavam e adotam explicitamente.

⁴⁹ EHRENRICH, 1976.

querela em torno do primeiro termo remetia à ideia de que as mulheres constituíam uma casta – algumas vezes também se falava em classe – em relação aos homens. Esse grupo correspondia, em geral, às feministas alinhadas à perspectiva radical. Segundo Kate Millet, a importância conferida a um indivíduo em nossa sociedade é devedora de circunstâncias econômicas, sociais e educacionais, que, por sua vez, são determinadas pela classe social à qual ele pertence. Dessa forma, uma mulher de uma classe mais privilegiada poderia parecer estar em vantagem em relação a certos homens. Isso, no entanto, seria, para a autora, um engano, uma vez que a casta sexual, enquanto um sistema, seria capaz de subsumir as diferenças de classe. Um exemplo disso seria o fato de que os “serviços” domésticos e sexuais prestados pela esposa de um operário o fariam gozar dos “mesmos luxos físicos [de um homem] da classe ociosa”.⁵⁰

O uso do termo “classe”, por sua vez, estaria mais evidente entre as feministas de orientação socialista, que o aplicaram segundo uma certa formulação das categorias marxistas de “classe trabalhadora” e “trabalho produtivo”. Defendiam que as mulheres deveriam se unir aos homens enquanto trabalhadoras assalariadas, no caso, produtivas, somando forças às lutas revolucionárias já levadas a cabo por eles contra a classe de exploradores – a burguesia capitalista – e seu Estado. Em um panfleto do grupo de mulheres do Communist Federation of Britain lê-se: “Mais uma vez, insistimos muito fortemente não apenas na necessidade, mas na urgência de que as mulheres se organizem em seu local de trabalho, se unam aos homens em suas lutas do dia a dia contra o capitalismo”.⁵¹ Quando se referem a “local de trabalho” querem dizer o trabalho exercido fora de casa, nos espaços tradicionalmente ocupados por homens e nos quais eles se organizavam contra a exploração capitalista que os massacrava, em nome de melhores condições, tanto em termos do modo de trabalho como da remuneração, ou nos setores de trabalho historicamente femininos e menos organizados.

Assim, caberia às mulheres, antes de tudo, garantir seu acesso a esse ambiente do trabalho assalariado, como forma de combater o capitalismo “por dentro”, como elas dirão no mesmo documento. Seria nesse contexto que poderiam, aliadas aos homens, lutar por sua liberação, já que, para elas – ao contrário do que afirmariam as autoras articuladas ao feminismo radical, que

⁵⁰ MILLET, 2000, p. 38.

⁵¹ CFB-LONDON, 1973.

apresentaremos mais longamente no próximo subcapítulo –, de forma geral, seria em benefício do capitalismo que o patriarcado teria se constituído da forma como o conhecemos. Dessa maneira, ambos não poderiam ser enfrentados separadamente. Foi neste sentido que a ativista política norte-americana Angela Davis afirmou:

Com certeza, o trabalho sob as condições do capitalismo é trabalho brutalizado. Com certeza, é não criativo e alienante. Mesmo com tudo isso, permanece o fato de que no trabalho as mulheres podem se unir com suas irmãs – e, de fato, com seus irmãos – de forma a desafiar os capitalistas no ponto da produção. Como trabalhadoras, como militantes ativistas no movimento trabalhista, as mulheres podem gerar poder real para lutar contra o sustentáculo e beneficiário do sexismo, que é o sistema capitalista monopolista.⁵²

Para Juliet Mitchell, a participação das mulheres na produção capitalista também era uma pré-condição da liberação feminina, apesar de, isoladamente, não garantir a solução dos problemas que elas enfrentavam. Para ela: “Recusada, ou recusando, um lugar na produção, a mulher nem mesmo cria as pré-condições de sua liberação”⁵³. As autoras alinhadas ao feminismo socialista não ignoravam as condições nas quais o ingresso da mulher na força produtiva se fazia, ou seja, implicando a chamada “dupla jornada” – apesar do emprego fora de casa, ela continuava assumindo a integralidade das atividades domésticas – e a sujeição a trabalhos sem sentido, fatigantes e, muitas vezes, perigosos. Além disso, reconheciam o trabalho no lar como trabalho produtivo, ou seja, como fonte de valor para o capital. Ainda assim, no entanto, insistiam no ingresso das mulheres na força de trabalho como uma etapa necessária ao processo revolucionário.

Um dos fatores que pode ter contribuído para esse posicionamento é, em primeiro lugar, o fortalecimento da luta trabalhista, após o estabelecimento de acordos importantes no pós-segunda guerra mundial, que marcou o apogeu histórico da sindicalização em diversos países. Além disso, como abordaremos no próximo capítulo, havia uma rejeição muito forte em relação ao ambiente doméstico, marcado pela solidão, isolamento e ausência de qualquer forma de reconhecimento, que levava muitas mulheres a defender qualquer alternativa à

⁵² DAVIS, 1981.

⁵³ MITCHELL, 1971, p. 106.

permanência nessa esfera. A negação desse âmbito também se apoiava, por vezes, na suposta impossibilidade de torná-lo um espaço de lutas potente.⁵⁴

Além disso, essa visão está certamente atrelada a dois aspectos distintos, mas interdependentes: a compreensão da reprodução (seja a atividade doméstica ou sexual) como um âmbito do atraso, que precisaria ser superado, e a preponderância do desenvolvimento tecnológico para a expansão do processo revolucionário. A reprodução sexual, apesar de tornar a posição da mulher “[...] na sociedade capitalista, o complemento espiritual do papel do homem na produção”⁵⁵, estaria ainda vinculada a um modo arcaico, já que não teria passado por um processo de “modernização” tecnológica. Nesse âmbito as mulheres estariam ainda submetidas a restrições de ordem natural – como a indisponibilidade de contracepção em larga escala, métodos abortivos seguros ou mesmo práticas artificiais de reprodução.

Esse mesmo desenvolvimento tecnológico – colocado a serviço, até então, do trabalho industrial e de sua automação cada vez maior – é encarado como um avanço necessário, porém mal conduzido na esfera produtiva, na medida em que tem sido implementado ao custo da exploração humana sem precedentes. Neste sentido, trata-se de buscar um rebalanceamento na relação entre forças sociais e tecnologia – de forma que esta última não sirva a um sistema de devastação humana, ambiental, etc. Apesar de acrescentar que a relação entre tecnologia e revolução não se estabelece diretamente, mas, antes, depende das relações sociais que direcionarão tal ciência, a postura de Mitchell nos parece muito parcial, direcionada por um olhar que denuncia sua origem, na medida em que afirma que uma revolução socialista, que incluía verdadeiramente as mulheres, apenas poderia ser levada a cabo nos países mais desenvolvidos, onde o processo de conscientização acompanhasse o progresso tecnológico⁵⁶. Essa afirmação desconsidera, por um lado, a enorme carga de exploração sobre outras nações que o progresso ocidental necessariamente implica e, por outro, a forte presença das mulheres nos processos revolucionários nesses países (em geral, menos desenvolvidos) – sobre as quais nos deteremos um pouco mais no último capítulo.

⁵⁴ Angela Davis fazia referência à fragilidade e à falta de poder do setor formado pelas empregadas domésticas remuneradas, de forma a desqualificar os esforços nesse terreno (DAVIS, op. cit.).

⁵⁵ MITCHELL, op. cit., p. 106.

⁵⁶ Ibidem, p. 121.

Mas, se a revolução socialista enquanto caminho da liberação feminina era, para essas feministas, um consenso, havia ao menos duas posições distintas que se seguiam dessa afirmação. De um lado, uma postura idealista, segundo a qual o processo revolucionário garantiria de forma quase imediata a eliminação de toda diferença entre os sexos – o que já havia se provado uma falsa esperança, apenas pela observação dos regimes socialistas até então implementados.⁵⁷ De outro, a posição que acrescentava à defesa do ingresso no mercado de trabalho como forma de fortalecer a luta anticapitalista, a necessidade de “educar” os homens quanto à rejeição da ideologia burguesa da superioridade masculina, até então reproduzida pela classe trabalhadora de forma ampla. Para esse grupo, haveria, ao lado da luta travada no campo do trabalho dito produtivo (que compreendia a apropriação dos meios de produção e sua conversão em instrumentos de emancipação dessa classe), uma outra de cunho ideológico contra o patriarcado.⁵⁸

Em *Woman's State*, um dos livros mais importantes para o feminismo de orientação socialista, na Inglaterra, Mitchell propõe um encontro entre feminismo radical e feminismo socialista, a partir da compreensão dos limites de ambas as abordagens quando tomadas isoladamente e de sua apropriação crítica. Segundo ela, “Nós devemos fazer as perguntas feministas, mas tentar elaborar umas respostas marxistas”⁵⁹. Sua proposta, entretanto, nos parece fazer aquilo que ela mesma criticava nos clássicos socialistas: tratar as questões femininas como um anexo à teoria socialista. A autora não produz uma *releitura* do marxismo.

A psicanalista inglesa atribuía à perspectiva radical a produção de uma consciência autodirecionada, que não se constituiria em uma consciência política, já que não levava em consideração a opressão de todos os grupos minoritários simultaneamente – apenas a opressão feminina. Segundo ela, as mulheres e os demais grupos oprimidos – trabalhadores, colonizados, negros, imigrantes etc. – deveriam desenvolver suas próprias consciências, buscando entender suas relações com o capitalismo, mas sempre remetendo-as à ideologia socialista, que teria a função de integrá-las. Neste sentido, ela chegou a afirmar que: “O *Women's Liberation Movement* está no estágio de organizar o ‘instinto’ de nossa opressão como mulher em uma consciência de seu sentido. Isso se tornará uma consciência

⁵⁷ Sobre isso, ver MITCHELL, 1971, p. 120.

⁵⁸ CFB-LONDON, 1973.

⁵⁹ MITCHELL, op. cit., p. 99.

racional à medida em que começarmos a entender as condições objetivas que determinam essa opressão”⁶⁰. Essa autoconsciência deveria estar vinculada à perspectiva da revolução socialista, de forma a garantir que as mulheres não fossem excluídas da sociedade que se constituiria com a possível substituição do capitalismo.

Além de “feministas” e “políticas”, o que ficou conhecido como feminismo liberal exerceu influência sobre o debate das grandes questões durante os anos de mais intensidade do movimento, tendo, inclusive, sido uma das correntes que conseguiu se sustentar com mais consistência nas décadas posteriores. Suas lutas se davam a partir de uma perspectiva de garantia da igualdade entre homens e mulheres, por meio do alargamento do sistema político e econômico atual, priorizando a reformulação ou ampliação do sistema legal, em aspectos como discriminação no campo do trabalho (em termos de contratação, remuneração, e etc.), aborto, entre outros temas. A National Organization for Women (NOW), por exemplo, criada nos Estados Unidos em 1966 e atuante até hoje, declarava que seu objetivo era incluir integralmente as mulheres na sociedade norte-americana.

Robin Morgan afirmava que a organização compunha a seção mais reformista do *Women's Liberation Movement* e receava que sua orientação pudesse transformá-lo em um “movimento feminista burguês, que nunca desafiasse o suficiente, nunca realmente fosse além de sua própria classe e raça”⁶¹. A mesma armadilha na qual teriam caído suas antecessoras, no contexto das lutas pelo sufrágio feminino, segundo a autora. Contrariamente a isso, ela reforçava a importância de que o movimento fosse crítico em relação ao caminho que suas demandas tomavam na sociedade, já que estas podiam, e eram na maioria das vezes, levadas a tornarem-se – mesmo quando alcançadas – novas formas de opressão.⁶² Em relação à NOW, Carol Hanisch escreve em 1973, em um artigo sobre a perspectiva liberal que:

⁶⁰ MILLET, 1971, p. 92.

⁶¹ MORGAN, 1970, p. xxii.

⁶² Aqui, falamos de um tema que será, em breve, trabalhado mais detalhadamente; a saber, a transferência da exploração de um grupo de mulheres a outro. Por exemplo, a entrada das mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho resultou na exploração do trabalho doméstico fora de casa, economicamente desvalorizado e cujos direitos não eram plenamente garantidos, na maioria das vezes, por mulheres negras, imigrantes ou de classes sociais mais fragilizadas.

Além disso, elas falam sobre a opressão das mulheres como uma questão legal, como se ter uma legislação aprovada fosse resolver a nossa situação. Para elas, é sempre uma questão social (da sociedade) ou a uma questão legal. Nunca é uma questão sobre as realidades de poder, poder econômico real (quem possui), militar (de quem é a força física) e político (quem governa). Nunca é uma questão do que significa tomar o poder e distribuí-lo entre todas nós.⁶³

Apesar dos desdobramentos das décadas seguintes terem mostrado o crescimento dessa corrente em todo o mundo, no período que analisamos aqui, a influência do feminismo liberal – mesmo considerando avanços conquistados em termos legais – não foi majoritária.

⁶³ HANISCH, 1975.

2.3

A raiz da opressão feminina como fundamento: patriarcado transhistórico e sua relação com o capitalismo

As diferenças de poder fundadas na divisão sexual da sociedade, ou seja, aquilo a que se chama de sexismo, colocadas à serviço da dominação masculina, é o que caracteriza, de forma geral, o patriarcado. A “superioridade” masculina não se expressa apenas sobre as mulheres, mas também sobre outros homens, as crianças, os animais, a terra e tudo o que é socialmente produzido, incluindo a ciência e o pensamento.⁶⁴ Entre todas as abordagens feministas, a centralidade desse elemento – a diferenciação sexual em benefício da dominação masculina – para a determinação da organização social não é, em geral, colocada em questão. Parte-se dele como diagnóstico básico, para questionar-se sobre como chegou-se à situação presente e como contra ela será preciso se posicionar e agir.

Robin Morgan, que assumia seu alinhamento à perspectiva do feminismo radical, defendia que as divisões entre “políticas” e “feministas”, assim como outras separações de classe social, raça, idade, sexualidade e etc., apenas encobrem o enfrentamento de uma realidade mais profunda de que “não há como fugir da opressão primeira, compartilhada, de ser mulher em um mundo patriarcal”.⁶⁵ A ideia de que seria possível transpor as inúmeras diferenças que as poderiam separar, unindo-se em uma única luta, ancorava-se, de forma geral, na invocação do sistema patriarcal, enquanto a origem da situação vivenciada pelas mulheres – sua raiz.⁶⁶

De modo geral, as leituras que se identificavam ao feminismo radical assumiam o patriarcado como esse sistema transhistórico – persistente desde as primeiras organizações humanas – e que, por isso, carrega um caráter de universal. Kate Millet, o definirá como “a ideologia mais universal de nossa cultura e que

⁶⁴ Sobre a dominação masculina dos métodos, assunções e paradigmas filosóficos na história do pensamento Ocidental, que teriam legitimado a exclusão das contribuições femininas em diversos campos, e algumas propostas para combatê-la a partir de uma aliança com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, cf. GROSZ, 1993.

⁶⁵ MORGAN, 1970, p. xxxv.

⁶⁶ A feminista Kathie Sarachild explica que a origem do termo “radical”, com o qual, desde 1967, passaram a qualificar o feminismo que praticavam, vinha, não como se imaginava à primeira vista, da ideia de radicalidade como extremismo, mas sim de seu sentido associado à origem latina do termo: “radicalis”, que significa “relativo à raiz” é uma derivação de “radix”, que quer dizer simplesmente “raiz”. O sentido de raiz aqui é justamente aquele de origem e fundamento. Assim, se entendia por feminismo radical a busca pela raiz da opressão feminina (SARACHILD, 1973).

provê seu mais fundamental conceito de poder”.⁶⁷ Seria essa primeira expressão de domínio sobre outros seres que “ensinaria” o que é propriamente o poder. Parte-se, assim, da assunção de que a subordinação das mulheres é a relação de poder original ou, em outras palavras, a mais fundamental, para afirmar que foi a partir dela que os demais sistemas de dominação, opressão e exploração foram moldados. Barbara A. Crow afirma “[...] a opressão das mulheres como a primeira, mais antiga e a principal forma de opressão à qual todas as outras formas de opressão estão relacionadas e conectadas”⁶⁸. Kate Millet, ao analisar a obra de Jean Genet, *Journal du voleur*, reitera aquela que entende ser a posição do autor quanto à hierarquia social, baseada na divisão dos sexos:

[...] Genet veio a entender como a casta sexual suplanta todas as outras formas de desigualdade: racial, política ou econômica. [...] Ele está convencido de que, ao dividir a humanidade em dois grupos e designando um deles para governar o outro em virtude de um direito de nascença, a ordem social já estabeleceu e ratificou um sistema de opressão, que irá basear e corromper todos os outros relacionamentos humanos, bem como toda área do pensamento e da experiência.⁶⁹

Quando Robin Morgan menciona a pergunta facciosa que é endereçada às feministas na época: “Como [...] vocês podem falar sobre a opressão das mulheres, que é comparativamente insignificante quando colocada ao lado das questões do racismo e do imperialismo?”⁷⁰, sua resposta invoca a intersecção entre esses que, para ela, são diferentes sistemas de poder. O que ela admite ser comum, no entanto, nada tem a ver com os modos como eles se influenciam ou complementam mutuamente, mas sim com o problema da origem comum.

Para justificar a primazia do sistema patriarcal, uma das principais fontes teóricas à qual recorreram foi a obra de Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. O livro influenciou não apenas feministas radicais, mas a grande maioria da geração de mulheres ativistas das décadas de 60 e 70.⁷¹ Na obra originalmente publicada em 1884, o filósofo alemão aponta dois aspectos preponderantes para as análises feministas. Por um lado, o caráter sexual

⁶⁷ MILLET, 2000, p. 25.

⁶⁸ CROW, 2000, p. 2.

⁶⁹ MILLET, 2000, p. 20.

⁷⁰ MORGAN, 1970, p. xxxiv.

⁷¹ Em outras obras de Karl Marx e Friedrich Engels, como *A Sagrada Família* (1944) e *A Ideologia Alemã* (1846), já se encontravam as primeiras formulações desta tese desenvolvida pelo último no livro de 1884, após a morte do primeiro.

da primeira divisão de trabalho existente, estabelecida para garantir a procriação dos filhos. Por outro, a progressiva instituição da família de caráter privado, composta por um homem, uma mulher e seus filhos, na passagem do que define como barbárie aos povos civilizados da Antiguidade.

Ambas as assunções caminham em paralelo em sua história civilizatória. Quanto mais as relações sociais, que determinavam a divisão do trabalho, perdiam seu caráter primitivo e comunitário, por força da complexificação da produção humana e, portanto, do desenvolvimento econômico, tanto mais privadas se tornavam as relações familiares – com a introdução das noções de paternidade e monogamia – e mais opressivas e subordinadas se encerravam as condições de vida das mulheres. O filósofo narra, no contexto da mútua determinação entre relações sociais e forças produtivas, a história do triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva.

À medida em que o homem se torna uma figura mais importante em função do aumento das riquezas, torna-se uma questão cada vez mais relevante a determinação da herança e da hereditariedade. Com isso, os laços conjugais se consolidam ainda mais, cabendo somente ao homem suspendê-los. A instituição da monogamia – e, associada a ela, a propriedade privada do homem sobre a força de trabalho da mulher e dos filhos, bem como sobre seus escravos –, teria sido, nesse sentido, a grande derrota das mulheres, que carregou as mais duras consequências a esse grupo. Ele dirá que: “O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução”.⁷²

Com base nessa obra, feministas radicais puderam afirmar a milenar existência e persistência do patriarcado e seus efeitos sobre não apenas as mulheres, mas a sociedade como um todo. Muitas pensadoras passaram a construir suas teses a partir da base que o filósofo alemão lhes ofereceu, mas, inúmeras vezes, criticando o que entendiam ser os limites de seu trabalho. Por exemplo, na introdução que escreve para uma nova edição de *Sexual Politics*, vinte anos depois de sua publicação original em 1969, Millet afirma que gostaria de ter dado mais ênfase à instituição da paternidade como um elemento determinante no triunfo do patriarcado sobre os antigos cultos à fertilidade – fazendo referência à tese da

⁷² ENGELS, 1977, p. 61.

escritora feminista Elizabeth Fischer.⁷³ O argumento se centra sobre a hipótese de que é a determinabilidade da paternidade – que encontra na monogamia apenas um meio de possibilidade – que impõe o controle masculino, até então de posse apenas das mulheres, do processo de reprodução humano. Engels teria concedido à monogamia a centralidade, porque compreendia, equivocadamente, que haveria para as mulheres um ganho com o novo “acordo”. Segundo Millet, “Na imaginação vitoriana de Engels, ela mesma um produto das práticas sexuais patriarcais, a sexualidade era tão odiosa para as mulheres, que ele deduziu que elas prefeririam a propriedade por um homem, ao invés do uso por uma horda comunal”.⁷⁴ Com isso, a autora esperava ter dado mais ênfase à discussão de uma outra sexualidade feminina, mais livre das limitações que esta encontraria posteriormente à instituição do patriarcado.

A perspectiva radical do feminismo assumiria, assim, a “escravização”, de fato ou potencial, das mulheres pelos homens, não só como historicamente primeira, mas como uma regra geral que, desde a instituição do casamento monogâmico, tem marcado todas as sociedades e épocas históricas posteriores.⁷⁵ A persistência nos diferentes sistemas políticos e econômicos pelos quais a civilização passou daria a esse sistema de poder o caráter de universalidade.

Além dessas duas características – primazia histórica e universalidade –, havia ainda um terceiro elemento, preponderante nas análises radicais. Suas formulações tomavam as funções reprodutivas da mulher – sua capacidade de gerar e alimentar seus filhos – como o aspecto central na determinação de sua situação como indivíduos subjugados. As razões apresentadas foram muitas, seja a suposta fragilidade física em que a mulher se vê grávida ou junto a seus filhos; seja a dependência entre desenvolvimento humano e crescimento populacional; ou a relevância que a herança e a hereditariedade conquistaram com a complexificação econômica da sociedade. De maneira geral, seria, portanto, a

⁷³ A tese é desenvolvida na obra *Woman's Creation: Sexual Evolution and the Shaping of Society*, de 1979.

⁷⁴ MILLET, 2000, p. xi.

⁷⁵ Segundo Robin Morgan, a palavra família deriva do termo osco *famel* – a língua osca, idioma dos oscos, é um ramo sabélico das línguas itálicas, que, por sua vez, é uma família pertencente ao indo-europeu e inclui o umbro, o latim e o falisco. *Famel* significa aquele que serve ou escravo. *Pater*, por outro lado, significa dono, possuidor, mestre. Assim, o sentido original da expressão romana *pater familias* seria algo como: possuidor de escravos, servos (MORGAN, 1970, p. xxxii).

capacidade reprodutiva das mulheres que condicionaria, ao longo da história, sua situação de dependência e seu rebaixamento social, econômico e político.⁷⁶

Uma vez que as qualidades reprodutivas aqui em jogo são determinadas biologicamente, um apelo ao que se chamou por “natureza feminina” contribuiu fortemente para a justificação e sustentação do patriarcado. À mulher foi atribuída, sob a máscara da biologia, uma vocação natural inata, que correspondia aos papéis e às qualidades que dela se esperavam nas diferentes sociedades. Para Kate Millet, o patriarcado é “uma instituição de controle político [...], um sistema socialmente condicionado de crenças que apresenta a si mesmo como natureza ou necessidade”⁷⁷. Seria isso o que o faria sustentar-se de forma mais brutal que a própria divisão de classes, na visão da autora.

Ao traçar essas características básicas da abordagem feminista radical, podemos extrair delas algumas consequências. Em primeiro lugar, ao adotar esse ponto de vista, as autoras afirmam que o patriarcado antecede à constituição do capitalismo e permanece mesmo nas sociedades ditas socialistas, sendo, portanto, um sistema de poder independente da organização político-econômica da sociedade. Robin Morgan conclui, nesse sentido, que “capitalismo, imperialismo e racismo são sintomas da supremacia masculina – sexismo”⁷⁸. Isso significa dizer que somente por meio da luta contra o sistema patriarcal se poderia verdadeira e definitivamente ansiar pelo fim do capitalismo. O inverso, no entanto, não poderia ser dito. Em uma obra de 1977, Morgan afirma que “[o] sexismo é a raiz da opressão, aquilo que, até que e a menos que o desenraizemos, continuará a levar adiante expressões de racismo, ódio de classe, preconceito de idade, competição, desastre ecológico e exploração econômica”.⁷⁹

Essa posição é continuamente reiterada nas contribuições de feministas radicais. Ellen Willis argumenta – contra aquelas que defendiam que a luta não seria contra os homens, mas sim contra o capitalismo –, advogando em favor da existência de um sistema composto de duas partes distintas, mas interdependentes: o Estado capitalista e a família patriarcal. Essa mútua dependência, no entanto, não apagaria a historicidade particular dos dois sistemas, conforme a qual o segundo

⁷⁶ Entre as autoras que tratam desta questão a partir da perspectiva da capacidade reprodutiva, cf. MILLET, 2000; FIRESTONE, 1970; MORGAN, 1970.

⁷⁷ MILLET, 1970, p. xi.

⁷⁸ MORGAN, 1970, p. xxxiv.

⁷⁹ Idem, 1977, p. 9.

antecede o primeiro. No sistema familiar, mulheres e homens encarnariam classes distintas e antagônicas. A exploração feminina no capitalismo, que se dava como mão de obra barata e consumidora, em sua opinião, tem suas raízes, portanto, na posição da mulher no sistema familiar, ou seja, no patriarcado como sistema transhistórico.⁸⁰ O feminismo radical, portanto, supõe relevância à descoberta da condição originária (no sentido de antecedência cronológica) dos problemas vividos pelas mulheres para o seu enfrentamento.

Um segundo aspecto, agora, pode ser inferido das análises feministas radicais. O lugar das mulheres é continuamente apresentado como a consolidação de uma construção histórica milenar – uma trajetória, de certa forma, linear, na qual um conjunto de valores e instituições são conservados na forma de um sistema patriarcal independente. Com isso, os principais papéis que elas assumem na sociedade moderna – dona de casa, mãe e esposa – são retratados, repetidamente, como resquícios arcaicos. O trabalho no ambiente doméstico, já que não inclui uma troca monetária direta entre as mulheres e os donos do capital, era encarado, por algumas delas, como uma atividade pré-capitalista. Neste sentido, Kate Millet afirma:

O que elas comumente produzem (serviços domésticos e pessoais) não tem valor de mercado e é, como foi, pré-capital. Onde elas participam da produção de mercadorias pelo emprego, também não possuem ou controlam, ou mesmo compreendem, o processo no qual estão participando.⁸¹

Da compreensão de que as mulheres trabalhavam, em sua maioria, “fora da economia do dinheiro”⁸² – ou seja, como trabalhadoras domésticas não-remuneradas –, Robin Morgan conclui que elas viviam em condição de atraso, aprisionadas aos tempos feudais. Nesta mesma linha, Millet afirma que a família patriarcal tem “caráter essencialmente feudal [...] mesmo nas democracias modernas”.⁸³ Também se remete à interação social entre homens e mulheres como um “relação feudal”⁸⁴, na qual “pode-se esperar a troca de servidão por proteção”.⁸⁵

⁸⁰ WILLIS, 1989.

⁸¹ MILLET, 2000, p. 41.

⁸² MORGAN, 1970, p. xxxiv.

⁸³ MILLET, op. cit., p. 33.

⁸⁴ Ibidem, p. 17.

⁸⁵ Ibidem, p. 17.

Se, para elas, o trabalho feminino se dá fora da economia de mercado ou economia do dinheiro, a relação das mulheres com qualquer classe econômica seria “tangencial” e provisória, segundo Millet. O trabalho doméstico não as incluiria no sistema capitalista enquanto classe explorada, mas as remeteria ao sistema patriarcal, como “classe dependente”, no interior da família. Nesse sentido, a divisão sexual como a primeira e a mais fundamental determinação de relações de poder implicaria, não só que essa diferenciação social suplantará todas as demais (por classe, raça, e outras), mas que ela será – em algumas análises –, em si mesma, a “luta de classes” por excelência.

É a canadense Shulamith Firestone, fundadora de alguns dos mais importantes grupos de feminismo radical – New York Radical Women, Redstockings e New York Radical Feminists –, em seu livro *The Dialectic of Sex*, que levará essa tese adiante. Ela propõe, a partir do que entende ser um alargamento dos limites do marxismo, a noção de “sex class” – fazendo a defesa das mulheres como uma classe em oposição aos homens. Seu esforço resulta em uma sistematização daquelas que seriam as principais bases do feminismo de orientação radical.

A tese de Friedrich Engels acerca da divisão de trabalho original entre homens e mulheres implicaria, em sua opinião, o reconhecimento do filósofo quanto à existência de um sistema sexual de classes e quanto à reprodução social como um sistema econômico distinto da produção. Essa “descoberta” não teria sido investigada em profundidade por ele – o que a autora se propõe a fazer, tentando aplicar o materialismo histórico como método, como buscaremos mostrar.⁸⁶

Haveria, até 1970, em sua concepção, duas possibilidades teóricas para abordar a questão da divisão sexual da sociedade. Uma que determinaria uma

⁸⁶ A feminista entende que o desenvolvimento do materialismo histórico como método foi um grande avanço – no sentido em que este se livra do determinismo histórico, por um lado, compreendendo o mundo como um processo sob efeito de múltiplas forças em disputa, e, por outro, baseando a análise dessas forças nas condições materiais dadas. Apesar disso, ela o acusa por seu economicismo, ou seja, por restringir a realidade ao efeito das forças econômicas. Assim, afirma ser necessário “alargar” o materialismo histórico para *incluir* o estritamente marxista, ao invés de ser por ele determinado e limitado (FIRESTONE, 1970, p. 12).

realidade psicossexual anterior à economia e que determinaria esta última, assim como toda a realidade – imaginamos que ela esteja se referindo às propostas radicais anteriores a sua –, e a outra, materialista histórica, no entanto, restrita à análise econômica, típica do marxismo ortodoxo.

A assunção de que, sob a economia, a realidade é psicossexual é frequentemente rejeitada como a-histórica por aqueles que aceitam a visão materialista dialética da história, porque isso parece nos remeter de volta para onde Marx começou: tateando através de uma névoa de hipóteses utópicas, sistemas filosóficos que podem estar certos, que podem estar errados (não há meios de dizer), sistemas que explicam desenvolvimentos históricos concretos por meio de categorias de pensamento a priori; o materialismo histórico, entretanto, tentou explicar “saber” [knowing] por meio de “ser” [being] e não o contrário.⁸⁷

A autora, então, sugere uma terceira abordagem que consistiria no desenvolvimento de uma visão materialista da história baseada no próprio sexo, para a qual a análise histórica da realidade biológica seria o elemento central. Para ela, a diferença natural entre homens e mulheres provocaria um desequilíbrio básico⁸⁸, traduzido na forma da família biológica (enquanto uma unidade básica de reprodução formada por homem, mulher e filhos) – isso não significava que um sistema de classes, sistema de dominação de um grupo sobre outro, se desenvolveria necessariamente. Se o materialismo histórico tornou visível que a humanidade não é uma espécie animal, mas sim uma realidade histórica, as condições biológicas, apesar de constituírem um fator histórico material indispensável, que nos impediria de partir de categorias abstratas e definidas a priori para compreender a realidade sexual, não é determinante ou definitiva no que tange às relações de poder que se formaram entre homens e mulheres. O que estaria no cerne da disputa de poder que desencadeia um tal sistema seriam, sim, as funções reprodutivas implicadas nessas diferenças sexuais.

Assim, a liberação feminina depende, para ela, de uma revolução das mulheres, enquanto uma subclasse, contra aquela classe que as oprime e subordina, no caso os homens, pela apropriação dos meios primordiais de

⁸⁷ Ibidem, p. 5.

⁸⁸ A autora afirmará que a situação da reprodução humana – as desigualdades que ela implica às mulheres – advém, em boa medida, da violência implicada na própria natureza dessa atividade biológica: uma experiência dolorosa e brutal em si mesma. Como diz Juliet Mitchell, sobre a proposta teórica da outra: “Por isso, a revolução não é apenas contra uma forma histórica específica da sociedade (por, exemplo, capitalismo), mas contra a Natureza (e suas manifestações não transcendidas em todas as culturas)” (MITCHELL, 1971, p. 87).

reprodução, ou seja, o controle sobre seus próprios corpos – incluindo uma “ditadura”, durante a qual a “fertilidade humana” seria, temporariamente, controlada apenas pelas mulheres. Seria a apropriação do aparato tecnológico – possibilidades de contracepção e reprodução artificial –, de forma que este passasse a ser operado com o fim de liberar o corpo feminino de suas funções reprodutivas, que viabilizaria essa revolução, colocando fim às opressões da família biológica.⁸⁹ Segundo ela, não haveria meios conciliatórios de operar essa transição, uma vez que os homens não teriam nenhuma razão para, voluntariamente, abrir mão da tirania que exercem sobre mulheres e crianças.

Se é na família biológica, enquanto organização social básica, que estaria, para ela, o cerne da produção e reprodução da psicologia do poder ou as raízes psicosssexuais da noção de classe, sua destruição seria o único modo de enfrentar a opressão e a exploração como modos de existência política e social.⁹⁰ Apenas uma revolução sexual, que seja não só maior que, mas que contenha, uma revolução socialista, seria capaz de colocar fim a qualquer sistema de classes.

Ao buscar ampliar os limites da análise marxista da luta de classes para compreender a divisão entre os sexos, Firestone tentou dar um passo materialista. Entretanto, não o fez recorrendo nem ao método dialético, nem histórico – como implicaria a proposta que ela mesma se faz de adotar a abordagem marxista para ampliá-la. Na visão da inglesa Juliet Mitchell, a aposta não recorre de forma alguma à dialética, uma vez que pressupõe uma solução permanente do conflito: uma síntese, que eliminaria de uma vez por todas as contradições. Também não é histórica se não explora as manifestações contemporâneas, historicamente determinadas, dessa divisão do sexos na

⁸⁹ Esta revolução deveria transformar também a relação de homens e mulheres com o campo da produção – a relação entre trabalho e salários, bem como com o meio ambiente. Essa concepção é partilhada por outras feministas alinhadas à perspectiva radical, como Robin Morgan, que defendeu que a saída para a possível rejeição das mulheres aos mesmos empregos sem sentido e alienantes aos quais os homens são forçados a investir seu tempo, ou melhor, suas vidas, viria pelo caminho do progresso tecnológico. A melhor priorização dos esforços nesse campo poderia, segundo ela, levar à mecanização do trabalho a tal ponto que ninguém mais precisasse ocupar tais posições degradantes.

⁹⁰ Na abordagem radical, de maneira geral, a posição da mulher não era simplesmente efeito de uma cultura machista ou patriarcal: não era um problema apenas de transformação cultural. Mas, antes, de destituir o poder daquelas instituições que mantém inquestionadas e imutáveis certas condutas e valores. Alice Echols afirma que, para o feminismo radical, “a sexualidade, a vida familiar e as relações entre homens e mulheres não eram apenas questões de escolha individual, ou mesmo de *costume social*, mas envolviam o exercício do poder pessoal e institucional” (ECHOLS, 2009, p. xiv. Grifo nosso).

composição da luta de classes atual. A abordagem é, se analisada mais de perto, profundamente idealista.

A teoria não é mais histórica do que é dialética. Dizer que o dualismo sexual foi a primeira opressão e que está na base de toda opressão pode ser verdade, mas é uma verdade geral, não específica, é materialismo simplista, nada mais. Afinal de contas, podemos dizer que sempre houve uma classe que manda e uma classe que serve, mas importa *como* isso funciona (se eles são senhores feudais e camponeses, capitalistas e classe trabalhadora, e etc.); sempre houve classes, como sempre houve sexos, a pergunta é como eles operam no interior de uma sociedade específica? Sem esse conhecimento (materialismo histórico), nós não temos os meios de superá-los. Nada além desse conhecimento, e a ação revolucionária baseada nele, determina o destino da tecnologia – em direção à liberdade ou em direção à 1984 [referência ao livro de George Orwell].⁹¹

Essa análise marcada por uma abordagem transhistórica nos parece perder nuances fundamentais, uma vez que pensa as relações sociais a partir do princípio da repetição mais ou menos constante de certas determinações. Neste sentido, há, em nossa opinião, três questões primordiais implicadas nessa perspectiva radical do feminismo. Em primeiro lugar, a atribuição de universalidade ao patriarcado nos parece apelar a uma abstração das condições históricas específicas àquele estágio do capitalismo e dos corpos em sua atualidade. Ao invocar uma raiz de caráter universal para abordar a situação das mulheres, essas feministas tendiam a se concentrar sobre efeitos da dominação masculina que sobrevivem – aparentemente inalterados – nos diferentes sistemas político-econômicos já existentes. Ao assumirem o patriarcado como uma ideologia que se perpetua pela história milenar da civilização (mais profundamente, uma ideologia da dominação, da usurpação, da ganância, da “razão”, etc.), as expressões que assume – as instituições, reformuladas de tempos em tempos, de forma a reproduzir essa ideologia – e os sujeitos que as comandam, os homens, são ambos tomados como seus sintomas mais ou menos permanentes. Ao compreenderem o patriarcado dessa forma, universalizam condições particulares e desprezam os distintos contornos que esse sistema ganha em diferentes formações sociais (em momentos

⁹¹ MITCHELL, 1971, p. 90.

e lugares específicos) e, conseqüentemente, ganham menos relevância as formas como ele se impõe sobre *diferentes* mulheres.

Na *Ideologia Alemã*, Marx afirmará que “as ideias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que *assumem* cada vez mais a *forma* da universalidade”⁹². A aparência de universal, no entanto, não quer dizer que sejam propriamente universais no sentido histórico e material. As ideias que dominam, em certa época, ele dirá, devem ser observadas a partir das condições particulares de sua produção e de seus produtores. Assim, se adotamos essa perspectiva, o exercício mais cotidiano de observação e denúncia da opressão e da exploração femininas, mesmo quando ela se esconde nos recônditos mais íntimos da vida ou nas linguagens e nos hábitos perpetuados historicamente, é um esforço necessário ao feminismo. Mas essas questões não poderiam ser elevadas à categoria de universais – à condição de existência, mais ou menos persistente, em qualquer sociedade, sobre quaisquer corpos femininos. Ao contrário, seria necessário identificar esses sintomas em análises sempre atuais e que permitissem compreender suas inserções nas complexas relações com as forças capitalistas – a que e a quem servem.⁹³

Um outro perigo seria tomar como inimigo o “homem”, enquanto resultado de um processo de socialização estável historicamente. Ao contrário, o “masculino” depende de condições materiais e historicamente determinadas, ou seja, das especificidades econômicas, raciais, de classe, geográficas, entre muitas outras, que diferenciam os homens entre si em cada época. Não há uma masculinidade transhistórica – “masculino” milenar, universal, inalterado – que determina a materialidade das sociedades. Como pôde nos mostrar Pierre Clastres, a bravura do guerreiro ou a posição de chefia, mesmo encarnadas na figura masculina, não precisam se traduzir em acúmulo de poder ou no exercício da violência e da dominação.⁹⁴ Sobre esse aspecto, não poderíamos concordar mais com Juliet Mitchell quando ela afirma:

⁹² MARX; ENGELS, 2007, p. 48.

⁹³ Robin Morgan afirma, por exemplo, em relação a mulheres em outros contextos sociais e nacionais, que: “[...] eu, como uma mulher americana branca, que não passa fome, vivendo na própria barriga da besta, devo lutar para que aquelas irmãs sobrevivam, antes que possamos mesmo falar juntas como mulheres oprimidas” (MORGAN, 1970, p. xxxiv). O aparato conceitual/teórico que é disponibilizado pelo feminismo radical, no entanto, ao se amparar em ideias universais, por vezes, dificulta a análise das implicações entre capitalismo e patriarcado em distintas atualizações sociais, raciais, históricas e geográficas.

⁹⁴ CLASTRES, 2013.

A noção indiferenciada de dominação masculina dos tempos mais antigos até os mais recentes simplesmente oferece uma forma teórica para a maneira como a opressão é usualmente experimentada. É também, de certa maneira, equivalente a um trabalhador que vê o empregador, ele mesmo, como o único inimigo, simplesmente porque ele parece diretamente responsável pela exploração individual. Por outro lado, aqueles que se opõem às análises feministas radicais sobre o homem como o opressor, furtam-se a um aspecto muito importante da opressão se apenas dizem: ‘não, não são os homens, é o sistema’.⁹⁵

Em terceiro lugar, a concepção de classe formulada pelo feminismo radical nos parece problemática em alguns sentidos – a ela, opomos os desenvolvimentos da noção propostos pelo marxismo, acerca dos quais falaremos mais nos próximos capítulos. Por ora, no entanto, destacamos que, quando equivale o patriarcado a um sistema de classes – ou seja, quando o eleva acima dos sistemas político-econômicos e dos modos de produção em determinada sociedade –, o feminismo radical concede a essas categorias, em boa medida, pré-determinadas, de “homem” ou “masculino”, um dos lados no antagonismo de classes. Com isso, como explicaremos à frente, afasta a possibilidade de nexos com a perspectiva marxista desse mesmo conceito, mas, mais grave, prejudica o exame das condições particulares de existência da mulher no sistema capitalista em suas diferentes atualizações. O faz em privilégio de uma postura que tende a universalizar ambos os lados desse confronto, definindo-os a partir de uma cisão original.⁹⁶ Por isso, deixa em segundo plano questões fundamentais: se e como os corpos femininos integram de maneira particular as contradições entre “explorados” e “aqueles que exploram”? Ou seja, se e como as *diferentes* mulheres e seus corpos servem à acumulação capitalista atualmente? A divisão entre os sexos serve a essa contradição de classes? Se sim, onde esses conflitos se encontram e se reforçam?

Talvez, uma das definições de luta de classes mais conhecidas, a fórmula que, em 1848, Marx e Engels apresentam no *Manifesto do Partido Comunista* possa ainda hoje ser resgatada: “Toda a sociedade se divide [...] em dois grandes campos inimigos, em duas classes frontalmente opostas: a burguesia e o

⁹⁵ MITCHELL, 1971, p. 93.

⁹⁶ Kate Millet, por exemplo, coloca sobre os “homens”, enquanto uma categoria abstrata e a-histórica, a responsabilidade pela construção da ideia de mulher: “A imagem da mulher como a conhecemos é uma imagem criada pelo homem e moldada para atender as suas necessidades. Essas necessidades nascem de seu medo da ‘outridade’ da mulher” (MILLET, 2000, p. 46).

proletariado”⁹⁷ – mesmo que seu uso exija, como mostraremos no próximo capítulo, uma análise cuidadosa de quem compõem esses lados. No volume I de *O Capital*, Marx detalhará as condições objetivas dessa separação, segundo a qual cada classe se define pela relação que estabelece com os meios de produção sociais, ou seja, os meios técnicos para a produção da riqueza material (dos produtos de satisfação das necessidades imediatas). Isso significa que a classe se determina por uma posição na divisão social do trabalho e pelas consequências que advêm desse lugar – seja essa classe a que detém a propriedade sobre esses meios de produção ou aquela que se relaciona com eles pela venda de sua força de trabalho. Essa é também uma das definições que Lênin deu à noção de classe em suas obras:

Chamam-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social.⁹⁸

Nesse sentido, as mulheres podem ser entendidas como uma classe na medida em que sua existência no capitalismo, como mostraremos em breve, é condicionada pela relação com seus corpos enquanto “meios de produção” da força de trabalho (no capitalismo, uma mercadoria a ser comercializada), ou seja, como máquinas reprodutivas. Sua determinação como classe derivaria, assim, da relação com seus próprios corpos enquanto os meios de sua exploração. Já os “homens”, como uma totalidade determinada *por seu sexo*, não teriam nenhuma relação particular em comum, enquanto coletividade, com os meios de produção – seja como explorados ou exploradores.

Uma outra forma de definir uma classe é por sua determinação como um interesse coletivo que, em uma certa formação social, se opõe ao interesse coletivo de um outro grupo. Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels falarão da relação entre as classes como uma que se determina no conflito entre os “reais interesses singulares e gerais” e um interesse coletivo – o Estado –, que assume uma forma

⁹⁷ MARX; ENGELS, 2012, p. 45.

⁹⁸ LENIN, 1980, p. 139-160.

emancipada em relação aos “demais” interesses e cujo caráter de “comunidade ilusória” se funda sobre a determinação das classes em função da divisão do trabalho já estabelecida. Essas classes “se isolam em aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras”⁹⁹. Assim, eles falam da luta entre as classes como “[...] a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e *de modo real* aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos [...]”¹⁰⁰.

Se partimos dessa definição, diferente do que afirma a perspectiva feminista radical, as mulheres não constituem um interesse coletivo em oposição aos interesses masculinos. Mesmo que formem uma classe, não poderíamos opô-las aos homens em um antagonismo, uma vez que o interesse coletivo que se opõe ao delas não é constituído pela classe de “homens”, mas sim pela classe de capitalistas – aqueles que se apropriam do produto gerado pelo trabalho reprodutivo feminino (a força de trabalho de seus maridos e filhos). As autoras que apresentaremos no próximo capítulo defenderão que essa produção de valor que, nesse período, se passava no interior da família, tinha a mediação do salário masculino e escondia justamente a relação entre as mulheres e o capital à sombra dessa relação de aparente oposição entre o homem e a mulher.

Por último, mas relacionado a este último aspecto, o preterimento de uma análise historicamente circunscrita das relações entre patriarcado e capitalismo prejudica uma leitura atual da situação das mulheres, tornando questões essenciais, em certa medida, acessórias.¹⁰¹ O que é o patriarcado nesse período histórico – no capitalismo moderno – e porque o é com essas especificidades? A alternativa por pensar a forma como esses sistemas se “determinam” mutuamente nos parece muito mais potente – na medida em que os problemas colocados por ambos nunca

⁹⁹ MARX; ENGELS, 2007, p. 37.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 37.

¹⁰¹ Isso não significa que o feminismo radical desconsidere o capitalismo em suas análises – muitas leituras interessantes são produzidas sobre a relação entre consumo e sexualização. Em nossa opinião, a “raiz” da opressão das mulheres deve ser circunscrita historicamente, portanto compreendida nos limites do sistema capitalista e das lógicas ou leis que regulam seu modo de exploração, que é também seu modo de reprodução. Sem refletir sobre os modos como as mulheres integram os processos de acumulação capitalista atualmente (para a qual inúmeras análises feministas de diferentes tendências têm certamente a contribuir), não se estaria enfrentando diretamente as premissas da opressão feminina. Uma consequência que pode decorrer disso é que certas verdades, enquanto tomadas como universais, sejam apropriadas pelo Estado como forma de justificar a violência com que defenderá seus interesses – como no caso de invasões imperialistas a outros países ou, caso bastante comum recentemente, na rejeição de imigrantes com base na justificativa de proteção às mulheres.

se distinguem completamente e, por consequência, também não se separam as lutas que essas questões ensejam. Como veremos, no próximo capítulo, esses deslocamentos produzem desdobramentos teóricos e práticos absolutamente distintos dos que encontrarão as chamadas “feministas”. Nesse sentido, a filósofa Cinzia Arruzza afirma:

O que é interessante não é tanto saber se a contradição entre capital e trabalho é mais importante ou mais “primeira” que a opressão das mulheres, e sim compreender a maneira como ambas se encontram hoje inteiramente imbricadas nas relações de produção capitalistas e no conjunto das relações de poder do capitalismo, o que dá lugar a uma realidade complexa.¹⁰²

¹⁰² ARRUZZA, 2011, p. 170.

2.4

Notas críticas sobre *Women's Liberation Movement*

O *Women's Liberation Movement* rompeu inúmeras barreiras e produziu mudanças concretas nas vidas das mulheres em muitas partes do mundo: foi definitivamente revolucionário. Em primeiro lugar, as milhares de mulheres que nele se engajaram produziram um sem número de descrições da realidade feminina e desmascararam, pela primeira vez de forma sistemática, uma série de mistificações envolvendo a mulher, a gravidez, a maternidade, o trabalho doméstico, o “estar apaixonada”, e muitas outras. Como afirmou Alice Echols, “[...] sua principal realização foi a destruição do senso comum prevalecente acerca das relações homem-mulher. Todo um conjunto de mentiras sobre mulheres e homens e suas vidas juntos nunca mais poderia ser contado, pelo menos não com uma cara séria [...]”.¹⁰³ E, mais do que isso, ao declararem o “pessoal é político”, ampliaram o espectro das lutas feministas, legitimando o debate e confronto de questões absolutamente primordiais, mas antes despojadas de caráter político.

Em segundo lugar, a ideia original de sua organização enquanto grupos dedicados, simultaneamente, aos processos de conscientização e produção política foi um grande incentivo à ação direta e revolucionária – portanto, uma referência de atividade política autônoma cujo resgate é, ainda hoje, relevante. Em terceiro, também deve se destacar o esforço na retomada das obras marxistas a partir de uma perspectiva feminina. Sobretudo, o empenho em produzir uma abordagem materialista do feminismo, que pensasse os corpos das mulheres e a produção política que os constrói.

Por último, e mais importante, sem esse intenso debate, com todos os questionamentos e ações por ele provocados, que tomaram mulheres tão diferentes entre si de um mesmo espírito de contestação das verdades estabelecidas e confiança em seu potencial para a transformação da sociedade, as abordagens às quais aqui nos referiremos – no caso, a crítica marxista que criou o movimento *Wages for Housework* – não teriam encontrado um terreno tão fértil onde se desenvolver. É claro que houve, como mostraremos, outras influências, mas essa, sem dúvida, foi não apenas uma referência teórica e prática, mas uma ruptura subjetiva. Uma abertura que tornou possível que diferentes mulheres pudessem se

¹⁰³ ECHOLS, 2009, p. x.

colocar a pergunta “o que significa ser mulher?” e que, dentre as respostas, pudessem afirmar suas existências enquanto sujeitos políticos e revolucionários.

Um outro aspecto que “deve” muito ao *Women’s Liberation Movement* é aquilo que Maria Mies afirmou como uma de suas principais discontinuidades com a primeira onda do movimento feminista: uma “política do corpo [body politics]”.¹⁰⁴ Segundo ela, em países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, entre outros, o movimento só teria se massificado nos momentos em que pautas relacionadas à emancipação do corpo estavam em questão –¹⁰⁵ a defesa do direito de decidir sobre seus próprios corpos. Esse nos parece ser um aspecto central para o feminismo ainda hoje, sobretudo se pensado a partir da ideia da diferenciação dos corpos – quais corpos são oprimidos e explorados e de que formas. A questão da corporalidade – a materialidade dos corpos na produção política – ganhará uma enorme relevância nos trabalhos desenvolvidos, por exemplo, por Silvia Federici, que mostraremos a seguir.

Apesar desses inegáveis avanços, as três perspectivas que apresentamos neste capítulo brevemente (feminismo radical, socialista e liberal) implicam, em nossa opinião, inúmeros limites, como tentamos explicitar. Pretendemos demonstrar ao longo dessa dissertação uma outra abordagem, segundo a qual a situação da mulher na sociedade moderna se constituirá como efeito de agenciamentos específicos entre patriarcado e capitalismo – ambos não podendo ser pensados de forma independente, sob o risco de compreensões parciais da realidade. Essa perspectiva será amplamente desenvolvida por meio de uma apropriação inovadora da teoria marxista.

O que acreditamos diferir a abordagem desse feminismo é, em primeiro lugar, a rejeição do patriarcado simplesmente como uma ideologia apartada das forças materiais que constituem as sociedades – um sistema transhistórico. Assim, o esforço empenhado pelas pensadoras às quais nos remeteremos será o de refletir sobre a exploração e a opressão das mulheres, desde uma análise do patriarcado como parte integrante e indispensável do modo de produção capitalista,

¹⁰⁴ MIES, 1986.

¹⁰⁵ Maria Mies menciona a pauta do aborto como a que reunia ao seu redor o maior número de defensoras. Não destaca, entretanto, que os debates naquele momento estavam divididos, já que havia no mundo todo políticas de esterilização compulsória de mulheres negras e latinas. A pauta do aborto não era, portanto, universal. A defesa da “autonomia sobre os próprios corpos”, por outro lado, implicava uma política que levava em consideração as particularidades desses corpos femininos.

compreendendo-o não como um sistema de poder à parte, mas como uma das principais engrenagens de reprodução do capital. Com isso, o que muda essencialmente é que o foco principal de análise, e mesmo de luta, se desloca para o âmbito em que se estabelecem as amarras fundamentais entre patriarcado e capitalismo: a esfera da reprodução social e suas atualizações diante da divisão sexual do trabalho em nível global, que tem sempre diferentes imposições sobre os distintos corpos femininos.

O objetivo dessas autoras será analisar detalhadamente, com base em recursos históricos, como tem se dado a constituição conjunta do que hoje conhecemos como patriarcado e capitalismo. Para elas, a solução jamais está na entrada das mulheres no mercado de trabalho – como na perspectiva socialista –, já que isso apenas as incluiria em uma esfera de exploração complementar a que já sofriam no âmbito reprodutivo. Mas também não está, fundamentalmente, no confronto de sintomas do patriarcado tomados como regra geral. A luta que buscam mobilizar se dá, como mostraremos em breve, no sentido de (i) desmontar a ideia de que a reprodução social é um âmbito sem valor na sociedade, desmistificando a desvalorização econômica e, conseqüentemente, política e social feminina; (ii) refletir sobre a ideia de autonomia reprodutiva – não apenas a reprodução sexual, mas, sobretudo, a reprodução da própria vida diária – como forma de liberação; e (iii) restaurar a ideia de solidariedade de classe entre homens e mulheres – já que ambos farão parte de uma noção mais ampla de classe trabalhadora.

Cabe ressaltar, por fim, que não há discordância por parte dessa perspectiva do feminismo de que a existência do sistema patriarcal remonta milênios atrás, mas, como Juliet Mitchell e, mais tarde, Cinzia Arruzza (2011) afirmam com clareza, as classes também sempre existiram, o que não quer dizer que elas não façam parte de entrelaçamentos muito específicos com o sistema capitalista. Há um novo patriarcado que se atualiza concomitantemente ao surgimento do capitalismo e mesmo a cada transformação desse sistema, ou seja, frente a sua necessidade de impor novas rodadas de acumulação de capital, como dirá Silvia Federici. O que muda, então, quando propõe-se uma análise a partir dessa perspectiva?

Se não pensamos em termos da indissociabilidade entre patriarcado e capitalismo, como podemos pensar a liberação da mulher de forma ampla, ou seja,

em escala mundial? Como impedir que a liberação de certas mulheres represente a exploração de outras? Como evitar, portanto, a “exportação do subdesenvolvimento” e suas duras consequências para as mulheres? É possível combater o patriarcado sem combater o capitalismo ao mesmo tempo? Como pensamos a luta contra o patriarcado em separado das ditaduras financiadas por países capitalistas, onde as mulheres não podem reivindicar liberdades mínimas? Ou em situação de calamidade ambiental ou guerras – provocadas por condições capitalistas de exploração da terra e seus recursos –, como nos acampamentos de refugiados do clima ou em regiões pauperizadas por essas circunstâncias, onde mulheres sofrem abusos físicos e materiais? Buscando oferecer caminhos possíveis para a reflexão sobre esses questionamentos, um dos grandes objetos dessa dissertação é remontar a trajetória teórica e prática do movimento revolucionário que colocou no centro de seus debates a inseparabilidade entre produção capitalista e reprodução social e seus efeitos sobre a vida das mulheres.

3

Wages for Housework e a inseparabilidade entre produção capitalista e reprodução social

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.

Eles chamam de frigidez. Nós chamamos de absenteísmo.

Cada aborto é um acidente de trabalho.

Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será tão poderoso na destruição das virtudes curadoras de um sorriso.

Neurose, suicídio e dessexualização: doenças ocupacionais da dona de casa.

Silvia Federici, *Wages Against Housework*

O calor era forte no apartamento que estavam aos poucos pagando. Mas o vento batendo nas cortinas que ela mesma costurara lembrava-lhe que se quisesse podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte. Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores. Crescia sua rápida conversa com o cobrador de luz, crescia a água enchendo o tanque, cresciam seus filhos, crescia a mesa com comidas, o marido chegando com os jornais e sorrindo de fome, o canto importuno das empregadas do edifício. Ana dava a tudo, tranquilamente, sua mão pequena e forte, sua corrente de vida.

Clarice Lispector, *Laços de Família*

O homem mais oprimido pode oprimir um ser, que é a sua mulher. Ela é a proletária do próprio proletário.

Flora Tristán, *L'Union ouvrière*

Cremos que a análise da situação das mulheres a partir de uma crítica *sistemática* ao capitalismo, que buscaria pelos pontos em que as diferenças entre os sexos contribuem para a sustentação desse sistema, só é possível quando se olha para o processo capitalista mais fundamental: a acumulação primitiva de capital. Segundo uma releitura proposta por Silvia Federici,¹⁰⁶ do ponto de vista da classe trabalhadora este processo está ancorado, por um lado, na privação dos meios de produção e subsistência, que cria uma classe “dependente” disposta a vender sua força de trabalho em condições precárias, e, por outro, em um movimento de divisão e hierarquização no interior dessa classe, expressado no racismo, no

¹⁰⁶ FEDERICI, 2009.

sexismo, entre outras formas. Este último estará, como veremos, no cerne de uma relação particular entre os âmbitos da produção capitalista e da reprodução social que se estabelece na constituição do novo sistema econômico e diante da qual a mulher assumirá um papel social muito distinto das eras pré-capitalistas.

As “descobertas” da autora italiana não são simplesmente dados históricos, restritos ao momento originário do capitalismo. Se mostram, antes de tudo, peças-chave na análise das condições de vida das mulheres sob o capitalismo, em qualquer época. Em especial, nos servem à reflexão sobre seus momentos de crise, nos quais costuma-se ver, por um lado, um incremento da força da classe trabalhadora, ao qual correspondem, por outro, tentativas de reequilíbrio das relações de poder (em benefício da reprodução do capital) em que o uso do sexismo se mostrará uma arma poderosa. Neste sentido, suas formulações contribuem à compreensão da vertente do feminismo que nos propomos a tratar daqui em diante, buscando pensá-la justamente diante das lutas de classes.

O espaço privilegiado de análise dessas feministas será o ambiente doméstico – onde o caráter laboral da atividade reprodutiva foi sistematicamente “apagado” em prejuízo de suas protagonistas, mas em benefício da acumulação capitalista. Seria preciso esperar até a década de 70 para que um esforço teórico e prático sistemático se desse nessa direção – ou seja, no sentido de “desmascarar” que a reprodução do capital depende desse reino de relações aparentemente privadas. No entanto, desde a chamada primeira onda do movimento feminista,¹⁰⁷ o debate acerca do trabalho doméstico – enquanto responsabilidade primordial das mulheres – já começava a desenhar suas primeiras críticas. Estas se davam a partir

¹⁰⁷ Os termos “primeira onda” e “segunda onda” do movimento feminista aparecem pela primeira vez no artigo de Martha Weinman Lear, “The Second Feminist Wave”, no *The New York Times Magazine*, em março de 1968, no qual a autora trata do ressurgimento do ativismo feminista na grande imprensa. Sobre esse assunto, ver Alice Echols, *Daring To Be Bad: Radical Feminism in America, 1967-75*, “Introduction”, nota 37. A primeira onda corresponde a um período de lutas que se estendeu, aproximadamente, da metade do século XIX ao início do século XX, enquanto a segunda onda vai da década de 1960 até o início dos anos 80. Tanto um quanto outro foram momentos de intenso ativismo feminista em diversos países, mas sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Há, no entanto, que se fazer duas ressalvas em relação ao uso dessas expressões. A primeira diz respeito à ideia de onda, que poderia implicar que antes e depois desses momentos se experimentasse um “deserto” em termos de resistência feminina – o que, como tentaremos mostrar nestes primeiros parágrafos do capítulo, de forma alguma seria verdadeiro. A outra tem relação com a periodização implicada nos termos “primeira” e “segunda”, que poderia invocar uma progressão dessas experiências no tempo (um avanço) que, em última instância, pode mesmo levar a desprezar as experiências passadas como inúteis ao presente. Kathi Weeks diria que uma das limitações desse tipo de abordagem seria “[...] seu reducionismo – talvez, um efeito colateral inevitável de qualquer projeto classificatório” (WEEKS, 2011, p. 115).

das experiências concretas vividas por mulheres de todas as classes sociais. O isolamento do ambiente doméstico e a inexistência de limites de tempo trabalhado – o serviço que se estende do despertar à última força do corpo – apareciam no relato de diversas mulheres na época.¹⁰⁸ Entre as que trabalhavam fora de casa, a situação nunca foi melhor, já que a jornada de trabalho apenas se duplicava.

Menos comuns eram críticas como as da feminista norte-americana, Charlotte Perkins Gilman, que expressava, ainda em meados do século XIX, o aspecto econômico deste tipo de trabalho: “O trabalho das mulheres em casa permite certamente que os homens produzam mais riqueza que aquela que de outra forma produziriam. E é por essa via que as mulheres são importantes fatores econômicos na sociedade”.¹⁰⁹ Além de apresentar o trabalho doméstico e do cuidado como um *trabalho* – e não uma vocação natural da mulher –, Gilman buscava mostrar como ele produzia riqueza, mesmo que “indiretamente”. A tradição norte-americana do socialismo utópico, da qual a escritora é parte,¹¹⁰ é ressaltada por Silvia Federici como uma referência a ser resgatada e revalorizada, juntamente ao feminismo materialista do final deste mesmo século e início do seguinte, em função das importantes experiências de reorganização e socialização do trabalho doméstico nas quais se engajaram.¹¹¹

Contemporânea desta última, Crystal Eastman, feminista socialista, chegou mesmo a afirmar que as mulheres que trabalhavam em casa deveriam ser pagas pelo governo pelas atividades que desempenhavam. Debates como esses, todavia, não seriam levados a frente, de forma mais orgânica, nas primeiras décadas do século. Nos Estados Unidos, foi nesse período que a demanda pelo sufrágio feminino se fortaleceu, em função da atividade política intensa das mulheres, sendo, finalmente alcançado em 1920. Entretanto, segundo Mariarosa Dalla Costa,¹¹² teria havido a cooptação do feminismo por uma tendência de valorização moral da vida doméstica, que colocava a liberação em termos de profissionalização das atividades do lar. O movimento pela ciência doméstica ou economia doméstica, como também era chamado, teria, assim, se configurado

¹⁰⁸ Sobre isso, ver DALLA COSTA, 2015, p. 10.

¹⁰⁹ GILMAN, 1898.

¹¹⁰ A esse respeito, uma referência é o romance utópico da autora, *Herland*, cujo pano de fundo é uma sociedade constituída apenas por mulheres, que se reproduzem de forma assexuada e que viveriam, assim, sob uma ordem social livre de guerras e experiências de dominação.

¹¹¹ Ver FEDERICI, [2010] 2012, p. 145.

¹¹² DALLA COSTA, 2015, p. 9.

exatamente na intersecção de feminismo e reformismo –¹¹³, como pretendemos demonstrar adiante, a instituição familiar, na qual a posição social da mulher é marcadamente a de esposa e mãe, passaria a ocupar desde o século XIX lugar determinante na luta de classes.

Nos anos 40, a feminista Mary Inman apontaria as donas de casa como uma classe especial de trabalhadoras exploradas pelo capitalismo. Em uma coletânea de artigos publicada sob o título *In Woman's Defense*, a ativista norte-americana apresenta, pela primeira vez, elementos que só seriam desenvolvidos a fundo décadas mais tarde, como o caráter produtivo das atividades que reproduzem a força de trabalho. Chega mesmo a concluir que “a dependência da mulher é também um meio de prender o homem e de alcançar, por meio dos pais, seus filhos” –¹¹⁴ assunção que seria levantada, mais tarde, por Silvia Federici ao refletir sobre os processos de disciplinarização da classe trabalhadora.

Foi, contudo, em meio ao que se denominou por “segunda onda” do movimento feminista e a um cenário político bastante particular – sobre o qual nos deteremos aqui, a fim de inscrever esse movimento não apenas no contexto do desenvolvimento do capitalismo, como sobretudo da classe trabalhadora – que a temática do trabalho doméstico foi recolocada definitivamente em questão. Dentre as muitas formulações que o tema recebeu, a análise que reúne feminismo e marxismo autonomista produziu, em nossa opinião, os desdobramentos teóricos e políticos mais inovadores. É sobre esse movimento, que recebeu o nome de Salários pelo Trabalho Doméstico, que nos deteremos neste capítulo. Começaremos, no entanto, pelo trabalho de Silvia Federici sobre a acumulação primitiva de capital, já que este nos parece chegar ao cerne dos problemas levantados e das posições que passaram a sustentar essas feministas.

¹¹³ O movimento se desenvolveu a partir de 1890 e constituiu, pela primeira vez, um campo de estudos organizado sobre a economia e gestão do lar. O reconhecimento do caráter laboral das atividades domésticas implicava, ao mesmo tempo, sua valorização moral. Ou seja, na medida em que era o trabalho mais elevado que uma mulher poderia realizar, deveria ser executado da melhor forma possível. Passava-se, assim, a buscar formas mais “racionais” de realizá-lo, a partir da aplicação de mecanismos de gerenciamento e avaliação das atividades. Um de seus objetivos era, por exemplo, ensinar as mulheres formas de gestão eficiente dos salários de seus maridos. Assistentes sociais visitavam inúmeras residências para dar assistência às donas de casa no aprendizado e cumprimento de novos padrões de limpeza, nutrição e valores, bem como na maximização dos resultados de seus trabalhos – isso ocorria sobretudo com as mulheres imigrantes (ibidem, p. 9 e 99).

¹¹⁴ INMAN, 1940.

3.1

Entre as bruxas e nós: o nascimento do capitalismo e a transformação da mulher em máquina reprodutiva

Anos depois da Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico ter se desarticulado, uma de suas fundadoras, a filósofa italiana Silvia Federici, pretendeu demonstrar como a posição social degradada das mulheres, justificada por sua “natureza inferior” e que justificava, por sua vez, a naturalização do trabalho reprodutivo e da atividade doméstica, é o efeito de um entrelaçamento de patriarcado e capitalismo no contexto determinante da acumulação primitiva de capital. Dedicou-se a esta tarefa em sua obra *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*, na qual reconta, pela primeira vez, a história do nascimento do capitalismo a partir de uma perspectiva privilegiadamente feminina, considerando a relação entre a exploração particular à qual seus corpos foram submetidos, a opressão de que foram (e são) reiteradamente vítimas e sua produção subjetiva.

Neste subcapítulo, buscaremos, em primeiro lugar, demonstrar, a partir sobretudo da análise dessa obra, de que forma a imposição de uma divisão sexual do trabalho na constituição do sistema capitalista, que marcou uma (falsa) separação entre os âmbitos da produção e da reprodução social, bem como a subordinação hierárquica deste último ao primeiro, contribuiu de forma contundente para o processo de acumulação original capitalista. Nos concentraremos na análise histórica empreendida por Federici da transformação dos modos de vida tradicionais na passagem do feudalismo ao novo sistema econômico que o substituiria, das revoltas que a elas se opunham e dos efeitos que essas mudanças impuseram sobretudo às mulheres.

Em seguida, nos propomos a explorar de que forma, a essa aparente desintegração entre as dimensões da produção e reprodução social no capitalismo, associa-se uma divisão particular entre as esferas do público e do privado, que acompanhou no nascimento da modernidade a consolidação da teoria e da prática liberal. Buscaremos brevemente debater a oposição entre essas dimensões e a complexa relação entre liberalismo e feminismo, a partir dos trabalhos da cientista política e feminista inglesa, Carole Pateman.

A relação entre essa retomada histórica sobre a acumulação original de capital e o projeto político levado a cabo pelo conjunto de feministas que são o foco deste capítulo se expressa naquilo que entendemos ser o grande mérito deste movimento. Silvia Federici e suas companheiras conseguiram evidenciar a invisibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres em seus lares e a redução sempre que possível dos custos necessários à reprodução de força de trabalho como condições da existência e sobrevivência do capitalismo. Buscavam, portanto, desarticular essa que é, ainda hoje, uma das bases de sustentação capitalista: a desvalorização do âmbito da reprodução social e sua sujeição à produção capitalista, cujas consequências se fazem sentir negativamente não apenas na qualidade da vida das mulheres e de suas relações, mas nas próprias condições de articulação e resistência da classe trabalhadora.

3.1.1

No entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo: a falsa separação entre produção e reprodução social e a divisão sexual do trabalho no contexto da acumulação primitiva de capital

Nos cerca de três séculos que marcaram a transição entre a decadência do sistema feudal e a plena constituição do capitalismo no século XIX, a posição social da mulher foi alvo de um forte ataque, que levou a uma transformação radical de sua imagem, construindo as bases de uma representação depreciada da feminilidade que se desdobra, com variações, até os dias de hoje. Foi nesse período que teve início a mais longa e brutal perseguição histórica engendrada contra as mulheres: a caça às bruxas¹¹⁵. Como tentaremos demonstrar, esse processo de degradação subjetiva da mulher produziu efeitos sociais e econômicos

¹¹⁵ A análise da imagem da bruxa – a mulher velha, feia, a quem se deve temer, já que seus poderes são usados para o prejuízo alheio, popularizada na literatura e no teatro da época, e reproduzida ainda hoje – foi emblemática da política de reprodução social que impulsionava a perseguição. Como mostraremos, a caça às bruxas foi um ataque simultâneo ao controle das capacidades reprodutivas femininas e às resistências que impunham coletivamente. A figura da bruxa personificava, assim, uma nova disciplina sexual, que buscava restringir a atividade sexual aos propósitos da procriação, negando às mulheres de idade mais avançada e, por isso, inférteis, o direito ao desejo. Ao mesmo tempo, essas eram também aquelas que acumulavam conhecimentos centenários nas comunidades, que deram às mulheres por séculos o governo sobre seus próprios corpos. Além disso, elas eram, em geral, as mais afetadas pela destruição das relações comunitárias, causada pela propagação das relações capitalistas, e, por isso, mais suscetíveis a se revoltar.

centrais à sustentação do capitalismo e fundou suas raízes no processo de acumulação primitiva de capital.

Em sua obra *O Capital*, Karl Marx denominou acumulação primitiva ou original de capital o processo pelo qual o sistema capitalista ainda embrionário criou as condições para a superação de uma grave crise de acumulação que destituía globalmente o feudalismo. Nesta conjuntura de desequilíbrio, que marcava o esgotamento do sistema feudal, destacava-se uma acentuada queda populacional que se arrastou até meados do século dezessete, seu primeiro grande golpe tendo sido a pandemia de peste bubônica que assolou a Europa no século quatorze ou, como ficou mais conhecida, a Peste Negra. A drástica redução da população acabou conduzindo a uma outra crise, esta no campo do trabalho, no qual a força de trabalho disponível foi significativamente reduzida.¹¹⁶

Segundo a tradição marxista, a qualidade fundamental do capital é sua tendência à autovalorização crescente: o capital existe para se reproduzir – como isso ocorre será um dos focos do último capítulo dessa dissertação. Por ora, caberá dizer que esse processo, que transforma dinheiro em (preferencialmente mais) dinheiro (dinheiro acrescido de mais-valor),¹¹⁷ dependerá, sobretudo, da exploração do trabalho humano empenhado nos processos produtivos – portanto, a usurpação de tempo de trabalho excedente será a principal fonte de mais-valor. Este, por sua vez, sempre reinserido na equação capitalista, torna a reprodução um movimento incessante.

Esse modo de funcionamento, entretanto, pressupõe capital e trabalho já acumulados, ou seja, depende de que já existam, de um lado, os meios de produção de que o trabalho depende para ser realizado (terras, máquinas, matérias-primas, instrumentos de trabalho, dinheiro, etc.) e, de outro, abundância de força

¹¹⁶ Silvia Federici descreve, a partir dos estudos do historiador Thorold Rogers, o que Karl Marx definiu como a era de ouro do proletariado europeu. A autora afirma que quando, na metade do século XIV, a Peste Negra dizimou de 30 a 40% da população europeia, seus efeitos foram devastadores sobre a economia feudal, já abalada por conflitos por melhores condições de vida e trabalho nos feudos e nas cidades. Com a população reduzida e a mão de obra escassa, as condições de luta dos trabalhadores rurais e urbanos foram fortalecidas. Os salários reais experimentaram um aumento só novamente alcançado no século dezenove em condições históricas bastante distintas. No final deste século, a rejeição ao pagamento de taxas, impostos, valores cobrados pelo uso da terra e a recusa na prestação de serviços não-remunerados na terra dos senhores feudais – práticas comuns no feudalismo – haviam se tornado um fenômeno coletivo.

¹¹⁷ Mais-valor é o termo cunhado por Marx para se referir à diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor investido nos meios de produção e do valor do trabalho.

de trabalho¹¹⁸ disposta a ser empregada na produção capitalista. Regidos segundo certas relações de produção, esses dois elementos ingressam em um ciclo retroalimentado no qual reproduzem, ao infinito, o capital. A chamada “valorização do valor”, portanto, não se dá de forma natural – ela implica, antes, que ao menos essas duas condições estejam garantidas de antemão. Se isso é verdade, o filósofo conclui que será necessário delimitar para ela um começo. Esse ponto zero seria justamente o que ele chamou acumulação primitiva ou original, definida como: “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”,¹¹⁹ que criou as condições para a recuperação da economia sob a forma de um novo sistema.

Essa separação se deu, a partir do final do século XV na Inglaterra, por meio da massiva expropriação de terras, onde viveram por séculos os camponeses ingleses, para a formação de grandes propriedades capitalistas no campo, que recebeu o nome de *enclosures*. Os cercamentos foram a transformação, “por meio de usurpação direta [...] sem a mínima observância da etiqueta legal”,¹²⁰ em propriedade privada moderna de amplas extensões de terra, antes correspondentes a propriedades da Igreja, terras de uso comunal e propriedades camponesas de subsistência. Nascia, assim, a grande propriedade rural capitalista, que recebeu, em sua maioria, os pastos para a produção de lã destinada à indústria têxtil nascente.

As principais consequências desse processo foram, por um lado, a concentração de capital na forma de meios de produção nas mãos de uma nova classe dominante e, por outro, a formação de uma massa de trabalhadores “livres”,¹²¹ que expulsos das terras que habitavam, se deparam com a impossibilidade de reproduzir a própria vida e a de outros indivíduos, como seus filhos e familiares, senão se submetendo às condições de trabalho impostas pelo novo sistema econômico, ou seja, vendendo a própria força de trabalho ao

¹¹⁸ Força de trabalho, segundo a definição marxista, será o conjunto das capacidades físicas e mentais do trabalhador, que, como veremos, neste sistema econômico, ele será levado a vender ao capitalista como uma mercadoria da qual ele é o proprietário.

¹¹⁹ MARX, 2013, p 786.

¹²⁰ Ibidem, p 795.

¹²¹ Marx dirá que os trabalhadores no capitalismo são livres em dois sentidos: por um lado, um “homem livre”, ou seja, guiado apenas por sua “vontade livre”, que ingressa em uma relação de igualdade com o dono dos meios de produção, na medida em que ambos são contemplados com os mesmos direitos, sobretudo aquele de exercer propriedade sobre suas mercadorias. Assim, tudo parece ser uma troca justa entre iguais. Por outro lado, no entanto, livre de qualquer meio de assegurar sua própria existência senão integrando essa relação com o capitalista, enquanto trabalhador assalariado. Livre, aqui, quererá dizer alienado de sua capacidade reprodutiva (ibidem, p. 250-251).

capitalista por um salário. Isso quer dizer que no capitalismo são destruídas as condições até então existentes, que garantiam aos indivíduos algum nível de autonomia reprodutiva, tornando uma condição quase inegociável que os homens, à exceção de uma minoria detentora dos meios de produção, se reproduzam *como* força de trabalho. Essa dupla acumulação – de um lado acúmulo de capital, de outro de trabalho – é o que ele definirá como o momento fundante do capitalismo.

Outros fenômenos serão determinantes para esse processo, como a descoberta de ouro e prata nas Américas; o início da conquista das Índias Orientais; a caça de negros na África e sua escravização, juntamente aos povos indígenas – etapas de acumulação de riquezas, que seriam transformadas em capital. Segundo o autor, é somente a partir desse conjunto de transformações, que o capital-dinheiro, constituído pela usura e pelo comércio, pôde se transformar em capital industrial, que correspondia à relação entre donos do capital acumulado e uma massa de trabalhadores despossuídos.

Se por um lado a expulsão de um grande contingente populacional do campo aumentou a mão de obra disponível para as indústrias nascentes, por outro favoreceu a redução da remuneração do trabalhador ao mínimo necessário para sua sobrevivência – contribuindo, assim, duplamente para reverter a crise do trabalho que era, como falamos, mais profundamente uma crise de acumulação. Esse processo foi acompanhado da ampla deterioração social e econômica da vida de parte significativa da população europeia no início do século XVI – ocasionando a primeira onda inflacionária da Europa moderna, elevando a pobreza, a fome e o deslocamento social.¹²²

A crise socioeconômica culminou na explosão de incontáveis revoltas urbanas e rurais. As chamadas “guerras camponesas”, que se opunham à privatização da terra e à destruição dos antigos modos de vida e de suas formas de

¹²² No século XVI a Europa viveu a primeira crise inflacionária da história moderna, que durou cerca de 150 anos, durante os quais os preços dos alimentos subiram, enquanto os salários reais foram amplamente reduzidos. Historicamente, a crise é associada à chegada de metais preciosos à Europa (pela Espanha) vindos das colônias nas Américas. Silvia Federici afirma, entretanto, que a prata e o ouro não são em si mesmos capital – podendo ter sido usados para outros fins como a produção de joias, por exemplo. Se eles funcionaram como gatilhos para a regulação dos preços é porque foram introduzidos em uma economia capitalista nascente, na qual um percentual crescente da população perdia o acesso à terra e precisava adquirir a comida, que antes era por eles produzida, pela compra em dinheiro. Assim, a elevação dos preços está associada ao desenvolvimento de um mercado nacional e internacional ancorado na importação e exportação de produtos agrícolas e voltado para a acumulação de capital. Sobre esse assunto, ver também HAMILTON, 1934; e RAMSEY, 1971.

comunalidade, foram as mais significativas neste contexto e incluíram os grandes levantes contra os “cercamentos” na Inglaterra (em 1549, 1607, 1628 e 1631). Segundo Silvia Federici, durante estas revoltas, muitas vezes foram as mulheres que iniciaram e levaram a frente a ação. Além disso, eram elas que, após as revoltas serem massacradas, com muitos homens presos ou mortos, davam continuidade à resistência, embora utilizando-se de táticas mais subterrâneas.

Ela acrescentará, ainda, que, às insurreições que marcaram esse período, se somava um movimento de recusa ao trabalho assalariado, já que este exibía contornos ainda mais duros que a servidão que o antecederia – o regime assalariado se assemelhava à escravidão na medida em que estava associado ao aniquilamento de modos de produção voltados à subsistência que garantiam alguma independência aos indivíduos e ao nascimento da especulação capitalista sobre os salários e preços de produtos alimentícios, que levavam os trabalhadores a viver em condições miseráveis. Referindo-se ao trabalho do historiador britânico Christopher Hill, a autora afirma que “[...] o ódio contra o trabalho assalariado era tão intenso que muitos proletários preferiam arriscar a força, em vez de submeter-se às novas condições de trabalho”.¹²³ Outros tantos optavam ainda pela vida como vagabundos, pedintes ou criminosos.

É frente ao exame histórico das lutas contra a transformação dos modos de vida e formas de sociabilidade, a usurpação dos meios de sobrevivência dos camponeses e a imposição do trabalho assalariado,¹²⁴ distribuídas pelo campo e pelas cidades nesse período, que a pensadora italiana afirma que a combinação operada pela revolução dos preços e a privatização das terras não foi suficiente para garantir o processo de proletarianização e, conseqüentemente, para produzir o acúmulo de trabalho necessário à constituição original do sistema capitalista.

A acumulação primitiva de capital não se completaria sem a transformação plena do antigo produtor em proletário da nova indústria. Isso demandaria o emprego de um conjunto de medidas cujos objetivos principais seriam: criar uma força de trabalho mais disciplinada, dispersar os protestos sociais e fixar os

¹²³ FEDERICI, 2009, p. 136.

¹²⁴ Sobre as lutas na Europa nos séculos que marcaram a transição entre feudalismo e capitalismo, Silvia Federici apresenta uma visão geral, com o uso de exemplos específicos que não exprimem as condições particulares dos nascentes estados-nação em que esses conflitos tiveram lugar em maior ou menor grau. Assim, para uma visão particularizada do desenvolvimento capitalista nos diferentes estados nacionais da Europa e, sobretudo, das variações das relações no campo, sugerimos ver: WALLERSTEIN, 2001.

trabalhadores aos empregos que lhes eram impostos. Não apenas a disciplinarização dessa força de trabalho era necessária, mas sobretudo sua expansão,¹²⁵ já que, como falamos, a crise populacional europeia não seria atenuada até o século XVII.

Disso resultou que o processo de imposição disciplinar que se operou sobre o corpo,¹²⁶ que visava a sua transformação em máquina de trabalho, completando o processo de proletarização – cujo primeiro passo foi a liberação da força de trabalho dos campos para as indústrias – não se deu da mesma forma para homens e mulheres.¹²⁷ Junto com ele, uma divisão sexual do trabalho foi imposta à sociedade da “transição”, segundo a qual, Silvia Federici dirá que coube à mulher o papel de máquina de reprodução da força de trabalho capitalista.

Essa divisão sexual do trabalho lança luz sobre uma disjunção singular produzida, nesse período, entre os âmbitos da produção capitalista e da reprodução social,¹²⁸ segundo a qual esta última seria diminuída de valor aparente na sociedade e passaria a servir às necessidades e ritmos produtivos da primeira. Portanto, no novo sistema econômico que se consolidava, competiria às mulheres – destinadas a ocupar a esfera reprodutiva – gerar os proletários que alimentariam

¹²⁵ Havia, segundo ela, em meados do século XVI, a crença de que a riqueza de uma nação se media pelo tamanho de sua população, o que, nas palavras da autora, era como um axioma social da época. É ainda mais compreensível que isso se dê no momento do nascimento da indústria, que, em suas primeiras fases, era mais intensiva em mão de obra.

¹²⁶ Silvia Federici faz explícita referência aos trabalhos desenvolvidos sobre essa temática por Michel Foucault, apesar de criticar o fato de que a abordagem foucaultiana sobre a história da sexualidade e, conseqüentemente, a constituição da noção de corpo na modernidade, não analisou a caça às bruxas e, por isso, considerou indistintamente as motivações e os efeitos do processo de disciplinarização sobre homens e mulheres.

¹²⁷ A autora descreve um processo de mecanização do corpo proletário e do corpo do proletário, cuja contrapartida foi o desenvolvimento da razão no seu papel de juiz, inquisidor, gerente, administrador. Segundo ela, foi travada uma guerra contra o corpo, tido como suscetível demais às intempéries das paixões e dos desejos. Foi no interior do novo indivíduo moderno que essa guerra se instalou de maneira mais evidente, onde a razão passaria a lutar continuamente para conter, controlar e regular o corpo. Destituir o corpo de valor, torná-lo algo contra o que se deveria lutar, investindo outras forças como a razão, não se efetuou de forma simples. Para Silvia Federici, o “corpo tinha que morrer para que a força de trabalho pudesse viver” (FEDERICI, 2009, p. 141). Para que o corpo-máquina fosse apropriado como modelo de comportamento social, era preciso descartar uma ampla gama de crenças, práticas e subjetividades sociais pré-capitalistas, que contrariavam os novos valores e princípios difundidos pela filosofia mecânica. Aqui, o ataque às mulheres e à visão mágica do mundo, que se intersectam na perseguição às bruxas, encontram seu pano de fundo: “Se nos movemos da caça às bruxas às especulações da filosofia mecânica, e das meticolosas investigações dos puritanos acerca dos talentos individuais, vemos que um único fio enlaça os caminhos aparentemente divergentes da legislação social, reforma religiosa e da racionalização científica do universo. Esta foi a tentativa de racionalizar a natureza humana, cujos poderes tinham de ser recanalizados e subordinados ao desenvolvimento e formação da força de trabalho” (ibidem, p. 154).

¹²⁸ A reprodução social deve ser entendida como a esfera da garantia dos meios materiais e afetivos necessários à manutenção da própria vida e à reprodução sexual de novos indivíduos.

com sua força de trabalho as linhas de produção, mas também cuidar para que eles estivessem, todos os dias, em condições adequadas de exercer a função que lhes era imposta. Era preciso zelar pela reprodução em sentido integral: gerar, proteger, alimentar, educar, etc.. Segundo a cientista política e feminista inglesa, Carole Pateman:

[...] o trabalhador – que invariavelmente se considera que é um homem – pode estar pronto para trabalhar e para se concentrar em seu trabalho completamente liberado da necessidade cotidiana de preparar a comida, esfregar, lavar e atender aos filhos(as), somente porque estas tarefas são realizadas de forma não-remunerada por sua esposa. E, se esta é também uma trabalhadora assalariada, tem que dedicar uma jornada complementar a estas atividades “naturais”. Por conseguinte, só é possível obter uma análise e uma explicação completa da estrutura e da forma em que opera o capitalismo quando, além da figura do trabalhador, se leve em consideração também a da dona de casa.¹²⁹

Para Silvia Federici, a principal diferença entre a reprodução social no sistema feudal e no nascente capitalismo é o lugar que ela ocupa nas duas sociedades – sua reconhecida (ou não) importância social. Na transição para o novo sistema econômico, com a expansão da monetização de diversos aspectos da vida cotidiana e a introdução do dinheiro como marcador universal de valor, apenas as atividades direcionadas ao mercado capitalista, ou seja, as atividades diretamente articuladas com a produção socialmente organizada, eram valorizadas. As tarefas que se concentravam no âmbito reprodutivo seriam, por outro lado, desvalorizadas, percebidas como simplórias (carentes de complexidade) ou mesmo dispensáveis (improdutivas). Além disso, seriam atribuídas ao comportamento feminino natural, perdendo seu caráter laboroso (o esforço ficaria encoberto pelo apelo à natureza).

As atividades relacionadas à reprodução da vida (tanto a reprodução sexual quanto a atividade doméstica), portanto, tornam-se responsabilidade individual e não social e são destituídas de valor econômico e simbólico. O capitalismo será o único sistema em que as atividades de produção e reprodução se separam e entre elas estabelece-se uma hierarquia. No feudalismo, por outro lado, não havia entre produção e reprodução um distanciamento tão evidente. A autora dirá, por exemplo, que não havia distinção de importância no tempo empregado para a

¹²⁹ PATEMAN, 1996, p. 18.

realização dos serviços pelo servo na terra dos senhores feudais e aquele destinado por ele a cuidar de sua própria agricultura – ambos eram igualmente essenciais para a sustentação do modo de vida feudal. Segundo Mariarosa Dalla Costa e Selma James também a esse respeito:

[...] na sociedade pré-capitalista, o trabalho de cada membro da comunidade de servos parecia estar direcionado a um propósito: quer para a prosperidade do senhor feudal ou para a própria sobrevivência. Nesta medida, toda a comunidade de servos era compelida a ser cooperativa em uma unidade de falta de liberdade, que envolvia no mesmo grau mulheres, crianças e homens, que o capitalismo tinha de quebrar. Neste sentido, o indivíduo sem liberdade, a democracia da falta de liberdade entrou em crise. A passagem da servidão à força de trabalho livre separou o proletário da proletária e ambos de seus filhos.¹³⁰

A feminista norte-americana Angela Davis, em um artigo no qual reflete sobre a relação das mulheres com o trabalho doméstico nos Estados Unidos, faz uma análise do período pré-colonial e observa algumas diferenças entre os modos de vida imediatamente pré-capitalistas e aqueles que se impuseram com o nascimento do novo sistema econômico. Antes do surgimento da grande indústria, ela dirá, o trabalho doméstico da mulher era considerado imediatamente produtivo e indispensável. Durante dois séculos, ela produziu roupas, cultivou alimentos e cuidou de seu armazenamento durante períodos de frio e seca, fez manteiga, queijo, pão, velas e sabão, entre outras atividades, sem as quais sua família não poderia viver. Além disso, era sua a responsabilidade de colher e secar ervas para produção de medicamentos – servindo como médica, enfermeira e parteira em sua família e na comunidade. Assim, a produção doméstica seria muito diferente daquilo que hoje reconhecemos como o trabalho da dona de casa. Segundo ela, a limpeza da casa era mais esporádica, as refeições simples e repetitivas e as roupas substituídas com pouca frequência.

A autora narrará ainda uma experiência pessoal bastante ilustrativa dessa distinção, passada em uma viagem, em 1973, às planícies Masai.

Em uma estrada de terra isolada na Tanzânia, notei seis mulheres Masai enigmaticamente equilibrando uma enorme placa em suas cabeças. Como meus amigos tanzanianos explicaram, essas mulheres provavelmente estavam transportando um telhado de casa para uma nova aldeia que estavam em processo de construir. Entre os Masai, como eu aprendi, as mulheres são responsáveis por

¹³⁰ DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 24.

todas as atividades domésticas, assim também pela construção das casas frequentemente reassentadas de seu povo nômade. O trabalho doméstico, no que diz respeito às mulheres Masai, envolve não só cozinhar, limpar, criar as crianças, costurar, etc., mas construir casas também. Por mais importantes que sejam as atividades de criação de gado dos homens, as “tarefas domésticas” das mulheres não são menos produtivas e não menos essenciais do que as contribuições econômicas dos homens Masai.¹³¹

À medida, portanto, que a industrialização avançou, inúmeras atividades econômicas migrariam do lar para a fábrica, os empregos tradicionais das mulheres seriam usurpados pela produção “em massa”, deixando-as desprovidas de papéis econômicos significativos. A separação entre produção capitalista e reprodução social – que Dalla Costa e James definiriam como a destruição que o capital perpetrou da família, comunidade e produção como um todo único¹³² – criava entre ambas um fosso hierárquico e possibilitava a vasta exploração do trabalho doméstico (incluindo um grande complexo de novas funções que a mulher passaria a exercer, como mostraremos) e da atividade reprodutiva sexual femininas, disfarçada pela aparência improdutiva e subvalorizada que essa esfera passava a adquirir.¹³³ Dalla Costa e James dirão que:

A mulher, por outro lado, tem sido isolada em casa, forçada a realizar um trabalho que é considerado desqualificado, o trabalho de dar à luz, criar, disciplinar e servir o trabalhador para a produção. Seu papel no ciclo da produção social permaneceu invisível porque só o produto de seu trabalho, o trabalhador, era visível ali.¹³⁴

O Estado, recém-gestado, passou a ocupar um lugar essencial ao regular o novo modo de reprodução social. Assim, a divisão sexual do trabalho se consolidou, em primeiro lugar, por meio da imposição de métodos disciplinares para regular a procriação e extirpar o antigo controle da mulher sobre os processos

¹³¹ DAVIS, 1981.

¹³² DALLA COSTA; JAMES, op. cit., p. 24.

¹³³ Autoras como Juliet Mitchell defenderão que a consolidação da instituição do casamento monogâmico, que acompanhou a transição para a sociedade burguesa moderna atual, teria sido – da mesma forma que as relações capitalistas de mercado que, para ela, seriam uma pré-condição do socialismo – um avanço histórico, mesmo que a um altíssimo custo “humano”. Ela defende que a igualdade formal entre homens e mulheres, mesmo camuflando uma grande soma de exploração, já deve ser considerado um “certo progresso, que pode ajudar a tornar possível avanços futuros” (MITCHELL, 1971, p. 113). Acreditamos que tal posição ignora justamente a transformação das condições concretas de vida das mulheres (a perda da independência, do controle sobre a reprodução sexual e do valor associado às atividades que desenvolve, para citar alguns), em função da mudança que se opera no interior desse âmbito da reprodução social, na transição para a modernidade de que fala Silvia Federici.

¹³⁴ DALLA COSTA; JAMES, op. cit., p. 28.

reprodutivos. A transferência do domínio da reprodução das mãos das mulheres para os homens é a principal marca, no capitalismo, do controle do trabalho reprodutivo pelo Estado – na Idade Média o processo reprodutivo era controlado exclusivamente pelas mulheres em todos os seus aspectos, dos métodos contraceptivos e abortivos à realização do parto (mesmo as cirurgias cesáreas), que priorizava o bem estar da mulher ao do bebê. As mulheres perderam pouco a pouco um “patrimônio de conhecimento empírico”¹³⁵, acumulado ao longo de séculos e transmitido entre gerações. Em paralelo, uma teoria populacional expansionista se consolidava e políticas para promoção do crescimento demográfico eram implementadas. A autora afirma que, por volta do século XVII, todos os Estados nos quais a caça às bruxas ocorria, também estavam promovendo o crescimento da população.

Mas, para que a nova política reprodutiva fosse implantada, era necessário que uma nova imagem da mulher fosse com ela constituída, uma que comportasse a nova função social e econômica que lhe era imputada. Para isso, era preciso que as mulheres fossem desvalorizadas como trabalhadoras¹³⁶ e privadas de autonomia, para que sobre seus corpos pudesse ser exercido o controle do Estado capitalista que nascia. Isso não se daria, segundo Silvia Federici, sem um intenso processo de degradação social, que durante dois séculos fez com que lhes fosse tomado o protagonismo em todas as áreas da vida social.

Um série de leis foi aprovada privando-as de direitos básicos – marcando um processo de infantilização, do qual uma das principais consequências seria sua

¹³⁵ FEDERICI, 2009, p 201.

¹³⁶ A mão de obra feminina, bem como a infantil, não deixou de ser explorada na indústria pelo capitalismo. O que começa a se colocar nesse período é a valorização de um certo ideal feminino (o da dona de casa, sobre o qual falaremos um pouco mais à frente), que passará a servir de modelo para todas as classes sociais – ainda que o número de mulheres que não exerciam apenas essa função fosse significativo. Segundo Carole Pateman, “desde meados do século dezanove, a esposa economicamente dependente se apresentou como o ideal para todas as classes respeitáveis” (PATEMAN, 1996, p. 17). Angela Davis pondera, por exemplo, acerca do papel das mulheres imigrantes e negras, que nos Estados Unidos do século XIX, teriam trabalhado fora de suas casas, seja nas fábricas do nordeste, seja escravizadas sobretudo no sul do país. Assim, “A ‘dona de casa’ refletia uma realidade parcial, pois era realmente um símbolo da prosperidade econômica desfrutada pelas classes médias emergentes” (DAVIS, 1981). É preciso lembrar, ainda, que o capitalismo não se desenvolve todo de uma vez em todo o mundo. Quando no século XIX as condições de vida do trabalhador europeu começam a melhorar, a exploração se expande para as novas colônias, onde o processo de acumulação primitiva se renova, carregando escravidão, sexismo, racismo, entre outras táticas comuns a esses momentos. Vemos o mesmo hoje quando observamos países como Indonésia, Laos e Camboja, nos quais mulheres e crianças vivem em regimes similares à escravidão, trabalhando para indústrias diversas, como têxtil, por exemplo.

contínua subjugação ao homem.¹³⁷ Outras medidas destinavam-se à diferenciação sexual do espaço, determinando que certos ambientes ou situações tornassem-se restritos para mulheres (por exemplo, uma mulher não devia andar desacompanhada). Ainda, muitos estereótipos passaram a definir as mulheres como inferiores aos homens, segundo os parâmetros modernos – excessivamente emocionais ou mais suscetíveis à luxúria, incapazes de autogoverno, irracionais, vaidosas, selvagens, imorais –, e foram amplamente reiterados na literatura e no teatro da época, por exemplo.

A família tornou-se uma instituição-chave na transmissão da propriedade e reprodução da força de trabalho. Isolada da esfera pública, ela começa a exibir seus contornos modernos, marcadamente privados, definindo-se, acima de tudo, enquanto meio de propagação da disciplina capitalista e da nova ordem patriarcal. Nas classes dominantes, o controle sobre a mulher se exerce pelo domínio masculino da propriedade, já na classe proletária é o salário que exerce tal papel (por isso a autora dá ao novo patriarcado que se constituía o nome de “patriarcado do salário”). De toda forma, a família será um meio para o exercício do poder masculino sobre a mulher e da reprodução de suas condições, sob o novo contexto econômico.

Entretanto, de todas as iniciativas voltadas à gestão da atividade reprodutiva, que podem ser entendidas, na opinião de Silvia Federici, como uma guerra lançada contra a mulher com o objetivo de quebrar o poder que ela havia exercido sobre seu corpo durante séculos, alguns ataques foram mais eficazes e produziram efeitos mais devastadores sobre os antigos modos de vida. No século dezesseis, começa a imposição de penas severas contra o uso de métodos contraceptivos, aborto e infanticídio e a marginalização das parteiras.

Como consequência, a mulher começou a ser perseguida em grandes números e mais ainda foram executadas por infanticídio na Europa dos séculos dezesseis e

¹³⁷ Neste sentido, Silvia Federici afirma que: “[...] nesse período, é possível observar uma constante erosão dos direitos das mulheres. Um dos direitos mais importantes que as mulheres perderam foi o de realizar atividades econômicas por conta própria, como *femmes soles*. Na França, perderam o direito de fazer contratos ou de representar a si mesmas nos tribunais, tendo sido declaradas legalmente como ‘imbecis’. [...] Na Alemanha, quando uma mulher de classe média tornava-se viúva, passou a ser comum a designação de um tutor para administrar seus negócios. Também foi proibido às mulheres alemãs que vivessem sozinhas ou com outras mulheres e, no caso das mais pobres, não podiam morar nem com suas próprias famílias, afinal pressupunha-se que não seriam adequadamente controladas. Em suma, além da desvalorização econômica e social, as mulheres experimentaram um processo de infantilização legal” (FEDERICI, 2009, p. 100).

dezessete – mais do que por qualquer outro crime, exceto por bruxaria, uma acusação que também se centrava no assassinato de crianças e outras violações de normas reprodutivas.¹³⁸

A autora não tarda em deduzir que a caça às bruxas foi a estratégia mais determinante na construção da nova função social e na degradação da identidade da mulher.¹³⁹ Se o cenário que acolheu essa ofensiva contra o sexo feminino, destacadamente a perseguição às bruxas, foi aquele da expansão do capitalismo rural, não parece ser coincidência que a maioria das acusadas fossem mulheres, camponesas e pobres. Ou seja, aquelas que compunham as camadas mais afetadas pela desapropriação de terras, pela degradação das relações coletivas e pelo aprofundamento das distâncias sociais e que, por isso, reagiam, muitas vezes com armas em mãos, às mudanças em curso. Silvia Federici afirma que a imagem da bruxa reuniu, assim:

[...] um mundo de subjetividades femininas que o capitalismo teve que destruir: a herética, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que se atrevia a viver sozinha, a serva que envenenava a comida do mestre e inspirava os escravos a se revoltar.¹⁴⁰

Além dessas, a bruxa era a que controlava os “mistérios” reprodutivos, consentindo às mulheres domínio sobre seus próprios corpos; era a promíscua, no caso a prostituta ou a adúltera mas, em geral, aquela cuja sexualidade se consumava fora do matrimônio ou não se destinava à reprodução; era também a mulher que retrucava, argumentava, blasfemava, e não chorava sob tortura.

A caça às bruxas contribuiu para o aniquilamento de subjetividades resistentes, contendo o ímpeto das lutas que se opunham à exploração no feudalismo e, posteriormente, as que confrontavam o solapamento dos modos de vida tradicionais – ambas tinham forte participação feminina. A autora afirma, ainda neste sentido, que “[a] caça às bruxas destruiu um mundo de práticas, relações coletivas e sistemas de conhecimento femininos, que fundaram o poder

¹³⁸ Ibidem, p. 88.

¹³⁹ Apesar da própria autora reconhecer que é impossível explicar a brutalidade do ataque promovido contra as mulheres, é possível observar que seus efeitos exerceram um papel central nas transformações em curso. Assim, ela nos propõe olhar a perseguição “de dentro”, como Anne L. Barstow teria feito em seu livro *Witchcraze* (1994) – o que nos permite evitar especular sobre as intenções dos perseguidores, e concentrar-nos, em vez disso, em seus efeitos sobre a posição ocupada pelas mulheres na sociedade.

¹⁴⁰ FEDERICI, 2009, p. 11.

feminino na era pré-capitalista e que foram a condição para sua resistência nas lutas anti-feudais”.¹⁴¹

O fenômeno também indicava a construção de uma nova noção de feminilidade, mais adequada às necessidades capitalistas. Foi assim que a divisão sexual do trabalho ou o novo contrato sexual, nas palavras de Carol Pateman,¹⁴² foi forjado, conferindo à mulher o lugar de esposa, filha, viúva e mãe e ocultando seus status como trabalhadoras – seu trabalho tornou-se um recurso natural disponível para todos. Depois de dois séculos de perseguições e torturas, uma remodelada figura da mulher e um novo padrão do feminino se consolidaram: “a mulher e esposa ideais eram passivas, obedientes, econômicas, de poucas palavras, sempre ocupadas no trabalho e castas”.¹⁴³

Sua presença no mercado de trabalho, mesmo que ainda fosse necessária em certas condições, implicava, agora, que elas fossem vistas como peças fora de lugar e tratadas enquanto tais. Sobre isso, Angela Davis dirá:

Uma vez que a propaganda popular representava a vocação de todas as mulheres como uma função de seus papéis no lar, as mulheres obrigadas a trabalhar por salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Tendo saído de sua esfera “natural”, as mulheres não deveriam ser tratadas como trabalhadoras assalariadas de pleno direito. O preço que pagavam implicava longas horas, condições de trabalho precárias e salários extremamente inadequados. A exploração que sofreram foi ainda mais intensa que a de suas contrapartes do sexo masculino. Não precisa ser dito que o sexismo emergiu como uma fonte de superlucros ultrajantes para os capitalistas.¹⁴⁴

Silvia Federici concluirá que as mulheres se transformaram em um bem comum a ser tomado como propriedade, substituindo a terra perdida para os “cercamentos”. Por um lado, servirão como meio de “compensar” a submissão à qual estão aprisionados os trabalhadores no âmbito da produção socialmente organizada. As mulheres passam a “acolher” as descargas de violência e frustração dos homens com sua exploração ou com a falta dela, como no caso do desemprego (como apontaram Mariarosa Dalla Costa e Selma James). Por outro lado, os corpos femininos, sob o controle do Estado e também dos homens, são, assim, transformados em recursos econômicos.

¹⁴¹ Ibidem, p. 103.

¹⁴² PATEMAN, 1988.

¹⁴³ FEDERICI, op. cit., p. 103.

¹⁴⁴ DAVIS, 1981.

[...] como os camponeses expropriados da terra comunal pelos ‘cercamentos’, a caça às bruxas expropriou as mulheres de seus corpos, que eram assim liberados de qualquer obstáculo impedindo-os de funcionar como máquinas para a produção de trabalho.¹⁴⁵

Uma vez destruídos seus antigos modos de vida, a imagem usada nos dois séculos anteriores para justificar os atos de terror – que as caracterizava como seres selvagens, mentalmente fracas, insubordinadas, incapazes de autocontrole – pôde ser eliminada, não mais se fazendo necessária. Kate Millet afirma, por exemplo, que “[...] literatura misógina, de certa forma, saiu de moda. Em certos lugares no século dezoito foi rebaixada ao ridículo e à sátira exortativa. No século dezenove suas formas mais acrimoniosas quase desapareceram em inglês”.¹⁴⁶ Ainda, refere-se aos conceitos de amor cortês e amor romântico no Ocidente, como concessões às mulheres, subtraídas do domínio masculino. Neste sentido afirma:

Ambos tiveram o efeito de obscurecer o caráter patriarcal da cultura ocidental e, em sua tendência geral a atribuir virtudes impossíveis à mulher, terminaram por confiná-las em uma limitada e notavelmente circunscrita esfera de comportamento. Era um hábito vitoriano, por exemplo, insistir que a mulher assumisse a função de servir como a consciência do homem e vivesse a vida de bondade, que ele achava tediosa, mas achava que alguém deveria fazer de qualquer forma.¹⁴⁷

Foi, portanto, enquanto conjunto de meios destinados a reestabelecer de forma sistemática a acumulação pelas classes dominantes – incluindo não apenas o divórcio entre produtor e meios de produção, mas também um amplo processo de disciplinarização, que se materializou distintamente para homens e mulheres, produzindo diferenciações no interior da classe explorada – que Silvia Federici definiu o processo de acumulação primitiva como uma contrarrevolução. O termo usado pela autora explicita a luta de classes como elemento fundamental de análise deste processo, cujo caráter não é, sem dúvidas, estritamente econômico.¹⁴⁸

Entretanto, o que a autora adiciona às leituras tradicionais marxistas é justamente a centralidade da divisão sexual do trabalho na constituição e no

¹⁴⁵ FEDERICI, 2009, p. 184.

¹⁴⁶ MILLET, 2000, p. 45.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 37.

¹⁴⁸ CLEAVER, 1981, p. 20.

desenvolvimento do capitalismo, evidenciando o papel da opressão feminina no contexto de sua exploração econômica: o processo de acumulação primitiva não acumulou somente trabalho e capital, mas também diferenças, hierarquias, desigualdades e divisões. A perseguição às mulheres, que cresceu neste terreno, pode ser agora compreendida como a “[...] guerra de classes realizada por outros meios”¹⁴⁹. Neste sentido, Harry Cleaver afirmaria sobre a história do imperialismo, enquanto uma nova etapa de acumulação primitiva de capital:

A história do imperialismo é só muito parcialmente a história do saque de riquezas, da abertura de mercados e da aquisição de pontos de escoação para o capital. Tudo isso são apenas momentos no processo global de transformar os povos do mundo em trabalhadores e então dividi-los e redividi-los com o objetivo de controlá-los a todos. No século XIX, os tecelões indianos tiveram seus polegares cortados para manter empregos nos moinhos ingleses; um século mais tarde, trabalhadores asiáticos e latino-americanos seriam colocados para trabalhar na indústria têxtil, enquanto trabalhadores norte-americanos e do norte da Europa eram demitidos. Essas não são apenas fases diferentes do desenvolvimento capitalista; essas são mudanças na composição de classe global em resposta à mudança dos padrões das lutas dos trabalhadores.¹⁵⁰

Silvia Federici concluirá, portanto, que “As hierarquias sexuais [...] estão sempre a serviço de um projeto de dominação que se sustenta somente dividindo, continuamente e de forma renovada, aqueles que intenciona dominar”.¹⁵¹ Neste sentido, acrescenta que, de maneira geral, todas as ações desse período sucederam em, não apenas garantir a exploração irrestrita das capacidades reprodutivas do corpo da mulher e de seu trabalho na família, mas também em destruir a solidariedade de classe entre homens e mulheres e direcionar o ódio destes àquelas sobre quem eles podiam exercer poder. Também Cinzia Arruzza pondera quanto à importância de que não avaliemos os comportamentos masculinos de maneira dissociada da articulação entre capitalismo e patriarcado, que se configurou com a acumulação primitiva de capital – aludindo a uma noção de classe trabalhadora, que, como argumentaremos ao longo deste trabalho, incluirá homens e mulheres, assalariados e não-assalariados.

Reconhecer que, nesse contexto, os homens – incluídos os homens da classe trabalhadora – tiraram e continuam a tirar um benefício relativo da opressão de

¹⁴⁹ FEDERICI, 2009, p 176.

¹⁵⁰ CLEAVER, 1993.

¹⁵¹ FEDERICI, op. cit., prefácio.

gênero não equivale a fazer dos homens uma classe de exploradores, mas a compreender a complexidade que permite ao capitalismo incorporar e utilizar as relações de poder pré-capitalistas para criar hierarquias entre os explorados e os oprimidos, cavando fossos e erguendo barreiras.¹⁵²

Por fim, a caça às bruxas não foi apenas uma forma de disciplinar os corpos femininos, mas também os masculinos. Por um lado, a noção de família nuclear – com sua dependência econômica em relação aos salários do marido – impunha ao homem a responsabilidade com o trabalho e uma nova moral de hábitos e costumes. Por outro lado, o ataque promovido pelas classes dominantes foi também a uma visão mágica do mundo, que, segundo a autora, foi fortemente rechaçada no início da modernidade como arcaísmo e entrave à plena disciplinarização do trabalho.

Na divisão hierárquica entre produção capitalista e reprodução social que caracteriza o novo sistema econômico, as mulheres foram subordinadas aos homens e perderam, no geral, a possibilidade de protagonismo na vida social e econômica. A elas foram destinadas atividades específicas privadas de valor econômico ou simbólico, restando a dependência em relação aos maridos, pais ou irmãos. Apesar de, como tentaremos deixar ainda mais claro nesse capítulo, seu trabalho ser fundamental para o modo de produção, demorou quase um século da publicação das obras marxistas, para que estudos tomassem-nas como perspectiva privilegiada e demonstrassem sua presença no interior da classe trabalhadora.

3.1.2

Entre o público e o privado: a consolidação da teoria e da prática liberal e a complexa relação com o feminismo

Uma pergunta que podemos nos fazer diante da abordagem que nos apresenta Silvia Federici é: de que modo o liberalismo, com seus princípios de igualdade e liberdade individual, que desde meados do século XVI passaria a influenciar fortemente as políticas econômicas no mundo todo, acomodou a posição social rebaixada da mulher? A isso respondemos invocando a ideia de que, à pretensa separação entre as dimensões da produção e reprodução social no

¹⁵² ARRUZZA, 2011, p. 168.

capitalismo, associa-se uma divisão particular entre as esferas do público e do privado, que acompanhou no nascimento da modernidade a consolidação da teoria e da prática liberal. Discorreremos brevemente sobre essa questão a partir sobretudo dos escritos da cientista política inglesa Carole Pateman.

No sistema feudal, a reprodução social, destacando-se a atividade reprodutiva (métodos contraceptivos, gravidez, parto, métodos abortivos, etc.), o cuidado (da casa, dos filhos, dos parentes, etc.) e as formas de subsistência e práticas de sociabilidade, respondiam a uma lógica mais coletiva que individual, se distribuindo por espaços públicos e sendo compartilhadas socialmente. As transformações impostas a essa esfera no sistema capitalista nascente produziram, cada vez mais, novas práticas ou a adequação das antigas a uma lógica privada. Segundo Silvia Federici:

Como resultado, os cercamentos físicos, operados pela privatização de terras e pela colocação de cercas em torno das áreas comuns, foram amplificados por um processo de “cercamento” social, a reprodução dos trabalhadores mudando do “campo aberto” para a casa, da comunidade para a família, do espaço público (as áreas comuns, a Igreja) para o privado.¹⁵³

Não apenas a privatização de práticas sociais foi empreendida, mas também a “privatização” dos próprios homens e mulheres. Conforme Carole Pateman, tanto feminismo quanto liberalismo remontam seu surgimento ao solo comum de uma teoria geral da vida social ancorada na noção de individualismo – que se fortalecia ao mesmo tempo em que se consolidavam a centralidade da propriedade privada no novo sistema capitalista, o nascimento das filosofias racionalistas, a destituição das antigas formas de sociabilidade e a imposição de um processo de disciplinarização contíguo à proletarianização. Ambos, liberalismo e feminismo, seriam, para ela, devedores dos ideais de liberdade e igualdade entre os indivíduos. Seus desdobramentos, contudo, apontariam para caminhos bastante distintos.

Segundo o historiador Reinhart Koselleck, o indivíduo moderno nasce a partir de sua cisão – postulada pelo filósofo Thomas Hobbes – em uma metade pública e outra privada. Segundo o autor alemão, “os atos e as ações são submetidos, sem exceção, à lei de Estado, mas a convicção é livre, *‘in secret*

¹⁵³ FEDERICI, 2009, p. 84.

free”.¹⁵⁴ A consciência se tornará cada vez mais uma instância reguladora, cuja finalidade será garantir o bom cumprimento da lei pública. É a lógica do cidadão de bem, que cumpre as normas sociais e não precisa responsabilizar-se por suas opiniões privadas: “A ordem soberana dispensava o indivíduo de qualquer responsabilidade. ‘A Lei é Consciência pública; Consciências privadas [...] são apenas opiniões privadas’”.¹⁵⁵

A questão à qual Koselleck não se atém é que a esfera privada marcou não apenas o surgimento da consciência moderna, individual, cada vez mais “autônoma”: uma subjetividade racional. Mas também uma subjetividade feminina subordinada a essa outra. Sua obediência se fazia duplamente: às leis de Estado na regulação da vida familiar e ao marido, pai ou irmão, cuja dominação se justificava pela suposta natureza inferior da mulher. A consciência pública, nesse período, subordinou política e economicamente, com um investimento sistemático, as mulheres aos homens e seus corpos ao Estado capitalista, como Silvia Federici pôde com clareza argumentar.

É John Locke, no *Segundo Tratado sobre o Governo* (1689), que, segundo Carole Pateman, introduz os fundamentos para que essa subordinação da mulher ao homem fosse excluída do campo do político. O filósofo inglês traça uma distinção entre poder político e poder paternal. Este último remete ao poder que se institui de forma “natural” no ambiente familiar, ou seja, poder de natureza não-política dos maridos sobre suas esposas e seus filhos e filhas. Essa separação, ela dirá, inaugura, mais profundamente, uma divisão sexual (da vida social e do trabalho) sobre a qual o liberalismo se sustenta – já que, como falávamos, as mulheres e suas funções sociais são fatores políticos e econômicos fundamentais. O que a teoria lockeana explicita é, portanto, a incomensurabilidade – mas não impossibilidade – entre liberalismo e patriarcalismo ou, em outras palavras, entre o individualismo, baseado na suposta liberdade e igualdade de todos, e a subordinação “natural” das mulheres aos homens.

Segundo a autora, a teoria do contrato social resolve esse problema justamente ao determinar quem deve ser considerado como indivíduo – Hobbes, Locke e Jean-Jacques Rousseau teriam, assim, contribuído, cada um à sua maneira, para delimitar a noção de indivíduo, excluindo dela qualidades e

¹⁵⁴ KOSELLECK, 2009, p. 37.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 37.

atribuições conferidas à mulher.¹⁵⁶ Se “[...] a dicotomia entre o público e o privado oculta a sujeição das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista”,¹⁵⁷ na tentativa de reverter esse quadro, o feminismo não apenas rechaçou a cisão entre os dois âmbitos, afirmando sua indissociabilidade (como explicaremos mais a frente), como denunciou a exclusão das atividades reprodutivas e domésticas do campo político, demonstrando que há dissenso entre feminismo e liberalismo quanto ao que as categorias de público e privado englobam. Assim, ela dirá que a crítica feminista se engajará na “[...] rejeição do conceito liberal-patriarcal do político”.¹⁵⁸

Carole Pateman cita a feminista Kate Millet, que, em *Sexual Politics*, levou o pressuposto da ciência política, segundo o qual o político se define em termos de poder, a uma conclusão lógica: se os homens exercem poder em seus lares sobre suas mulheres e seus filhos e filhas, a esfera doméstica é também um campo integrado ao que se considera como político – pode-se assim falar de uma “política sexual”. O político passa a tratar, segundo essa visão, do que se passa no âmbito obscurecido do lar.

No liberalismo, dirá Pateman, a separação entre as duas esferas se deslocou para o interior da própria sociedade civil, excluindo completamente a esfera do trabalho doméstico e reprodutivo. Essa separação no seio da sociedade civil se dá segundo termos distintos nas inúmeras formulações liberais que recebe, mas, de forma mais geral, seu sentido remete, do lado do público, ao Estado enquanto o âmbito de tudo que é político e, de outro, à sociedade como a dimensão do indivíduo privado, que seria aquele que “[...] necessita de uma esfera na qual possa exercer seus direitos e oportunidades, buscar seus interesses (privados) e incrementar sua propriedade”.¹⁵⁹ Sobre a separação propriamente, ela afirma: “Os pensadores liberais tendem a contrastar a esfera política (o Estado), a esfera do

¹⁵⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre esse assunto, ver: PATEMAN, 1988, e o artigo de Susan Moller Okin, de 1990, “Feminism, the Individual, and Contract Theory” em que a autora comenta o trabalho de Carole Pateman em *Sexual Contract*. O livro reúne uma visão aprofundada acerca do papel dos filósofos contratualistas na consolidação do que ela chama de um “contrato sexual” ou divisão sexual no capitalismo liberal. Para uma crítica em relação à visão compartilhada pelas duas autoras, pode-se consultar o artigo do Professor da Universidade de Toronto, Michael Gray, “Feminist interpretations of Thomas Hobbes: a response to Carole Pateman and Susan Okin”, no qual ele afirma que Hobbes seria uma exceção entre os primeiros cientistas políticos na afirmação da igualdade de gênero.

¹⁵⁷ PATEMAN, 1996, p. 3.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 21.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 6.

poder, da força e da violência, à sociedade (o reinado do privado), a esfera do voluntarismo, da liberdade e da regulação espontânea”.¹⁶⁰

O deslocamento produzido pelo feminismo explicita a dependência do liberalismo em relação ao patriarcalismo, sua inseparabilidade e, portanto, o antagonismo implicado na teoria liberal, caso seja levada às últimas consequências em uma prática correspondente – ou seja, caso os preceitos da liberdade e igualdade sejam estendidos às mulheres (ou a outras minorias, como os negros) nas mesmas condições que aos homens, sobretudo os brancos das classes dominantes.

Assim, o feminismo denuncia os limites do liberalismo e afirma a necessidade de superá-los, demonstrando a divisão mais profunda entre os mundos da vida privada (doméstica/reprodutiva) e da vida pública ou da sociedade civil, englobando o Estado – e o cidadão ou a metade pública do homem, segundo Hobbes – e a sociedade, representada na figura do homem privado (de opiniões privadas, mas também que defende seus interesses privados e sua propriedade). Dessa forma, o que feminismo faz é dar novo conteúdo às categorias, ao mesmo tempo em que se opõe a sua separação. Aqui, fica ainda mais claro porque o mote das lutas feministas, a partir da década de 60, consolidou-se no lema: “o pessoal é político”.

Como efeito desses cenários, na história das lutas da classe trabalhadora, os problemas daqueles que eram explorados no processo imediato da produção capitalista tiveram acesso “privilegiado” à esfera pública, enquanto questões mais diretamente associadas às atividades reprodutivas e domésticas, por sua vez, não receberam formulações sistemáticas e foram encaradas como problemas privados, mesmo pela maior parte das militantes feministas¹⁶¹. Outras, compreenderiam, ainda, essa realidade como resquício de uma cultura arcaica e buscava saídas que mantinham a própria lógica capitalista inquestionada.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 13.

¹⁶¹ Segundo a socióloga francesa Christine Delphy, acerca do feminismo francês no período que cobriu o final da década de 1960: “Enquanto nós sabíamos naquele tempo que o trabalho doméstico existia, nós o víamos principalmente como uma questão de uma divisão injusta de tarefas chatas; e porque nós não nos colocávamos as perguntas relevantes sobre o problema, não era surpreendente que não conseguíssemos respostas relevantes” (DELPHY, 1988, p. 259, tradução nossa).

3.2

Wages for Housework, relação com o operaísmo e as reações no interior do Women's Liberation Movement

“O pessoal é político” foi e continua sendo, como afirmou Robin Morgan, um enunciado “verdadeiramente revolucionário”.¹⁶² Em *The power of women and the subversion of the community*, livro de autoria das feministas Selma James e Mariarosa Dalla Costa – reconhecido posteriormente como um dos primeiros e principais instrumentos teóricos a embasar a Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico, sobre a qual discorreremos neste subcapítulo –, as autoras reconhecem a esta ideia um caráter fortemente disruptivo.

É Selma James quem, logo na introdução ao texto, atribui o uso da experiência pessoal à ausência de uma crítica marxista acerca da inserção feminina no capitalismo – das múltiplas formas de sua exploração –, que, naquele momento histórico, pudesse servir como base para o movimento feminista. Apesar de, como falamos, algumas autoras terem buscado realizar uma leitura marxista da situação das mulheres diante da realidade da reprodução social, nenhuma teria, até então, em sua opinião, construído uma crítica estruturada nesse sentido. Assim, a falta de uma herança crítica fundada no pensamento marxista teria levado as liberacionistas a começar pelo que havia de mais material ao seu alcance: sua própria experiência enquanto mulheres. Segundo a autora norte-americana:

[...] nosso movimento explorou a experiência feminina, começando com o que, pessoalmente, conhecíamos dela. É assim que temos sido capazes, pela primeira vez em larga escala, de descrever, com profunda intuição e rigorosa precisão, a degradação das mulheres e a formação de nossa personalidade por forças que pretendiam que aceitássemos essa degradação, que aceitássemos ser vítimas silenciosas e impotentes.¹⁶³

Dentre as muitas realidades femininas que alimentaram os debates dessa época, certamente aquela que correspondia à vida doméstica e aos papéis desempenhados pela mulher como esposa, mãe e dona de casa – foi uma das mais amplamente problematizadas ou, como descrito pelo projeto *Sisterhood and After*, na seção intitulada “A divisão doméstica do trabalho”: “Uma das questões

¹⁶² MORGAN, 1970, p. viii.

¹⁶³ DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 5.

debatidas mais apaixonadamente por intelectuais feministas da década de 1960 em diante [...]”.¹⁶⁴

Nesse período em que se consolidou como um dos mais importantes focos de insurgência de seu tempo, o movimento feminista, em toda sua heterogeneidade, coincidia em rejeitar o destino solitário, fatigante e, sobretudo, inevitável, da reprodução sexual e da atividade doméstica. Essa recusa, comum à quase totalidade das feministas, independente da perspectiva que adotavam, refletia uma conquista desses anos intensos.

Kate Millet, que se alinhava à perspectiva radical do feminismo, em 1968, afirmava, por exemplo, que “Já que a mulher sempre trabalhou nas sociedades patriarcais, muitas vezes nas mais rotineiras e extenuantes tarefas, o que está em jogo aqui não é o trabalho, mas a recompensa econômica”.¹⁶⁵ A autora ainda ressaltava a importância do caráter não-remunerado desse trabalho em uma sociedade capitalista: “Em uma economia do dinheiro, onde autonomia e prestígio são dependentes da moeda, esse é um fato de grande importância”.¹⁶⁶

No prefácio à *Daring to be Bad: Radical Feminism in America, 1967-1975*, que propõe uma revisão histórica do movimento feminista norte-americano, Ellen Willis afirma, ainda, que as liberacionistas:

[...] apontaram a hipocrisia de uma sociedade que sentimentaliza a maternidade, enquanto desvaloriza o trabalho que as mães fazem; que chamou a atenção para o duplo fardo das mães “que trabalham” (e cunhou o slogan “Toda mãe é uma mãe que trabalha”); que lamentou a dupla jornada enfrentada pelas mulheres que querem ter filhos, mas também querem, como fazem os homens, participar da vida pública.¹⁶⁷

Nesse cenário marcado, por um lado, pelo questionamento e rejeição de velhos valores e verdades sobre as mulheres e suas vidas, e, por outro, pelas tentativas de uso ou revisão do aparato teórico marxista – consideradas insuficientes ou mesmo inadequadas segundo inúmeros aspectos, que esperamos ter deixado claros no capítulo anterior –, uma nova perspectiva para o feminismo começa a se delinear, no início da década de 70. Intensos debates acerca da

¹⁶⁴ BRITISH LIBRARY.

¹⁶⁵ MILLET, 2000, p. 39.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 39.

¹⁶⁷ WILLIS apud ECHOLS, 2009, p. xiv.

possibilidade, ou mesmo da utilidade, de promover o encontro entre feminismo e marxismo culminariam na fundação do Coletivo Feminista Internacional.

Constituído mais precisamente em 1972, desde o início o grupo, como seu próprio nome apontava, se propunha a uma atuação que não se restringia a fronteiras nacionais. Assim, incluía entre suas idealizadoras feministas como Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici, fortemente envolvidas com os movimentos de liberação feminina nos países onde viviam – Inglaterra, Itália e Estados Unidos, respectivamente.

Apesar das inúmeras discordâncias em relação às vertentes majoritárias do *Women's Liberation Movement*, é certo que o cenário que deu vida à iniciativa estava tomado pelo dinamismo e amplo espectro de pautas, críticas e atividades que se multiplicaram nesse período. Além disso, como dito por suas próprias fundadoras, suas proposições teóricas e práticas dialogavam diretamente com aquelas que haviam sido desenvolvidas nos anos anteriores, especialmente com aquilo que consideravam ser os limites dessas ideias e ações. Logo nos primeiros parágrafos do prefácio ao seu livro, *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*, Silvia Federici faz referência explícita ao movimento feminista para identificar aspectos que haviam impulsionado o desenvolvimento de seu trabalho:

Meu interesse nessa pesquisa foi originalmente motivado pelos debates que acompanharam o desenvolvimento do Movimento Feminista nos Estados Unidos, concernentes às raízes da “opressão” das mulheres e às estratégias políticas que o movimento deveria adotar na luta pela liberação feminina.¹⁶⁸

A trajetória de militância dessas feministas se deu junto a organizações identificadas ao marxismo, que foi sua principal influência. Destacam-se sobretudo as experiências do movimento anticolonial, do movimento pelos direitos civis, movimento estudantil, movimento negro – em especial, na figura das *welfare mothers*¹⁶⁹ – e do operaísmo italiano, entre outros. Contudo, como

¹⁶⁸ FEDERICI, 2012, prefácio.

¹⁶⁹ Uma tradução dessa expressão que se quisesse literal seria algo como “mães do bem-estar social”, que, acreditamos, não seria compreensível àqueles que não estão familiarizados com a expressão original. Mesmo que fazendo uso de algum tipo de adaptação, não encontramos uma tradução que desse conta em português do sentido que esse termo deveria expressar. Em razão dessas dificuldades, daqui para a frente, ele será usado no original. No subcapítulo 2.2.2, faremos uma apresentação mais extensa sobre o movimento, mas, por ora, cabe dizer que refere-se a um

Federici reforça, a análise sobre a exploração da mulher no capitalismo foi desenvolvida “por meio de, mas também contra, categorias articuladas por esses movimentos”.¹⁷⁰

Neste sentido, se propunham a uma leitura crítica do aparato teórico marxista, que nascia do interesse em observar o que se passava no âmbito da reprodução social, mais especificamente da realidade experimentada pelas mulheres na vida privada do lar. Seria, então, a partir de (e contra) esses desenvolvimentos teóricos e experiências políticas, que definiriam sua mais importante estratégia de ação: o lançamento da Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico. Como explicaremos mais adiante, será preciso pensá-la, não como uma simples exigência, mas, sim, como um conjunto de organizações que passam a constituir um novo horizonte de lutas anticapitalistas. E que, embora mobilizado em torno dessa demanda, não estava restrita a ela.¹⁷¹

3.2.1

Influência do operaísmo e a noção de autonomia

Na Itália que testemunhara a intensa atividade política das massas durante os anos 60, surgia, em meio a uma nova esquerda com figuras masculinas fortes como Raniero Panzieri, Mario Tronti, Sergio Bologna, Antonio Negri, entre muitos outros, um movimento de mulheres que, mais tarde, seria associado ao que Harry Cleaver nomeou como “marxismo autonomista”. A motivação autônoma era, não apenas uma forma de rejeitar as instituições tradicionais de esquerda, como partidos políticos e sindicatos, mas também de abrir uma brecha no interior da própria “nova esquerda”, por meio da qual pudessem, *de fato*, tratar as questões para as quais buscavam respostas.¹⁷²

grupo de mulheres negras que, durante os anos 60, demandou que o Estado oferecesse, diretamente a mães com filhos, assistência em dinheiro (pensões).

¹⁷⁰ FEDERICI, 2012, p. 6.

¹⁷¹ Sobre isso, ver HOMANS, 2008.

¹⁷² O “marxismo autonomista”, pano de fundo do livro de Harry Cleaver, *Leitura Política de O Capital*, engloba, segundo a perspectiva proposta pelo autor, um sem número de movimentos, políticas e pensadores, cujo engajamento político tinha como horizonte a ideia de autonomia dos trabalhadores, seja em relação ao capital ou às instituições mais conhecidas da esquerda, como os sindicatos e os partidos políticos, bem como a possibilidade de que grupos particulares de trabalhadores (como as mulheres) se organizassem e agissem autonomamente. Dessa forma, segundo o próprio Cleaver, “Com ‘autonomia’ eu quero dizer a capacidade dos trabalhadores de

Dessa forma, a noção de autonomia é uma chave decisiva para a compreensão de *Wages for Housework* para além de um entendimento meramente superficial. Como, em grande medida, os primeiros desenvolvimentos que circundam essa ideia se deram, entre os anos 60 e 70, pelo marxismo autonomista italiano, mais conhecido como operaísmo, será essencial circunscrever alguns dos conceitos desenvolvidos pelos operaístas, que nos parecem pontos nevralgicos às análises dessas feministas, bem como os objetos de crítica, a partir dos quais elas se distanciarão deles. Para isso, recorreremos aos trabalhos fundamentais de dois teóricos marxistas contemporâneos, Harry Cleaver¹⁷³ e Steve Wright.

Em um livro que dedica à análise de um dos conceitos fundamentais à autonomia italiana, o de composição de classe – que acabou se tornando sinônimo do próprio termo operaísmo¹⁷⁴ –, Steve Wright se debruça sobre o complexo conjunto de personagens e teorias que compuseram esse período.¹⁷⁵ Por operaísmo entende-se, em sua visão, o universo formado por dissidentes do Partido Comunista Italiano (PCI) e do Partido Socialista Italiano (PSI)¹⁷⁶, que buscavam aplicar a crítica da economia política de *O Capital* à análise do rápido desenvolvimento industrial italiano, contrapondo-a às experiências concretas de

definir seus próprios interesses e de lutar por eles – de ir além de uma simples reação à exploração ou de uma ‘liderança’ automeada, e tomar a ofensiva de maneiras que transformam a luta de classes e definem o futuro” (CLEAVER, 1993). Sobre a relação entre autonomia e operaísmo, ver: WRIGHT, 2002.

¹⁷³ Uma das fontes principais sobre a qual nos detivemos para essa análise foi o livro já mencionado, *Leitura Política de O Capital*, em sua edição em português, da Editora Zahar, de 1981. Nessa tradução, o termo “working class” é traduzido como “classe operária”. Apesar de discordarmos de tal escolha, mantivemos a cópia literal do texto. Entretanto, é preciso marcar que, uma vez que o termo “operário” é usualmente aplicado em português com um sentido mais restritivo que “trabalhador” (“operariado” tem uma associação muito próxima com “operariado fabril”), mesmo que a tradução não chegue a ser equivocada, pode levar a um entendimento inconsistente com os desenvolvimentos teóricos do autor. Estes apontam para uma definição de classe trabalhadora que abarca trabalhadores assalariados e não-assalariados, urbanos e rurais, como explicaremos mais a frente, ampliando seu sentido de forma a abranger mais que apenas aqueles incluídos no processo direto de produção capitalista.

¹⁷⁴ WRIGHT, 2002, p. 49.

¹⁷⁵ Entre eles, destacam-se duas revistas, cujos integrantes formularam importantes contribuições intelectuais ao marxismo, Quaderni Rossi (1960-1966) e Classe Operaia (1964-1967), e organizações extra-parlamentares como Lotta Continua e Potere Operaio, do qual se formou, de forma dissidente, um grupo composto apenas por mulheres, o Lotta Femminista. Muitas de suas integrantes se engajariam, mais tarde, na Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico.

¹⁷⁶ No período pós-Segunda Guerra Mundial, havia, no mundo todo, um movimento de rejeição ao que parte da esquerda começava a compreender como um capitalismo de Estado na União Soviética e, portanto, se fortalecia a crítica ao poder soviético e aos Partidos Comunistas que seguiam suas orientações.

lutas da classe trabalhadora, suas estratégias de resistência e formas de organização autônomas.¹⁷⁷

A centralidade da ação autônoma da classe trabalhadora – aquela que é antagônica ao capital, mas também às formas burocratizadas de organização típicas à esquerda tradicional, cujo principal objetivo havia se tornado, em muitos casos, sua própria perpetuação em posições de poder –¹⁷⁸ rompe, assim, com a perspectiva que a costumava apresentar como “[...] vítima passiva, reativa, que defende seus interesses contra o ataque capitalista [...]”,¹⁷⁹ para assumir sua potência de auto-organização como fator preponderante de análise.

Raniero Panzieri, uma das mais importantes figuras de Quaderni Rossi – publicação que inaugurou o debate acerca de inúmeras problemáticas típicas ao operaísmo –, é o primeiro a aprofundar a ideia de que o desenvolvimento tecnológico seria uma resposta aos avanços conquistados pelos trabalhadores.¹⁸⁰ Assim, consolidaria a ideia de que há um planejamento capitalista da divisão do trabalho – entendido, por ele, como destinado a produzir divisões hierárquicas de poder no interior da classe, ou seja, de promover sua “decomposição”, de forma a enfraquecê-la e controlá-la –,¹⁸¹ e que este é reativo à atividade política dos próprios trabalhadores.¹⁸²

¹⁷⁷ Cabe destacar que uma importante influência do operaísmo seriam os trabalhos de militantes associados à figura do historiador e jornalista socialista C.L.R James, nos Estados Unidos. Sobre os textos “The american worker”, de Paul Romano, cujo nome verdadeiro era Phil Singer, e Ria Stone, pseudônimo de Grace Lee Boggs, sobre operários fabris nos Estados Unidos em 1947 – que seria traduzido para o italiano em 1954 por Danilo Montaldi; e “Pushing out”, de Marty Glaberman, sobre suas próprias vivências nas greves selvagens, no final dos anos 30, nas plantas automobilísticas de Detroit, no qual fala também sobre o papel de policiamento da força de trabalho incorporado pelo sindicato.

¹⁷⁸ Quando nos anos 60, as revoltas operárias se intensificaram no território italiano, com receio de perder os espaços políticos que ocupavam, muito desses grupos da esquerda tradicional, incluindo o PCI e o PSI, se aliavam às forças capitalistas na repressão às lutas dos trabalhadores.

¹⁷⁹ CLEAVER, 1981, p. 67.

¹⁸⁰ Apesar de aprofundada por Mario Tronti, essa ideia já está presente em *O Capital* (mais especificamente, no capítulo 14).

¹⁸¹ Harry Cleaver afirma que uma das “descobertas” do operaísmo seria entender que “Divisão quer dizer a administração capitalista de antagonismos no interior da classe, entre setores de uma classe, como um meio de minimizar os perigos da explosão de um antagonismo entre classes” (CLEAVER, 1993).

¹⁸² O autor chegará a tais conclusões pela realização de pesquisas, cuja principal técnica consistia da aplicação de questionários e entrevistas com operários fabris, a partir dos quais mapeava comportamentos e percepções, para pensá-los de forma a iluminar as interseções do desenvolvimento da técnica e da vida política no local de trabalho – ou seja, da conexão entre forças produtivas e relações sociais –, colocando o trabalhador, e não o capital, no centro dessa análise. Buscava, assim, pensar a posição ofensiva da classe trabalhadora e seus efeitos sobre a determinação das formas de desenvolvimento do capital. Tal estratégia de crítica marxista, sintetizada no apelo de Steve Wright, para quem “a teoria deve descer de sua torre de marfim e se apresentar dentro da luta de classes” (WRIGHT, 2002, p. 29) – caminho que seria, para ele,

Com isso, confronta uma assunção dominante entre a esquerda italiana na época de que o desenvolvimento tecnológico consistia de uma força autônoma, cujo progresso era a ele inerente e, por isso, independente do conflito de classe. Ou seja, que o desenvolvimento das forças produtivas se dava independentemente das relações de produção e, portanto, da lógica do capital – mesmo que, no capitalismo, esse desenvolvimento servisse às forças capitalistas e à exploração da classe trabalhadora, isso seria meramente um desvio de sua racionalidade objetiva, destinada a levar o homem além das limitações físicas, sejam as suas ou as impostas pela natureza.¹⁸³ O que está implícito nessas formulações é a inevitabilidade, mesmo na passagem a uma sociedade socialista, de herdar o conjunto de forças produtivas e suas formas de organização – a divisão do trabalho e a produção para o mercado, por exemplo.

Steve Wright afirma que um dos grandes méritos de Quaderni Rossi foi ter rejeitado essa “falsa dicotomia”¹⁸⁴ entre o crescimento econômico e a lógica do capital.¹⁸⁵ Disto, pôde-se inferir que o grau de desenvolvimento da classe trabalhadora não se expressaria como a revelação de uma racionalidade latente ao processo produtivo moderno – sua maturidade enquanto classe revolucionária não estaria atrelada aos ritmos nos quais avança a técnica na sociedade capitalista. Antes, ele se expressaria como a construção de uma racionalidade estranha àquela que marca o capitalismo e que, mais do que isso, seria capaz de impor rupturas ao progresso desta última.¹⁸⁶ A atividade autônoma da classe trabalhadora seria, portanto, capaz de agenciar a recomposição das relações de poder a seu favor, em

inaugurado com a revista Quaderni Rossi –, certamente influenciou a organização das militantes de *Wages for Housework*, para as quais, como mostraremos, o trabalho de “corpo a corpo” era uma tática fundamental. Selma James afirmaria sobre o livro que escreveu com Dalla Costa – um dos primeiros materiais teóricos produzidos por integrantes do movimento –, que ele “[...] tem sido o ponto de partida não para ‘uma escola de pensamento’, mas para uma rede internacional de organizações, que lutam por salários para o trabalho doméstico” (DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 4).

¹⁸³ PANZIERI apud WRIGHT, 2002, p. 42.

¹⁸⁴ WRIGHT, 2002, p. 36.

¹⁸⁵ Outra importante contribuição a essa reflexão foi o artigo de Mario Tronti para a publicação, em 1962, intitulado “A fábrica e a sociedade”, no qual aborda as mudanças provocadas pela generalização do mais-valor relativo – aquele que se extrai do incremento tecnológico ou mecanização –, quando, no meio do século XIX, o capital industrial foi forçado a reduzir a jornada de trabalho (sacrificando, com isso, suas taxas de mais-valor absoluto), sobretudo mediante as lutas da classe trabalhadora. A saída para manter a acumulação de valor seria encontrada na aceleração do desenvolvimento do maquinário, de forma que o operário produzisse a mesma quantidade de valor em menos tempo de trabalho (TRONTI, 1962). Essas reflexões refletem uma análise dos capítulos 8 a 16 do volume 1 de *O Capital*, em que são desenvolvidas as noções de mais-valor absoluto e relativo.

¹⁸⁶ PANZIERI apud WRIGHT, 2002, p. 43.

oposição à tal decomposição perpetrada pelo capital.¹⁸⁷ Harry Cleaver afirmará a esse respeito que “[...] o que resulta de seu trabalho [de Raniero Panzieri] é o conceito de que em última instância o único elemento não-planejável do capital é a classe operária”.¹⁸⁸

Esses desenvolvimentos permitem uma compreensão dialética da luta de classes, em que o planejamento capitalista e a autoatividade da classe trabalhadora são mutuamente influenciados, em um “jogo” de (re)composição e decomposição desta última. A cada “ataque” da classe trabalhadora, que intenta desestruturar as bases sobre as quais descansa um pseudoequilíbrio desse antagonismo, as forças capitalistas são levadas a criar meios de reestabelecer seu controle. Assim, Mario Tronti concluiria que a pressão imposta pela classe trabalhadora sobre o capital é capaz de fazê-lo modificar sua composição interna, sendo mesmo um componente de desenvolvimento capitalista. Isso significaria, para ele, reconhecer esta classe como parte integrante do capital, ao menos até que consiga romper o movimento incessante de autoreprodução deste último.¹⁸⁹

Em *O Capital*, como falamos, os escritos acerca da acumulação primitiva eram claros ao afirmar que a existência do capital está condicionada à divisão das classes em, de um lado, detentores de meios de produção, e, de outro, aqueles a quem não resta nada além de sua própria força de trabalho a vender. O capital não existe, portanto, fora dessa relação. Além disso, não só o capital é a própria relação entre as classes, como, por isso, sua reprodução é a própria reprodução constante dessas classes enquanto tais. Segundo o próprio Marx:

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado.¹⁹⁰

Se reproduzir a classe trabalhadora é reproduzi-la *enquanto* força de trabalho, isso significa que esta última é uma mercadoria essencial à sobrevivência do capital. Isso levará Tronti à afirmação de que a própria força de trabalho se

¹⁸⁷ Mario Tronti afirmará que esse processo que, como dissemos, levará ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, desenvolve, ao mesmo tempo, a mais importante força produtiva de todas: a classe trabalhadora como classe revolucionária (WRIGHT, 2002, p. 37).

¹⁸⁸ CLEAVER, 1981, p. 68.

¹⁸⁹ CLEAVER, 1981, p. 73.

¹⁹⁰ MARX, 2013, p. 653.

torna um inimigo a ser combatido, implicando uma incoerência inerente a todo trabalhador, cuja autoreprodução precisará ser combativa de si mesmo. Essa recém-descoberta contradição inauguraria uma nova estratégia anticapitalista: rejeitar, de forma consciente, a sua existência como classe trabalhadora.

Aqui, será determinante notar também que, no capítulo sobre “A compra e venda de força de trabalho”, o pensador alemão apontaria que as atividades que reproduzem o trabalhador não estão restritas ao interior da fábrica, mas penetram também no lar, nas escolas, na comunidade, etc.¹⁹¹ Ou seja, o terreno da fábrica (onde antes se acreditava estar a reprodução do capital) se amplia: a sociedade capitalista é uma “fábrica social”,¹⁹² que emprega a todos em sua própria reprodução. Segundo Harry Cleaver: “[...] o capital tenta transformar toda a vida em trabalho para a sua própria reprodução, como ele busca converter toda a sociedade em uma grande ‘fábrica social’ ou um hospício social”.¹⁹³

Assim, inferindo que é trabalho produtivo todo aquele que, de algum modo, reproduz o capital, seja em que esfera isso se dê, Tronti abrirá caminho para um alargamento do conceito de classe trabalhadora, de modo que este passe a incorporar, não apenas os trabalhadores assalariados diretamente engajados na produção capitalista, mas também os não-assalariados.¹⁹⁴ No capitalismo, portanto, a vida tende a ser moldada pelo trabalho, como forma de determinação de todo momento possível como momento de autoreprodução da relação de classes (do capital) e não de reprodução autônoma da sociedade. Cleaver dirá ainda que “nunca o mundo havia visto uma sociedade em que a vida é redefinida como trabalho”.¹⁹⁵

No entanto, é diante disso que, não apenas a revolta dos trabalhadores assalariados, mas também as insurgências dos mais diferentes grupos sociais (donas de casa, alunos, crianças, idosos, desempregados, etc.) passariam a ser vistos como componentes da luta de classes. Tanto assalariados quanto não-assalariados se insurgem *contra* esse trabalho que lhes é imposto e, de distintas

¹⁹¹ MARX, 2013, p. 245-247.

¹⁹² O conceito foi desenvolvido por Mario Tronti no início dos anos 60.

¹⁹³ CLEAVER, 1993.

¹⁹⁴ Segundo Kathi Weeks, “A família funciona, nesse sentido, como um mecanismo distributivo por meio do qual os salários podem ser imaginados se estendendo aos não-remunerados, subremunerados, ainda não remunerados e não mais remunerados” (WEEKS, 2011, p. 121).

¹⁹⁵ CLEAVER, op. cit.

formas na história do capitalismo, desde o período da acumulação primitiva de capital, buscam recusá-lo.¹⁹⁶ Em suma:

O que o reconhecimento de tudo isso quer dizer é não apenas que a luta de classes é onipresente, mas que as lutas dos assalariados e não-assalariados estão necessariamente relacionadas por meio da recusa comum ao trabalho, i.e. a recusa da redução da vida ao trabalho, e a luta por maneiras alternativas de existir. Assim, a definição da velha esquerda da classe trabalhadora como o proletariado assalariado é obsoleta, não apenas porque o capital integrou os não-assalariados em sua autoreprodução, mas porque as lutas dos não-assalariados complementam as dos assalariados.¹⁹⁷

Dessas constatações, dois caminhos se abriram ao operaísmo: um, que seria tomado majoritariamente, colocaria em segundo plano as análises do que se passava fora da fábrica. O outro, em contraposição, seguido por grupos como Lotta Continua, apoiaria conflitos comunitários envolvendo questões como habitação, acesso a alimentos e serviços públicos, bem como novos sujeitos políticos que passariam agora a ser compreendidos dentro dessa noção estendida de classe trabalhadora, buscando, por vezes, eliminar as distâncias que separavam esses embates das lutas nas fábricas.

Potere Operaio, que se enquadrava no primeiro caso, seguiria valorizando a fábrica como espaço privilegiado da luta de classes e deixando de lado o amplo espectro que compunha a recém-descoberta fábrica social.¹⁹⁸ A história do operaísmo, em geral, seguiria intimamente ligada às lutas dos trabalhadores nos setores industriais. Segundo Wright:

Tronti pareceu incapaz de conciliar essa ambígua defesa dos trabalhadores das grandes fábricas com a noção de fábrica social. [...] Embora pareça razoável supor que tal discurso [sobre a fábrica social] implique o alargamento da categoria de trabalho produtivo além do processo de trabalho direto, nada do tipo estaria próximo de acontecer no trabalho de Tronti dos anos 60.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Silvia Federici fará uma pesquisa histórica, sobre a qual nos deteremos no próximo capítulo, acerca das diversas formas de resistência que a classe trabalhadora (incluindo as mulheres), ainda embrionária, impunha ao processo de acumulação primitiva de capital.

¹⁹⁷ CLEAVER, op. cit.

¹⁹⁸ Wright comenta, citando Sergio Bologna, que, se a tarefa a que se propunha o operaísmo era, em boa medida, compreender a formação do proletariado industrial dos anos 60, decorrente, em grande parte, das migrações do campo para a cidade, suas análises teriam um caráter apenas parcial, já que restringiam-se aos impactos desse fenômeno no local de trabalho. Assim, deixavam de fora problemas centrais na vida desses que se deslocavam do sul para o norte industrializado, como moradia, transporte, vida social, entre tantos outros (WRIGHT, 2002, p. 81).

¹⁹⁹ Ibidem, p. 40.

Assim, tomavam como ponto de partida para suas intervenções o que entendiam ser os setores mais desenvolvidos da economia italiana, nos quais a luta de classes estaria “mais madura” – como petroquímico e automobilístico. Nestes espaços em que os debates em torno da questão salarial e dos ritmos de trabalho tornavam-se centrais, esses autores começaram a identificar o ciclo de lutas que a década de 60 inaugurava como uma resposta da classe trabalhadora ao “acordo” estabelecido nas décadas anteriores, que consistia, segundo pensadores como Mario Tronti e Antonio Negri, em atrelar incrementos de produtividade a aumentos crescentes dos salários.²⁰⁰ A rejeição dos antigos balizadores dos interesses antagônicos entre as classes implicou “[...] uma crise histórica do capital”.²⁰¹ Segundo o próprio Tronti, citado por Wright:

Elevar o preço da força de trabalho foi um ato de força da classe trabalhadora que coincidiu por um momento com uma necessidade do capital, e depois a superou, superando-a e perturbando-a [...] o desequilíbrio entre salários e produtividade é um fato político e deve ser entendido como um fato político e utilizado como tal (Tronti 1971: 99).²⁰²

Assim, destacavam a importância do salário como instrumento fundamental de resistência, desde que compreendido como parte de uma estratégia política de recusa ao trabalho. A insistência na centralidade do trabalho produtivo no processo de produção direta, entretanto, restringia severamente a compreensão de boa parte dos operários sobre as relações de classe à parte desse mundo. Assim, apesar de um *insight* promissor, a noção central de “fábrica social” não

²⁰⁰ Esses autores começaram a compreender a crise que assolou boa parte do mundo entre os anos 20 e 40 não simplesmente como uma crise de raízes econômicas, mas também uma crise política, colocada frente à impossibilidade das forças capitalistas de conter o ciclo de revoltas que se multiplicava nas fábricas e fora delas. Como explicaremos no próximo subcapítulo, essas lutas implicariam uma séria crise da divisão social do trabalho que, desde meados do século XIX, se estabelecia sobre a distribuição de papéis bem definidos aos homens e às mulheres – conforme apresentamos no subcapítulo 2.1. Nos Estados Unidos, um pacote de medidas econômicas (baseadas nas teorias do economista inglês John M. Keynes, por isso conhecidas como keynesianismo) seriam colocadas em prática, com o chamado New Deal, que se transformaria em um modelo de desenvolvimento capitalista a ser replicado em outros países, inclusive na Itália. Seu fundamento, dirão esses autores, evidenciava a inseparabilidade entre economia e política e consistia em associar produtividade e salários, de forma a “usar a luta da classe operária como um motor para o desenvolvimento capitalista” (CLEAVER, 1981, p. 71). Apesar de reconhecerem o avanço dessas análises, as feministas ligadas a *Wages for Housework* argumentariam, uma década depois, sua insuficiência para explicar a reordenação do planejamento capitalista, como pretendemos demonstrar em breve.

²⁰¹ Ibidem, p. 80.

²⁰² WRIGHT, 2002, p. 66.

seria adequadamente desenvolvida até *Wages for Housework* aplicá-la à realidade concreta da exploração feminina. Segundo a italiana Leopoldina Fortunati:

[...] esse Marx reformulado, ainda que poderoso em comparação com a versão ortodoxa, continuava cego para a realidade vivida pelas mulheres. Assim, o discurso do *Potere Operaio* era muito avançado ao considerar as novas fábricas, o novo papel dos trabalhadores no sistema capitalista contemporâneo, mas era muito pobre a respeito do trabalho doméstico, dos afetos, emoções, sexualidade, educação, família, relações interpessoais, sociabilidade, etc.²⁰³

Em nossa opinião, a contribuição mais preponderante das leituras operaístas a *Wages for Housework* foi terem repensado as categorias marxistas e as relações sociais à luz da interpretação da luta de classes como imanente ao capital, ou melhor, do capital *como* relação de classe – uma relação que se dá como antagonismo ou luta. Diante disto, se propuseram, não ao exercício puro de crítica ao capitalismo, mas, antes, à busca por evidenciar o poder da classe trabalhadora e sua atividade autônoma no antagonismo às forças capitalistas. E, mesmo que tenham, em geral, se mantido restritos ao ambiente fabril, noções como as de “fábrica social”, “composição de classe” e a ideia de recusa ao trabalho, bem como a determinação do salário como instrumento-chave de ataque ao capital, seriam fundamentais para os desdobramentos posteriores de *Wages for Housework*. O movimento confrontaria a exploração no ambiente doméstico, que defenderiam como o coração da reprodução da força de trabalho, com uma estratégia que, como mostraremos, combinava de forma muito singular exigência salarial e recusa ao trabalho.

3.2.2

O planejamento capitalista diante das lutas de assalariados e não-assalariados no contexto de 1929

A compreensão mais meticulosa de *Wages for Housework* nos faz remontar algumas décadas antes de seu surgimento, nos exigindo revisitar, mesmo que brevemente, alguns aspectos da Grande Depressão de 1929 e das décadas que a sucederam, incluindo os períodos de guerra e pós-guerra. Com isso, pretendemos apresentar os elementos fundamentais que as teóricas ligadas a esse movimento

²⁰³ FORTUNATI, 2013.

acrescentarão às análises operaístas da dialética entre planejamento capitalista e atividade autônoma da classe trabalhadora.

A conjuntura que se consolidou nos Estados Unidos a partir da década de 20, cujos principais efeitos se estenderam até meados dos anos 40 – quando o New Deal finalmente atingiria seus objetivos de plena recuperação econômica no período do pós-guerra –, colocou em situação de desemprego milhares de trabalhadores e trabalhadoras, não só no país norte-americano, mas em diversos países do mundo.²⁰⁴

A impossibilidade de recuperar alguma forma de trabalho ou as condições precárias em que eles estavam disponíveis, que acentuaram-se ao longo dos anos que sucederam 1929, romperam a ordem social que havia, até então, sido sustentada nas décadas anteriores e para a qual, como explicamos no início deste capítulo, o fortalecimento da instituição familiar era uma condição determinante. Esta desfalecia junto ao caos econômico. No livro que dedica à análise desse período, *Family, welfare, and the state: between progressivism and the new deal*, Mariarosa Dalla Costa, afirma que: “Casa e família, um dia garantidos pelo salário masculino, desmoronaram sob a pressão da crise”.²⁰⁵

A autora italiana narra que, quando a crise estava ainda no começo, a maioria dos homens resistia em pedir assistência ao Estado, ainda esperançosos de que pudessem recuperar seus salários ao invés de se “rebaixar” à condição de “incapazes”, deixando transparecer a força dos valores implicados nas ideias de família e trabalho, como a dignidade, a disciplina, uma moral de costumes, entre outros. A partir de 1929, no entanto, com o agravamento da situação, inúmeras formas de resistência começaram a se espalhar pelo país: manifestações, que reuniam milhares de desempregados, mulheres, idosos, etc., saques a supermercados e agências de apoio, bem como assaltos a caminhões que transportavam alimentos. Era comum também, nessa época, a organização em

²⁰⁴ A relevância de compreender o fenômeno da crise de 1929 é enorme, já que, mesmo se originando nos Estados Unidos, é sabido que seus efeitos se espalharam por todo o mundo, implicando a deterioração da condição de vida de forma ampla. Além disso, o New Deal, enquanto programa de reformas que cumpriria a função de reverter essa situação e, sobretudo, de aplacar os conflitos de classe, também serviria como modelo de desenvolvimento para diversos outros países. É claro que há diferenças em função de contingências nacionais, mas o que importa notar aqui é o papel central que tem o fortalecimento da instituição familiar e as funções sociais femininas que ela implica para a recuperação das situações de crise do capital – ou, de maneira mais ampla, o sexismo e o racismo de que o capital lança mão nos períodos em que precisa reestabelecer seus processos de acumulação. Sobre isso, falaremos mais a fundo no último capítulo desta dissertação.

²⁰⁵ DALLA COSTA, 2015, p. 26.

defesa do direito à moradia: contra despejos de casas nas áreas urbanas e propriedades rurais, bem como em oposição a cortes de eletricidade ou gás.

Nesse cenário desolador, os afetados pela crise passaram a exigir a responsabilização do Estado, por meio do pagamento direto em dinheiro e da garantia de suas necessidades básicas. A revolta dos desempregados fortalecia, por outro lado, as lutas daqueles que conseguiam manter seus empregos, mas que se indignavam contra a arbitrariedade com que estes lhes podiam ser tomados – aqui, as mulheres também exerciam um papel relevante, seja quando apoiavam fábricas ocupadas por seus maridos, filhos e familiares de diversas formas, mas também quando estavam diretamente inseridas em setores que se rebelavam.

O terreno de lutas que precedeu essas novas normas viu novos sujeitos tomarem o espaço: os desempregados, não mais mero exército de reserva, mas antes uma massa reorganizada em luta; trabalhadores que ocuparam fábricas e ganharam poderosos sindicatos; mulheres, que em alguns casos se uniram e organizaram de modo quase militar e que transformaram radicalmente a organização reprodutiva da comunidade de trabalhadores.²⁰⁶

A saída encontrada pelo Governo do Presidente Franklin Roosevelt para conter a revolta popular foi a criação de um amplo programa de reformas econômicas e sociais, o New Deal, que transformaria radicalmente a atuação do Estado. Este passaria a assumir, a partir de então, a linha de frente na garantia da reprodução dos trabalhadores – mesmo aqueles não reconhecidos como tal: desempregados, donas de casa, crianças, etc. – e, conseqüentemente, na gestão da dinâmica da luta de classes. Sua principal estratégia concentrava-se em garantir empregos a salários e condições mais justas para os homens e suas famílias e, em seguida, em assegurar àqueles que não tivessem acesso a trabalho, formas de se sustentar – o que se consolidou com a aprovação, em 1935, de um programa de seguridade social, garantindo, a partir de então e pela primeira vez, assistência em casos de desemprego, idade avançada, impossibilidade de trabalhar e apoio às crianças.²⁰⁷ “O Estado não era mais apenas um legislador, mas também um administrador [...]”.²⁰⁸

²⁰⁶ Ibidem, p. 95.

²⁰⁷ Em relação a essa última, Dalla Costa a associa diretamente à luta das mulheres, que nesses anos de intensa resistência no país pressionaram as agências do governo, quando não mais puderam contar com os salários de seus maridos. Os benefícios, entretanto, como mostraremos mais a frente, não seriam universais, assentados sobre estratégias de exclusão que respondiam diretamente a

A aposta de Mariarosa Dalla Costa é que a outra face do New Deal, tão importante como os investimentos diretos na economia, teria sido a revalorização a família, reestabelecendo o papel decisivo da figura da mulher, dona de casa e mãe, na ordenação social. O Estado, se responsabilizando diretamente pela reprodução social, exigia em contrapartida um incremento de produtividade por parte dos trabalhadores homens, como falamos anteriormente, mas também das trabalhadoras domésticas de forma não-remunerada.

É nesse contexto que a autora localiza a profusão de pesquisas, que passaram a indicar a associação entre o crescimento dos índices de criminalidade e desordem social e o aumento do número de famílias destruídas. Nestas, a responsabilização moral da mulher pelos “desvios” de conduta no interior de sua família eram muito fortes. Ela era julgada – socialmente, mas também juridicamente –²⁰⁹ em função de sua capacidade ou não de preservar sua própria integridade moral e a dos membros de sua família. Nesta linha, esses estudos indicavam que lares destruídos nos quais houvesse uma mãe “imoral” tenderiam a ser os maiores “produtores” de problemas sociais.

Nesse período, mesmo que o número de filhos por famílias mantivesse uma tendência de queda e que inovações tecnológicas fossem cada vez mais introduzidas nos lares, como eletricidade, ferros de passar elétricos, fogões a gás, entre outras, o trabalho das mulheres em casa era expandido e complexificado. Por um lado, suas funções passavam a, cada vez mais, incluir a gestão do consumo familiar, agora aumentado pela diversificação de produtos manufaturados disponíveis. Assim, se tornavam mais e mais responsáveis pelo gasto adequado do salário dos maridos. Por outro, havia o incremento de sua função na reprodução afetiva e psicológica da força de trabalho, cujo objetivo final era a

interesses do Estado e do capital. Tudo isso contribuirá, mais tarde, a partir dos anos 60, para a eclosão do movimento sobre o qual aqui nos detemos.

²⁰⁸ DALLA COSTA, op. cit., p. 12.

²⁰⁹ Ao analisar alguns desses estudos, Dalla Costa nota que há uma diferença substancial entre os crimes que se atribuíam a homens e a mulheres nesse período. Os primeiros eram, em sua maioria, identificados como roubos ou recebimento de itens roubados, arrombamentos, etc. Já os outros eram crimes relacionados, quase em sua totalidade, à moral: mulheres que abandonavam a família ou os estudos, que se mostravam “ingovernáveis” ou apresentavam comportamento sexual inaceitável.

disciplinarização e socialização apropriada tanto de maridos, quanto de filhos.²¹⁰

Assim, elas seriam:

[...] responsáveis pelo novo modo de funcionamento exigido das famílias – tanto em termos de consumo e de valores familiares de forma mais geral –, enquanto garantia necessária à adaptação de toda a sociedade à nova fase produtiva e política que se abriu após a guerra.²¹¹

A combinação complexa dos papéis que esperava-se da mulher no lar já se expressava com clareza abaixo, no trecho retirado de um artigo de 1912 escrito pelo acadêmico, Wesley C. Mitchell, que seria assessor econômico do Presidente Roosevelt alguns anos mais tarde, reproduzido por Dalla Costa em seu livro.

A jovem esposa raramente realiza o trabalho doméstico com um espírito profissional. Ela entende que seu maior dever é ser uma boa esposa e uma boa mãe. Sem dúvidas, ser uma boa gerente é parte desse dever; mas a parte humana, que compreende seu relacionamento com o marido e os filhos, é mais importante que a parte dos “negócios”... Ela não consegue dividir suas tarefas como ser humano daquelas que executa como trabalhadora tão precisamente. Consequentemente, seu trabalho doméstico não assume independência objetiva em seu pensamento, como uma ocupação na qual ela deve se tornar proficiente.²¹²

O fortalecimento da instituição familiar e do papel da mulher em seu interior, como parte de uma estratégia de manutenção do ordenamento social, não era novo,²¹³ apenas se tornava mais urgente frente aos efeitos que a crise provocara e ganhava novos contornos em função das contingências do novo projeto econômico. No final da década de 30, a estratégia seria, em certa medida, abalada por um outro fenômeno social também já velho conhecido das mulheres.

Com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, muitas delas passam a assumir postos de trabalho antes destinados aos homens. O mesmo ocorreu nas primeiras décadas do século, quando houve crescimento da curva de empregos femininos – a partir de então, uma tendência irreversível. O Estado, entretanto,

²¹⁰ Um dos exemplos que Dalla Costa oferece para ilustrar essa recomposição, cuja intenção era a manutenção da ordem social, é a importância que ganha o lançamento, em 1928, do livro *Psychological Care of Infant and Child*, de Jonh B. Watson, conhecido como o pai da psicologia comportamental, no qual o tom era de forma predominante o convencimento das mães quanto à seriedade de seus papéis. Nessa época, inúmeros cursos de treinamento passaram a ser instituídos, direcionados sobretudo para as mães.

²¹¹ DALLA COSTA, 2015, p. 16.

²¹² Ibidem, p. 10.

²¹³ Cf. o subcapítulo 2.1 desta dissertação.

fazia uma gestão “cuidadosa” dessa abertura, já que “Nos países do capitalismo moderno, as mulheres também funcionam como reserva de força de trabalho, convocadas em tempos de guerras e expansão e descartadas em tempos de paz e recessão”.²¹⁴

Uma das táticas de que o Estado lança mão buscando conter, nos limites de seus interesses, esse movimento para fora do lar e valorizar o ambiente doméstico, sobretudo a maternidade, é a concessão de benefícios diretamente às mulheres com filhos²¹⁵. Dalla Costa dirá que, entre 1909 e 1930, intentando compensar a falta dos salários masculinos, todos os estados norte-americanos, à exceção de quatro, cumpriam alguma legislação nesse sentido. Essas práticas mostravam os primeiros sinais do deslocamento que se faria da filantropia, ou seja, de práticas privadas ou voluntárias para sanar os problemas sociais em direção à responsabilização do Estado.

Assim sendo, como pano de fundo, tem-se que “[...] a família continua a ser a instituição social fundamental”²¹⁶ e a posição social da mulher, gerida por intermédio dessa instituição, é, a todo tempo, deslocada em função das necessidades do capital e do Estado que o representa. É nesse contexto que, nos anos 50, o Estado passa a novamente tentar retirá-las do mercado de trabalho e reinseri-las nas funções domésticas. Esse esforço, todavia, encontraria, na década de 60, resistência²¹⁷ em escala nacional. Ou melhor, mundial.

A situação das famílias negras nos Estados Unidos, nessas décadas que antecederam a explosão da revolta feminina, não era exatamente essa que narramos, mas seria fundamental aos desdobramentos que se sucederam. Segundo Dalla Costa, até o final da década de 20, aqueles que não mais conseguiam ser empregados pela agricultura no sul do país, migravam para grandes cidades, onde viviam em guetos, sob condições degradantes. Ali, o salário masculino nunca foi central à sustentação da família, como entre a população branca. Sobretudo porque para muitos homens o trabalho assalariado não era uma realidade, mas, além disso,

²¹⁴ MILLET, 2000, p. 40.

²¹⁵ Nos anos 30, se fortaleciam também processos de discriminação contra o emprego de mulheres – bem mais acentuado no caso de mulheres negras, que acabavam empregadas nos piores trabalhos. Chegava-se a culpar o ingresso feminino no mercado de trabalho nos anos que antecederam à crise como uma das principais razões de sua eclosão (DALLA COSTA, 2015, p. 27-35).

²¹⁶ Ibidem, p. 20.

²¹⁷ Aqui, nos referimos ao movimento feminista de maneira ampla, que, como falamos antes, tinha como um de seus mais caros temas a posição da mulher no interior da família, influenciando, assim, os posteriores debates sobre a remuneração do trabalho doméstico.

a própria ideia de família tornava-se muitas vezes impossível, já que maridos e esposas migravam do campo para as cidades separados em busca de trabalho. As comunidades negras foram as mais afetadas pela crise econômica, tanto em termos de desemprego, quanto porque foram excluídos de inúmeros programas assistenciais destinados a famílias brancas.²¹⁸

Nos anos 40 e 50, essa situação tornou-se ainda mais complexa com o acentuado processo de mecanização da agricultura no sul do país, que expulsou um enorme contingente da população negra para os centros urbanos. No estudo publicado em 1976 pela militante de *Wages for Housework* em Nova Orleans, Mary Cappe, nessa época, os benefícios concedidos às mulheres e crianças negras no sul do país eram estrategicamente gerenciados para mantê-las dependentes dos piores trabalhos disponíveis e aceitando quaisquer condições que lhes fossem impostas. Assim, seja no campo ou nos grandes centros, para garantir seu sustento (e muitas vezes o de seus maridos e filhos), as mulheres negras sempre trabalharam: “a pobreza, para as mulheres [negras], não se traduzia literalmente na dura dependência em relação aos homens, na ilimitada extensão de trabalho doméstico gratuito e em disciplina sexual”.²¹⁹

Angela Davis corrobora essa perspectiva sobre a distinção racial que sobredeterminava o papel social das mulheres:

Ao longo da história deste país, a maioria das mulheres negras trabalhou fora de suas casas. Durante a escravidão, elas batalhavam ao lado de seus homens nos campos de algodão e fumo, e, quando a indústria se deslocou para o sul, podiam ser vistas nas fábricas de tabaco, refinarias de açúcar e até em usinas de madeira e junto a grupos que preparavam o aço para as ferrovias. [...]

Como consequência direta de seu trabalho externo – como mulheres “livres” e como escravas – o trabalho doméstico nunca foi o foco central da vida das mulheres negras. Elas escaparam em grande parte ao dano psicológico que o capitalismo industrial infligiu às donas de casa da classe média branca, cujas supostas virtudes eram a fraqueza e a submissibilidade femininas. [...]

Como seus homens, as mulheres negras trabalharam até que não pudessem mais. Como seus homens, elas assumiram as responsabilidades de provedoras do lar. As qualidades femininas não ortodoxas de assertividade e autoconfiança – pelas quais as mulheres negras têm sido usualmente elogiadas, mas, mais frequentemente, repreendidas – são reflexos de seu trabalho e de suas lutas fora do lar. Entretanto,

²¹⁸ A maioria dos projetos lançados pelo Governo Federal de 1933 em diante excluía de seus escopos mulheres e eram discriminatórios em relação aos negros. Mesmo o direito recém-concedido à época de organização trabalhista, por meio dos sindicatos, não lhes beneficiava, já que eram mantidos à parte desses grupos majoritariamente compostos por homens brancos. Sobre as diferenças baseadas em questões raciais no que tange a benefícios concedidos a famílias e geração de emprego contemplados no New Deal, ver DALLA COSTA, 2012, p. 67-69.

²¹⁹ Idem, 2015, p. 32.

como suas irmãs brancas chamadas “donas de casa”, elas cozinham, limpam e criaram um sem número de crianças. Mas, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar em seus maridos para garantir segurança econômica, a esposas e mães negras, geralmente trabalhadoras também, raramente foram oferecidos o tempo e a energia para se tornarem especialistas em domesticidade.²²⁰

Foi, portanto, como um efeito da combinação de, por um lado, uma posição de rebaixamento na divisão social do trabalho (acumulando exclusões com base nos critérios de raça e sexo) e, por outro, das virtudes estranhas às “irmãs brancas” de que Angela Davis fala, que as mulheres negras firmaram, na década de 60, o mote de demandar dinheiro ao Estado que fosse destinado diretamente a elas, sem que isso implicasse o aumento de trabalho (sobretudo, tolerar um emprego qualquer fora de casa). Segundo Dalla Costa, sua principal inspiração seriam os benefícios que lhes eram concedidos antes de 1935. Seus motivos e suas reivindicações podiam ser resumidos na afirmação de que: “As mulheres já tinham trabalho suficiente. O que elas demandavam, e o que a comunidade precisava, era de dinheiro”.²²¹ Inúmeras táticas de ação direta foram empregadas por aquelas que ficaram conhecidas, na época, como *welfare mothers*.²²²

Segundo os dados da mesma pesquisa acima mencionada, os anos 60 presenciaram (não por acaso) um aumento quase dez vezes maior que o registrado na década anterior do número de famílias beneficiadas pelo programa de bem estar social – 800 mil famílias foram inseridas só naquela década. O crescimento ocorreu, sobretudo no período entre 64 e 68, quando se intensificaram as grandes revoltas urbanas nas cidades que haviam recebido, no passado recente, o maior número de migrantes negros do sul do país – Nova Iorque, Chicago, Detroit, Los Angeles e Filadélfia. Um claro reflexo das lutas perpetradas por essas mulheres, que se destacavam de maneira autônoma do Movimento Negro pelos Direitos

²²⁰ DAVIS, 1981.

²²¹ CAPPE, 1976, p. 16.

²²² Dentre essas táticas que, mais tarde, influenciariam a ação das mulheres engajadas na campanha por salários pelo trabalho doméstico, destacavam-se manifestações e ocupações de órgãos de assistência pública – no estado de Louisiana, protestantes chegaram a ocupar o escritório do Governador. Mary Cappe narra que, quando um filho era levado de sua mãe em retaliação pela atuação no movimento, dezenas de outras mulheres levavam seus filhos ao órgão responsável pela decisão e deixavam as crianças no escritório, sob a alegação de que, se o Estado queria tomar conta dos filhos delas, ali eles estavam. Além disso, dentre as inúmeras formas de extrair dinheiro extra do Estado, uma das mais efetivas compreendia encontrar brechas na legislação que regulava os benefícios concedidos.

Civis e que, nas palavras de Dalla Costa, “[...] levariam o relacionamento entre o Estado e as famílias assistidas a um patamar bem mais elevado”.²²³

Para Mary Cappe, “[...] a maior significância do movimento descansa, primeiro, na crise que criou para o capital e o Estado e, segundo, no nível de poder conquistado e as direções de luta que indica para a classe”.²²⁴ Foi, portanto, em grande parte pelos caminhos abertos por essas lutas e pela potência revolucionária que inspiraram, que *Wages for Housework* se fortaleceu nos Estados Unidos e também nos diversos países a que suas ideias e ações chegaram. Diante de suas conquistas, foi possível, no início da década de 70, levar mais longe esse confronto, passando a colocá-lo não mais em termos do direito à assistência, mas sim da exigência de salários, que reconhecessem o caráter produtivo das atividades por elas realizadas.

3.2.3

Principais posições defendidas e a rejeição pelo movimento feminista

Em 1974, Selma James formularia um dos argumentos centrais à reflexão sobre a estratégia adotada por *Wages for Housework*. No artigo, um de seus textos mais conhecidos, “Sex, race and class” (que, inclusive, dá nome à seleção de seus escritos, publicada em 2012), a autora afirmará que o salário é um dos mais eficazes instrumentos capitalistas para a produção de divisões e hierarquias no interior da classe trabalhadora, que a enfraquecem e potencializam, por isso, a reprodução do capital. Para ela, o racismo e o sexismo seriam também formas de divisão, que, na maioria das vezes, sobredeterminariam a diferença salarial.²²⁵

Dois anos mais tarde, Mary Cappe escreveria que, essa “arma para dividir a classe”²²⁶ entre assalariados e não-assalariados faria com que estes últimos fossem inferiorizados em sua condição de dependência em relação ao salário dos primeiros (muitas vezes, chamada mesmo de parasitismo). Além disso, serviria para disciplinar a ambos os grupos. Por um lado, os assalariados eram chantageados pela reserva de trabalho barato que os outros representavam,

²²³ DALLA COSTA, 2015, p. 69.

²²⁴ CAPPE, 1976, p. 20.

²²⁵ JAMES, ([1974] 2012), pp. 94-101.

²²⁶ CAPPE, 1976, p. 1.

ameaçados pela possibilidade de passarem eles mesmos à posição estigmatizada que o desemprego implicava.²²⁷ Por outro lado, os não-assalariados seriam disciplinados por sua dependência em relação aos detentores de salários ou ao Estado (na forma de assistência pública). Assim, ela dirá:

O salário serve para forçar o trabalho sobre o assalariado e o não-assalariado. E os sem salários são absolutamente essenciais para isso – já que o poder do salário de dividir e disciplinar a classe tem como condição a falta de poder dos sem salários. Se os sem salários ganham poder, fica mais difícil controlar os assalariados.²²⁸

Disto, seria possível inferir, como o fizeram as feministas socialistas, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho (revertendo a ausência de remuneração própria) seria uma solução para o problema aqui colocado. Por que, então, o caminho escolhido pelas militantes de *Wages for Housework* se concentrou sobre o trabalho doméstico e não sobre outro campo em que a presença das mulheres era, ou poderia ser, relevante? Essa é a primeira pergunta que precisa ser respondida para que se possa compreender adequadamente os objetivos deste movimento.²²⁹

A assunção que reside sob a escolha de colocar no centro da análise este tipo particular de trabalho, bem como sua protagonista, é a de que “todas as mulheres são donas de casa e até mesmo aquelas que trabalham fora de casa continuam a ser donas de casa”.²³⁰ Nos parece que ao menos duas implicações aparecem nesta frase. Uma, mais explícita, diz respeito à dupla jornada sobre a qual falávamos no capítulo anterior – as mulheres empregadas fora do lar nunca foram integralmente poupadas de suas “obrigações familiares”. Mas entendemos que há ainda uma outra camada que precisa ser destacada. Para elas, a situação da mulher implica um conjunto de relações sociais sexualizadas que marcam a divisão do trabalho capitalista – da qual as atividades domésticas, como

²²⁷ Além disso, como falamos no primeiro subcapítulo, a dependência da família em relação ao salário masculino contribuiria para colocá-lo “na linha”.

²²⁸ CAPPE, op. cit., p. 2.

²²⁹ A resposta a esse questionamento buscava responder também a outra crítica que se fazia a *Wages for Housework*, como será possível notar. Segundo Heather Brown, enquanto restrito à demanda por salários pelo trabalho doméstico, seu escopo era considerado pertinente, entretanto, equivocado quando pretendia estender suas conclusões a “uma teoria marxista holística das mulheres e da sociedade” (BROWN, 2012, p. 4).

²³⁰ DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 21

organizadas nas décadas de 60 e 70, eram a expressão mais significativa, mas não a única possível.

Mariarosa Dalla Costa e Selma James afirmariam que é a particularidade desse trabalho, não simplesmente suas características mais evidentes, como natureza e duração das tarefas executadas, mas como “qualidade de vida e qualidade das relações que isso gera, que determina o lugar de uma mulher onde quer ela esteja e em qualquer classe à qual ela pertença”.²³¹ Ou seja, a posição social das donas de casa (sobretudo da classe trabalhadora, como reforçam essas autoras) materializava o lugar destinado às mulheres no capitalismo – aquele de trabalhadoras reprodutivas –, atrelando-as a valores como submissibilidade, domesticidade, vulnerabilidade, inferioridade, entre outros – mesmo que muitas delas buscassem individualmente romper com essas determinações sobre seus modos de vida.²³²

²³¹ Ibidem, p. 21.

²³² Essa afirmação remonta à tese desenvolvida por Silvia Federici acerca da inseparabilidade entre produção capitalista e reprodução social na acumulação primitiva de capital – aspecto decisivo na compreensão de *Wages for Housework*, sobre o qual falamos extensamente no último subcapítulo. O capitalismo, como mencionávamos, é dependente do sexismo – um sexismo que expressa uma articulação muito particular entre o nascente capitalismo e o patriarcado. Nesta, as mulheres são atreladas ao âmbito reprodutivo (tido como uma esfera rebaixada ou de atraso, na medida em que não produziria valor) e ganham elas mesmas um status inferiorizado na sociedade capitalista – do qual decorrem inúmeras violências e prejuízos. Quando nos referimos ao “âmbito reprodutivo” falamos do trabalho necessário à reprodução do capital – enquanto relação entre classes e, portanto, também reprodução da própria classe trabalhadora enquanto força de trabalho –, que não se dá na esfera da produção capitalista, ou seja, todo o “custo” reprodutivo que recai sobre os trabalhadores e trabalhadoras, mas principalmente sobre essas últimas. Aqui, incluímos o trabalho de gerar filhos, o cuidado de crianças e idosos, as atividades domésticas, mas também o esforço envolvido na garantia de aspectos básicos da reprodução da própria vida, como habitação, saúde, educação (atualmente, associados de forma crescente a mecanismos de endividamento) – alguns mais diretamente atrelados às mulheres. Mesmo hoje, com sua entrada maciça no mercado de trabalho, elas continuam enlaçadas à esfera reprodutiva. Nem mesmo a migração de inúmeras atividades domésticas para a esfera da produção as “livrou” dessa vinculação (são presença expressiva entre os profissionais ligados ao cuidado e às indústrias de serviços – para onde se deslocou parte do trabalho da dona de casa; sofrem, até hoje, com o fardo da dupla jornada; são a maioria entre o conjunto de profissionais sexuais e domésticos, etc.). O capital depende das diferenças e divisões no interior da classe (depende de mulheres, imigrantes, negros, mulheres negras etc.) para ocupar as posições rebaixadas necessárias a sua reprodução, que são o complemento do trabalho dito produtivo, pois não poderia pagar o “preço correto” da força de trabalho, se valorizasse todo esse trabalho (mal ou nada remunerado). Assim, uma defesa dessas militantes (que fica evidente em textos mais recentes) era que, enquanto não tornamos visível a amarração entre produção capitalista e reprodução social e o valor que se extrai da exploração desta última, as mulheres (presas nesse enlace – submetidas ao sexismo de que falávamos acima) não podem conquistar formas reais de libertação. Com isso, expor a extensão da produção de valor e exigir que ela seja paga é rejeitar a relação capitalista entre as classes – já que destrutura um pilar fundamental de acumulação. Da mesma forma que o é criar novos modos de existência, que se deem em direção à autonomia reprodutiva da classe trabalhadora. Ambas as “táticas” convergem no confronto ao fundamento do antagonismo das classes: a dependência reprodutiva.

Assim, ao contrário das posições sustentadas por diferentes segmentos do *Women's Liberation Movement*, sobre as quais discorreremos no capítulo anterior, essa perspectiva defendia que: i) o problema das mulheres não passa apenas pela opressão masculina, mas, sim, pela exploração capitalista do trabalho reprodutivo, para além daquela que se dá no campo da produção e circulação de mercadorias; ii) a exploração capitalista do trabalho feminino e a posição da mulher na sociedade patriarcal não são passíveis de separação – o segundo não é a causa primeira do outro, mas, antes, ambos se constituem mutuamente, conforme uma contingência histórica, como mostra Silvia Federici em sua análise sobre a acumulação primitiva de capital; e iii) ao invés de uma classe em oposição aos homens, as mulheres, enquanto tem sua força de trabalho explorada de forma dissimulada no campo da reprodução (e explícita na produção), são parte de uma noção mais ampla de classe trabalhadora.

O movimento que se construiu ao redor de *Wages for Housework* buscava, então, iluminar os rastros do capital na esfera do que era supostamente privado (em oposição aos assuntos de interesse público) e, sobretudo, mostrar a complexidade da inserção feminina no capital (entendido, como falamos antes, enquanto a própria relação entre as classes). Sua função era a de explicitar algo que o grupo entendia ser uma condição particular da existência do capitalismo, até meados da década de 60 superficialmente ou nada problematizada pela (nova ou velha) esquerda. Segundo informações do projeto *Sisterhood and After*:

A economia tradicional, incluindo teorias marxistas, havia se concentrado quase exclusivamente no trabalho fora de casa; o trabalho doméstico foi ignorado, apesar do fato de que é essencial para a produção, e não menos no papel que desempenha na reprodução da força de trabalho.²³³

As autoras denunciavam como na sociedade capitalista o modo de produção dependia do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres em suas casas, de forma não-remunerada. O capitalista, quando pagava pela força de trabalho do homem, explorava também o trabalho de sua esposa. Era ela a responsável por criar e manter, ou seja, reproduzir as condições de vida do trabalhador: cozinhar, lavar, passar, provê-lo de relações afetivas e sexuais – garantindo, portanto, que todos os dias ele estivesse preparado para as atividades

²³³ BRITISH LIBRARY.

que desempenharia; bem como de seus filhos, desde a gestação aos cuidados e aprendizados iniciais desses novos indivíduos. Em um documento redigido pelas integrantes do Comitê de *Wages for Housework* em Nova Iorque em 1973, elas se fazem e respondem uma pergunta crucial: “O que aconteceria sem que nós trabalhássemos para deixar todos prontos para o trabalho, sem que nós criássemos os futuros trabalhadores? O governo, a indústria e todo o resto parariam de funcionar”.²³⁴

O grupo pretendia dar visibilidade à exploração física, psicológica e sexual que as mulheres sofriam em casa, colocando em evidência as múltiplas formas pelas quais seu trabalho produzia as condições da reprodução da força de trabalho necessária ao capital e, portanto, era ele mesmo determinante à existência do sistema capitalista.

A demanda por salários tinha o objetivo de explicitar sua qualidade particular de trabalhadoras sem remuneração e todas as consequências que isso implicava. Em primeiro lugar, sua condição de não-assalariamento encobria o fato de que seu trabalho era produtivo (já que produzia e reproduzia o capital). Ao invés disso, este era visto como uma condição natural (seja ela justificada com argumentos biológicos ou sociais). Assim, uma etapa fundamental do modo de produção era assegurada a baixíssimos custos e, até então, enfrentando formas de resistência bem menos organizadas, que aquelas que se desenvolveram nos espaços industriais. Neste sentido, Leopoldina Fortunati fala sobre esse trabalho:

Tem se tornado muito mais produtivo não apenas pela extensão da jornada de trabalho aos limites do humanamente possível, mas também pela postulação da reprodução como “produção natural”, o que permitiu dois trabalhadores explorados com um único salário e todo o custo de reprodução descarregado sobre a força de trabalho.²³⁵

Que essa situação tenha se estendido por mais de um século de forma “invisível”²³⁶ aos olhos da maioria, só foi possível em função da aceitação de uma

²³⁴ Flyer intitulado “Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor” [*We can't afford to work for love*], de 1973 (arquivo pessoal de Silvia Federici). Cf.: documento 2 dos Anexos.

²³⁵ FORTUNATI, 1995, p. 10.

²³⁶ Aqui, as aspas poupam as próprias mulheres de tal cegueira, já que, mesmo que um saber formal a esse respeito fosse, antes da década de 60, ainda incipiente, são inesgotáveis os relatos de donas de casa, que caracterizavam este como o *trabalho* mais monótono, extenuante e interminável que se podia ter. Angela Davis cita as entrevistas conduzidas por Ann Oakley em seu livro *The Sociology of Housework*, 1974 (DAVIS, 1981).

certa “natureza feminina”.²³⁷ As atividades empreendidas pelas mulheres no âmbito do lar eram tidas como um reflexo de um impulso natural para o cuidado – o que era não apenas trabalho, mas trabalho incessante, se travestia, assim, de “o mais genuíno amor”. Em um panfleto, de 1976, que convocava mulheres para um dia de atividades e manifestação contra a retirada dos benefícios associados a políticas de bem-estar social em Nova Iorque, lê-se:

O ataque às mulheres beneficiadas pelas políticas de bem-estar social [*welfare*] é um ataque a todas as mulheres: para nos manter “na linha”; para nos manter a todas trabalhando por nada; para nos convencer de que o trabalho doméstico não é trabalho, que não devemos ser pagas por ele, que devemos realizá-lo por “amor”. *Mas o amor não paga as nossas contas.*²³⁸

Este não era, portanto, simplesmente um trabalho como outro qualquer. Ao contrário dos homens, a quem era concedido que trabalhassem apenas pelo salário que precisavam para viver, as mulheres foram convencidas de que seu trabalho não-remunerado era um destino natural, inevitável e aquilo capaz de preenchê-las em todos os seus mais íntimos desejos. Essa manobra perversa, que encobria a opressão e exploração que experimentavam diariamente com um discurso que transitava entre a biologia, a moral e a psicologia, impedia as mulheres de se organizarem politicamente – e mesmo de aceitarem que havia algo a ser confrontado. Silvia Federici afirma que as mulheres que iam contra essa realidade eram tidas como “cadelas reclamonas, não trabalhadoras em luta”.²³⁹

A exigência de salários passou a refletir com precisão um novo posicionamento político: mulheres são, antes de tudo, trabalhadoras reprodutivas. Explicitava, portanto, a articulação mais original proposta pelas militantes e teóricas do movimento: não só o fato de que o trabalho realizado por elas em suas casas não era um ato natural ou de amor, era efetivamente um trabalho, mas que ele era fundamental para a sustentação do capitalismo – e não simplesmente um resquício feudal ou um arcaísmo – e, sobretudo por isso, precisava ser remunerado.

²³⁷ É relevante lembrar o que mencionamos nos subcapítulos anteriores sobre a centralidade do papel da família e da posição social da mulher como esposa, mãe e filha.

²³⁸ Poster de divulgação de reunião na Foley Square, em 29 de junho de 1976. (arquivo pessoal de Silvia Federici. Grifo nosso). Cf.: documento 4 dos Anexos.

²³⁹ FEDERICI, 1975.

Ao afirmar as mulheres como parte integrante do mundo do trabalho, mesmo quando encerradas no ambiente doméstico, promoviam o deslocamento da noção de trabalho e, por consequência, da própria definição de classe trabalhadora. Dito de outro modo, *Wages for Housework* estendeu, *efetivamente*,²⁴⁰ as formulações de classe e de trabalho para além do processo direto de produção. Oferecia, assim, a uma enorme parcela das mulheres que nunca havia trabalhado fora de suas casas (mas também às outras que, mesmo inseridas na exploração dita “produtiva”, raramente encontravam espaços nas organizações trabalhistas masculinas para a atividade propriamente política) a possibilidade, pela primeira vez, de se identificarem como parte da classe trabalhadora – unidas a um processo de luta *maior e mais antigo que elas*, mas, que, agora sim, dizia algo *sobre elas*.

Isso não quer dizer que, antes, as mulheres fossem passivas à situação que viviam em suas casas. Muitas delas, como falávamos sobre os anos anteriores de atividades do *Women's Liberation Movement*, já questionavam sua situação no lar e não se paralisavam diante dos abusos que sofriam. Sobre isso, Silvia Federici afirmou, por exemplo, que “As mulheres, no entanto, sempre acharam formas de contra-atacar ou se vingar dos homens, mas sempre de maneira isolada ou privatizada. O problema, então, se torna como fazer essa luta passar da cozinha ou do quarto para as ruas”.²⁴¹

Um dos grandes méritos de *Wages for Housework* seria justamente recolher as energias de revolta que se desprenderam do confronto com as inúmeras desmistificações sobre a mulher e seus papéis sociais, que se multiplicaram a partir da segunda metade da década de 60, em torno de uma consciência coletiva de sua inserção enquanto classe explorada no sistema capitalista. Seria, portanto, essa *consciência de classe* que elas conquistariam no ato de lutar pelo reconhecimento da complexa e obscura exploração à qual estavam submetidas no capitalismo que, apostavam suas defensoras, seria uma força decisiva a potencializar sua organização política. Neste sentido, a italiana Leopoldina Fortunati aponta que:

As lutas em que muitas mulheres haviam se envolvido, por sua própria conta e risco, para mudar a sociedade, precisavam de uma escuta atenta e de uma força de união que aumentaria seu poder. Essa força era a descoberta da consciência de

²⁴⁰ Marcamos, aqui, a distinção com as formulações do operaísmo que se mantiveram restritas, em sua maioria, a constatações teóricas a esse respeito.

²⁴¹ FEDERICI, op. cit., p. 4.

classe por parte das mulheres, que deveria servir como o motor da organização política para suas lutas sociais.²⁴²

Apesar do engajamento de suas integrantes²⁴³, *Wages for Housework* enfrentou inúmeras críticas e questionamentos. Silvia Federici afirma que: “De todas as posições que se desenvolveram no movimento das mulheres, [esse] foi possivelmente o mais controverso e frequentemente o mais antagonizado”.²⁴⁴ Análises produzidas no âmbito do projeto *Sisterhood and After* reforçam o caráter problemático da recepção que a demanda por salários pela atividade doméstica teve entre as mulheres:

[...] algumas sentiram que ajudaria a reconhecer a importância do trabalho doméstico; outras sentiram que reforçaria a ideia de que o trabalho doméstico era “trabalho das mulheres” em vez de dos homens. Por esta última razão, a demanda foi rejeitada em várias conferências nacionais.²⁴⁵

Em primeiro lugar, suas defensoras eram inquiridas com respeito à forma como esse pagamento seria viabilizado. De quem ele seria cobrado? Quanto seria cobrado? Esses questionamentos, aos quais elas responderiam em inúmeros documentos do movimento, gerariam uma incerteza entre muitas mulheres naqueles anos, mas também depois, quando podiam avaliar o movimento à distância: a demanda por salários pelo trabalho doméstico foi usada com a intenção de ser efetivamente alcançada ou apenas como forma de iluminar problemáticas no ambiente doméstico e familiar? Em nossa opinião, que justificaremos a seguir, as duas proposições são verdadeiras.

Mesmo em peças mais simples, como panfletos e posters, todas as vezes em que era explicitada, a questão seria dirigida ao Estado, que, na condição de representante e beneficiário dos interesses capitalistas, deveria ser responsabilizado.²⁴⁶ Em um panfleto da iniciativa de Los Angeles, lê-se: “O

²⁴² FORTUNATI, 2013.

²⁴³ Elizabeth Homans afirma que as mulheres engajadas na campanha eram comparadas a religiosas fanáticas, em função da postura resoluta e perseverante com que realizavam a militância – muitas vezes, indo de porta em porta apresentar a iniciativa a outras mulheres.

²⁴⁴ FEDERICI, ([1984] 2012), p. 54.

²⁴⁵ BRITISH LIBRARY.

²⁴⁶ Neste sentido, a militante Mary Cappe fala, por exemplo, sobre a adequação do papel do Estado na gestão dos corpos e sexualidades femininas segundo as necessidades do capital nacional. Ela menciona a forma como o Estado, representando os interesses capitalistas, se encarrega do controle da sexualidade feminina, em função dos desafios reprodutivos de uma nação. Ao mesmo tempo,

capital se beneficia de nosso trabalho. O capital deve pagar, e o Governo Federal, que representa o capital, é o melhor alvo para o nosso ataque”.²⁴⁷ O documento especificamente exigia que o dinheiro viesse dos lucros corporativos e não do aumento de impostos que recaem sobre o povo.

Como consequência de imputar responsabilidades ao Estado, houve, ainda, interferência de militantes nos processos de revisão ou ameaça de políticas públicas em vigor nos diferentes países, cujos benefícios eram direcionados diretamente às mulheres – mesmo que não fossem intitulados “salários”.²⁴⁸ Ainda que o encaminhamento de reivindicações aos governos fosse a saída apresentada de forma mais recorrente ao problema específico da remuneração, por certo, o objetivo do movimento não se limitava a uma negociação com as instituições estatais. Como Kathi Weeks afirmaria, essas disputas de força eram tratadas muito mais como “reformas necessárias do que demandas radicais”.²⁴⁹ O horizonte do movimento era bem mais amplo, como mostraremos a seguir.

pode-se observar políticas de esterilização após o segundo filho na Índia, pagamentos do Estado para mães sem suporte na França e esterilização forçada de mulheres negras e imigrantes nos Estados Unidos – forçando, respectivamente, a redução, o aumento e a “seleção” populacionais (CAPPE, 1976, p. 3).

²⁴⁷ Panfleto intitulado “Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor” [*We can't afford to work for love*], sem data (arquivo pessoal de Silvia Federici). Cf.: documento 1 dos Anexos.

²⁴⁸ Na Inglaterra, em outubro de 1972, o Governo Federal publicou um documento para apreciação pública, que reunia propostas para a criação de um sistema de créditos, com base no abono de impostos. Dentre as proposições estava o fim da pensão familiar, um benefício legal recebido diretamente por mulheres com mais de um filho, desde 1945. A alternativa sugerida se daria na forma do abono de impostos ou impostos negativos (no caso de pessoas com salários muito baixos), diretamente aplicados sobre os contracheques dos pais de família, ou seja, como crédito recebido pelos homens – a manobra excluía do recebimento do dinheiro famílias até então aptas à pensão, como aquelas com usuários da Previdência Social (seguro desemprego, licença de saúde, etc.) e estudantes. Muitas ativistas engajadas no movimento pela remuneração do trabalho doméstico se uniram contra a mudança, entendendo esta luta como parte da mobilização pelo pagamento de todas as mulheres. Enquanto defendiam a manutenção do benefício, estimulavam uma discussão mais ampla, na qual se perguntavam: porque não pedir mais? Porque não pedir propriamente um salário? Na medida em que a mudança atrelava o benefício ao recebimento de salários, ou seja, ao emprego formal, ainda massivamente masculino nessa época, resultaria para as mulheres na necessidade de aceitar trabalhar por qualquer remuneração, por mais injusta que fosse. A rejeição à proposta tomou proporções enormes, a ponto de um grupo de mulheres ter sido convocado para uma reunião com um Comitê Parlamentar que discutia o encaminhamento da proposta. No fim das contas, apesar de mantido o nome do novo benefício (créditos por filhos – com o adendo “universal”), seu conteúdo contradizia a proposição original – tendo sido preservado o pagamento direto às beneficiárias, entre as quais foram mantidas todas as mulheres até então contempladas. As militantes consideraram a batalha vitoriosa, mesmo que outras demandas tenham sido perdidas, como o aumento do valor recebido. Atribuíram a conquista, em grande parte, ao fato de terem sido capazes de mostrar que as mulheres não aceitariam caladas e passivas o ataque ao que era, para muitas, sua única forma de independência. Sobre isso, ver FLEMING, 1973 (arquivo pessoal de Silvia Federici).

²⁴⁹ WEEKS, 2011, p. 126.

No mesmo documento que mencionamos acima,²⁵⁰ as autoras também associam os valores que poderiam exigir – parcamente passíveis de medição, segundo critérios mais racionais – à proporção que tomaria sua atuação e, conseqüentemente, ao impacto que teria na sociedade. Ou seja, quanto maior e mais forte o movimento, mais poderia ser demandado. Em entrevista à revista norte-americana *Life*, publicada em 1976, na qual discorre sobre a iniciativa, Silvia Federici afirmava ser “premature” pensar nos detalhes acerca de como a demanda deveria ser viabilizada antes que se conseguisse construir um movimento de massa.²⁵¹ Com isso, não apenas reforçava uma prevalência do caráter político da iniciativa sobre sua economia restrita, mas, em relação a esta última, deixava aberta a possibilidade de que outras soluções para a remuneração fossem pensadas e discutidas.

Acerca da determinação da grandeza dos salários, Harry Cleaver afirmava que, na medida em que a relevância de *Wages for Housework* era qualitativa e não quantitativa,²⁵² esses valores não seriam estabelecidos com base em critérios de produtividade do Estado, mas seriam efeito do peso político do movimento. Isso se mostra também decisivo para combater outra sorte de crítica, segundo a qual “Muito provavelmente, receber salários para fazer esse trabalho agravaria a obsessão dessa mulher” –²⁵³ referindo-se aos parâmetros de exigência com os quais uma dona de casa se cobrava. O que essas militantes argumentavam, ao contrário, era justamente que os ganhos políticos se traduziriam como recusa desse trabalho e de suas medidas, como explicaremos melhor.

Em segundo lugar, a rejeição da proposta de salários pelo trabalho doméstico era, com frequência, contraposta à luta pelo ingresso das mulheres na força produtiva, onde, para uma parte do movimento feminista, se concentrariam as mais importantes bases de resistência ao capitalismo, como falamos no primeiro capítulo sobre a postura adotada pelo feminismo socialista. Alguns problemas colocados pelas defensoras desta ideia seriam a solidão do trabalho doméstico e a impossibilidade de se organizar a partir desse campo em função desse isolamento.

²⁵⁰ Panfleto intitulado “Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor” [*We can't afford to work for love*], sem data (arquivo pessoal de Silvia Federici). Cf.: documento 1 dos Anexos.

²⁵¹ Matéria publicada na Revista *Life*, em edição sobre o movimento feminista, em 1976 (arquivo pessoal de Silvia Federici). Cf.: documento 3 dos Anexos.

²⁵² CLEAVER, 1981, p. 76-77.

²⁵³ DAVIS, 1981.

Neste sentido, a remuneração significaria fixar ainda mais as mulheres às suas casas.

Na tentativa de responder a alguns desses problemas, Federici escreveu, em 1975, um panfleto que intitulou “Salários *contra* o trabalho doméstico”. Neste documento, reforça a ideia de que a remuneração deveria proporcionar justamente a possibilidade de que as mulheres conquistassem alguma independência e autonomia, sem, no caso, precisarem trabalhar mais por isso. Na medida em que, na sociedade capitalista, o salário representa um coeficiente de poder (lembrando aqui que a divisão entre assalariados e não-assalariados seria, para elas, uma forma de produzir uma hierarquia no interior da classe trabalhadora), sua conquista seria expressiva tanto em termos subjetivos e simbólicos, quanto na conquista de recursos materiais essenciais para outros desenvolvimentos da luta. Essa transformação criaria, portanto, condições para que elas pudessem se dedicar mais e em melhores condições à atividade política. Em boa medida, significaria um ganho de tempo também, que não seria empregado em trabalhos sem sentido fora de casa. Em um artigo que escrevem juntas, Nicole Cox e Silvia Federici afirmavam que, se observado do ponto de vista da classe trabalhadora, o salário é constantemente usado como instrumento para negociar “[...] mais dinheiro, mais poder e menos trabalho”.²⁵⁴

Da mesma forma que o trabalhador assalariado transforma o salário – que, para o capitalista, é um meio de encobrir a exploração do trabalho, apagando a separação entre capital variável e mais-valor –²⁵⁵ em mecanismo de rejeição de sua própria condição como “classe trabalhadora”, na medida em que impõe limites à acumulação capitalista, também as mulheres buscariam usá-lo com a mesma finalidade. A principal diferença é que as mulheres nunca tiveram um salário para negociarem a partir deles. Assim, era preciso começar do começo.

A orientação política do movimento – que, como falamos antes, foi fortemente influenciado pelo marxismo autonomista – se tornava ainda mais evidente. O horizonte de *Wages for Housework* não se limitava ao reconhecimento

²⁵⁴ COX; FEDERICI, 1975.

²⁵⁵ Essas noções marxistas serão explicadas, em breve, quando apresentarmos propriamente a leitura crítica da obra do pensador alemão proposta por essas autoras – aqui, cabe explicitar que o mais-valor é a parte não-remunerada da jornada de trabalho, aquilo que o capitalista propriamente acumula do trabalho que compra com uma parte do capital, denominada capital variável.

do trabalho doméstico, mas, sobretudo, a sua possível recusa.²⁵⁶ Em outro registro da iniciativa reforçava-se a relevância que a massificação do movimento teria no rompimento das distâncias e no desenvolvimento da capacidade organizativa, apontando, mais uma vez, uma perspectiva que extrapola o campo do trabalho doméstico, sem que, para isso, acorresse-as ao trabalho fora de casa – afirmando, claramente que o dinheiro não era apenas um fim em si.

A construção de um movimento forte o suficiente para demandar e conquistar salários significa que um enorme número de mulheres terá que sair de seu isolamento no lar e se organizar. Tendo sentido seu poder, as mulheres não irão recuar assim que conseguirem algum dinheiro. [...] Conseguir salários pelo trabalho doméstico significa que deixamos de ser “donas de casa” e nos tornamos pessoas que, entre outras coisas, fazemos o trabalho doméstico.²⁵⁷

Partindo de uma noção dialética da luta de classes – aqui, considerada de forma ampla, como incluindo todos que trabalham pela reprodução do capital (assalariados e não-assalariados) –, valorizavam a atividade autônoma em todas as esferas nas quais esses antagonismos se apresentam, inclusive no interior da família privada. Contra uma ideia de composição de classe, em certa medida, universalizante (implícita no apelo de que as mulheres se juntassem aos homens na produção capitalista), opunham uma que se constituiria a partir da politização de todos os espaços e da recusa ao trabalho onde quer que ele se dê, mesmo naquelas situações menos evidentes. Todo golpe à organização das relações de poder segundo a racionalidade capitalista, ou seja, contra o trabalho, seria, para elas, uma vitória da classe trabalhadora e, neste sentido, complementar as lutas dos assalariados.

O terceiro aspecto sobre o qual eram também criticadas dizia respeito ao fato de que o movimento não seria radical o suficiente em confrontar as forças capitalistas, sendo, na melhor das hipóteses, uma proposta transicional²⁵⁸ e, na

²⁵⁶ Uma possibilidade levantada por elas era que, diante da transformação provocada pela valorização desse trabalho, outras pessoas poderiam desejar executá-lo – apesar disso, deixavam claro que em um primeiro momento o dinheiro deveria ser invariavelmente destinado às mulheres, a fim de evitar sua apropriação “indevida” por outro membro da família.

²⁵⁷ Panfleto intitulado “Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor” [*We can't afford to work for love*], sem data (arquivo pessoal de Silvia Federici). Cf.: documento 1 dos Anexos.

²⁵⁸ A crítica dizia respeito à percepção de que, se o salário não é o fim último do ato de demandar, mas apenas um meio para um objetivo mais relevante, isso faria dele uma demanda não-estratégica. O termo “demanda transicional” foi usado por Leon Trotsky, em 1938, em um documento intitulado “O programa transicional”, em que discutia a tarefa *estratégica* do período, que

pior, reformista. À acusação mais branda, suas integrantes responderiam tomando para si uma ideia herdada do operariado. Se, para esses teóricos, “a cada etapa da composição de classe, a forma adequada de organização se modifica”,²⁵⁹ *Wages for Housework* seria encarado, por elas, justamente como uma forma transitória. À pergunta sobre para onde iria o movimento depois que conquistada a demanda por salários, não se podia dar qualquer resposta mais definitiva, apenas apontar o horizonte de antagonismo ao capital pela recusa ao trabalho. Parece haver muita clareza por parte de suas militantes quanto ao perigo de recair justamente em um idealismo que, por vezes, teóricos ligados ao operariado italiano, em sua ânsia de concretizar a “composição da classe trabalhadora” teriam recaído.²⁶⁰ Ao contrário, eram coerentes com “uma das lições mais fundamentais de Marx: a saber, a recusa de antecipar resultados que ainda precisam ser provados”.²⁶¹

A denúncia do reformismo viria acompanhada de uma distorção mais grave. Segundo Kathi Weeks, as teóricas feministas Drucilla Cornell e Seyla Benhabib, por exemplo, associariam as propostas do movimento a um “compromisso com a utopia do trabalho, uma versão feminista da celebração marxista ortodoxa da atividade produtiva”²⁶². Essa leitura resulta precisamente da incompreensão da ideia central de recusa ao trabalho,²⁶³ sobre a qual falamos acima, cuja gravidade está no fato de que é esta noção que demarca um corte, separando *Wages for Housework* de uma glorificação do trabalho realizado pelas mulheres no lar ou mesmo de sua “natureza”. A perspectiva mais ampla que direciona sua produção teórica e prática é o que, mais profundamente, o diferencia

consistiria em superar a incompatibilidade entre a maturidade das condições revolucionárias objetivas e a imaturidade da classe trabalhadora. Por isso, propunha uma ponte entre essas condições e a conquista do poder pelos trabalhadores, que seria justamente o programa de demandas transicionais. Essas medidas rejeitavam o reformismo, representado, para ele, nas políticas que pretendiam colocar todo o fardo do militarismo, da crise, da desorganização do sistema monetário, entre outros infortúnios da transição para a sociedade socialista, nas costas dos trabalhadores. Exigia emprego e condições de vida dignas para todos, mas também, dentre as propostas transicionais mais específicas, propunha, por exemplo, treinamento militar e armamento para trabalhadores e agricultores sob controle direto de comitês formados por eles mesmos, bem como a substituição do exército permanente por uma milícia popular ligada aos trabalhadores rurais e urbanos (TROTSKY, [1938] 2006).

²⁵⁹ CLEAVER, 1981, p. 70.

²⁶⁰ Sobre isso, cf. WRIGHT, 2002, p. 225.

²⁶¹ Ibidem, p. 225.

²⁶² WEEKS, 2011, p. 123.

²⁶³ Weeks diz que esse teria sido um dos pontos mais ignorados acerca de *Wages for Housework*.

de outras correntes feministas: um horizonte, que se pretendia, ao mesmo tempo, antagônico e autônomo em relação às forças capitalistas.²⁶⁴

Infelizmente, a rejeição e o “abandono” dessa demanda pelo movimento feminista, a partir da segunda metade da década de 70, significou, em grande medida, “deixar de lado” o debate acerca da exploração do âmbito da reprodução social²⁶⁵, cujas consequências se fazem sentir na parcialidade com que, ainda hoje, se é capaz de problematizar as condições de vida das mulheres e a dificuldade de conectar as distintas formas de exploração a que estão submetidas, como falaremos mais adiante. Segundo Silvia Federici, a reordenação global da reprodução da força de trabalho²⁶⁶, que começaria a ser implementada nesse período, em nome de políticas econômicas neoliberais:

[...] abre uma crise na política feminista, na medida em que introduz novas divisões entre as mulheres, que minam a possibilidade de solidariedade feminista internacional e ameaçam reduzir o feminismo a um veículo para a racionalização da ordem econômica mundial.²⁶⁷

²⁶⁴ Vale destacar que a recusa ao trabalho não é a rejeição da atividade produtiva, mas, sim, a negação de que esta seja apropriada no cotidiano, direta ou indiretamente, no interior de uma racionalidade capitalista do trabalho e colocada a serviço da reprodução da divisão de classes. Portanto, invocá-la não implicava que mulheres abandonassem de vez suas casas, seus filhos e filhas ou os idosos de quem cuidavam – acusação em razão da qual suas propostas eram desqualificadas (DAVIS, 1981). Ao contrário, o que elas desejavam era o que Dalla Costa e James deixariam bastante claro: “também queremos escolhas: para comer em privacidade com poucas pessoas quando queremos, para ter tempo para estar com as crianças, para estar com os idosos, com os doentes, quando e onde nós escolhermos” (DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 40). Nas últimas décadas, mesmo depois da desarticulação de *Wages for Housework*, Silvia Federici produziu uma série de trabalhos acerca da necessidade de retomarmos o debate em torno do trabalho reprodutivo sob a perspectiva feminina, no qual ratifica essa posição de que falamos, por exemplo, quando fala da necessidade de uma inversão da lógica do cuidado aos idosos sob o capitalismo – deslocando-a da perspectiva que valida a exploração de uma enorme gama de trabalho assalariado e não-assalariado para uma que valorize a “solidariedade de classe e geracional” (FEDERICI, [2009] 2012, p. 115).

²⁶⁵ Apesar disso, teóricas associadas a *Wages for Housework*, como Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici e Leopoldina Fortunati, bem como outras como Maria Mies, Ariel Salleh, Veronica Bennholdt-Thomsen, Kathi Weeks e Cinzia Arruzza, seguem, ainda hoje, atualizando este debate às condições particulares que vem se estabelecendo desde a década de 1980.

²⁶⁶ Autores como Harry Cleaver afirmam que a organização de *Wages for Housework* se dá em um momento de ofensiva internacional do capital, em resposta ao intenso ciclo de lutas de trabalhadores assalariados e não-assalariados em diversos países sobretudo ao longo dos anos 60, contra as quais os poderes nacionais encontravam dificuldades de impor limites. Nesse sentido, o movimento já teria surgido no contexto menos frutífero da gestação das estratégias neoliberais (CLEAVER, 1981, p. 79).

²⁶⁷ FEDERICI, ([1999] 2012), p. 66.

Pretendemos, agora, demonstrar os caminhos percorridos por essas autoras pelo “interior” da teoria do valor para redefinir as categorias marxistas que aqui começamos a empregar, entre elas, valor de uso, valor de troca e *valor*.

4

Será o trabalho reprodutivo realmente produtivo?

Os problemas que começaram a ser levantados de forma sistemática pelas feministas alinhadas a *Wages for Housework* a partir de 1972 exploram, como falamos, aspectos pouco ou nada desenvolvidos na obra marxista. Estes são, ao mesmo tempo, pontos de abertura para aprofundamentos que, uma vez empreendidos, se mostram tão inevitáveis, que parecem estar, desde sempre, latentes nas entrelinhas dos textos do pensador alemão. A ausência dessas articulações e desenvolvimentos, todavia, foram prejudiciais não apenas à compreensão da situação das mulheres, subestimando o sofrimento de suas vivências no ambiente doméstico, mas também impediram uma compreensão mais complexa do capitalismo e foram, muitas vezes, como temos falado, empecilhos ao fortalecimento das lutas da classe trabalhadora.

Caberá neste capítulo final analisar mais profundamente as críticas teóricas de maior relevância que essas autoras empreenderam à teoria marxista, incluindo uma reavaliação da teoria do valor. Nossa principal fonte de análise foi a obra da italiana Leopoldina Fortunati, *Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital*, publicada em 1996, alguns anos após os últimos registros de *Wages for Housework*. Esta produção teórica se soma ao fundamental trabalho realizado por Silvia Federici acerca da acumulação primitiva de capital, pelo qual escolhemos começar o segundo capítulo desta dissertação, em função de sua relevância, não apenas conceitual, mas histórica. Além disso, se acrescentam a esses trabalhos, toda prática militante e a profusão de materiais a ela relacionados, que abriram caminhos de diálogo com mulheres de todas as origens sociais, que apresentamos também no último capítulo.

De forma a garantir uma compreensão mais adequada dos aspectos abordados nas formulações das autoras que aqui apresentaremos, nos pareceu relevante realizar uma breve exposição de elementos centrais em *O Capital*, como as análises da forma-mercadoria e do processo de valorização do valor, que ganharam um subcapítulo em separado, dando início a última etapa desse trabalho. Diferente disso, outros aspectos, como o exame de Marx acerca da relevância da reprodução social e do valor da força de trabalho, foram integrados ao corpo dos demais subcapítulos.

4.1

A valorização do valor em *O Capital*: alguns conceitos centrais da obra marxiana

É um mundo de ampla produção e circulação de mercadorias esse em que o capital encontrou as condições de sua emergência, sendo essa uma das marcas permanentes do que chamamos capitalismo. Um mundo em que não só esses produtos são abundantes e estão por toda parte, mas, também, onde algo tão singular como o trabalho que os cria se torna ele próprio uma mercadoria a ser negociada cotidianamente. O que faz de algo uma mercadoria? Como uma mercadoria se torna capital? E, principalmente, o que isso implica ao trabalho transformado em mercadoria?

O autor de *O Capital* será o primeiro pensador da época moderna a descortinar o caráter misterioso que circunda essa forma tão essencial à existência do capital, a forma-mercadoria. O desenvolvimento do capital já pressupunha um comércio avançado e um mercado mundial – condições que ganham vida efetivamente no século XVI. Ao mesmo tempo, sua emergência acentuou essa realidade em que as mercadorias exercem o privilégio quase absoluto de existência em relação a outras formas que os produtos do trabalho podem assumir.

Uma mercadoria deve primeiramente atender a uma necessidade, seja ela de qualquer natureza. A existência de algo como mercadoria está, antes de tudo, então, condicionada por sua utilidade. Essa determinação faz dela um valor de uso, ou seja, um valor que se expressa em razão dos usos que se faz da coisa dadas as suas propriedades particulares – neste sentido, o valor de uso é aquilo que só se realiza quando efetivamente atinge seu fim, quando é finalmente consumido.

Toda mercadoria é valor de uso. Entretanto, nem todo valor de uso é uma mercadoria.²⁶⁸ É preciso dizer mais sobre uma determinada coisa para que possamos chamá-la por este nome. Além de úteis, as mercadorias devem ser produtos de trabalhos privados, realizados por seus produtores de modo independente uns dos outros²⁶⁹ – o que implica, portanto, uma *certa* divisão social

²⁶⁸ O autor aponta duas condições em que isso é possível. A primeira é quando a coisa útil não deriva do trabalho humano, ou seja, quando sua existência é dada na natureza. É o caso do ar, da terra virgem ou da madeira em estado bruto. A segunda condição em que uma coisa terá utilidade sem ser mercadoria é quando sua produção se orienta diretamente ao consumo individual do produtor ou comunitário.

²⁶⁹ MARX, 2013, p. 148.

do trabalho. Essa forma de produção condiciona a necessidade das trocas, de maneira que, por meio dessas operações, um determinado produto seja transferido a outro indivíduo – diferente de seu produtor –, a quem vai servir como valor de uso. Nem toda divisão social de trabalho, todavia, resulta na produção de mercadoria – a aparição desta forma depende de que o trabalho se divida em produções privadas e que, portanto, se configure como aparente desvinculo dos produtores separados entre si.

Uma vez que as trocas se estabelecem sempre entre valores de uso de tipos distintos – já que não haveria razão para trocar valores de uso iguais –, esse câmbio se expressará em um valor de troca, ou seja, uma determinada proporção na qual serão permutados, independente de suas qualidades próprias diferirem. Para isso, é preciso, então, que haja algo comum, que não seja específico nem a uma nem a outra mercadoria: uma terceira coisa, que possibilite essa operação entre diferentes.

Este elemento, quantitativamente comparável, que permite a uma mercadoria ser tratada como um valor de troca é o que o autor chamará de *valor* da mercadoria. Este não poderá estar relacionado às suas qualidades úteis, já que, como falamos, a troca deve poder se estabelecer entre valores de uso de naturezas absolutamente distintas. Ao contrário, para isso, deve-se ignorar ou abstrair seus predicados específicos para que, de alguma forma, se possa estabelecer entre valores de uso díspares uma relação equiparativa. Assim, dadas essas condições, Marx dirá que “resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho”.²⁷⁰ Esse será, portanto, o conteúdo do *valor* da mercadoria.

A objetividade do valor das mercadorias atrela-se ao fato de estas serem expressões de trabalho humano enquanto unidade social ou medida comum. Isso quer dizer que, na medida em que na troca de mercadorias abstrai-se os usos específicos das coisas e, conseqüentemente, aquilo que as distingue qualitativamente umas das outras – suas qualidades sensíveis e propriedades particulares –, abstrai-se também o trabalho concreto que as produziu, bem como seus produtores. O trabalho humano deixa de ser o trabalho do carpinteiro e do ferreiro e passa a ser, simplesmente, trabalho humano genérico ou, como o autor

²⁷⁰ MARX, 2013, p. 116.

chamará “trabalho humano abstrato”,²⁷¹ que produz mercadorias cujo valor de uso deve ser “apagado” no momento em que elas atingem o mercado de trocas. A relação de troca demanda uma operação de esquecimento, ou melhor, de abstração, com a qual parecem desaparecer os elementos que são peculiares aos produtores e sua produção – os meios e materiais que foram utilizados, as habilidades de quem produziu, as dificuldades que foram encontradas no processo, etc..

Todo trabalho que produz mercadorias se torna indistinto em meio aos demais a ele igualados, formando com eles um todo de “trabalho humano igual, [...] força de trabalho conjunta da sociedade, que [...] vale aqui como uma força de trabalho única, embora consista de inumeráveis forças de trabalho individuais”.²⁷² A mercadoria continua sendo, assim, produto da atividade humana dos indivíduos, mas desta agora só enxergamos um grande amálgama de força de trabalho. De seu consumo no processo produtivo, nada sabemos, a não ser que se acumula ou se objetifica na mercadoria uma carga dessa força de trabalho indiferenciada.

Assim, “[...] elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor”.²⁷³ Essa duplicidade, entretanto, implica uma contrariedade interna à mercadoria, já que ela não pode se apresentar, simultaneamente, como valor de uso e *valor* –²⁷⁴ a forma do valor só pode aparecer na abstração do valor de uso, como falávamos. Essa contradição inerente à mercadoria é representada por uma oposição externa na relação de troca.

Uma mercadoria (valor de uso), cujo *valor* precisa ser expresso em uma operação de troca, o expressa em relação a uma segunda mercadoria – na forma de valor relativo. Essa outra opera, por sua vez, a forma de equivalente e seu próprio corpo se torna a forma de manifestação do *valor* da primeira. Na medida em que o *valor* é medida de trabalho humano abstrato ou igual, a mercadoria na forma de equivalente dá corpo a algo puramente social. O *valor* da primeira mercadoria, na troca, se exprime, então, em uma forma que é distinta de sua própria forma natural (valor de uso), ou seja, se manifesta como valor de troca.

Assim, à oposição interna dada em uma mercadoria, entre valor de uso e *valor*, corresponde uma oposição externa na relação de troca que esta estabelece

²⁷¹ Ibidem, p. 116.

²⁷² MARX, 2013, p. 117.

²⁷³ Ibidem, p. 124.

²⁷⁴ Ibidem, p. 160.

com outra, na qual a primeira (cujo *valor* deve ser expresso) é tida exclusivamente como valor de uso e a segunda (que expressa o *valor* da outra) como valor de troca. Esta é a forma de valor simples de uma mercadoria, que o filósofo alemão apresenta no primeiro volume de *O Capital*.

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos-mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias.²⁷⁵

É, portanto, somente sob essas condições que um valor de uso adquire *valor* – que o fruto do trabalho humano aparece sob a forma da mercadoria. As trocas exigem que se compare grandezas de *valor* – o que significa que o dispêndio de trabalho humano abstrato precisa ser medido. Seu cálculo terá por base algo tão simples quanto a quantidade ou o tempo de trabalho depositado na produção. Não o tempo de cada trabalho específico, mas sim um “tempo de trabalho em média necessário” ou “socialmente necessário”, que é “[...] aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.²⁷⁶ Essa operação iguala qualitativa e quantitativamente quaisquer mercadorias.

O desenvolvimento histórico das trocas implicou a expansão da cadeia de equivalências entre mercadorias. Com isso, o imperativo da adoção de um equivalente universal se colocou como condição de viabilidade da profusão comercial, ou seja, impôs-se a necessidade de que uma única mercadoria socialmente válida passasse a expressar o valor de todas as demais, de forma a garantir a permutabilidade mais eficiente e “justa”. Progressivamente, essa função social que uma mercadoria assume como forma de valor universal vai se “colando”, por meio do hábito, a um corpo-mercadoria específico. Este, conquistando um monopólio histórico para expressar os *valores* das mercadorias em medidas de denominador comum (as iguala em qualidade e as torna comparáveis em quantidade), passa a funcionar como dinheiro.

²⁷⁵ Ibidem, p. 125.

²⁷⁶ Ibidem, p. 117.

O cristal monetário [*Geldkristall*] é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro.²⁷⁷

Nesse modo de produção e circulação, não mais importam as qualidades sensíveis e propriedades particulares de todas as partes envolvidas no âmbito do trabalho humano – produtos, produtores e produção. Toda particularidade é substituída pela universalidade como forma imediatamente social do trabalho no mundo das mercadorias. Diante do grau de abstração implicado nesse processo, em função do qual parece se perder de vista os laços sociais pessoais implicados na realidade do trabalho,²⁷⁸ é apenas no momento em que a troca entre mercadorias se concretiza que esse caráter propriamente social se evidencia. É aí que acontece o contato social mais claro entre possuidores de mercadorias – de um lado o dono de mercadoria-dinheiro e de outro aquele que possui o valor de uso de que o primeiro necessita.

Assim, tudo fica encoberto pelo véu da forma-mercadoria, tudo parece dizer respeito a esses “objetos”, frutos do empenho humano, mas que, como o filósofo dirá, “parecem dotados de vida própria”.²⁷⁹ A mercadoria parece ganhar independência em relação ao produtor e mesmo ao processo que a produz, aparentando elas mesmas determinarem as relações entre si e com os homens – a isso ele chamará “fetichismo”, que passa a fazer parte dos produtos do trabalho humano, sempre que são produzidos para o mercado, ou seja, como mercadorias. Em outras palavras, o mundo dominado pela forma-mercadoria é um mundo em que o modo de produção impõe suas condições sobre os homens e não o contrário

²⁷⁷ Ibidem, p. 162.

²⁷⁸ No capitalismo, os trabalhos privados dos produtores têm um sentido social duplo: de um lado, como produção de valores de uso, esses trabalhos devem atender a necessidades sociais, mantendo-se, assim, conectados à totalidade do universo do trabalho, ou seja, como parte integrante da divisão social do trabalho, na qual cumprem então um papel social. De outro lado, satisfazem as necessidades de seus produtores na medida em que há equivalência entre todos os trabalhos humanos, isto é, que todos se tornam mutuamente permutáveis, reduzidos, assim, a sua qualidade comum ou social de dispêndio de força humana de trabalho.

²⁷⁹ MARX, 2013, p. 148.

– isso não quer dizer, como já dissemos, que estes últimos não criem antagonismos que, inclusive, provocam reordenações do primeiro.

Tudo parece ser, assim, reduzido ao momento em que se adentra o mercado. As relações sociais pessoais aparentam ser relações entre coisas e não mais relações próprias aos homens, já que eles se relacionam como proprietários privados, possuidores ou representantes de mercadorias, ou seja, interagem por meio de uma relação jurídica que dá forma a uma relação, na realidade, econômica. Assim, por fim:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente às margens dos produtores.²⁸⁰

É apenas no capitalismo que a forma-mercadoria se massificará, que ela se tornará “a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante”,²⁸¹ sendo esse um de seus pressupostos, mas não o único. A segunda condição para a emergência do capital está atrelada ao lugar central que ganhará a mercadoria-dinheiro nesse quadro de trocas que narramos – se tornando ela própria a mercadoria que determina todo o modo de produção capitalista. Sobre ela recairá, da mesma maneira que sobre as demais mercadorias, os efeitos do fetichismo. Assim, na medida em que o ouro foi o produto que ocupou o lugar de mercadoria-dinheiro durante mais séculos, com o tempo, passou a incorporar, no sentido próprio de “dar corpo a”, a totalidade do trabalho humano, ele se tornou social e universalmente a representação visível desse amálgama de trabalho indiferenciado.²⁸² Disso decorre o caráter enigmático da mercadoria-dinheiro, que acumula sobre si mesma a aparência de determinante social geral.

Decorre daí a magia do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos

²⁸⁰ Ibidem, p. 147.

²⁸¹ Ibidem, p. 136.

²⁸² Ibidem, p. 142.

de seu trabalho assumem universalmente a forma de mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão.²⁸³

A circulação de dinheiro nesse sistema econômico implicará uma equação historicamente inédita.²⁸⁴ Essa forma específica, que o fará se transformar em capital, difere do tipo inicial, caracterizado pela venda de uma mercadoria por dinheiro e depois a reconversão desse dinheiro em mercadoria outra vez, que *O Capital* definirá pela equação M-D-M.²⁸⁵ Essa última, cuja centralidade permanece nos produtos permutados, é a forma que caracteriza, por exemplo, a venda de uma mercadoria produzida por um camponês em troca de dinheiro, com o qual ele adquire os meios de sua subsistência (que incluem seus meios de produção), encerrando o ciclo da circulação – com a entrada da mercadoria no consumo –, que deverá se reiniciar novamente desde o zero. Aqui, portanto, são determinantes os valores de uso.

A outra – que caracterizará o surgimento do capital – é a inversão das variáveis dessa primeira. A forma D-M-D representa a troca de dinheiro por dinheiro, para a qual a mercadoria se torna simplesmente um meio – sua primeira manifestação histórica é a compra de uma mercadoria por dinheiro para reconvertê-la em dinheiro novamente. Aqui, “O dinheiro é, portanto, apenas adiantado”.²⁸⁶ Ele se torna “justamente a figura transformada das mercadorias, na qual estão apagados seus valores de uso específicos”.²⁸⁷ Tornam-se determinantes, não mais os valores de uso distintos qualitativamente, mas, antes, os valores de troca.

Essa operação tem sua aparente tautologia desmistificada quando lembramos que, como os produtos, que se diferenciam qualitativamente, o dinheiro também se diferencia, no entanto, apenas por sua grandeza: quantitativamente. Assim, a equação mais exata será D-M-D’, na qual incorpora-se, preferencialmente, um aumento de dinheiro. A esse excedente se dará o nome de mais-valor, já que ele caracteriza a valorização do próprio valor. Esse valor “valorizado” é, ao mesmo tempo, o fim da equação e seu início, formando uma

²⁸³ Ibidem, p. 167.

²⁸⁴ O dinheiro é a “primeira forma de manifestação do capital” (ibidem, p. 223).

²⁸⁵ Na qual “M” quer dizer mercadoria e “D”, dinheiro.

²⁸⁶ MARX, 2013, p. 225.

²⁸⁷ Ibidem, p. 226.

espiral de tendência sempre crescente. É essa a operação fundamental e interminável do capital. Neste sentido, “A circulação do dinheiro como capital é [...] um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido”.²⁸⁸

Nesse modo de circulação, o que circula, portanto é valor, que ora ganha a forma da mercadoria (como um modo de existência particular), ora a forma do dinheiro (seu modo de existência universal). O valor transita entre essas formas sem se esgotar, ao contrário, se conservando, ou melhor, incrementando sua grandeza. Ele é, então, o sujeito desse processo e, por isso, ao invés de “representar relações de mercadorias, ele agora entra, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo”.²⁸⁹

É preciso descobrir, entretanto, qual é a origem desse (mais) valor que se acrescenta nessa operação. Uma vez que o dinheiro simplesmente representa o *valor* da mercadoria, se ela permanece inalterada – o que aparentemente ocorre: a mercadoria apenas passa de forma-natural a forma-dinheiro –, não haveria razão para que ele se alterasse (já que por si só, isoladamente, ele não possui a capacidade de se modificar). Para que essa equação inversa possa se realizar é necessário, então, que o capitalista, ou seja, aquele que detém o dinheiro, encontre no mercado uma mercadoria que tem uma qualidade bastante peculiar. Uma mercadoria que, ao ser consumida, gera valor, isto é, seu consumo é, ao mesmo tempo, gasto de seu valor de uso e acúmulo de trabalho abstrato (de *valor*). Essa mercadoria será, então, a força de trabalho: conjunto de capacidades humanas existentes no corpo e na mente do trabalhador, ou seja, valores de uso, que quando colocados *em uso* na produção de mercadorias, criam valor que nelas se objetiva. Será, portanto, uma mercadoria que produzirá novas mercadorias. Nessa produção, *simultaneamente*, valores de uso são consumidos e trabalho humano é objetivado, ou seja, cria-se *valor*.²⁹⁰

Essa separação que se opera no interior do indivíduo, segundo a qual, sua força de trabalho se apresenta como uma mercadoria, ou seja, como algo que ele pode disponibilizar no mercado, sem, ao mesmo tempo, ser preciso perder sobre

²⁸⁸ Ibidem, p. 228.

²⁸⁹ Ibidem, p. 230.

²⁹⁰ Ibidem, p. 242.

ela sua propriedade, é fruto de uma contingência histórica. É o resultado de condições econômicas e políticas particulares, capazes de transformar o homem no trabalhador “livre” ou, em outras palavras, no indivíduo despojado de tudo, à exceção de sua própria força de trabalho, como falamos no capítulo anterior. Assim, impossibilitado de garantir sua reprodução a não ser pela venda dessa mercadoria. Por fim:

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfolada.²⁹¹

Dissemos tudo isso para poder passar à análise da força de trabalho como mercadoria – que é o que aqui nos interessa, a fim de pensar o trabalho que a produz e reproduz *como* forma-mercadoria. O valor da força de trabalho, dirá Marx em *O Capital*, será calculado da mesma forma que se faz com qualquer outra mercadoria: pelo tempo de trabalho socialmente necessário nela objetivado, ou seja, empenhado em sua produção e, no caso, reprodução constante. Este valor corresponderá, segundo ele, ao valor dos meios necessários à subsistência do trabalhador – que é o corpo-mercadoria que contém a força de trabalho como valor de uso –, dentre eles, eletricidade, água, comida, roupas, etc.

O valor da força de trabalho, como de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. [...] Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.²⁹²

É exatamente daqui em diante que as críticas das autoras que seguimos neste trabalho começarão a delimitar suas diferenças em relação à abordagem marxista, como mostraremos mais claramente no próximo subcapítulo.

²⁹¹ Ibidem, p. 251.

²⁹² Ibidem, p. 245.

4.2

As leis universais de desenvolvimento do capitalismo e suas categorias *sex-blind* e o desenvolvimento assimétrico do campo da reprodução social na obra marxiana

Se há críticas à teoria marxista no que concerne à leitura que ela oferece da relação das mulheres com o capital – e elas serão aqui detalhadas –, isso não quer dizer que Marx não tenha refletido sobre a situação feminina em absoluto. Sem dúvidas, não se pode acusá-lo de banir as mulheres de seu pensamento. Inúmeras páginas foram dedicadas, ao longo de sua vida, aos problemas enfrentados por elas nas indústrias, por exemplo. E não apenas isso. Sua preocupação em relação a seus direitos e suas condições de vida se exprimia em um investimento político ativo na defesa de seus interesses.²⁹³

No entanto, foi em sua grande obra, *O Capital*, peça destinada a ser um instrumento revolucionário para a luta de classes,²⁹⁴ que, apesar de apresentar um quadro decididamente mais complexo do modo de produção capitalista que a maior parte das leituras marxistas posteriores – as chamadas leituras economicistas ortodoxas²⁹⁵ – não concedeu às mulheres um lugar particular no antagonismo ao capital. Ao menos não naquele âmbito em que elas eram, e somente elas, as trabalhadoras vinte e quatro horas por dia – ao contrário, chegaria mesmo a atribuir ao ambiente doméstico a possibilidade de uma vida mais digna que aquela vivida nas condições degradantes do espaço fabril.²⁹⁶ Conforme Mariarosa Dalla

²⁹³ Segundo a militante russa Raya Dunayevskaya, citada por Heather Brown, “Marx ajudou a organizar movimentos de mulheres, não apenas por melhores salários, mas por condições de trabalho totalmente diferentes; não apenas pelo direito de votar, mas pela liberdade plena” (BROWN, 2012, p. 7).

²⁹⁴ CLEAVER, 1981, p. 20-21.

²⁹⁵ Essas leituras aplicam uma abordagem que prioriza as análises econômicas clássicas empreendidas pelo filósofo – em parte presentes em *O Capital* e muito abundantes em textos anteriores, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* – em prejuízo de outras dimensões mais “políticas” de sua obra desenvolvidas em textos como *Lutas de Classes na França*, *A Guerra Civil na França* e em capítulos de *O Capital*, como “Reprodução simples” e “A assim chamada acumulação primitiva”. Dalla Costa e James afirmariam que esse marxismo, especialmente quando atualizado na figura dos partidos políticos, sempre menosprezou as mulheres ausentes da produção socialmente organizada, tratando-as como excluídas da própria produtividade social. Assim, exceto quando empregadas de forma acessória pelo mercado capitalista, eram vistas como meras fornecedoras de valores de uso no ambiente doméstico (DALLA COSTA; JAMES, 1972, p. 32).

²⁹⁶ Ibidem, p. 33.

Costa e Selma James, na obra do pensador alemão, “[...] a verdadeira natureza do papel da dona de casa não emerge claramente [...]”.²⁹⁷

É possível, certamente, ponderar, como o faz em certa medida Silvia Federici, acerca do momento histórico em que Marx escrevera sua obra. A segunda metade do século XIX seria justamente o período de consolidação do papel da dona de casa em tempo integral na Inglaterra. Ainda que, desde a época mercantilista, a reprodução social já estivesse subsumida pelos processos de acumulação capitalista, na medida em que estabelecia-se sua dependência em relação ao assalariamento, seu custo seria mantido em níveis muito baixos nesses séculos que antecederam a segunda revolução industrial – isso se traduziria em condições de trabalho degradantes, que incluíam mulheres e crianças, extensas jornadas e uma expectativa de vida que, muitas vezes, não ultrapassava os vinte anos. A passagem entre esses dois períodos viria acompanhada de um incremento da mecanização (a substituição do mais-valor absoluto por mais-valor relativo, em resposta ao antagonismo imposto pela classe trabalhadora), que transformaria as formas de exploração, ao mesmo tempo em que proporcionaria um aumento real nos níveis salariais. Seria apenas nesse momento que a reprodução da força de trabalho ganharia um ar mais parecido com o que a caracterizaria no século seguinte. Essa consideração, no entanto, não invalida as críticas quanto aos limites dessa filosofia, na medida em que as “razões” para essa omissão seriam muito menos relevantes a essas autoras que a apropriação que fariam desse aparato, de modo a problematizar aspectos que lhe seriam pertinentes, ainda que inexplorados.

A economista e feminista Heidi Hartmann foi a primeira a aplicar, em 1981, o termo *sex-blind* para se referir às formulações do filósofo acerca do capital: “As categorias marxistas, como o próprio capital, são *sex-blind*”²⁹⁸. Esse termo foi escolhido para demonstrar como na obra marxista as leis de desenvolvimento do capital, bem como as noções que delas decorrem – trabalho produtivo e improdutivo, classe, mais-valor, entre outras –, são, de maneira geral, indiferentes à divisão sexual da sociedade.

Em *Manifesto do Partido Comunista*, os autores afirmam que o capital opera como um agente universalizante, na medida em que dissolve as diferenças entre aqueles que, não possuindo os meios para a produção de modos próprios de

²⁹⁷ Ibidem, p. 33.

²⁹⁸ HARTMANN, 1981, p. 11.

subsistência, terminam por constituir uma unidade, que, a partir dessa perspectiva, pode-se considerar homogênea: a classe trabalhadora. No entanto, essa é apenas uma de suas tendências. Algo que se poderia chamar “particularismo” se expressa no acentuamento da exploração em relação a grupos específicos. Esta, não modificando a divisão social do trabalho, que distingue detentores de meios de produção de um lado e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho de outro, funciona de forma complementar àquela primeira tendência.²⁹⁹ Assim, “Em se tratando da classe trabalhadora, diferenças de sexo e idade já não têm importância social nenhuma. O que há são instrumentos de trabalho de custos variados, de acordo com idade e sexo”.³⁰⁰

Se o capitalismo é um sistema produtor de diferenças entre os indivíduos – não só uma grande divisão da sociedade em duas classes antagônicas, mas também uma criação de hierarquias internas a esta última – não caracterizou um dos principais esforços do filósofo a compreensão de porque *esses* e não outros corpos ocupam posições particulares no interior dessa massa disforme de explorados. Heidi Hartmann dirá que o mesmo vale para diferenças de outra natureza, como raciais, étnicas, nacionais ou religiosas.

Na medida em que relega a um segundo plano a história mesma desses sujeitos e as articulações que os mantêm ocupando essas posições na divisão social do trabalho – como é o caso das mulheres –, parece assumir uma certa indiferença em relação a esses corpos propriamente. Os elementos que compõem a crítica da economia política marxista são insuficientes quando colocada a tarefa de determinar a quem as distintas posições no interior da hierarquia capitalista estão reservadas – homens ou mulheres, brancos ou negros, se colocam como diferenças quase casuais, do ponto de vista do leis de desenvolvimento do capital.

Neste sentido, a despeito de dedicar-se exclusivamente à exploração do trabalho feminino (e infantil), na seção de *O Capital* intitulada “Apropriação de forças de trabalho subsidiárias pelo capital”, se concentrando na particularidade do papel feminino no interior do processo de produção capitalista – no qual, enquanto mão de obra “secundária”, elas foram, e são ainda hoje, usadas para forçar a precarização das condições de trabalho e remuneração para o conjunto dos trabalhadores –, o autor não se refere neste livro, em nenhum momento,

²⁹⁹ BROWN, 2012, p. 89.

³⁰⁰ MARX; ENGELS, 2012, p. 52.

diretamente ao trabalho desempenhado pelas mulheres na reprodução da força de trabalho.

Para as autoras que aqui estudamos, o caráter *sex-blind* das categorias marxistas advém, em grande medida, da dificuldade de assentir a reprodução social como esfera de trabalho produtivo ou, em outras palavras, de produção de *valor*, qualidade que, no capitalismo, estaria reservada à produção de mercadorias (de riqueza material). Neste sentido, Fortunati dirá que: “A produção de mercadorias é, assim, postulada como o ponto fundamental da produção capitalista e as leis que a regem como as leis que caracterizam o próprio capitalismo”.³⁰¹ Em outras palavras, o pensador alemão teria devotado suas reflexões mais profundas apenas a um dos dois lados do modo de produção capitalista. Com isso, as categorias marxistas são pensadas a partir de leis apreendidas desde a produção socialmente organizada e é com base nelas que sempre se observou o campo da reprodução social. Também neste sentido, Silvia Federici afirma:

[...] A análise de Marx sobre o capitalismo tem sido dificultada por sua inabilidade de conceber um trabalho que produza valor que não seja na forma de produção de mercadorias e sua consequente cegueira à importância do trabalho reprodutivo não-remunerado das mulheres no processo de acumulação capitalista. Ignorar este trabalho limitou a compreensão de Marx sobre a verdadeira extensão da exploração capitalista do trabalho e a função do salário na criação de divisões dentro da classe trabalhadora, começando pela relação entre mulheres e homens.³⁰²

Essa crítica nos parece evidente quando observamos que o exame marxista da reprodução social chega, em alguns momentos, perto de identificar o trabalho reprodutivo e a trabalhadora que o performa, mas é interrompido antes de investigar a fundo os aspectos materiais envolvidos nesse processo, antes de se fazer perguntas particulares acerca desse âmbito. Afirmar a neutralidade do aparato elaborado por esse pensador, bem como sua insuficiência para lidar com as diferenças entre os corpos masculinos e femininos e seus efeitos na particularização da exploração no capitalismo, não quer dizer, portanto, atribuir a ele a rejeição ou o esquecimento no que tange à relevância da atividade reprodutiva humana (social) para o capital – mas, sim, expressar os limites com os quais a abordagem marxista se deparou.

³⁰¹ FORTUNATI, 1996, p. 8.

³⁰² FEDERICI, ([2008] 2012), p. 92.

Ao longo do volume I de *O Capital*, ele será absolutamente claro (mesmo literal, como mostraremos) ao afirmar a importância da reprodução da classe trabalhadora *como* força de trabalho e da inseparabilidade entre este âmbito e aquele da produção socialmente organizada – portanto, da primeira como uma condicionante do capitalismo. Como afirma Heather Brown, ele teria mesmo pensado uma teoria dialética do modo de produção capitalista³⁰³, na qual tanto a esfera da produção, quanto da reprodução, são mutuamente dependentes – apesar da aparência que ambos os campos assumem nesse sistema indicar sua separação – e, portanto, igualmente necessárias à autovalorização do capital. Apesar desse reconhecimento, suas investigações no interior do domínio reprodutivo seriam profundamente limitadas.

Em uma passagem vital do capítulo intitulado “Reprodução simples”, o autor reconhece que manter e reproduzir a classe trabalhadora sob essa condição – ou seja, garantir que suas necessidades básicas sejam supridas, ao mesmo tempo em que a dependência que se estabelece entre esta classe e a classe de capitalistas seja sempre renovada – é uma *condição* primordial à reprodução do capital enquanto a própria relação entre as classes. Diante disso, ele dirá que é a sujeição dessa classe à relação de assalariamento que determinará as condições de seu processo reprodutivo, já que ela carece de meios autônomos para realizá-lo de outro modo. Isso significaria, para ele, limitar os meios de sua subsistência àqueles que é possível adquirir no mercado capitalista pelo uso direto da renda, como alimentos, roupas, gás, eletricidade, treinamentos, etc..

O autor reconhece, ainda, que essas mercadorias devem reproduzir não apenas a força de trabalho existente, mas também aquela que a substituirá, quando ela não estiver mais em condições de ser explorada, ou seja, a capacidade de trabalho de seus filhos e filhas. Entretanto, ele associará a reprodução da força de trabalho à *reprodução ou manutenção* do indivíduo vivo, que, em suas palavras, *pressupõe* a existência deste último. Na página seguinte, no entanto, dirá:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, como pressupõe a contínua transformação do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue, “como todo indivíduo se perpetua pela procriação”.³⁰⁴

³⁰³ BROWN, 2012, p. 73.

³⁰⁴ MARX, 2013, p. 246.

Nos parece que, apesar de assinalar a procriação como um pressuposto da reprodução da força de trabalho, mantém esta última restrita ao âmbito da natureza humana. Por isso, não menciona qualquer possível “custo” relativo à *geração* em si de um filho ou filha no cálculo das necessidades da classe trabalhadora. Ou seja, a reprodução passa a contar apenas depois do nascimento do indivíduo.³⁰⁵ Mais a frente, ele fala também sobre o desenvolvimento de habilidades e aptidões indispensáveis a atividades específicas, cujo grau de complexidade do treinamento implicaria um custo maior ou menor em termos de “equivalentes de mercadorias. [...] os custos dessa educação [...] são incluídos no valor total gasto em sua produção” –³⁰⁶ por outro lado, não somaria a isso qualquer valor para o desenvolvimento de capacidades básicas, como andar, falar etc.

Uma vez que restringe os custos reprodutivos a um dispêndio executado diretamente no mercado, ele afirmará que o capitalista ganha duas vezes com essa situação. Por um lado, o capital variável que adianta à classe trabalhadora retorna a ele na forma do consumo desses indivíduos. Por outro, esse mesmo consumo individual, como aquele que abastece uma máquina com os insumos necessários ao seu funcionamento pleno, é o que permite que a força de trabalho seja renovada e opere segundo os ritmos de produção exigidos. Dessa forma:

O capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para *reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores*. [...] Tal consumo é *produção e reprodução* do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador. *O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica, etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho.*³⁰⁷

Mas, será mesmo que apenas a aquisição de meios de subsistência no mercado capitalista é suficiente para garantir a reprodução *integral*, não apenas do trabalhador, mas de seus descendentes? A essa altura, a resposta a essa pergunta deve ser quase intuitiva. O que está às margens dessa visão é justamente toda a carga de trabalho envolvida na ampla extensão do processo reprodutivo. Serão as

³⁰⁵ Ibidem, p. 245.

³⁰⁶ Ibidem, p. 246-247.

³⁰⁷ Ibidem, p. 647

autoras às quais aqui nos referimos que irão além. Começarão por dizer que esses valores de uso, em sua maioria, não estão prontos de forma a servir diretamente ao consumo cotidiano: os alimentos precisam ser cozinhados; as roupas devem ser lavadas e passadas; a casa precisa manter condições mínimas de higiene (produtos químicos não limpam os banheiros e cozinhas sozinhos). Da mesma forma, os novos indivíduos precisam ser gestados, alimentados, cuidados, ensinados, disciplinados, etc.. Além disso tudo, necessidade afetivas e sexuais devem ser atendidas, já que sem isso, elas dirão, os homens não suportariam o fardo de seus trabalhos. E, em uma sociedade na qual a sociabilidade foi cada vez mais tornada privada, essas atividades se tornam, em boa medida, dependentes da família. Em suma, como falamos em outros momentos neste trabalho, para que o trabalhador ou a trabalhadora possam diariamente vender sua força de trabalho ao capitalista todas essas funções precisam ser preenchidas.

Sem observar a dimensão desse problema, o que a teoria marxista não explicita, então, é que o desempenho desse duplo papel – produzir e reproduzir a força de trabalho – se dá às custas de um trabalho e de um corpo que não são nomeados³⁰⁸: o trabalho reprodutivo (sexual e doméstico) e o corpo feminino subjugado, sobre os quais se impõem condições particulares de subdesenvolvimento, ou seja, de coerção social, miséria econômica e outras formas que intentam garantir a aceitação desse papel. Silvia Federici afirmará, neste sentido, que ele teria se dedicado apenas de forma sumária ao exame da esfera reprodutiva, bastante diferente da apreciação minuciosa por meio da qual ocupou-se da outra parte da reprodução do capital.

Surpreendentemente, dada a sua sofisticação teórica, Marx ignorou a existência do trabalho reprodutivo das mulheres. Ele reconheceu que, não menos que qualquer outra mercadoria, a força de trabalho deve ser produzida. [...] Mas, enquanto ele meticulosamente explorou as dinâmicas da produção têxtil e da valorização capitalista, foi sucinto ao abordar a questão do trabalho reprodutivo, reduzindo-o ao consumo dos trabalhadores das mercadorias que seus salários podiam comprar e o trabalho que a produção destas mercadorias requeria. Em outras palavras, [...] no relato de Marx, tudo o que é necessário para (re)produzir a força de trabalho é a produção de mercadorias e o mercado. Nenhum outro trabalho intervém para preparar os bens que os trabalhadores consomem ou restaurar física e emocionalmente sua capacidade de trabalhar. Nenhuma diferença é feita entre a

³⁰⁸ Apesar de reconhecer a relevância da esfera da reprodução social para a sustentação do modo de produção capitalista, o autor não aponta diretamente a mulher como sujeito histórico desse campo. Esta poderia, no entanto, ser decalcada das análises marxistas por um esforço externo à obra – empenho que só seria realizado, muito após a morte do filósofo, pelas teóricas que aqui analisamos.

produção de mercadorias e a produção da força de trabalho. Uma linha de montagem produz ambas.³⁰⁹

Assim, sustentando uma concepção restritiva do escopo da reprodução da classe trabalhadora, não podia ver propriamente como trabalho o que se realizava nessa esfera. E, mesmo reconhecendo que não há nada de natural em reproduzir-se como “indivíduo necessitado”,³¹⁰ encarava a reprodução como algo que o trabalhador realiza “por i próprio e não ao capitalista”.³¹¹ O que é em parte verdadeiro, já que é possível que o trabalhador se reproduza em antagonismo ao capital.³¹² Entretanto, não parece ser isso que o autor quer dizer. Antes, ele dirá que: “[...] o capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores”,³¹³ se preocupando apenas em limitar seu consumo, de forma que não seja tão dispendioso a ponto de aumentar o valor de troca da sua força de trabalho, como mostraremos a seguir. Com isso, ainda que aceite que a reprodução *é produtiva* para o capitalista (e improdutiva para o trabalhador)³¹⁴ e uma condição de reprodução do capital – não apenas de um ponto de vista econômico, mas, antes de tudo, enquanto a própria relação capitalista –, não a encara como um *trabalho*, muito menos, um trabalho produtivo.

Apesar disso, há momentos em que Marx parece sugerir o contrário. Uma crítica à marginalização do trabalho reprodutivo feminino e seu status como trabalho improdutivo parece ser, discretamente, colocada no final do primeiro volume de *O Capital*. Em uma passagem, o autor se refere às mulheres juntamente a outros grupos também preteridos na produção capitalista direta, no caso, os “muito velhos ou muito jovens para o trabalho”,³¹⁵ como “improdutivos” entre aspas. O uso desse recurso, possivelmente, sugere alguma ressalva. Heather Brown propõe que ele estaria indicando que estes são trabalhadores “improdutivos” apenas a partir da perspectiva que o capitalista a eles impõe –

³⁰⁹ FEDERICI, ([2008] 2012), p. 93.

³¹⁰ MARX, 2013, p. 648.

³¹¹ *ibidem*, p. 647.

³¹² Sobre isso, ver o subcapítulo 2.2.1 desta dissertação.

³¹³ MARX, *op. cit.*, p. 647.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 648.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 518.

inclusive, como forma de explorar sua produtividade sem precisar pagar por ela, como na situação feminina.

Outra indicação de natureza semelhante encontra-se no *Manifesto do Partido Comunista*, no qual os autores afirmam que, do ponto de vista *do burguês*, as mulheres seriam tratadas como simples meios de produção e que a passagem ao comunismo deveria liberá-las dessa posição. Assim, parecem ratificar que as mulheres (enquanto esposas e, podemos induzir, donas de casa e mães – já que eram esses os principais papéis da mulher burguesa), assim como os homens, seriam meios de produção do capitalista, ou seja, aludindo a um caráter *produtivo* desse trabalho.

O burguês vê em sua esposa um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente e não consegue conceber outra coisa senão que o destino comunitário se aplica também às mulheres. Ele não percebe que a questão é justamente abolir a posição das mulheres como meros instrumentos de produção.³¹⁶

Segundo Leopoldina Fortunati, a posição de Marx não é clara quanto à produtividade implicada no trabalho de reprodução (tanto trabalho doméstico quanto prostituição). Apesar disso, nos parece ingênuo negar sua inclinação a assenti-lo como trabalho improdutivo – que não seja por outra razão, pela simples falta de um desenvolvimento mais rigoroso acerca do que se passava nesse âmbito. A autora afirma que, em *Teorias da mais-valia: Adam Smith e a ideia do trabalho produtivo*, do qual ela extrai trechos nos quais o filósofo aborda diretamente a questão, sua posição realmente parece oscilar, ora parecendo reconhecer o caráter produtivo de um trabalho que produz uma mercadoria (a força de trabalho), ora rejeitando-a.³¹⁷

Estes exemplos, apesar de demonstrarem uma abertura do autor para as questões que aqui colocamos, não podem ser entendidos como compondo um esforço sistemático de abordagem desses problemas. Neste sentido, Leopoldina Fortunati afirmaria:

[...] a falta de clareza no interior da teoria de Marx reflete a falta de uma abordagem sistemática e orgânica para a definição do contexto, das condições e dos mecanismos da reprodução da força de trabalho como classe trabalhadora.

³¹⁶ MARX; ENGELS, 2012, p. 65.

³¹⁷ Sobre isso, ver FORTUNATI, 1996, p. 100-101.

Não é, portanto, surpreendente que a família operária seja vista apenas como um fundo contra o qual o salário se move e onde a mercadoria força de trabalho é “restaurada” e consequentemente que o tema da reprodução seja compreendido simplesmente em termos da manutenção da família pelo trabalhador.³¹⁸

Diante dessa ausência, a autora italiana sugere que uma análise adequada do ciclo de produção capitalista só pode ser realizada quando o exame da esfera da reprodução social for incorporada a ela. Para isso, entretanto, seria necessário reaplicar as categorias da crítica da economia política, desviando de suas implicações tradicionais, ou melhor, retraçar os conceitos marxistas a partir de outros pontos de vista. Foi isso que, acreditamos, buscaram fazer as autoras engajadas em *Wages for Housework* ao reposicionar a noção de reprodução social (da força de trabalho) diante de manifestações (históricas, políticas, econômicas, culturais) do sexismo, compreendidas enquanto forças materiais enraizadas na própria lógica da acumulação capitalista.

Como parte desse esforço, ao combinar a análise de *Teorias da mais-valia: Adam Smith e a ideia do trabalho produtivo* a duas passagens de *O Capital*, nas quais Marx aborda o que poderia ser qualificado na categoria de trabalho produtivo, três características centrais emergem na visão de Fortunati. Esse trabalho deverá: produzir mais-valor que seja diretamente transformado em capital³¹⁹; ser trabalho assalariado; e produzir mercadorias. Diante disso, ela concluirá que, no nível formal, o trabalho reprodutivo não aparenta cumprir tais requisitos. Já no nível real, essa situação se inverterá, na medida em que haverá: produção de mais-valor (que, como explicaremos, segundo sua leitura, será indiretamente transformado em capital por meio do consumo da força de trabalho masculina); instauração de uma relação de assalariamento indireta; e produção da mercadoria força de trabalho. Os próximos subcapítulos foram organizados de forma a abordar cada um desses pontos de maneira mais aprofundada.

³¹⁸ FORTUNATI, 1996, p. 91.

³¹⁹ Em *Teorias da mais-valia: Adam Smith e a ideia do trabalho produtivo*, Marx seria ainda mais específico ao dizer que “apenas o trabalho que é diretamente transformado em capital é produtivo...” (MARX apud FORTUNATI, 1996, p. 101).

4.3

Uma revisão da teoria do valor marxista à luz da exploração reprodutiva das mulheres

É consenso nos trabalhos das principais referências do feminismo sobre o qual aqui nos detemos que “no capitalismo, a reprodução é separada da produção”,³²⁰ apesar de sua “conexão insolúvel”.³²¹ Isso, um dos principais aspectos que o diferencia de modos de existência anteriores, é justamente o que garante a invisibilização da extração de valor na esfera reprodutiva. A distinção entre esses dois âmbitos têm sido compreendida a partir de diferentes perspectivas, algumas das quais já mencionamos aqui, como aquela que identifica a reprodução a uma produção de caráter natural. Ou a leitura que a apresenta como carência, ou seja, resultado de sua falta de desenvolvimento ou de seus aspectos “marcadamente” pré-capitalistas. Ou mesmo como modos de produção distintos – divisão segundo a qual o modo de reprodução poderia ser, inclusive, visto como “uma ‘ilha’ não capitalista existente no coração do capital”.³²²

Nenhuma delas, entretanto, explorou como à produção é concedida a qualidade real e aparente da criação de valor, enquanto à outra – a reprodução –, mesmo que produza *valor* e não apenas valor de uso, é atribuída uma aparência de não-valor. A ilusória separação desses âmbitos foi deixada de lado pelo próprio marxismo no que concerne à opressão e à exploração capitalistas sobre os corpos femininos, negligenciadas onde não se davam nas mesmas condições que para os homens – ou seja, no campo do trabalho tido como produtivo (por excelência, a fábrica). No entanto, a grande descoberta dessas autoras vai ao encontro desse apagamento: “É a postulação da reprodução como não-valor que possibilita tanto produção quanto reprodução a funcionarem como produção de valor”.³²³

Desde a publicação das obras do feminismo marxista desse período, o questionamento sobre a produção ou não de valor no âmbito do trabalho reprodutivo tem atravessado inúmeros debates entre feministas e entre feministas e marxistas. Muitas vezes, mesmo entre aqueles que defendiam a importância política do trabalho produzido por essas autoras, havia indagações quanto à

³²⁰ FORTUNATI, 1996, p. 8.

³²¹ Ibidem, p. 8.

³²² Ibidem, p. 8.

³²³ Ibidem, p. 9.

pertinência de sua intervenção teórica na obra marxista. Dentre outras coisas, perguntava-se, por exemplo, se a teoria produzida por elas era apenas uma estratégia para dialogar e chamar a atenção de seus companheiros marxistas, tendo, para isso, distorcido os conceitos do pensador alemão de forma que pudessem defender suas teses. Ou antes se, de fato, uma remodelada teoria do valor, que “faria justiça” à teoria marxista, teria sido por elas formulada.³²⁴

Kathi Weeks caracterizaria essa disputa como um “desvio” do *uso político*³²⁵ do encontro entre feminismo e marxismo para um debate mais fechado, que intentava provar a adequação das propostas teóricas e práticas do movimento por meio de problematizações técnicas e academicistas no interior da teoria do valor. Segundo ela, uma tentativa de encontrar a passagem definitiva na obra marxista que revelaria a coerência desse projeto. A precedência dessa controvérsia, para a autora, teria levado a tentativas de acomodar o feminismo aos escritos marxistas, que, na condição de um “legado textual reificado”, deveria ser respeitado ou reverenciado. Ela chegaria mesmo a associá-la ao esgotamento, a partir da segunda metade da década de 70, da força do movimento.

Apesar da importância de ressaltar os efeitos desmobilizadores que a contenda teórica pode ter provocado, não entendemos que nenhuma das autoras que aqui apresentamos trataram os textos do pensador alemão com essa pretensão identificada por Weeks. Mesmo Leopoldina Fortunati, que, como veremos, fará uma incursão mais minuciosa pelos mosaicos que compõem algumas das categorias marxistas, por meio da análise de diversas obras do autor, reconhecerá os limites de suas constatações e fará desvios em relação a elas, de forma a manter o foco político de sua intervenção.

O uso do aparato marxista por elas teria, sem dúvidas, uma intenção secundária de confrontar aqueles que integravam as organizações de esquerda com a exploração à qual estavam submetidas, desvelando-lhes o “manto sagrado” da família privada com seus papéis bem definidos, na mesma “língua” em que eles produziam suas próprias resistências. Isso não quer dizer que essa escolha se resume a isso. Acima de tudo, apesar de fortemente críticas em relação à Marx, as

³²⁴ GONZALEZ, 2013.

³²⁵ Usamos a expressão com o sentido empregado por Harry Cleaver, que, em *Leitura política de O Capital*, afirmou que as categorias da crítica da economia política deveriam ser interpretadas sempre à luz do confronto entre as classes. *Wages for Housework* teria se proposto justamente, como mostramos, a tarefa de repensar as noções basilares dessa obra frente à situação das mulheres no ambiente doméstico, enquanto parte da classe trabalhadora.

autoras não cansariam de afirmar a potência de seu pensamento, desde que feitos certos “alargamentos”. Questionar o filósofo “por dentro” não colocava uma escolha entre abrir mão de sua teoria ou se conformar a ela, mas, antes, tratava-se de levá-la mais longe.

Mesmo que um apontamento claro da obra fundamental de Mariarosa Dalla Costa e Selma James, a reformulação da teoria do valor só seria efetivamente levada a cabo em *Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital*.³²⁶ Em 1996, retrazendo os passos dessa teoria a partir da ideia da inseparabilidade entre produção e reprodução no capitalismo, a autora italiana complexificou a análise de inúmeras noções basilares do pensamento marxista. Em seguida, pretendemos demonstrar finalmente *como* se dá a produção de *valor* na esfera reprodutiva.

4.3.1

O regime de assalariamento direto e indireto

Como dissemos anteriormente, para tornar disponível a força de trabalho – como capacidade para a produção – do trabalhador homem, de modo que esta passasse a funcionar como mercadoria a ser negociada com o capitalista, foi preciso expropriá-lo de sua própria capacidade de reprodução, impedindo-o de realizá-la a não ser submetendo-se à relação de trabalho assalariada.³²⁷ Leopoldina Fortunati afirmará que a trabalhadora, por outro lado, teria conservado sua capacidade de reprodução, bem como a de produção, mas, na sociedade capitalista, foi impelida a vender antes a primeira que a segunda. Assim, a ela foi concedida a “opção” de trocar sua força de trabalho como capacidade reprodutiva por uma parte do salário masculino ou, se empregada no mercado, por um salário próprio. A mulher estaria sujeita, portanto, a duas relações de trabalho, mas, diferente do homem, passaria a integrar as relações capitalistas sobretudo como força natural do trabalho social e não como trabalhadora assalariada. Dessa forma:

³²⁶ FORTUNATI, 1996.

³²⁷ Ibidem, p. 13.

O capital não postula a si mesmo simplesmente como relação de trabalho assalariado, mas como uma dupla relação de trabalho: assalariado no interior da produção e não- assalariado na reprodução. Na verdade, há duas relações de produção, cada uma é pré-condição da outra.³²⁸

No regime de assalariamento predominante no capitalismo, diferente da servidão ou escravidão que o precederam, formalmente o indivíduo em si não tem qualquer valor – apenas sua força de trabalho, seja um homem ou uma mulher. A condição de produção não é o trabalhador ou a trabalhadora, mas, sim, sua capacidade para a produção de mercadorias, ela própria uma mercadoria, que se configura como puro valor de uso vendido por seu possuidor por um valor de troca. É disso que o capitalista se apropria e não do indivíduo em si, como nos regimes aos quais nos referimos.

Neste sentido, no capitalismo, os indivíduos se reproduzem majoritariamente *como* força de trabalho ou, em outras palavras, como *valor*. Entretanto, segundo a autora, duas condições serão indispensáveis para que essa equação funcione favoravelmente ao capital. Em primeiro lugar, que os trabalhadores se reproduzam como *valor* para outrem e não para si mesmos – já que ele deixa de se relacionar com sua capacidade de trabalho como um valor de uso destinado a ele mesmo ou a um interesse coletivo, para entendê-la como algo “separado” de seu corpo, que tem, no mercado, um valor de troca.³²⁹ E, em segundo lugar, que eles aparentem sempre ser, eles próprios – enquanto corpos que carregam a capacidade de trabalho –, destituídos de *valor*.³³⁰ Este segundo aspecto, dirá Fortunati, depende de que o trabalho que reproduz o indivíduo, do

³²⁸ Ibidem, p. 16.

³²⁹ Neste sentido, o próprio Marx diria: “[...] o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 645-646).

³³⁰ Sobre o ataque ao corpo empreendido no capitalismo, ver também nota 127. Acrescentamos a isso que, ainda que hoje o corpo seja valorizado em certas circunstâncias em razão de um culto à saúde e ao corpo saudável, seu processo de reprodução continua sendo tratado como interesse pessoal e não algo pelo que o capitalista deverá pagar. Ele pode, em alguns casos, exercer um “controle de qualidade”, submetendo seus empregados a exames periódicos, por exemplo, mas, em última instância, a reprodução de um corpo saudável é de responsabilidade do trabalhador e não do capitalista, mesmo que seja uma condição de seu trabalho.

qual a força de trabalho não se separa, não seja jamais compreendido como um trabalho, mas, antes, uma força natural ou social.³³¹

Dessa forma, ao oferecer sua força de trabalho ao capitalista, o indivíduo não pode, jamais, reconhecê-la como resultado de um *trabalho* reprodutivo, ou seja, enquanto o fruto de um tempo de trabalho necessário e, por isso, portador de *valor*. Se assim o fizesse, eles mesmos teriam valor. Na medida em que a reprodução desses indivíduos é postulada como reprodução de não-valor, ela implica um conflito interno: ao mesmo tempo, o indivíduo é valor e não-valor. Esse caráter duplo da existência esconde, na realidade, uma lógica capitalista única e indivisível, que é condição de existência desse sistema. Segundo esta, é obscurecendo o que se passa no âmbito reprodutivo, tratando-o como não-trabalho, que se garante que ambas essas esferas funcionem para a autovalorização do capital.

Como falávamos no subcapítulo anterior, para vender uma mercadoria no mercado capitalista, deve-se abstrair seu valor de uso, ou seja, ignorar as especificidades do trabalho que a produziu e suas próprias qualidades particulares, para que se possa, equiparando-a em qualidade e quantidade com outras de natureza distinta, oferecê-la a um certo valor de troca. A autora italiana aplicará a mesma lógica à análise desse outro campo, afirmando que, para determinar o valor de troca da força de trabalho, é preciso abrir mão de tratá-la como produto de um trabalho reprodutivo específico. Mas não apenas isso. Nesse âmbito, mesmo o tempo de “trabalho socialmente necessário”, aquele por meio do qual se calcularia o valor de uma mercadoria qualquer, não será reconhecido como tempo de *trabalho produtivo*. Uma vez tratado como força natural do trabalho social, o capitalista não precisará pagar nada por ele.

Mas como isso acontece? Os indivíduos só possuem formalmente sua força de trabalho: força de trabalho como capacidade de produção. Mas porque eles não podem vender esta última para o capital como valor de uso, toda vez que a vendem, eles expropriam-se do produto do seu trabalho reprodutivo, do valor de sua força de trabalho como capacidade de produção. [...] Na realidade, porém,

³³¹ A autora italiana parece fazer, aqui, uma explicação mais aprofundada das duas condições que Karl Marx aponta como indispensáveis para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria disponível no mercado: que esta seja a única mercadoria que o indivíduo tem a seu dispor para garantir sua sobrevivência, mas que ele mesmo não se transforme em uma mercadoria, ou seja, que venda sua capacidade de trabalho como algo à parte de sua corporalidade (que ele se constitua como um “indivíduo livre”). Sobre isso, cf. MARX, op. cit., p. 242-243.

para o capital, [...] é apenas postulando o processo de reprodução como natural e o trabalho de reprodução como uma “força natural do trabalho social”, que custa ao capital nada, que o capital pode se valorizar. E só pela criação desta dualidade dentro do indivíduo (ele ou ela) que pode o capital desvalorizar o indivíduo. [...] a força de trabalho tem duas faces, que são separadas pelo valor; a primeira face confronta o capital como uma mercadoria (valor de troca), e a segunda face aparece como uma não-mercadoria, como puro valor de uso (a “força natural do trabalho social”).³³²

Assim, nas análises tradicionais, o *valor* da força de trabalho vendida no mercado é atrelado, como o pensador alemão teria observado, apenas ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias essenciais à sua sobrevivência. O tempo de trabalho da mulher em casa será, portanto, em sua maior parte, apropriado de forma velada e transformado em mais-valor para o capital, que se acoplará ao mais-valor extraído do tempo de trabalho excedente do trabalhador, como mostraremos no próximo subcapítulo. Dizemos, “em sua maior parte”, porque, uma fatia do salário masculino será destinada a pagar pelos itens necessários à subsistência de sua esposa. Com isso, uma (menor) quantidade de seu tempo de trabalho será trocada por essa “parte variável do capital variável”. Nesse sentido, seu trabalho será indiretamente assalariado.

Segundo Leopoldina Fortunati, a reprodução no capitalismo é composta por diferentes setores, dentre os quais ela destacará a família e a prostituição, mesmo que esta última estudada em menor grau.³³³ Os dois setores também seriam privilegiados pelas análises de outras autoras —³³⁴ inclusive porque, segundo elas, no capitalismo ambos funcionam de forma interdependente, apesar de aparentarem ser conflitantes, na medida em que respondem a necessidades do consumo individual masculino.³³⁵ Assim, para elas, também o desenvolvimento da prostituição será decisivo à autoreprodução do capital.³³⁶ Na transição para o capitalismo, essa atividade passa não mais a ser prestada àqueles que detém

³³² FORTUNATI, 1996, p. 11.

³³³ Dentre os setores que ela menciona estão o trabalho doméstico remunerado, ou seja, aquele realizado fora da própria casa; o setor de serviços, seja administrado pela iniciativa privada ou pelo Estado, entre outros.

³³⁴ Incluindo aqui Mariarosa Dalla Costa, Selma James e Silvia Federici.

³³⁵ Se a imagem da mulher que se consolida com o “patriarcado do salário”, como falamos antes, é aquela da esposa casta, para quem a atividade sexual deve se destinar à procriação, a figura da prostituta a complementa, na medida em que esta fornece serviços sexuais aos trabalhadores, como uma forma de compensação por sua exploração (da mesma forma que a dona de casa se torna sua “serva” doméstica).

³³⁶ FORTUNATI, 1996, p. 99.

riqueza (senhores feudais, padres, etc.) – no feudalismo, a prestação de serviços sexuais aos servos, que podia, segundo a autora, ser paga com gentilezas, era caracterizada como exceção –, para tornar-se um serviço realizado sobretudo para os trabalhadores, como forma de “aliviar” suas rotinas extenuantes. Assim, deixa de fazer circular riqueza para movimentar capital variável, ou seja, salário. Nas palavras da italiana, a prostituição se tornará, da mesma forma que o trabalho doméstico, trabalho indiretamente remunerado. Assim, para ela, “[...] dentro da esfera da reprodução, há duas classes principais: os capitalistas e aquela composta por duas seções da classe, trabalhadoras domésticas e profissionais do sexo”.³³⁷

Os intercâmbios entre os trabalhadores assalariados e as trabalhadoras não-assalariadas são postulados como relações privadas e, por isso, não “parecem ter se originado no capital”.³³⁸ No ambiente doméstico, a relação aparenta se dar entre a dona de casa e o trabalhador do sexo masculino (normalmente, seu marido), de forma a realizar o consumo individual de ambos (uma troca que envolve, de um lado, renda e, em alguns casos proteção, da parte masculina e, de outro, afeto e serviços domésticos e sexuais, da parte feminina). O mesmo se dá na prostituição, que também ganha a roupagem de uma simples troca entre homens e mulheres. Em nenhum dos casos se evidencia o que realmente está em jogo ali: a inserção da mulher na relação capitalista (com o trabalhador como intermediário) e, portanto, um conjunto de relações de produção sexualizadas.

O capital variável assume, assim, um duplo papel, comportando-se, por um lado, como salário (renda) para o trabalhador e, por outro, como capital na relação com as trabalhadoras reprodutivas (sejam as donas de casa, sejam as profissionais do sexo). Com isso, a autora conclui que, “[...] apesar de estar escondido, o *valor* é a característica dominante”.³³⁹

4.3.2

O cálculo do valor da força de trabalho e a extração de mais-valor do trabalho reprodutivo

³³⁷ Ibidem, p. 22.

³³⁸ Ibidem, p. 21.

³³⁹ Ibidem, p. 21.

Um aspecto fundamental que decorrerá desse alargamento da perspectiva em relação ao caráter produtivo do trabalho reprodutivo é que o cálculo do valor da força de trabalho, enquanto mercadoria a ser vendida e comprada, será também mais complexo que o que o filósofo alemão teria suposto. Uma mercadoria como qualquer outra negociada no mercado, a capacidade de trabalho tem sempre, por isso mesmo, um *valor* que a ela corresponde. Como falamos anteriormente, diferente de outros produtos ofertados como valores de troca, ela tem uma importante particularidade: essa mercadoria produz valor *durante o ato de seu consumo* – a constituição física e mental de um operário ou uma operária consumidos no processo de trabalho geram não apenas o *valor* equivalente ao salário que recebem, mas, também, *mais-valor*.

Sua remuneração não se calcula com base no *valor* contido ou objetificado nas mercadorias produzidas por seu trabalho, mas, sim, no valor de sua própria força de trabalho – calculado em razão da quantidade de trabalho socialmente necessária a sua produção e reprodução.³⁴⁰ Se esse valor é menor (ou aparenta ser menor) que o valor contido nas mercadorias por eles produzidas, ou em outras palavras, se o tempo de trabalho vendido ao capitalista excede aquele necessário à produção dos meios de sua própria subsistência, aquele que compra sua força de trabalho extrai de seu consumo valor excedente ou *mais-valor*. Portanto, nas palavras de Fortunati: “a força de trabalho [...] deve ser sempre produzida e reproduzida a um valor (de uso) maior que seu valor de troca”.³⁴¹

O problema é que, como falamos, o tempo de trabalho necessário à produção e reprodução de um ser humano não pode ser, simplesmente, calculado com base no tempo gasto para produzir os meios “básicos” de sua subsistência. Há muito mais trabalho invisibilizado nesse processo do que a teoria marxista foi capaz de enxergar àquela altura.³⁴² Se o capitalista quando compra a força de

³⁴⁰ Apenas a título de rememoração, conforme dito no final do último subcapítulo: “O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção” (MARX, 2013, p. 247).

³⁴¹ FORTUNATI, op. cit., p. 92.

³⁴² Cabe destacar que entre a dona de casa e o produto do seu trabalho, ou seja, a força de trabalho do trabalhador (atual ou futuro), há um “mediador” que é o consumo individual. Apenas no caso da reprodução de sua própria capacidade de trabalho pode-se dizer que ela é capaz de produzir diretamente a força de produção em sua forma final. Isso contribuiu para essa visão equivocada do funcionamento do sistema capitalista (ibidem, p. 73).

trabalho do trabalhador homem, compra também a da dona de casa, é preciso assumir que um salário custeie a reprodução de duas forças de trabalho.

Como já mencionamos, o tempo de trabalho necessário do trabalhador (que corresponde ao seu salário – capital variável) contém o tempo de trabalho necessário para produzir os meios de subsistência seus (próprios) e da dona de casa. Esta última, na esfera da reprodução, “deve” ao capitalista o tempo de trabalho correspondente à parte do capital variável necessária à aquisição dos meios da sua subsistência.³⁴³ Também esse dia de trabalho, assim como o do trabalhador homem, pode ser, portanto, dividido em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Como, então, se dá a extração da taxa de mais-valor do trabalho da dona de casa pelo capital?

Ela será calculada com base no tempo de trabalho excedente ao que a dona de casa dedica para “pagar” pelos meios de sua própria subsistência (seu consumo individual), ou seja, para “honrar” sua parte do capital variável. Considerando, aqui, que o tempo de trabalho total necessário à reprodução de sua própria força de trabalho e da família corresponde, não só ao tempo de produção dos bens adquiridos no mercado capitalista, mas também de seu preparo, bem como o tempo destinado a suprir outras necessidades, como as emocionais e sexuais.

[...] um dia de trabalho gasto, na fábrica pelo trabalhador homem é o suficiente para produzir o valor dos meios de subsistência para toda a família operária, mas é ainda mais verdadeiro que outro dia de trabalho gasto na casa pela trabalhadora doméstica é também necessário para transformar esses meios de subsistência na força de trabalho de toda a família trabalhadora.³⁴⁴

Portanto, a jornada de trabalho da mulher no lar estava submetida à mesma disciplina de trabalho à qual seus maridos estavam sujeitos na fábrica e a ritmos de produtividade equitativos – quanto mais estes trabalhavam, mais precisavam do trabalho feito por elas particularmente para eles –, e, diferente do feudalismo, por exemplo, implicava ao trabalho reprodutivo um grau de “continuidade, regularidade e intensidade”.³⁴⁵ Assim, o trabalho doméstico pode ser entendido como trabalho doméstico médio, ou seja, aquele trabalho objetivado no valor de uso da força de trabalho é trabalho de qualidade social média, na medida em que é

³⁴³ Ibidem, p. 94.

³⁴⁴ Ibidem, p. 92.

³⁴⁵ Ibidem, p. 119.

controlado em sua totalidade pelo capital. Dessa forma, podemos falar da jornada de trabalho doméstico em termos de sua duração média, uma vez que as diferenças individuais são compensadas, se tornando irrelevantes.

O dia de trabalho médio da trabalhadora doméstica é não-remunerado em relação ao ciclo do capital, mas é todo ele tempo de trabalho necessário ao trabalhador, já que complementa (alonga) o tempo de trabalho necessário deste último na produção – é uma necessidade para sua sobrevivência. O mais-valor extraído do trabalho doméstico expressa, portanto, a valorização do valor da força de trabalho feminina, mas também da masculina, no processo de produção.³⁴⁶

Assim, o valor da força de trabalho do trabalhador no momento em que este a vende para o capitalista (va) será o valor dos meios de subsistência necessários à reprodução de sua própria força de trabalho e de sua família (v), ou seja, aquele valor reconhecido pelo capitalista, somado ao mais-valor extraído do trabalho doméstico (p'). Assim, $va = v + p'$ – onde p' será correspondente ao tempo excedente de trabalho da trabalhadora doméstica. Esse mais-valor extraído do trabalho reprodutivo não é diretamente transformado em capital – porque a mercadoria que ele produz (força de trabalho) só irá reproduzir o capital no interior de outro processo, o de produção, no qual o mais-valor se expressa em valor de troca (e pode, finalmente, ser convertido em capital) –, por isso ele é transmitido ao processo de produção e lá se soma ao mais-valor que é oriundo da exploração do tempo de trabalho excedente do produtor de mercadorias.

Assim, o capitalista compra a força de trabalho masculina por bem menos do que ela vale, já que o mais-valor extraído do trabalho reprodutivo é transferido a ele sem deixar rastros. Com isso, esse processo dá um golpe importante à equação entre capital variável e valor da força de trabalho – aumentando o fosso entre o primeiro e o real valor do segundo.

³⁴⁶ Cabe ressaltar que o trabalhador não apropria para si esse mais-valor – esse tempo excedente de trabalho feminino não-remunerado. É o capital que expropriará esse valor, juntamente ao mais-valor do trabalho masculino – já que, quando compra a força de trabalho do trabalhador no âmbito da produção, compra ao mesmo tempo o valor do trabalho reprodutivo da mulher que foi nele objetificado. O objetivo da troca do trabalhador com o capital não é a aquisição de valores de troca ou de capital, mas, sim, a satisfação de sua necessidade de subsistência. O mesmo acontece com a troca entre trabalhador e trabalhadora do lar, o primeiro não se torna um capitalista, na medida em que o que está recebendo dela são valores de uso indispensáveis a sua subsistência. Ignorar ou menosprezar essa abordagem, leva ao que consideramos um equívoco perigoso no interior do feminismo radical – em que se pensa a guerra de classes como uma guerra entre homens e mulheres, como falávamos no primeiro capítulo. Nesse sentido, muitas vezes se perde de vista o “verdadeiro” inimigo.

O mais-valor produzido no trabalho doméstico é incorporado ao valor da força de trabalho do trabalhador do sexo masculino, valorizando-a em termos de valor de uso. Enquanto o mais-valor produzido no processo de produção é usado como capital ou, em vez disso, é retransformado em capital, o mais-valor produzido no interior do trabalho doméstico não pode ser diretamente transformado em capital, portanto não pode diretamente dar origem à acumulação de capital – pode apenas ser usado para criar mais-valor no processo de produção, ou melhor, pode somente ser transmitido para o processo de produção onde pode ser retransformado em mais-valor. Assim, a produção de mais-valor no processo de produção e reprodução da força de trabalho se coloca como uma condição para a existência da produção de mais-valor no processo de produção de mercadorias. [...] O capital deve ter sucesso em esconder o trabalho doméstico porque, enquanto o mais-valor produzido no processo de produção é produzido para ser vendido pelo capitalista como parte de todo o valor de troca produzido, o mais-valor que o trabalho doméstico produz é produzido para ser consumido pelo capitalista, mas sem ser, no entanto, comprado em termos de valor de troca.³⁴⁷

Como falamos anteriormente, para determinar um trabalho como produtivo, seria necessário que o mais-valor se transformasse *diretamente* em capital – o que, como vimos, não seria o caso na reprodução. Não obstante essa constatação, Fortunati argumentará que, em primeiro lugar, como já demonstramos, o trabalho reprodutivo é *necessário*, ou seja, uma *condição de possibilidade* para o emprego da força de trabalho na esfera da produção. Assim, se levamos isso em conta, a criação de mais-valor na produção socialmente organizada também dependerá da produção de mais-valor no campo da reprodução (esta última será uma premissa da primeira). Por fim, se é a transformação do trabalho que produz mercadorias diretamente em capital sua condição para ser considerado produtivo, e esse trabalho depende diretamente do trabalho reprodutivo (do mais-valor produzido nesse âmbito); também a transformação indireta do trabalho reprodutivo em capital terá que ser uma condição de seu caráter produtivo, na visão da autora.

No entanto, cabe aqui levantar um ponto de atenção. Se a transformação de mais-valor em capital se dá de modo indireto, isso quer dizer que esse trabalho deve *sempre* produzir mais-valor. De forma que caiba ao capitalista decidir se transformará esse mais-valor em capital, ou seja, que tipo de *uso* fará da força de trabalho produzida, se produtivo ou improdutivo – se vai ou não consumir essa força de trabalho, quando, em que condições, etc.. Se dissermos isso, no entanto,

³⁴⁷ FORTUNATI, 1996, p. 95-96.

pode parecer que esse trabalho reprodutivo só é produtivo se o capitalista faz um uso produtivo da força de trabalho (ou seja, se ela é comprada e consumida na produção de mercadorias). Caso contrário, ela terá sido desperdiçada. Neste sentido, Fortunati resgata as críticas do próprio Marx a economistas que alegavam que a produtividade do trabalho deveria estar associada à produtividade do consumo, por meio das quais rejeitava essa assunção em benefício da ideia de que o que está em jogo é a auto-reprodução constante do capital e esta se dá não somente pelo consumo imediato da mercadoria, mas por inúmeros possíveis “rearranjos” com os quais o capitalista lida a todo momento.

Quando, por exemplo, um agroindustrial queima parte de sua produção para reequilibrar o preço da mercadoria, o trabalhador que participou dessa produção gerou inequivocamente mais-valor, para o qual o capitalista escolheu o melhor uso em razão do processo de valorização. No caso da força de trabalho, como falamos anteriormente, o capitalista pode, em certos momentos, assumir o aumento do desemprego como estratégia para barganhar as condições trabalhistas – nesse sentido, mesmo que não consuma imediatamente a força de trabalho, a faz funcionar de forma produtiva para si.³⁴⁸

Por fim, ainda que a mesma lógica capitalista se imponha sobre esses dois âmbitos, para a autora italiana, o processo de reprodução seria o reverso daquele que se dá na produção. Nele, o aumento de produtividade não se alcançaria, como no outro, pelo desenvolvimento da cooperação e divisão do trabalho, bem como pelo incremento dos coeficientes de mecanização, mas, antes, pelo apelo a formas mais individualizadas de exploração. Reinaria sobre a reprodução uma “estranha forma de mais-valor absoluto”,³⁴⁹ em sua opinião. Dentre outros, o principal fator que contribui para isso é o fato de que, no capitalismo, o próprio corpo da trabalhadora reprodutiva se tornou um dos principais meios de produção – a verdadeira máquina não seriam eletrodomésticos ou outras mais sofisticadas, mas, sim, o corpo, essa máquina “natural” do trabalho reprodutivo.³⁵⁰

³⁴⁸ Em um documento do coletivo Midnight Notes, estes afirmam: “Idealmente, a superacumulação pode eventualmente ser corrigida pela destruição e/ou desvalorização de várias formas de capital: mercadorias não-vendidas, meios de produção e os salários de milhões” (MIDNIGHT NOTES, 2009, p. 3)

³⁴⁹ FORTUNATI, 1996, p. 122.

³⁵⁰ Ibidem, p. 72. Para o capitalista não interessaria manter um conjunto de mulheres trabalhando em uma divisão do trabalho doméstico, como em uma “linha de montagem”, já que um dos fundamentos sobre o qual descansa esta aparente separação entre produção capitalista e reprodução

4.4

A reordenação da reprodução social na virada neoliberal

Sem dúvidas, hoje, as análises produzidas por essas autoras precisam ser, em boa medida, atualizadas de maneira a traduzir as transformações na família e na composição do universo do trabalho, que ocorreram nas últimas décadas, mas também a comportar formulações mais específicas acerca de outros setores reprodutivos que experimentaram índices de crescimento expressivo. Além disso, é necessário levar em conta a reorganização mundial da produção capitalista e seus processos de acumulação, de forma a alcançar uma compreensão mais complexa da situação das mulheres em todo o mundo, percebendo os novos arranjos que sustentam hoje a reprodução do capital. Acreditamos que, apesar disso, muito dessa crítica se mantém absolutamente relevante e, portanto, oportuna, já que trata-se de confrontar os modos que assume a inserção feminina no capitalismo. Estes estiveram e ainda estão, como começaremos a delinear a seguir, ancorados na desvalorização da esfera reprodutiva e na implicação e exploração das mulheres em seu interior – nestas, vê-se a renovação da articulação entre capitalismo e patriarcado, que adquire faces inéditas diante dos “desafios” da expansão capitalista.

O corpo-máquina feminino é um produto de reinvestimento constante. Mantê-lo a serviço da reprodução do capital tem sido uma tarefa renovada continuamente dadas as contingências do planejamento capitalista, que, como

social é justamente a invisibilidade da condição laboral nesta última. Além disso, o controle que o marido exercia sobre a mulher configurava um processo individualizado, já que, primeiro, seu salário só poderia pagar pela subsistência de uma esposa e, segundo, porque seria necessário que essa se colocasse como uma relação privada, uma troca de “interesses”. Assim, esse modo de produção se organizaria por sua separação em inúmeros microprocessos independentes, que, por isso, não aparentariam compor um dia de trabalho, mas apenas atender necessidades imediatas de consumo do trabalhador. Outra razão pela qual parece interessante manter as mulheres afastadas umas das outras em seus lares é o fato de que essa separação corrobora uma divisão no interior da classe trabalhadora, tanto em termos de laços comunitários com o entorno da casa, como das mulheres entre si – em ambos os casos, as relações comunais do feudalismo eram exemplos de formas de trabalho reprodutivo absolutamente distintas dessas, como vimos no último capítulo. Isso se aplicaria também ao trabalho sexual de prostituição. Neste último, também o trabalho organizado de forma individualizada e dispersa se tornou uma prática comum, bem como o aumento da “jornada” de trabalho ao máximo possível – há distintas formas de organizar esse trabalho, mesmo com a participação mais direta do Estado, mas importa saber que, em diferentes acordos, o corpo individual da trabalhadora segue sendo a principal máquina de trabalho (nesse caso, mais ainda). A autora faz uma associação interessante entre o crescimento da pornografia e os limites deste corpo-máquina de reprodução, que é o corpo feminino – já que, nesse mercado, o mais-valor relativo teria mais peso, em função da modernização de equipamentos e da possibilidade de uma divisão do trabalho mais planejada e, portanto, eficiente.

mostramos, tende à reestruturar-se diante dos antagonismos que a ele se contrapõem. Uma das expressões mais duras da reorganização capitalista, a partir de meados da década de 70, seria a redução dos custos com a reprodução da classe trabalhadora em nível global – que se daria de formas singulares nas distintas regiões do mundo, mas fazendo uso das mesmas estratégias violentas e autoritárias de sempre e da exploração, sem pudor, do trabalho feminino.³⁵¹ Autores e autoras como os integrantes do Coletivo Midnight Notes, Silvia Federici, George Caffentzis, Massimo De Angelis, entre outros, coincidem em afirmar que o ciclo mundial de lutas da classe trabalhadora entre os anos 60 e 70, que incluiria trabalhadores assalariados e não-assalariados, urbanos e rurais, nas colônias ou em países desenvolvidos, teria precipitado uma crise de grandes proporções, na medida em que alimentavam antagonismos, expunham inúmeras injustiças e, com isso, rompiam os acordos de produtividade, que sustentaram a acumulação capitalista nas décadas anteriores.

Mariarosa Dalla Costa analisaria alguns efeitos das revoluções feministas desse período sobre o funcionamento da economia norte-americana, segundo o modelo keneysiano. Ela afirmaria, por exemplo, que, dos anos 70 em diante, o país presenciou a contínua queda do crescimento populacional e o aumento dos divórcios, bem como de famílias sustentadas por mulheres. Em paralelo, economistas começaram a identificar novos comportamentos entre os trabalhadores homens. O absenteísmo e a tendência de antecipar a aposentadoria seriam apenas algumas dessas mudanças, que, na medida em que demonstravam um desvio da lógica produtivista, seriam associadas por alguns especialistas a um processo de “feminização do comportamento dos trabalhadores”.³⁵² Essas transformações começavam a deixar claros os limites desse modelo, que se tornava cada vez mais incompatível com a garantia dos índices de produtividade e competitividade capitalistas. A crise que se produzira era, ao mesmo tempo, uma crise da produção e da reprodução social.

Em um artigo de 1999, Silva Federici faz um exame e, ao mesmo tempo, uma reavaliação das teorias sobre a nova divisão internacional do trabalho, segundo uma dupla crítica. Por um lado, sua intenção era desmistificar a ideia de que as mudanças na produção global, com a transferência de parte das indústrias

³⁵¹ Sobre isso, ver CLEAVER, 1981, p. 13-14.

³⁵² DALLA COSTA, 2015, p. 4.

mais intensivas em força de trabalho humana, como têxtil e eletrônica, para as chamadas zonas livres de comércio, seria uma forma de promover avanços industriais e elevar níveis de emprego, contribuindo, portanto, para a melhoria das condições de vida da população desses países – em especial, contribuindo para a qualidade de vida das mulheres, a quem seriam oferecidas chances de conquistar independência financeira e novas habilidades. Ao contrário de um índice de progresso, em países da Ásia, África e América Latina as transformações seriam um indicador de subdesenvolvimento: extração sem pudor de recursos naturais (como petróleo, diamantes, etc.), longas e pesadas jornadas de trabalho, condições de insalubridade nas fábricas e baixíssimos salários. Dentre outras medidas especialmente aplicadas às mulheres, muitas seriam coagidas a fazer uso de anticoncepcionais, de forma a garantir que não ficariam grávidas.

Por outro lado, criticaria a ausência de reflexões quanto às novas condições de reprodução social necessárias à sustentação desse modo de produção, que seriam dadas em resposta à crise que acabamos de mencionar. Para ela, a expansão das relações capitalistas está sempre baseada, como no período de constituição do sistema capitalista, na alienação das capacidades de autoreprodução da classe trabalhadora, inviabilizando qualquer forma de atividade econômica que não se destine ao mercado, ou seja, à reprodução de capital. Assim, mais uma vez, o avanço capitalista impunha aos indivíduos a reprodução enquanto força de trabalho como única saída.³⁵³ Da mesma forma que no período dos cercamentos e da conquista das Américas, também a apropriação de terras destinadas à agricultura de subsistência seria um dos principais fatores de formação dessa massa de despossuídos – guerras, massacres, fome, pobreza extrema configuravam, ao mesmo tempo, efeitos da privatização das terras e dos recursos, e meios indispensáveis para assegurar o avanço desse processo. Como mostraremos, isso terá um impacto direto sobre a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres.³⁵⁴

³⁵³ Seja entre os assalariados empregados nas condições que acima mencionamos, seja as ainda mais longas fileiras daqueles que não são absorvidos pelo mercado e passam a depender de programas assistenciais.

³⁵⁴ O aparente desprezo do capitalismo pelo campo reprodutivo está diretamente associado à depreciação das mulheres (intimamente atreladas a essa esfera), e, portanto, a todo um conjunto de violências físicas, simbólicas e materiais sofridas por elas. Com isso, confrontar essa aparência de ausência de valor, desmistificando as diferentes maneiras como o capitalismo depende dessas atividades para sua própria reprodução, é confrontar um dos principais nós dessa nefasta (e de consequências devastadoras às mulheres) união de patriarcado e capitalismo.

Esse conjunto de ações que ela chamaria de “neocolonização” ou colonização por uso de governança, ao invés de governo, estaria atrelada à implementação de pacotes de medidas políticas e econômicas neoliberais, que incluíam os famosos “programas de ajustes estruturais”, cuja justificativa para implementação seria o pagamento da dívida externa, impostos por organizações internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes impunham congelamentos de salários, desvalorizações da moeda nacional e severos cortes de gastos governamentais em setores de serviços sociais. A situação que criavam para as populações era de carência extrema, como afirma a autora:

Falta de alimentos, remédios, água potável, eletricidade, escolas e estradas viáveis, bem como desemprego em massa, são agora para a maioria uma realidade diária, refletida no constante surto de epidemias, na desintegração da vida familiar e no fenômeno das crianças vivendo nas ruas ou trabalhando em condições análogas à escravidão. Essa realidade também se reflete nas intensas lutas, às vezes sob a forma de levantes, por meio dos quais, diariamente, as populações dos países “ajustados” resistem ao fechamento das indústrias locais, ao aumento dos preços dos produtos básicos e dos transportes e o arrocho financeiro ao qual estão sujeitos em nome do pagamento da dívida.³⁵⁵

Ao falar sobre as transformações que a virada neoliberal imporia em nações economicamente mais fortes, como os Estados Unidos, Dalla Costa afirmou que a reordenação global da produção havia implicado um esquema piramidal nesses países. No topo, aquelas indústrias ligadas à tecnologia (energia, biogenética, robótica, etc.), com empregos altamente especializados, mas com número de postos reduzidos, e, na base, o crescente setor privado de serviços, que congrega aqueles ligados à reprodução social (como saúde, alimentação, educação, etc.), nos quais muitas mulheres passaram a atuar com baixos salários e, muitas vezes, em condições precárias de trabalho. Entre ambos criou-se um abismo gigantesco. Além desses, havia, ainda, um enorme “mercado negro” em indústrias como eletrônica e têxtil, que acolhia, sob as piores condições de trabalho possíveis, em sua maioria, trabalhadores imigrantes e mulheres pauperizadas.

Dessa forma, parte considerável da força de trabalho que alimenta as posições basílicas nesse reordenamento produtivo deixa de ser reproduzida nesses mesmos países onde passa a ser consumida. Antes, a imigração implicou a transferência de mais-valor do trabalho reprodutivo das mulheres nos países em

³⁵⁵ FEDERICI, ([1999] 2012), p. 70.

desenvolvimento para esses em que agora essa força de trabalho era necessária. A reprodução em condições de precarização nos países onde novas rodadas de acumulação de capital se impunham, privando-os de quaisquer alternativas autônomas de sobrevivência, garantia os baixos custos da força de trabalho nas novas “metrópoles”. Assim, a gestão da imigração tem sido cuidadosamente administrada, de maneira a manter essa transmissão de “recursos” dentro dos limites do absolutamente necessário, compensando quedas demográficas, mas, ao mesmo tempo, permitindo a contração dos salários.

Além de exploradas como reprodutoras em seus países de origem, as mulheres também migraram para outros países, a fim de ocuparem postos mal remunerados na reprodução dos filhos, filhas e parentes idosos de outras famílias, deixados vagos pelas mulheres “emancipadas”, que a partir da década de 80 tomariam o mercado de trabalho irreversivelmente. É claro que, mesmo em países mais ricos – nos quais os custos individuais com a reprodução também foram aumentados –, a maioria da população não é capaz de pagar por esses serviços e, na maior parte das vezes, sobrecarregam mulheres com duplas jornadas.³⁵⁶

Outros fenômenos também têm importante participação no redirecionamento da responsabilidade pela reprodução da força de trabalho para países em desenvolvimento. Entre eles, a autora italiana citará um mercado internacional para a “venda” de bebês, seja na forma da adoção ou das barrigas de aluguel. Segundo ela, tem se tornado comum a produção de crianças

³⁵⁶ Nos países da Europa e nos Estados Unidos, as últimas décadas vem presenciando o desmonte dos acordos estabelecidos desde a década de 40, em que, como mostramos, o Estado garantia as condições de reprodução social, em troca de disciplina e índices de produtividade nas fábricas e nas casas. Um processo de “privatização” dos meios de reprodução social (que, em boa medida, atrela as condições básicas de reprodução da própria vida, como habitação, saúde, educação, etc., a mecanismos de endividamento) vem sendo implementado. Em *The debt resisters operations manual*, livro produzido de forma coletiva e anônima nos Estados Unidos, reunindo, entre outras, pessoas associadas ao movimento *Strike Debt*, busca refletir sobre táticas de resistência contra esse sistema de endividamento, partindo da justificativa de que “[t]odos são afetados pela dívida, desde recém-formados que pagam centenas de dólares em juros sobre seus empréstimos estudantis todo mês, às famílias trabalhadoras falidas por contas médicas, aos idosos que vivem em lares hipotecados, àqueles que tomam empréstimos a taxas de 400% de juros para cobrir custos básicos de vida, aos professores e bombeiros que tem seus salários forçadamente cortados porque suas cidades estão quebradas [...]”. (2012, p. 2) Essa é, sem dúvidas, uma realidade que tem se mostrado mais e mais real em diferentes países. No que diz respeito à situação das mulheres especificamente, o aumento dos custos individuais que essa mudança representa, em geral, implica que sejam elas a assumir responsabilidade pela compensação daquelas atividades pelas quais não se pode mais pagar. O caso do trabalho ligado ao “cuidado” é exemplar a esse respeito, como quando serviços hospitalares são substituídos pelo tratamento domiciliar – tarefa para a qual na maior parte das vezes as mulheres não estão preparadas e que tornam suas rotinas desgastantes (FEDERICI, [2009] 2012, p. 117).

especificamente para exportação, as chamadas *baby farms*. A exploração sexual das mulheres também aumentou. Países como Tailândia, Coreia do Sul e Filipinas ficariam marcados como destinos para o turismo sexual – se tornando um meio de vida para mulheres na ausência de outras possibilidades de sustentar a si e a suas famílias. Mulheres migrariam da Ásia, África, América Latina e dos antigos países soviéticos para trabalharem como profissionais sexuais, muitas vezes em condições de quase escravidão, no Japão, Estados Unidos e Europa Ocidental. Além disso, a exportação de “esposas” se tornaria uma prática mais regular. Nesse sentido, a autora concluirá sobre a situação das mulheres após o abandono dos debates em torno da reprodução social na década de 70, que:

Tomados como um todo, esses fenômenos mostram que, longe de ser um meio de emancipação feminina, a nova divisão internacional do trabalho [NIDL] é o veículo de um projeto político que intensifica a exploração das mulheres e traz de volta formas de trabalho coercitivo, que teríamos imaginado extintas com o fim dos impérios coloniais. Também relança a imagem das mulheres como objetos sexuais e reprodutoras, e institui entre as mulheres uma relação semelhante àquela entre as mulheres brancas e negras sob o regime de apartheid na África do Sul.³⁵⁷

Silvia Federici afirma que um novo regime patriarcal se formava junto a essas transformações. Um que, não mais baseado na dependência das esposas sobre seus maridos, as sujeitaria às estratégias de instituições internacionais, com o apoio de organizações não-governamentais. Desde a década de 80, esses atores passaram a implementar inúmeros projetos de geração de renda, concessão de microcrédito e programas de “ajuda” a mulheres, que eram apenas a contraparte da destruição dos meios de reprodução social nesses países. Ela diria: “Esses são os novos supervisores e exploradores do trabalho reprodutivo das mulheres [...]”.³⁵⁸ Além disso, programas como esses dariam vazão à produção de alimentos da Europa e Estados Unidos, agravando ainda mais a situação de mulheres que negociavam seus produtos nos mercados locais.³⁵⁹

Problemas como esses seriam pouco debatidos pelo feminismo em caráter mais amplo, que, a partir da virada neoliberal, sofreria uma enorme influência da Organização das Nações Unidas, no papel de gerenciadora das pautas feministas.

³⁵⁷ Ibidem, p. 73.

³⁵⁸ Ibidem, p. 75.

³⁵⁹ Ibidem, p. 132.

Sob a orientação dessa agência autônoma para assegurar os direitos das mulheres do mundo todo, a “liberação” feminina seria adequada ao planejamento capitalista internacional e ao avanço da agenda neoliberal.³⁶⁰ A feminista Carol Hanisch fala sobre os efeitos desse tipo de política, que conta também com um pesado financiamento de organizações feministas por fundações de grandes corporações:

As fundações [...] devolvem alguns centavos do que já roubaram aos trabalhadores e aos consumidores. [...] Nem as fundações nem o governo financiarão organizações ou projetos revolucionários, fazendo com que esses sejam enfraquecidos, tanto no nome quanto na prática. É um dilema terrível.³⁶¹

Muitas mulheres, no entanto, reagem diariamente às investidas em nome da destruição de seus modos de vida e formas autônomas de reprodução social permanecendo em seus países, levando à frente iniciativas para o uso não capitalista dos recursos, como solos, águas e florestas, defendendo as terras contra expropriações e em nome de usos voltados à subsistência e ao partilhamento comunal.³⁶² Sua auto-organização confronta as recomendações internacionais e se coloca no caminho da completa comercialização da vida e da natureza. Federici cita inúmeros exemplos desse tipo, como a formação Associação das Mulheres Sem-Terra de Bangladesh, que realiza ocupações de terras ociosas, desde 1992. Em pouco mais de dez anos, teriam assentado cerca de 50 mil famílias, combatendo os proprietários de terra em verdadeiras guerrilhas.³⁶³ Além dessas iniciativas, outras também direcionadas à busca da autonomia reprodutiva seriam os investimentos na agricultura em áreas urbanas, a defesa contra expropriações de

³⁶⁰ Silvia Federici afirma, por exemplo, que os planos do Banco Mundial de desenvolver projetos de agricultura na África seriam profundamente prejudicados até o início da década de 80 em função da resistência imposta, sobretudo por mulheres em defesa de suas terras destinadas à subsistência. Em resposta, uma série de trabalhos passaria a ser publicados sobre as contribuições das mulheres para o desenvolvimento desses países e inúmeras iniciativas que visavam sua inclusão plena na economia do dinheiro seriam gestadas e implementadas (ibidem, p. 98-99).

³⁶¹ HANISCH, 2014, p. 4.

³⁶² FEDERICI, ([2004] 2012), p. 126.

³⁶³ Outro exemplo seria a constituição, na Índia, da Aliança Nacional para os Direitos Alimentares das Mulheres. De dimensão nacional, reuniu cerca de 35 grupos de mulheres, cujo principal foco de ação seria a defesa das economias de subsistência baseadas no cultivo de sementes de mostarda, usadas na produção e distribuição local de óleo de cozinha. Estas plantações estavam ameaçadas pelo interesse de corporações norte-americanas de substituir esses produtos por óleos a base de sementes geneticamente modificadas de soja. As mulheres procuraram estabelecer redes diretas entre consumidores e produtores e mobilizavam as comunidades para impedir a destruição de seus modos de vida.

habitações, a formação de sistemas econômicos alternativos baseados em trocas e ajuda mútua³⁶⁴ ou organizações alternativas de cuidado e saúde, entre tantas outras.³⁶⁵

³⁶⁴ FEDERICI, op. cit., p. 143.

³⁶⁵ Sobre novas formas de resistência feminina no campo da reprodução social ou que integram produção e reprodução em novos arranjos de não-exploração, inúmeros trabalhos vem sendo desenvolvidos. Infelizmente, não é possível, em função de limitações de tempo e espaço, desenvolver aqui essa discussão mais a fundo. Quisemos, neste breve subcapítulo, apenas indicar algumas características das mudanças que vem ocorrendo desde a década de 80, tanto no que tange às formas de exploração capitalista, quanto à força da atividade política autônoma de milhares de mulheres – de forma que se possa pensá-las também como parte do feminismo. Para uma leitura mais completa, sugerimos ver os seguintes trabalhos: BENNHOLDT-THOMSEN; MIES, 1999; SALLEH, 2009; FEDERICI, 2012; GUTIÉRREZ, 2015; DALLA COSTA, 2015.

5 Conclusão

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito da história*

A imagem da mulher uniformizada, conquistando a igualdade com os homens por meio do direito de matar, é a imagem do que a globalização tem a nos oferecer, que é o direito de sobreviver às custas de outras mulheres e seus filhos, cujos países e recursos o capital corporativo precisa explorar.

Silvia Federici, “War, Globalization and Reproduction”

Reproduzir significa produzir novamente, multiplicar ou perpetuar-se pela geração. Se, por um lado, esta é a regra básica do capitalismo, que tem no valor um “sujeito automático”, tornado repetidamente seu ponto de partida e seu próprio fim. Por outro, é também aquilo que nos “regula” enquanto indivíduos e sociedade: nos reproduzimos diariamente, seja a favor dessa outra reprodução, a do capital, como parte dela, seja, por vezes, contrapondo-a, produzindo outras possibilidades. Assim, a pergunta que ronda esse trabalho e que se faz clara agora é: o que pode significar, a cada momento, reproduzir-se enquanto sociedade ou coletividade contra e para além dessa forma de reprodução própria ao capital?

Até a década de 1970, como falamos ao longo dessa dissertação, a prática filosófica e militante – seja na figura de Marx ou das diferentes correntes marxistas que o sucederam – não se debruçaria sobre a noção de reprodução social, deixando de lado o exame minucioso dos “segredos” da exploração capitalista nesse campo. Seria apenas com o lançamento da Campanha Internacional Salários pelo Trabalho Doméstico, em 1972, que a primeira investigação sistemática sobre essa esfera seria realizada, em nome de uma denúncia da qualidade das relações que as mulheres estabeleciam consigo e com

os outros (seus maridos, filhos, filhas, comunidades, etc.), mas também diante da possibilidade de recriá-las, questionando, ao mesmo tempo, a própria noção de classe trabalhadora. Nessa parte final da trajetória que percorremos, buscaremos identificar os aspectos que consideramos mais interessantes na abordagem dessas feministas, entre suas estratégias e táticas e o horizonte que as direcionava, bem como alguns pontos de atenção, que, acreditamos, são singulares à reflexão sobre o nosso tempo.

A análise anacrônica de *Wages for Housework* requer, no entanto, alguns cuidados. O principal deles diz respeito a uma determinação que foi central para o movimento naquele momento histórico: seu foco sobre a dona de casa e o espaço doméstico. É preciso reforçar, uma última vez, que acreditamos que a dona de casa foi tomada, por elas, circunstancialmente, como a *principal* expressão da trabalhadora reprodutiva. Assim, essa determinação era, em certa medida, uma contingência e não uma verdade à qual deve-se ser fiel. É claro que essa figura não desapareceu, mas a imagem da mulher isolada no lar e dependente da remuneração do marido hoje não expressa uma condição predominante ao redor do mundo – tanto em função das transformações pelas quais passaram os modos de vida femininos, quanto as características do próprio âmbito do trabalho, incluindo a eficácia, ou melhor, a ineficácia do salário na garantia da reprodução da classe trabalhadora. No entanto, o lar, e tudo que o cerca, continua a ser, mesmo hoje, um terreno marcadamente “feminino”, que concentra uma carga assimétrica de trabalho distribuído segundo uma divisão sexual da sociedade denunciada por essas autoras, bem como um foco decisivo de insurgência – não só a casa, mas a “fábrica social” como um todo.

Diante disso, entendemos que sua principal contribuição se deu enquanto tentativa de desmistificar o caráter improdutivo da atividade reprodutiva, da qual o capitalismo é dependente e no interior da qual as mulheres são, ainda hoje, os sujeitos mais explorados. É preciso, em primeiro lugar, reconhecer que a reprodução da classe trabalhadora *como* força de trabalho ou, em outras palavras, como renovação constante de seu lugar no interior de uma relação de dependência, não é simplesmente uma responsabilidade individual diante da própria sobrevivência, mas, antes, uma posição na divisão social do trabalho, que coloca nenhuma outra alternativa senão essa. Não reconhecer *essa condição* da atividade reprodutiva é precisamente o que justifica seu caráter ilusório de ausência de valor.

Assim, diversos setores da reprodução social passam a ser tratados como externalidades –³⁶⁶ zonas que aparentam estar fora da relação capitalista e cuja exploração, justamente por isso, é profundamente dissimulada.

Frente a essa “descoberta”, não se tratou, como alguns de seus críticos pensariam, de reconhecer essa produtividade de forma a iluminar e valorizar seus esforços, enaltecer as atividades que realizavam e “fazer justiça” ao sacrifício das mulheres. Ao contrário, não queriam o reconhecimento de uma trajetória de heroísmo, mas, sim, a “simples” admissão de que o que realizavam era um trabalho, para que pudessem imediatamente negar as qualidades vinculadas a ele por um apelo à natureza, como a domesticidade, submissibilidade, o instinto materno, a inclinação ao cuidado, a atenção aos detalhes, a boa vontade, entre tantas e tantas outras. E, igualando-o aos demais, recusar tanto o trabalho quanto a condição de trabalhadora. Suas propostas apontavam, por um lado, para o abandono de uma “ética do trabalho” –³⁶⁷ que o coloca como um imperativo moral da existência no capitalismo – e, por outro, do trabalho, nas condições estabelecidas por esse sistema, como índice de emancipação feminina – para elas, esse trabalho era uma forma de escravidão e não de libertação, igualmente para as mulheres e os homens. A demanda por remuneração seria, assim, um meio de lutar outras batalhas: *contra* o trabalho e em favor da autonomia reprodutiva.

Neste sentido, é preciso também dedicar um olhar mais crítico à escolha pela exigência de salários. Seu uso enquanto instrumento de transição, como defendemos no segundo capítulo, era decisivo caso fosse pensado a partir da ideia central de “mais dinheiro e menos trabalho” e apontasse, assim, para possíveis ganhos em termos de poder, independência e da própria desmistificação do caráter improdutivo do trabalho. No entanto, era uma proposta circunscrita às condições de um certo quadro do antagonismo de classes e não uma estratégia definitiva. Esse momento, como explicamos, seria o início de uma “ofensiva” contra os ciclos de lutas da classe trabalhadora – que, entre os anos 60 e 70, implicariam a recusa dos acordos de produtividade das décadas anteriores, exigindo mais dinheiro e

³⁶⁶ No campo dos estudos econômicos, a externalidade é um custo que afeta uma ou mais partes que não necessariamente concordaram em assumir tal custo ou não são capazes de reconhecê-lo enquanto tal. Problemas ambientais oriundos de processos industriais seriam exemplos de externalidades que recaem sobre as populações e os governos – quanto mais conhecidos são os verdadeiros custos dessas externalidades, mais elas acabam sendo “empurradas” para países menos desenvolvidos.

³⁶⁷ WEEKS, 2011, p. 146.

mais tempo – mediante o engendramento das estratégias neoliberais, que prescreviam, dentre outras medidas, uma redução radical dos custos com a reprodução dessa classe. Diante desse cenário, que só fez se acentuar nas últimas décadas, são necessárias avaliações mais cuidadosas quanto à validade de uso dessa mesma estratégia em um momento histórico distinto e diante de obstáculos reprodutivos de “ordem planetária”, como diria Silvia Federici a respeito das formas atuais de exploração capitalista global, que engendram, entre outras crises, um desequilíbrio ecológico de proporções inéditas.

Uma leitura que nos parece original e interessante é a que Kathi Weeks propõe acerca do potencial de “provocação” da demanda, ou seja, a qualidade “performativa” do próprio ato político de demandar. Ela contrapõe a natureza afetiva da demanda levada a cabo pelas ativistas de *Wages for Housework* às ações que se baseiam no campo dos direitos e das necessidades. A primeira, ela dirá, implica a produção de conflito e antagonismo, diferente das outras que, ao contrário, afastariam ou mesmo negariam a dimensão da divergência em benefício da conciliação. Nesse sentido, a exigência importaria menos em razão de seu conteúdo e mais na proporção em que é capaz de agrupar o desejo coletivo em torno de algo que se coloca como *inegociável*. Assim, ela lembra que o tom usado pelas integrantes de *Wages for Housework* era menos de convencimento ou sensibilização, e, antes, de *imposição* da relevância de sua perspectiva.³⁶⁸ Enquanto *provocação* à ação coletiva, sustentava um alto grau de beligerância, acirrando o antagonismo entre as classes, como diria Harry Cleaver, e não no seu interior.³⁶⁹ A demanda seria, portanto, uma forma de expressão e expansão de poder, ou seja, mais um meio que propriamente um fim em si mesma. Isso não minimiza a natureza efêmera de seu conteúdo, mas desperta nossa atenção para o potencial revolucionário do ato de postular demandas transicionais sem apelar a posições reformistas, ou seja, não perdendo de vista seu horizonte estratégico.³⁷⁰

Se o antagonismo é uma das faces dessa postura, a outra é, sem dúvidas, como falamos, a autonomia reprodutiva. Neste sentido, destacamos, ainda, a importância de examinar, como muitas dessas autoras têm feito nos últimos anos,

³⁶⁸ Um bom exemplo disso pode ser visto no documento “Notice to all Governments”, de 1974, em que elas colocam a demanda com as seguintes palavras: “Nós queremos pagamento em dinheiro, retroativo e imediatamente. E queremos todo ele [all of it]”. Cf.: documento 5 dos Anexos.

³⁶⁹ CLEAVER, 1993.

³⁷⁰ WEEKS, 2011, p. 131

as batalhas em torno da apropriação do que se passou a chamar de “comuns”³⁷¹ e como elas refletem a centralidade da emancipação da reprodução social nas lutas antisistêmicas. Os esforços femininos, mediante os investimentos de usurpação dos meios necessários a sua sobrevivência e de suas famílias, têm mostrado enorme potencial de agregação social, que, fortalecendo-as como sujeito coletivo, contribui para sua resistência conjunta contra outras faces do sexismo, como as inúmeras formas violência às quais estão sujeitas. A agricultura de subsistência tem sido, no mundo todo, uma arma essencial para contra-atacar e, ao mesmo tempo, preservar suas próprias vidas e de suas comunidades, como falamos brevemente ao final do último subcapítulo.

Em nossa opinião, as ideias postuladas por essas autoras podem indicar alguns pontos de atenção às práticas feministas de hoje. Em primeiro lugar, entendemos que é urgente analisar a situação da mulher diante de sua inserção na divisão internacional do trabalho e das distintas formas como o sexismo tem sido usado mais recentemente para impulsionar a reprodução do capital e reforçar divisões no interior da classe trabalhadora, como começamos a delinear neste trabalho. Em segundo, mas não menos importante, destacamos a necessidade de reflexão sobre as possibilidades de criação de pontes ou laços entre as distintas lutas autônomas que as mulheres têm empreendido contra sua opressão e exploração. Nesses dois casos, é importante observar a situação das mulheres desde uma perspectiva global, circunscrita no quadro atual dos conflitos de classes e das estratégias e reações capitalistas, percebendo as relações entre as distintas

³⁷¹ Os “comuns” [*commons*] constituem um conceito histórico, que remete ao uso comunal das terras e seus recursos em sociedades pré-capitalistas. É usualmente associado ao sistema feudal, sobretudo na passagem ao capitalismo, quando, em razão dos cercamentos dos campos, as relações de comunalidade seriam substituídas pela propriedade privada (em especial, como falamos, a grande propriedade rural capitalista). Tornou-se novamente um objeto de interesse para as ciências sociais modernas em grande parte devido ao artigo de Garrett Hardin “A tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968), no qual o autor questiona a possibilidade de solucionar, por meio do desenvolvimento tecnológico, os problemas colocados pelo esgotamento dos meios necessários à garantia dos modos de reprodução social, como terras (alimentos), água, energia, mares, etc., que tem sido levados ou à destruição ou ao uso exclusivo para fins mercadológicos (ou os dois) no capitalismo. Mais recentemente, alguns autores passariam a propor uma expansão do escopo dos “comuns”, já que também a noção de reprodução social seria alargada pelo que ficaria conhecido como capitalismo pós-industrial. Neste, a produção de trabalhadores e consumidores implicaria “certas orientações de atitudes, capacidades afetivas e habilidades comunicacionais” (WEEKS, 2011, p. 141). Antonio Negri e Michael Hardt em seu livro *Commonwealth* dirão também: “[e]ste comum não é apenas a terra que compartilhamos, mas também as linguagens que criamos, as práticas sociais que estabelecemos e os modos de sociabilidade que definem nossos relacionamentos” (HARDT; NEGRI, 2009, p. 139).

formas de uso dos corpos, para que a libertação de uns não se dê às custas de outros ou colocando em risco a própria possibilidade de vida no planeta.

No Brasil, há muito sendo feito, ainda que sob a ameaça e realidade constante do desmonte das bases da reprodução social. O ano de 2015 ficaria marcado para muitas como a “primavera feminista”, em razão da série de manifestações contra as diferentes expressões do machismo,³⁷² contra a criminalização do aborto,³⁷³ pelo atendimento médico obrigatório e integral às pessoas vítimas de violência sexual,³⁷⁴ entre muitas outras questões, que tomaram o país. Além disso, iniciativas autônomas começaram a ser gestadas recentemente, como ocupações de espaços abandonados pelo poder privado ou pelo Estado, exclusivamente organizadas por mulheres, para construção de centros de referência e amparo a vítimas de violência.³⁷⁵ Aqui, também, elas têm uma presença expressiva nas lutas em defesa dos “comuns”, como a terra e os recursos naturais – como as mulheres que se organizam contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e, ao mesmo tempo, se fortalecem para combater outras formas de violência, como a doméstica.³⁷⁶ São também aquelas que, nas regiões mais carentes das grandes cidades, defendem seus filhos e filhas

³⁷² Duas campanhas lançadas pelo Twitter deram início a uma grande mobilização em torno de denúncias de casos de machismo nesse ano. A primeira, #meuprimeiroassedio, levou mulheres de todas as idades a relatarem as mais antigas lembranças de assédio sexual que haviam sofrido. A “descoberta” de um grande número de casos ocorridos ainda na infância teve impacto na discussão de temas como hipersexualização de meninas, pedofilia, estupro, entre muitos outros. A segunda, #meuamigoscreto, colocava em questão comportamentos machistas de pessoas próximas, como pais, avós, tios, irmãos, vizinhos e amigos. Segundo o Coletivo Think Olga, que lançou a primeira hashtag, ela chegou a reunir mais de 80 mil histórias.

³⁷³ Mais especificamente contra o projeto de lei 5069/2013, que intentava tipificar como crime contra a vida o uso ou a indução do uso de meio abortivo e previa penas específicas para quem auxiliasse a gestante à prática de aborto. As mobilizações, no entanto, tinham o mote mais amplo da reapropriação pelas mulheres do controle sobre seus corpos, sendo um dos mais importantes gritos, por exemplo: “Legaliza. O corpo é nosso. Nossa escolha. É pela vida das mulheres”.

³⁷⁴ Opunha-se particularmente ao projeto de lei 6055/2013, que revogaria a lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013 (garantidora desses direitos), tentando impor a apresentação de boletim de ocorrência como condição para a caracterização do crime e do posterior atendimento à vítima.

³⁷⁵ A Casa de Referência da Mulher Tina Martins foi criada em Belo Horizonte, em março de 2016, a partir da ocupação de um prédio abandonado pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais, organizado desde então como um espaço de auto-gestão. Em novembro, outro prédio seria ocupado, dessa vez em Porto Alegre, com a mesma intenção, denominando-se Ocupação Mulheres Mirabal.

³⁷⁶ Em entrevista à revista *DR*, Antônia Melo da Silva, coordenadora geral do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, fala sobre a centralidade da participação das mulheres na resistência organizada a este projeto, bem como sua preocupação particular com a reprodução da vida comunitária. Neste sentido, ela afirmaria, por exemplo: “A mulher tem uma percepção bem diferente da do homem. A mulher se apega ao cuidado com as plantas, com o redor de sua casa, da sua moradia... O cuidado com as árvores, com o meio-ambiente, com a chuva, quando vai chover as plantas que precisam de água, enfim, com os filhos que nascem ali, que constroem juntos essa história, do crescer das plantas, do crescer dos animais, do cultivar o roçado, do cultivar as frutas” (SILVA, 2015).

contra o Estado que, deixando de lado sua responsabilidade pela reprodução dessas populações, se manifesta apenas como instância de violência, por meio da repressão, do autoritarismo e do extermínio dos jovens negros – como é o caso da Mães de Maio.³⁷⁷ Essas são apenas algumas das muitas iniciativas engendradas diariamente por mulheres em todos os cantos do país.

Uma certa profusão de ideias ligadas a diferentes perspectivas do feminismo no Brasil tem sido um outra marca desses últimos anos, entre elas, vê-se o estudo de autoras ligadas ao feminismo pós-estruturalista e mesmo um resgate de textos clássicos do feminismo radical. Uma de nossas intenções, aqui, é acrescentar a esse cenário outras leituras possíveis, indicando alguns perigos que, acreditamos, corre-se ao perder de vista o papel que o sexismo opera no interior do capitalismo, uma vez que descansa sobre essa invisibilização, operada de forma tão bem sucedida, dos custos da reprodução social. E, sobretudo, apontar formas alternativas de refletir sobre a composição dos esforços nesse campo, desde uma perspectiva que apela a um marxismo “recriado” à luz de uma reflexão feminina. Se acreditamos que a reação do capital tem como contrapartida, mesmo nos cenários mais difíceis, a reinvenção do antagonismo e da autonomia, nos parece absolutamente estratégico estimular a criação de laços entre essas experiências.

Uma das questões que precisa ser refletida coletivamente, portanto, é *como* conectar a revolta de incontáveis mulheres em todo o mundo contra os estereótipos de gênero; por sua sobrevivência em situações de crise; em suas comunidades pelo direito à terra, habitação ou às garantias básicas; contra a exploração de seus corpos pelas indústrias; pelo controle de sua capacidade reprodutiva (por exemplo, a defesa do aborto), para citar alguns exemplos. Acreditamos que há, nessas demonstrações de inconformidade, uma recusa comum das mulheres da transformação de seus corpos em máquinas reprodutivas. Elas se recusam a ocupar o lugar que lhes foi imposto, rejeitam a redução de suas vidas ao trabalho de

³⁷⁷ O movimento Mães de Maio se formou principalmente por familiares das vítimas do que ficou conhecido como “Crimes de Maio”. Em 2006, mais de 500 pessoas seriam mortas na cidade de São Paulo, num período de dias, a maioria em situações que indicavam a execução por policiais. O ataque fazia parte de uma ação de vingança dos agentes de segurança do Estado contra um conjunto de ações organizadas pela facção Primeiro Comando da Capital (PCC), que incluiu revoltas em 83 prisões e 274 ataques contra instituições públicas e privadas, como caixas eletrônicos, delegacias e escolas. Dez anos depois do massacre, apenas um agente público foi responsabilizado pelas mortes. Além de exigirem reconhecimento e justiça pelos crimes, as Mães de Maio construíram um forte movimento social de combate aos crimes perpetrados sob a tutela do Estado. Sobre isso, ver: CAVALLARO; DODGE, 2007; e MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011.

reprodução do capital e a de seus filhos e filhas também. Assim, poderíamos dizer que “[...] a luta contra a redução capitalista da vida ao trabalho nos dá um ponto de comunidade entre todos os setores da classe, e, assim, uma base para o entendimento mútuo”.³⁷⁸

A “composição de classe”, sobre a qual nos detivemos no segundo capítulo, nos parece um conceito determinante nesse contexto, desde que não aplicado com pretensões universalizantes. Mas, antes, que ressalte a importância da transversalidade das lutas, da criação de conexões que possam potencializá-las, levá-las mais longe. Se compreendemos que a sociedade capitalista tem como premissa sua própria divisão em classes e que esta se expressa como antagonismo, a conexão dessas lutas passaria, não apenas, mas em grande medida, por reconhecer a inserção das distintas resistências nesse conflito e sua orientação comum de *recusa ao trabalho* que é reproduzir-se no domínio da carência, necessidade, dependência e subordinação. Nesse sentido, as lutas feministas podem também encontrar os esforços das lutas de outros grupos.

Será preciso, no entanto, se perguntar a cada momento como produzir essas conexões de “ordem planetária”. Que instituições fazem hoje a gestão da reprodução social em nível global? Como o sexismo tem sido invocado como arma? Acreditamos que começar a responder essas perguntas é fundamental para que seja possível imaginar caminhos de integração e não de distanciamento entre as distintas lutas das mulheres. Além disso, nos parece decisivo questionar que transversalidade é essa que não invoca um universal. A partir de que paradigmas teóricos e práticos pode-se pensá-la? Que expressões organizativas podem ser compatíveis com ela? As respostas, todavia, se tornam muito mais complexas à medida em que as reordenações do sistema capitalista tem acontecido em intervalos cada vez mais curtos nas últimas décadas.

O capitalismo funciona como uma grande máquina, ajustando suas próprias engrenagens, integrando suas “falhas” de funcionamento e adaptando-se para garantir sua própria manutenção e eficácia. No entanto, sua verdade é a própria realidade de crise, já que a “natureza” dessa relação entre classes que o determina é sua expressão como antagonismo incessante, guerra de forças entre capacidade autônoma de resistir (insistir na existência) e poder de reintegração,

³⁷⁸ CLEAVER, 1993.

reorganização e reequilíbrio (este último sempre frustrado). Nessa inconstância há, todavia, alguma constância. Essa diz respeito às suas próprias leis de desenvolvimento, que, apesar de ganharem novas significações mediante os momentos de crise, nos mostram um índice de repetição. Repete-se sua dependência em relação à acumulação de terras, recursos e trabalho, a subordinação e desvalorização da reprodução social, a institucionalização do racismo, do sexismo, e de outras formas de discriminação – todas relançadas a seu tempo, à medida que as lutas da classe trabalhadora abalam de maneira irrevogável os antigos modos de fazer as coisas. Hoje, diante do que parece ser uma nova crise do capitalismo,³⁷⁹ acreditamos que é preciso abrir os olhos para isso que parece se manter na mudança, não só como um vislumbre dos “complexos anéis da serpente”,³⁸⁰ mas principalmente, como um indicador do poder revolucionário autônomo.

Escolher a noção de autonomia – e a tradição que tratou de dar a ela uma conotação marxista – é, antes de tudo, tomar uma posição. É escolher procurar resistência, recusa e politização por todos os lados e mesmo nos momentos mais devastadores. Isso não quer dizer uma ode indiferente ao otimismo. Mas também não é à passividade, ao conformismo e ao desamparo. Esperamos que a trajetória que percorremos nesta dissertação contribua, inicialmente, como registro parcial de uma outra história da luta de classes, que, destacando o protagonismo feminino, nos mostre um espectro mais amplo e uma face mais potente deste conceito. Diante disso, que esse passado que nos ronda possa nos inspirar a agir em seu nome, com ele e contra ele. Como as feministas não cansam de nos dizer: que sejamos capazes de trazer à tona o cheiro das bruxas queimadas, mas, não em favor de um retorno ao “primitivo” e, sim, ante um presente que precisa ser reimaginado e reinventado por nós, por elas e por todas as outras.

³⁷⁹ MIDNIGHT NOTES, 2009.

³⁸⁰ DELEUZE, 1992, p. 226, ligeiramente modificado.

6

Referências bibliográficas

ARUZZA, Cinzia. “Rumo a uma união queer entre marxismo e feminismo”. In: *Revista Lutas Sociais* [online], volume 27, 2011. Tradução de Fátima Murad. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18740>>. Último acesso em 30/11/2015.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECCALLI, Bianca. “The Modern Women’s Movement in Italy”. In: *New Left Review*. I/204, Mar-abr. 1994.

BENNHOLDT-THOMSEN, Veronica; MIES, Maria. *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy*. London; New York: Zed Books, 1999.

BRITISH LIBRARY. “Sisterhood and After”. Disponível em: <<https://www.bl.uk/sisterhood>>. Último acesso em 7/12/2016.

BROWN, Heather. *Marx on Gender and the Family: A Critical Study*. Leiden; Boston: Historical Materialism, 2012.

CFB-LONDON [Communist Federation of Britain]. “Women’s Liberation: Critical Notes on Selma James’ Pamphlet”. In: *Marxists.org* [online]. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/erol/uk.secondwave/selmajamescritique.htm>>. Último acesso em 6/12/2016.

CAPPE, Mary. 1976. “Struggles for the wage: The Welfare Movement in the U.S. in the 60’s”. Manuscrito de palestras e seminários proferidos na Itália em dezembro de 1975. Arquivo pessoal de Silvia Federici.

CAVALLARO, James Louis; DODGE, Raquel Ferreira. “Understanding the São Paulo Attacks”. In: *Harvard Review of Latin America*. Vol. VI, N. 3, 2007, p. 53-55.

CLASTRES, Pierre. *Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. Tradução de Denise Bottmann.

CLEAVER, Harry. *Leitura Política de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltensir Dutra.

_____. “Uma entrevista sobre o autonomismo, por Harry Cleaver e Massimo de Angelis”. Entrevista realizada por Massimo de Angelis em Londres, em junho de 1993, e publicada na Itália no jornal autonomista *Vis-a-vis*. Tradução do

original (inglês): Coletivo Autonomista! Disponível em: <https://autonomistablog.wordpress.com/2016/08/>>. Último acesso em: 01/12/2016.

COX, Nicole; FEDERICI, Silvia. *Counter-Planning from the Kitchen: Wages for Housework, a perspective on capital and the left*. New York: New York Wages for Housework Committee; Falling Wall Press, 1975.

CROW, Barbara A. (edited by). *Radical Feminism. A Documentary Reader*. New York and London: New York University Press, 2000.

DALLA COSTA, Mariarosa. *Family, Welfare and the State: Between progressivism and the New Deal*. New York: Common Notions, 2015.

_____; JAMES, Selma. *The Power of Women & the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.

DAVIS, Angela. “Women, Race and Class. The Approaching Obsolescence of Housework: A Working-Class Perspective”. In: *Women, Race and Class*, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/davis-angela/housework.htm>>. Último acesso em: 01/12/2016.

DE ANGELIS, Massimo. Introdução. In: Revista The Commoner “Care work and the commons” [online]. Volume 15, 2012. Disponível em: <http://www.commoner.org.uk/wp-content/uploads/2012/02/00-frontmatter.pdf>>. Último acesso em: 06/12/2016.

DELEUZE, Gilles. “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DELPHY, Christine. “Patriarchy, domestic mode of production, gender, and class”. In: *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 259-267). Urbana: University of Illinois Press, 1988.

ECHOLS, Alice. *Daring to be Bad. Radical Feminism in America 1967-1975*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

EHRENREICH, Barbara. “What is Socialist Feminism?”. In: *Working Papers on Socialism & Feminism*. New American Movement, 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/ehrenreich-barbara/socialist-feminism.htm>>. Último acesso em 20/06/2016.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. Tradução de Leandro Konder.

FAO. “The female face of farming”. 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/gend>

[er/infographic/en/](#)>. Último acesso em: 07/12/2016.

FEDERICI, Silvia. *Wages Against Housework*. Bristol: Power of Women Collective and the Falling Wall Press, 1975.

_____. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia, 2009.

_____. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle (Common Notions)*. PM Press, 2012.

FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. New York: Bantam Book, 1970.

FLEMING, Suzie. *The family allowance under attack*. Bristol: The Falling Wall Press, 1973.

FORTUNATI, Leopoldina. “Learning to Struggle: My Story Between Workerism and Feminism”, In: *Viewpoint Magazine* 3, 2013.

_____. *The Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital*. New York: Autonomedia, 1996.

FREEMAN, Jo. “The Women’s Liberation Movement: its origins, structures and ideas”. 1971. Disponível em: http://library.duke.edu/digitalcollections/wlmpc_wlms01013/>. Último acesso em: 07/12/2016.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Women and Economics: A Study of the Economic Relation Between Men and Women as a Factor in Social Evolution*. Boston: Small, Maynard & Co., 1898. Disponível em: <http://digital.library.upenn.edu/women/gilman/economics/economics.html>>. Último acesso em 06/12/2016.

GONZALEZ, Maya. “The Gendered Circuit: Reading The Arcane of Reproduction”. In: *Viewpoint Magazine* [online]. N. 3, 28 set. 2013. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/09/28/the-gendered-circuit-reading-the-arcane-of-reproduction/>>. Último acesso em 06/12/2016.

GROSZ, Elizabeth. “A thousand tiny sexes: feminism and rhizomatics”. In: *Topoi*. N. 12, 1993, p. 167-179. Disponível em: <http://projectlamar.com/media/Grosz-A-Thousand-Tiny-Sexes-Feminism-and-Rhizomatics.pdf>>. Último acesso em 06/12/2016.

GUTIÉRREZ, Raquel. “Políticas en Feminino: transformaciones y subversiones no centradas en el estado”. In: *Revista Contrapunto*. Vol. 7, 2015, p. 123-140. Montevideo: Extensión Universidad de la Republica; Centro de Formación con Organizaciones Sociales.

HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1934.

HANISCH, Carol. "The Personal is Political". In: FIRESTONE, Shulamith; KOEDT, Anne (ed.) *Notes from the Second Year: Women's Liberation*. New York: 1970. Disponível em: <<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>>. Último acesso em 20/06/2016.

_____. "The Liberal Takeover of the Women's Liberation Movement". In: *Feminist Revolution*. Redstockings: 1975. Disponível em <<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/LiberalTakeover.html>>. Último acesso em 20/06/2016.

_____. "Struggles over Leadership in the Women's Liberation Movement". In: *Leadership & Social Movements*. England: Manchester University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/Leadership.html>>. Último acesso em 25/01/2016.

_____. "The Personal is Political" (Introduction). New York: 2006. Disponível em: <<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>>. Último acesso em 20/06/2016.

_____. "Telltale Words: Depoliticizing the Women's Liberation Movement". 2014. Disponível em: <<http://www.bu.edu/wgs/files/2013/10/Hanisch-Telltale-Words-Depoliticizing-the-Womens-Liberation-Movement.pdf>>. Último acesso em 25/01/2016.

HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union". In: SARGENT, Lydia (ed.) *Women and Revolution: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.

HARDIN, Garrett. "The Tragedy of the Commons". In: *Science*. Vol. 162, N. 3859, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html>. Último acesso em 05/12/2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Harvard University Press, 2009.

HOMANS, Elizabeth. *Wages for Housework in the Decade of Women's Liberation*. 2014.

INMAN, Mary. "The Role of the Housewife in Social Production (1940)". In: *Viewpoint Magazine* [online]. N. 5, 31 out. 2015. Disponível em: <<https://viewpointmag.com/2015/10/31/the-role-of-the-housewife-in-social-production-1940/>>. Último acesso em 10/11/2016.

JAMES, Selma. *Sex, Race and Class – The perspective of winning: A selection of writings 1952-2011*. Oakland: PM Press, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda., 2009.

LENIN, 1980. “Uma grande iniciativa”. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 3, p. 139-160. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>>. Último acesso em 06/12/2016.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO (ed.). *Do luto à luta: Mães de maio*. 2011. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf>. Último acesso em 06/12/2016.

MARX, KARL. *O Capital – Livro 1*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneide e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sergio Tellaroli. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MIDNIGHT NOTES. “Promissory Notes: From crises to Commons”. In: *Midnight Notes* [online]. Abr. 2009. Disponível em: <<http://www.midnightnotes.org/mnpublic.html>>. Último acesso em 07/12/2016.

MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. London: Zed Books, 1986.

MILLET, Kate. *Sexual Politics*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2000.

MITCHELL, Juliet. *Women’s State*. Middlesex: Penguin Books, 1971.

MORGAN, Robin. “Introduction”. In: _____. (ed.). *Sisterhood os Powerful. An Anthology of Writings from the Women’s Liberation Movement*. New York: Vintage Books Editon, 1970.

_____. *Going too far: the personal chronicle of a feminist*. New York: Open Road Integrated Media, 1977.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OIT. *Women at Work: Trends 2016*. Genebra: 2016. Disponível em: <<http://www.ilo>

org/wcmssp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf>. Último acesso em 07/12/2016.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. California: Stanford University Press, 1988.

_____. “Críticas feministas a la dicotomía público/privado”. Barcelona: Paidós, 1996.

RAMSEY, Peter H. *The Price Revolution in Sixteenth-Century England*. London: Methuen, 1971.

SALLEH, Ariel (ed.). In: *Eco-Sufficiency and Global Justice: Women Write Political Ecology*. London: Pluto Press, 2009.

SARACHILD, Kathi. “Consciousness-Raising: a Radical Weapon”. Palestra proferida na *First National Conference of Stewardesses for Women’s Rights*, em New York, em 12 mar. 1973. Disponível em: <<https://womenwhatistobedone.files.wordpress.com/2013/09/1973-consciousness-raising-radical-weapon-k-sarachild-redstockings.pdf>>. Último acesso em 20/06/2016.

SARGENT, Lydia. “New left women and men: the honeymoon is over”. In: _____. (ed.). *Women and Revolution: A Discussion on the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books Ltd., 1981.

SILVA, Antônia Melo da. In: *Revista DR [online]*. Edição 2, 2015. Entrevista realizada por Sabrina Nascimento. Disponível em: <<http://revistadr.com.br/posts/antonia-melo-lideranca-do-movimento-xingu-vivo-para-sempre>>. Último acesso em 06/12/2016.

TRONTI, Mario. “Factory and Society”. In: *Operaismo in English [online]*. 1962. Disponível em: <<https://operaismoinenglish.wordpress.com/2013/06/13/factory-and-society/>>. Último acesso em 01/12/2016.

TROTSKY, Leon. “The Transitional Program”. In: *Marxists.org [online]*. 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1938/tp/>>. Último acesso em 07/12/2016.

UN WOMEN. “Facts and Figures: Economic Empowerment”. 2015. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures#notes>>. Último acesso em 06/12/2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

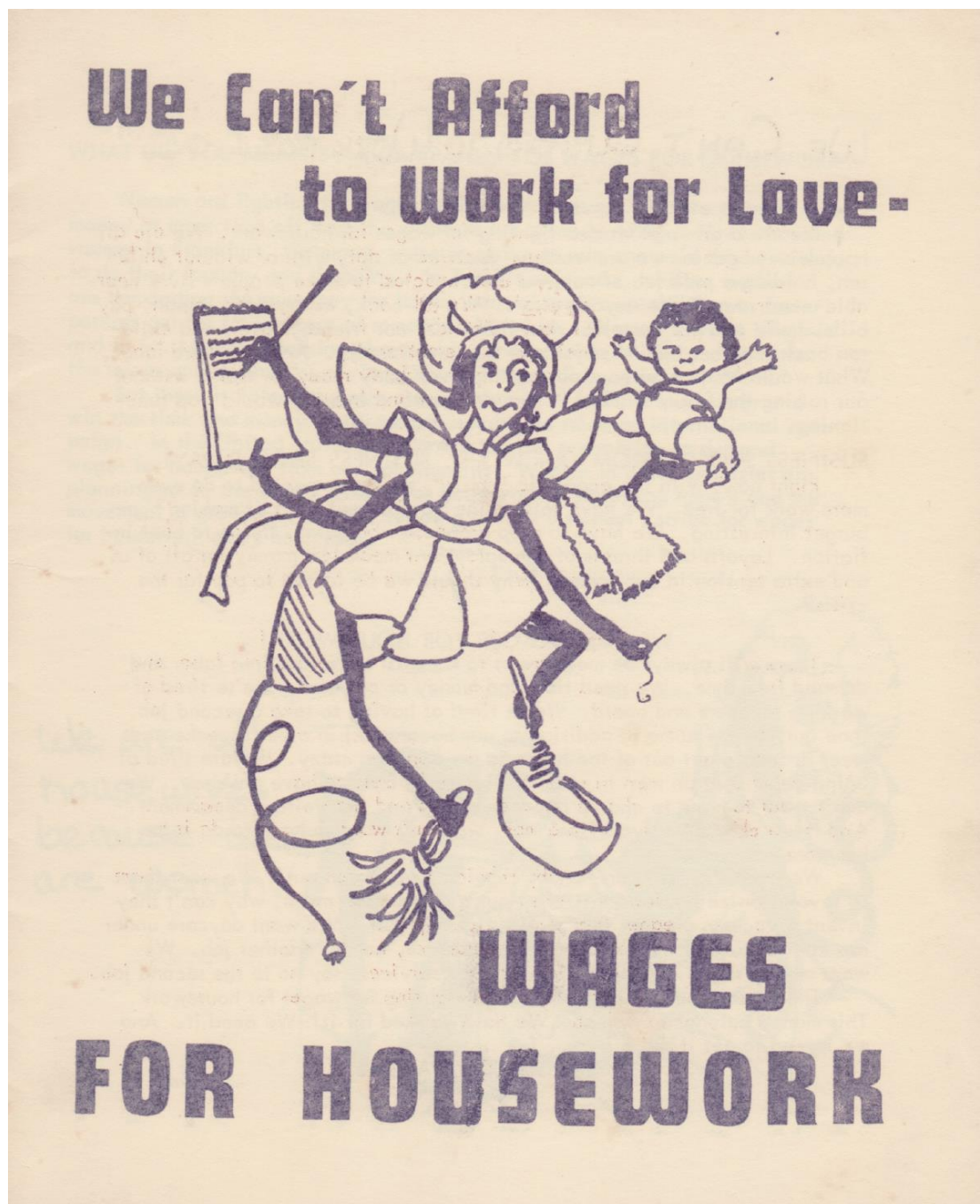
WEEKS, Kathi. *The problem with work*. Durham; London: Duke University Press, 2011.

WILLIS, Ellen. Foreword of *Daring to be Bad. Radical Feminism in America 1967-1975*. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1989.

WRIGHT, Steve. 2002. *Class composition and struggle in Italian autonomist Marxism*. London; Sterling: Pluto Press, 2002.

7 Anexos

Documento 1 – Brochura com perguntas e respostas sobre Wages for Housework



WE CAN'T AFFORD TO WORK FOR LOVE!

We are a group of women fighting for wages for housework. We are all housewives because we are women. Married or not, with or without children, holding a paid job or not, we are expected to make people's lives bearable---our own and everyone else's. We all cook, wash, shop, clean, pay bills, smile and put ourselves, our husbands, our friends, lovers and children back together again, physically and emotionally. And it is hard labor. What would happen without our getting everybody ready for work, without our raising the future workers? Government and industry would stop functioning.

BUSINESS PROFITS FROM OUR WORK. BUSINESS SHOULD PAY!

Right now, with the economic "crisis", we are expected to do even more work for free. We have to imagine 36 different ways of making hamburger interesting. We have to shop around for bargains, trying to beat inflation. Layoffs and threats of unemployment mean less money for all of us and extra tension in our homes. Why should we be forced to pay for the crisis?

WE NEED WAGES FOR HOUSEWORK!

There will always be more for us to do until we refuse free labor and demand free time. We need time and money of our own. We're tired of working for room and board. We're tired of having to take a second job (one outside the home in addition to our housework) in order to make ends meet or just to get out of the house so we don't go crazy. We are tired of being dependent on men in order to live or be able to have children. We don't want to have to choose between a man and the welfare department. And if we choose to live with a man, we don't want to have to do it for his money.

We want shorter hours---why shouldn't we punch out? We want them to revolutionize housework---they put a man on the moon, why can't they invent a vacuum cleaner that really picks up dust? We want daycare under our control so that we have time for ourselves, not for another job. We want money so we can make choices, buy services, say no to the second job.

There are groups in many countries fighting for wages for housework. This money belongs to women. We have worked for it! We need it. And we intend to get it.

JOIN OUR CAMPAIGN!

WHAT DO YOU MEAN BY A CAMPAIGN FOR WAGES FOR HOUSEWORK?

Women are fighting for wages for housework every time we demand more money or more time off from the work we are already doing. Three thousand women in Frankfurt, Germany, went on strike to win one paid day a week to do their laundry and shopping. In Toronto, Canada, welfare mothers are demanding the same pay for taking care of their own children as foster parents get for taking care of someone else's kids. Women in West Virginia and in St. Louis are talking about taking their husbands' filthy clothes to the mines and steelmills, saying "You got these dirty, you wash them!"

But these isolated struggles are not enough. To build our power and win the time and money every woman needs, we need an international campaign. In the United States and Canada we are organizing to demand wages for housework from our governments. Women in other countries are planning to do the same. Wages for housework is becoming known and our movement is growing. We are building toward a women's strike for wages for housework early next year.

We are all
housewives
because we
are women.



WHERE'S THE MONEY GOING TO COME FROM?

From the federal government. Business and government work together to squeeze as much out of us as possible. Whatever work we do...whether it is in the hospitals, government offices, the schools, the home or the factory...our work directly or indirectly makes profits for business. We are producing products or the workers who make those products.

The more profits we create for business, the more power we create for them. This is capital...that power which our work creates but which becomes the power of business and government over us.

We must fight to get that power back. We need time and money. We need to reclaim our lives. Capital benefits from our work. Capital should pay, and the federal government, which represents capital, is the best target for our attack.

WON'T THE GOVERNMENT RAISE TAXES TO PAY WOMEN WAGES?

We demand that the money come from corporate profits, not from our pockets. Some legislators will, of course, suggest getting the money from increased taxes. We must stop them. All of us will have to fight to hold on to what we've won in the past. But women also have to think of our own needs for a change. Nobody is surprised when auto workers demand a cost of living raise. Auto workers and their families need the money. Women need money too -- the only difference is that we never had a wage to get a raise on.

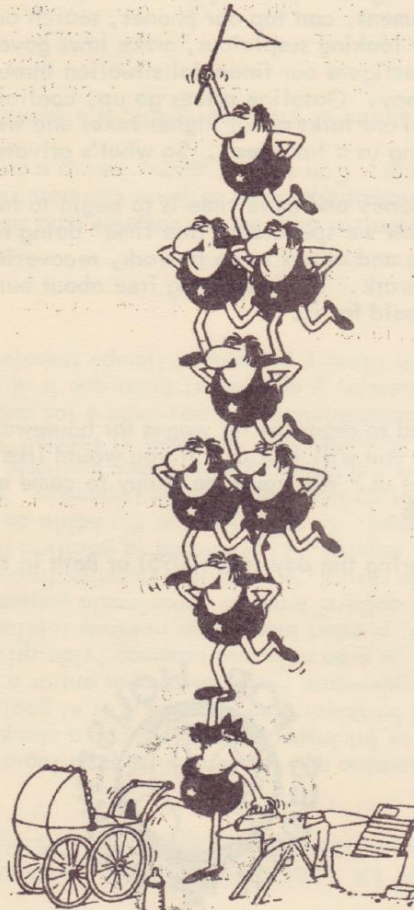
HOW MUCH MONEY ARE YOU ASKING FOR?

As much as we can win. The amount of money and time capital is forced to give back to us will depend upon the strength of the movement we build. And whatever we get is a base from which to demand more.

WON'T WAGES FOR HOUSEWORK REINFORCE THE IDEA THAT HOUSEWORK IS WOMEN'S WORK AND TRAP WOMEN IN THE HOME?

Not if we can create a powerful campaign. Building a movement strong enough to demand and win the wage means that an enormous number of women will have to come out from their isolation in the home to organize. Having felt their power, women aren't going to retreat as soon as they get a little money.

We are already in the home, doing the work for free, doing it because that's our "natural destiny." To get wages for housework means that we stop being "housewives" and become people who, among other things, may do housework. (And if housework is paid by the hour, we can be sure it won't be allowed to take all day.) When women win the wage, men may decide that they too want to make a struggle to win wages for the unwaged work they do. They may even decide they want to stay home and do the housework.



WON'T WAGES FOR HOUSEWORK BRING INSPECTORS INTO OUR HOMES TO CHECK THAT HOUSEWORK GETS DONE?

A movement of women strong enough to win the wage is not going to allow inspectors (or inspectresses) to check on whether the children's clothes are ironed and all dust is swept from behind the couches. If the government sends inspectors, we won't let them in.

Anyway, it is a great myth that we have "private lives." Capital, through the government, can tap our phones, search our houses, stop us on the street for looking suspicious, make laws governing our sexuality, and investigate our financial situation through the IRS or any insurance agency. Gasoline prices go up, controlling how and where we travel. Ford talks about higher taxes one week, then two weeks later is giving us a tax break. So what's private?

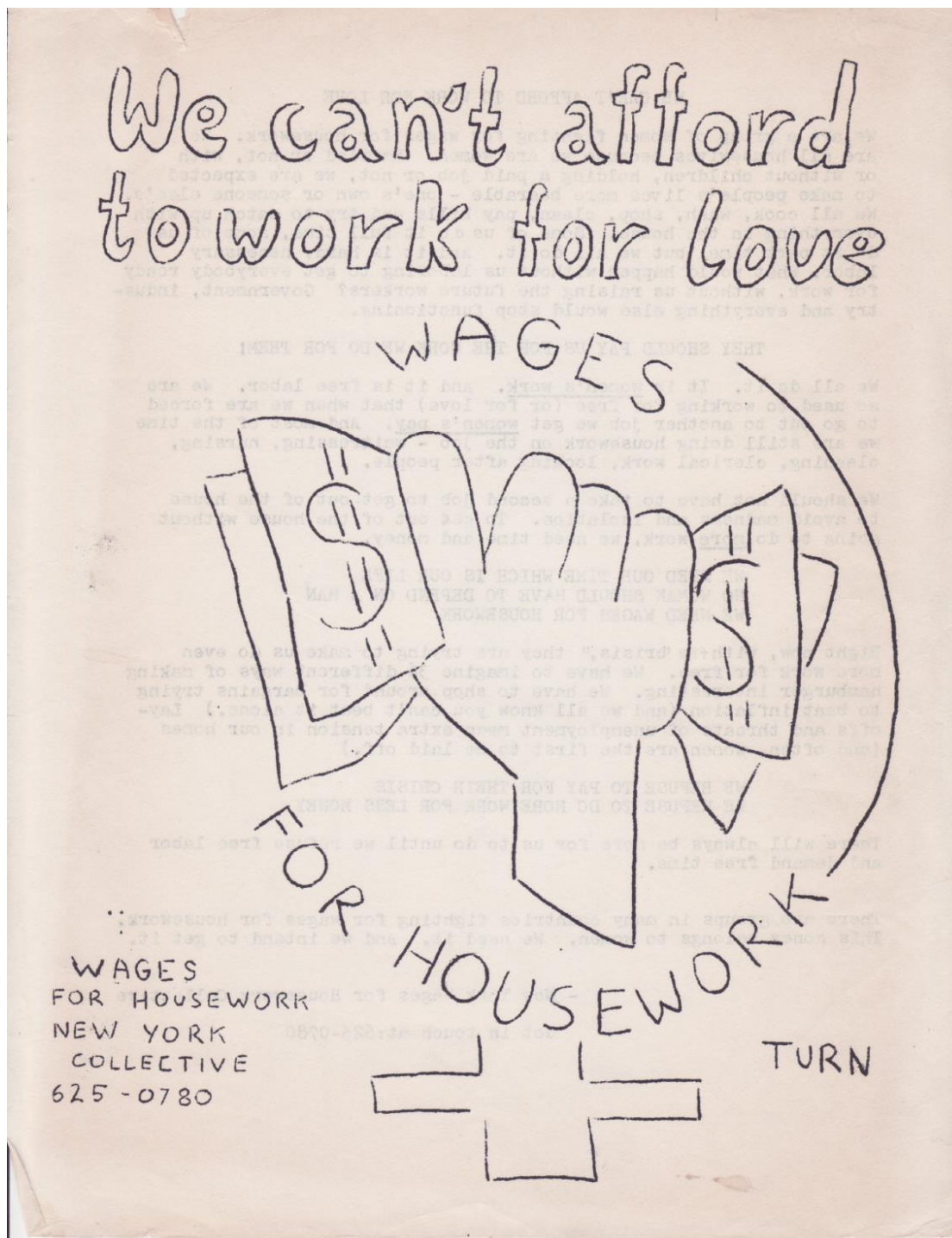
To get more money and more time is to begin to have control over our lives. Now we spend our "free time" doing housework, preparing ourselves and others to go to work, recovering from work, dreading going to work. The only thing free about our free time is that we don't get paid for it.

We have started to organize for wages for housework here in Los Angeles. We hope you will join us. If you would like more information, please contact us. We would be happy to come and meet with you and your friends.

Call Sidney during the day (661-0095) or Beth in the evening (484-1167).



Documento 2 – Panfleto "Não podemos nos dar ao luxo de trabalhar por amor"



WE CAN'T AFFORD TO WORK FOR LOVE

We are a group of women fighting for wages for housework. We are all housewives because we are women. Married or not, with or without children, holding a paid job or not, we are expected to make people's lives more bearable - one's own or someone else's. We all cook, wash, shop, clean, pay bills and try to catch up with everything in the house. Some of us do it full time, some of us do it part time, but we all do it. And it is hard, necessary labor. What would happen without us laboring to get everybody ready for work, without us raising the future workers? Government, industry and everything else would stop functioning.

THEY SHOULD PAY US FOR THE WORK WE DO FOR THEM!

We all do it. It is women's work. And it is free labor. We are so used to working for free (or for love) that when we are forced to go out to another job we get women's pay. And most of the time we are still doing housework on the job - waitressing, nursing, cleaning, clerical work, looking after people.

We should not have to take a second job to get out of the house to avoid madness and isolation. To get out of the house without going to do more work, we need time and money.

WE NEED OUR TIME WHICH IS OUR LIFE
NO WOMAN SHOULD HAVE TO DEPEND ON A MAN
WE NEED WAGES FOR HOUSEWORK

Right now, with the "crisis," they are trying to make us do even more work for free. We have to imagine 36 different ways of making hamburger interesting. We have to shop around for bargains trying to beat inflation (and we all know you can't beat it alone.) Lay-offs and threats of unemployment mean extra tension in our homes (and often, women are the first to be laid off.)

WE REFUSE TO PAY FOR THEIR CRISIS
WE REFUSE TO DO MORE WORK FOR LESS MONEY

There will always be more for us to do until we refuse free labor and demand free time.

There are groups in many countries fighting for wages for housework. This money belongs to women. We need it. And we intend to get it.

- New York Wages for Housework Collective

Get in touch at: 625-0780

Documento 3 - Matéria sobre Wages for Housework na Revista Life



Documento 4 - Convite para reunião e passeata em Nova Iorque

Tuesday June 29* All Women Come
 Fight against the Welfare Cuts
 Demand Wages for Housework
 for **All** Women
 from the Government

place: meet at **Foley Square** time: **11.30 a.m.**

Entrance is at WORTH ST./LAFAYETTE ST.(two blocks from City Hall)
 Subway: LEX.AVE #4 or #5 to Brooklyn Bridge-Worth St.

program: 11:30 - meet at Foley Square for MUSIC -
 THEATER - SPEECHES -
 CHILDREN'S ACTIVITIES
 1:00 - demonstrate across the street
 in front of H.E.W.

Bring your pots,pans,wooden spoons
 as noise makers

★ Rain Date: Wednesday June 30

**HANDS OFF
 OUR MONEY**

WELFARE IS THE FIRST MONEY WE
 WOMEN HAVE WON DIRECTLY FROM
 THE GOVERNMENT FOR THE WORK
 WE DO IN OUR HOMES.
 IT IS NOT MUCH AND IT HARDLY
 PAYS FOR ALL OUR WORK. BUT IT
 IS A START AND IT IS OUR MONEY.

The attack on welfare women is an attack
 on all women:
 To keep us in line
 To keep us all working for nothing
 To convince us that housework is not
 work, that we should not be paid for it,
 that we should do it for "love."
BUT LOVE DOESN'T PAY OUR BILLS


**HOUSEWORK
 UNPAID WORK**
 is our common problem
 let's make it our
 common struggle

FOR EVERY WOMAN WAGES FOR
 HOUSEWORK MEANS
 LESS DEPENDENCE
 MORE POWER
 MORE CHOICES IN OUR LIVES.

UNITED WE CAN WIN WHAT IS OURS
 BECAUSE THERE ARE MILLIONS OF
 US WHO ARE SAYING
 NO MORE WORK FOR NOTHING!

DAY CARE
 Available
 in the Park
 throughout
 the program

New York Wages for Housework Committee
 288-B 8th St. Brooklyn,N.Y. 11215
 Wed. & Sat. 11 - 4 tel. 965-4112



Documento 5 - Panfleto direcionado aos Governos

NOTICE ^{TO} ALL GOVERNMENTS

The women of the world are serving notice. We clean your homes and factories. We raise the next generation of workers for you. Whatever else we may do, we are the housewives of the world. In return for our work, you have only asked us to work harder.

We are serving notice to you that we intend to be paid for the work we do. We want wages for every dirty toilet, every painful childbirth, every indecent assault, every cup of coffee and every smile. And if we don't get what we want, then we will simply refuse to work any longer.

We have brought our children to be good citizens and to respect your laws and you have put them in factories, in prisons, in ghettos and in typing pools. Our children deserve more than you can offer and now we will bring them up to EXPECT more.

We have borne babies for you when you needed more workers, and we have submitted to sterilization when you didn't. Our wombs are not government property any longer.

N.Y. WAGES FOR HOUSEWORK COMMITTEE

We have scrubbed and polished and oiled and waxed and scoured until our arms and back ached, and you have only created more dirt. Now you will rot in your own garbage.

We have worked in the isolation of our homes when you needed us to and we have taken on a second job too when you needed that. Now we want to decide WHEN we work, HOW we work, and WHO we work for. We even want to be able to decide NOT TO WORK AT ALL -- like you.

We are teachers and nurses and secretaries and prostitutes and actresses and childcare workers and hostesses and waitresses and cooks and cleaning ladies and shit workers of every variety. We have sweated while you have grown rich. Now we want back the wealth we have produced.

WE WANT IT IN CASH, RETROACTIVE AND IMMEDIATELY. AND WE WANT ALL OF IT.

OUR OFFICE

288 - B Eighth St. Brooklyn, N.Y. 11215
Wed. and Sat. 11a.m. to 4p.m. 965 4112

WAGES FOR HOUSEWORK

HOUSEWORK-UNPAID WORK

The crime against us internationally, from which all other crimes against us flow, is our life sentence of housework at home and outside, servicing men, children, and other women, in order to produce and reproduce the working class. For this work we are never paid a wage.

This crime of work and wagelessness brands us for life as the weaker sex and delivers us powerless to employers, government planners and legislators, doctors, the police, prisons and mental institutions as well as the individual men for a lifetime of servitude and imprisonment.

Our campaign for wages for housework is our demand for power to refuse the social and sexual onslaught on our minds, our bodies and our relations -- in a word, our demand for power to refuse this destiny of work which we carry in every country, wherever we find ourselves.

We have been divided by the status and income of the men we marry, by whether or not we work fulltime in the home, by whether or not we are with men, by whether or not we have children, by whether or not we are natives or immigrants, and by language, race, and nation and the technology of our exploitation.

But our destiny and the roots of our exploitation -- our wageless work in the home -- are the same in every country of the world, and so is our struggle against it.

LET'S UNITE TO DEMAND
WAGES FOR HOUSEWORK
FROM ALL GOVERNMENTS
FOR ALL WOMEN



THE CRIME

AGAINST WOMEN INTERNATIONALLY

New York WAGES FOR HOUSEWORK COMMITTEE